

COLEÇÃO

GPs

9

Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas

Cláudia Regina Lahni
Juciano de Sousa Lacerda
(organizadores)

COLEÇÃO
GPs



DIRETORIA GERAL DA INTERCOM 2011 – 2014

Presidente - Antonio Carlos Hohlfeldt
Vice - Presidente - Marialva Carlos Barbosa
Diretor Editorial - Osvando J. de Morais
Diretor Financeiro - Fernando Ferreira de Almeida
Diretor Administrativo - José Carlos Marques
Diretora de Relações Internacionais - Sonia Virginia Moreira
Diretora Cultural - Rosa Maria Cardoso Dalla Costa
Diretora de Documentação - Nélia Rodrigues Del Bianco
Diretor de Projetos - Adolpho Carlos Françaço Queiroz
Diretora Científica - Raquel Paiva de Araújo Soares

Secretaria

Maria do Carmo Silva Barbosa
Genio Nascimento
Jovina Fonseca

Direção Editorial

Osvando J. de Morais (INTERCOM)

Presidência

Muniz Sodré (UFRJ)

Conselho Editorial - Intercom

Alex Primo (UFRGS)	Márcio Guerra (UFJF)
Alexandre Barbalho (UFCE)	Margarida M. Krohling Kunsch (USP)
Ana Sílvia Davi Lopes Médola (UNESP)	Maria Teresa Quiroz (Universidade de Lima/Felafacs)
Christa Berger (UNISINOS)	Marialva Barbosa (UFF)
Cicília M. Krohling Peruzzo (UMESP)	Mohammed Elhajji (UFRJ)
Erick Felinto (UERJ)	Muniz Sodré (UFRJ)
Etienne Samain (UNICAMP)	Nélia R. Del Bianco (UnB)
Giovandro Ferreira (UFBA)	Norval Baitelo (PUC-SP)
José Manuel Rebelo (ISCTE, Portugal)	Olgária Chain Féres Matos (UNIFESP)
Jeronimo C. S. Braga (PUC-RS)	Osvando J. de Morais (INTERCOM)
José Marques de Melo (UMESP)	Paulo B. C. Schettino (UFRN/ASL)
Juremir Machado da Silva (PUCRS)	Pedro Russi Duarte (UnB)
Luciano Arcella (Universidade d'Aquila, Itália)	Sandra Reimão (USP)
Luiz C. Martino (UnB)	Sérgio Augusto Soares Mattos (UFRB)

Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas

CLÁUDIA REGINA LAHNI
JUCIANO DE SOUSA LACERDA
(ORGANIZADORES)

São Paulo
INTERCOM
2013

Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas

Copyright © 2013 dos autores dos textos, cedidos para esta edição à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM

Direção

Osvando J. de Moraes

Projeto Gráfico e Diagramação

Marina Real e Mariana Real

Capa

Marina Real

Revisão

Carlos Eduardo Parreira

Ficha Catalográfica

Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas
[recurso eletrônico] / Organizadores, Cláudia Regina Lahni,
Juciano de Souza Lacerda. – São Paulo : INTERCOM, 2013.
290 p.: il. – (Coleção GP'S : grupos de pesquisa; vol.9)

Inclui bibliografias.

E-book.

ISBN 978-85-8208-039-9

1. Comunicação. 2. Cidadania. 3. Ciências da Comunicação. 4.
Meios de Comunicação. 5. Comunicação-Conceitos. 6. Comunicação-
Perspectivas. 7. Objetos da Comunicação. 8. Pesquisas em
Comunicação. 9. Comunicação-Congresso. I. Lahni, Cláudia Regina.
II. Lacerda, Juciano de Souza. III. Título.

CDD-300

Todos os direitos desta edição reservados à:

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM

Rua Joaquim Antunes, 705 – Pinheiros

CEP: 05415 - 012 - São Paulo - SP - Brasil - Tel: (11) 2574 - 8477 /

3596 - 4747 / 3384 - 0303 / 3596 - 9494

<http://www.intercom.org.br> – E-mail: intercom@usp.br

Sumário

Apresentação	7
<i>Denise Cogo</i>	
1. A questão da cidadania nos trabalhos de 2001: mais presente nas práticas analisadas do que na teoria.....	12
<i>Cicilia M. Krohling Peruzzo</i>	
<i>Maria Alice Campagnoli Otre</i>	
2. A cidadania na diversidade de objetos e abordagens teóricas no campo da comunicação em 2002.....	40
<i>Juciano de Sousa Lacerda</i>	
<i>Juliana Bulhões A. Dantas</i>	
<i>Iano Flávio de Souza Maia</i>	
3. Comunicação para a Cidadania: análise dos trabalhos do Núcleo de Pesquisa da Intercom de 2003	64
<i>Denise Cogo</i>	
<i>Daniel Barsi Lopes</i>	

4. Intercom 2004: pluralidade temática nos debates do NP Comunicação para a cidadania 85
Rozinaldo Antonio Miani
5. Relações de Gênero e Exercício de Direitos: o que contam os trabalhos do Comunicação para a Cidadania no ano de 2005..... III
Cláudia Regina Lahni
Daniela Auad
6. Encontro de 2006: riscos de perda do conceito-base do GP 130
Bruno Fuser
7. Cidadania e aspectos teórico-metodológicos na produção do GP Comunicação para a Cidadania no Intercom 2007 154
Catarina Tereza Farias de Oliveira
Márcia Vidal Nunes
8. Comunicação e cidadania no Intercom 2008. Conceitos norteadores nos rumos da sedimentação da pesquisa comunicacional cidadã no País 173
Orlando Maurício de Carvalho Berti
9. Construindo a comunicação por uma perspectiva cidadã: participação popular, organizada e crítica, nos processos decisórios de mediatização da realidade no GT de 2009 197
Denise Teresinha da Silva

10. A Pesquisa no GP Comunicação para a Cidadania em 2010	231
<i>Alexandre Barbalho</i> <i>Tarciana Campos</i>	
11. Cidadania, representação e participação em 2011	258
<i>Maria Luíza Martins de Mendonça</i> <i>Joseane Alves Ribeiro</i>	
12. Do que é feito o Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania	280
<i>Cláudia Regina Lahni</i> <i>Juciano de Sousa Lacerda</i>	

Apresentação

DENISE COGO¹

No ano de 2000, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) desencadeou um amplo processo de reestruturação dos Grupos de Trabalho (GTs) que vinham funcionando nos congressos anuais promovidos pela entidade. Na perspectiva de atribuir um caráter mais flexível, permitir a indução e desenvolvimento de pesquisas, e possibilitar uma atuação mais permanente dos pesquisadores que participavam dos grupos para além do espaço dos congressos, os GTs foram extintos e deram lugar a Núcleos de Pesquisa (NPs).

Nesse contexto de reestruturação, o Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania foi criado para

1. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos-RS. Pesquisadora do CNPq. Coordenadora do NP Comunicação para a Cidadania da Intercom (2001-2006)

abrigar os trabalhos e as discussões que vinham sendo desenvolvidos até o ano de 2000 pelo GT Comunicação e Culturas Populares. Em 2008, uma nova reconfiguração para os NPs é proposta pela Intercom, e os Núcleos de Pesquisa começam a funcionar na modalidade de Grupos de Pesquisa (alguns em 2009 e todos em 2010), incluídos em Divisões Temáticas (DTs). Por decisão de seus integrantes, o NP Comunicação para a Cidadania adota a configuração de Grupo de Pesquisa em 2009.

Com o desafio de elaborar uma breve memória e um balanço crítico de uma década de funcionamento do Núcleo de Pesquisa (NP) e do Grupo de Pesquisa (GP) Comunicação para a Cidadania da Intercom, 19 pesquisadores se dedicaram à revisitação do conjunto de textos apresentados, entre os anos de 2001 e 2011, no NP e no GP. Os resultados desse trabalho estão expressos nessa coletânea organizada por Cláudia Lahni e Juciano Lacerda, coordenadora e vice-coordenador do GP Comunicação e Cidadania da Intercom no biênio 2011-2012.

A partir da identificação e análise das principais temáticas, perspectivas teóricas e metodológicas, assim como dos autores de referência presentes nos textos apresentados no NP e GP, os pesquisadores – todos também integrantes do Núcleo e Grupo de Pesquisa da Intercom – buscam, nessa obra, compreender principalmente o lugar que o conceito de cidadania – nas suas relações com a comunicação – ocupa na trajetória de existência do Núcleo de Pesquisa e Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania.

Dentre os elementos levantados nas análises empreendidas, destacam-se a multidimensionalidade que demarca a presença da noção de cidadania nos diferentes textos apresentados no GP, o que, em certo sentido, não deixa de estar em consonância com o modo plural e a dinamicidade que caracteriza a própria experiência da cidadania na vida

social. Conforme sintetiza Bruno Fuser, um dos autores participantes da coletânea, “a palavra cidadania é associada (nem sempre de maneira explícita) ao direito a ser incluído, direito a ter direitos, direito à comunicação, direitos individuais, de minorias, sociais, civis, políticos”. Como assinala, também, Rozinaldo Miani, outro pesquisador participante da obra, essa pluralidade no entendimento do que seja ou possa ser uma comunicação para a cidadania aparece evidenciada, ainda, na necessidade dos pesquisadores expressarem, “frações” da cidadania e “de adjetivar para diferenciar”. O emprego de “expressões como cidadania (re)configurada, cidadania midiaticizada, cidadania global, cidadania globalizada, cidadania digital”, são, segundo Miani, apenas alguns dos exemplos encontrados nos artigos apresentados, sugerindo, inclusive, que novas questões e cenários sociais, políticos, econômicos e culturais – como o ativismo global, os movimentos sociais em rede, a inclusão digital, as demandas relacionadas à diversidade cultural – vão sendo reconhecidos e apropriados pelos pesquisadores integrantes do NP e GP.

Na sua interface com a comunicação, fica evidenciado, ainda, que a pluralidade da noção de cidadania é refletida, nos textos do NP e GP, a partir de experiências e práticas concretas que envolvem as múltiplas nomeações que recebe a comunicação desenvolvida por setores e movimentos sociais, dentre outras, comunicação cidadã, alternativa, comunitária, popular, sindical, etc. Variações que evidenciam a necessidade dos pesquisadores darem respostas conceituais e explicativas à dinâmica comunicacional contemporânea ao mesmo tempo em que revelam também as disputas político-científicas que animam o debate acadêmico entre os integrantes do grupo. Exemplo são os debates entabulados entre os pesquisadores do GP Comunicação para a Cidadania em torno da ideia de “comunidade” e de “co-

munitário”, conceitos centrais na reflexão em torno da comunicação na sua interface com a cidadania presente desde a criação do GT Comunicação e Culturas Populares da Intercom, o qual deu origem ao Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania.

As análises aqui apresentadas indicam, ainda, que, nos trabalhos apresentados no NP e GP Comunicação para Cidadania, os pesquisadores vêm se apropriando da noção de cidadania não apenas em seus aspectos formais ou institucionalizados, concebendo-a especialmente como uma dimensão ativa da vida social e em permanente movimento e transformação. Essa apropriação nutre-se, ainda, da constatação que fazem os autores dessa coletânea do que poderia ser identificado como certa vocação para os estudos empíricos que acompanha a trajetória do NP e do GP, embora boa parte dos textos que sistematizam esses estudos ainda não explicitem suficientemente a metodologia utilizada nas pesquisas desenvolvidas, segundo também constatarem algumas das análises dessa coletânea.

Nessa perspectiva, embora o termo cidadania permeie, de modo diferenciado, os textos apresentados no NP e do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom, alguns autores dessa coletânea indagam sobre a ainda insuficiente explicitação ou discussão do conceito de cidadania na trajetória de existência do Núcleo de Pesquisa e do Grupo de Pesquisa.

O balanço proposto nessa obra é, portanto, um convite aos pesquisadores para o enfrentamento mais efetivo de algumas lacunas que ainda se mantêm presentes no espaço de intercâmbio e debate científico sobre comunicação e cidadania representado pela Intercom. A principal delas diz respeito a um maior aprofundamento teórico e empírico do conceito cidadania na perspectiva de que deixe de ser uma questão apenas subjacente aos textos para ser tornar uma dimensão central formulada e debatida pelos autores do GP. Há a necessidade, também, de melhor dimensionar

e definir o conceito a partir das várias possibilidades de encontro e interface da comunicação com a cidadania ou, ainda, de contribuir para afinamento metodológico e mesmo maior experimentação de metodologias próprias que sejam capazes de fortalecer a tradição da pesquisa empírica que demarca a história do Grupo de Pesquisa.

IncurSIONAR pela breve memória escrita coletivamente pelos autores dessa obra já é, de certo modo, aceitar esse desafio, a partir do encontro com um conjunto de reflexões que ajudam a elucidar a trajetória de um importante espaço acadêmico de articulação da pesquisa e dos pesquisadores da comunicação e cidadania no Brasil. Ao mesmo tempo, as reflexões aqui reunidas não apagam as indagações em torno da necessidade de aprimoramento conceitual e metodológico da pesquisa em comunicação e cidadania que, no espaço do NP e GP da Intercom, tem convergido para a constituição da ciência como uma forma singular de conhecimento capaz de produzir ações e intervenções possíveis no mundo, a exemplo do que vem postulando Boaventura de Sousa Santos.

Desejo, assim, que o esforço coletivo dos autores aqui reunidos se some a tantas outras iniciativas como essa na perspectiva de assegurar vida longa e renovada para a Comunicação e a Cidadania no âmbito da Intercom e no contexto mais amplo da pesquisa em comunicação no Brasil e na América Latina.

1.

A questão da cidadania nos trabalhos de 2001: mais presente nas práticas analisadas do que na teoria

CICILIA M. KROHLING PERUZZO¹

MARIA ALICE CAMPAGNOLI OTRE²

Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, realizada de forma conjunta, mas dividida em partes (anos), que investiga a produção apresentada do *GP Comunicação para a Cidadania*, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), de 2001 a 2011.

Este texto é relativo apenas aos trabalhos apresentados no

-
1. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Autora dos livros *Relações públicas no modo de produção capitalista*; *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*; e *Televisão Comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia local*. Ex-coordenadora do GP Comunicação para a Cidadania e ex-presidente da Intercom. E-mail: kperuzzo@uol.com.br
 2. Doutoranda da Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: maliceotre@yahoo.es

ano de 2001³. Por coincidência, este ano marca a efetivação da reestruturação dos então denominados Grupos de Trabalho

-
3. Trabalhos apresentados neste ano: A Ética como objeto da Indústria Cultural (Francisco Emílio Surian); A ação voluntária e o desenvolvimento de um processo de transformação social (Maria Ivete Trevisan Fossá); A comunicação eclesial católica nos programas brasileiros de pós-graduação em comunicação (Waldemar Luiz Kunsch); A construção da comunicação para a mobilização na Rede de Comunicadores Solidários da Pastoral da Criança (Kátia Pichelli, e Desirée Cipriano Rabelo); A Igreja Católica e as mídias – uma análise das estratégias ideológicas (Michele Boff da Silva); Ações sociais no mundo globalizado – As parcerias entre OGs e ONGs darão o tom da nova era? (Giuseppa Spenillo e Cesar Calonio); Comunicação para participação e controle social: a experiência do programa radis e algumas reflexões (Rogério Lannes Rocha); Consumidores do rádio degustam-no (Jane Mazzarino); Desenvolvimento Sustentável, Consumo, Cidadania e Responsabilidade Social da Imprensa (Sérgio Euclides de Souza e Fernando Oliveira Paulino); Educomunicação: Algumas Questões Sobre cidadania, racismo e mídia ou A inclusão da diferença: negro de corpo e alma (Angela Schaun); Formação Jornalística para a Cidadania (Luiz Roberto Vieira de Jesus); Fragmentação social e a cultura das redes: perspectivas (Maria Luiza Mendonça); Gestão coletiva dos canais comunitários (Cicilia M. Krohling Peruzzo); Jornal O Cidadão: um jornal comunitário na era da globalização (André Luis Esteves Pinto); Marketing católico: resposta da Igreja à concorrência pentecostal gera impasse ecumênico (Luís Henrique Marques); Memórias de comunicação e construção de cidadania: as experiências do convênio cultural e do trabalho conjunto de Salvador (Gilberto W Almeida); Movimentos Sociais, Redes e Comunidades virtuais: um olhar sob vários ângulos da Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança (Juciano de Sousa Lacerda); Multiculturalismo e mídia impressa: dos “modos” de Zero Hora narrar os 500 anos de descobrimento do Brasil (Denise Cogo); O boletim da pastoral na “zona” de Campinas (Bruno Fuser); Os alternativos na guerra das palavras (Álvaro Benevenuto Jr); Paseo antropológico por el dial de la radio comunitária (Luis Fernando Ibañez Acosta); Rádios comunitárias como rádios educativas. Explorando os potenciais educativos do rádio e das rádios comunitárias, na baixada fluminense / Rio de Janeiro (Mauro Sá Rego Costa); Uma globalização humanista: nostalgia ou esperança? A contribuição da religião para um mundo globalizado (Attilio Hartmann).

(GTs) da Intercom, ocorrida em 2000, que passaram a se chamar Núcleos de Pesquisa (NPs) e hoje são identificados como Grupos de Pesquisa (GPs) aglutinados em Divisões Temáticas (DT). No caso do GP em foco, antes de 2001 ele se chamava GT Cultura e Comunicação Popular, criado em 1990.

De acordo com as normas regimentais os então NPs tinham a

[...] finalidade de reunir pesquisadores interessados em temáticas dotadas de legitimação acadêmico-profissional ou que representam objetos demandando elucidação teórica metodológica, visando estabelecer o diálogo e fomentar a pesquisa contribuindo para troca efetiva de conhecimentos e para a evolução do conhecimento interdisciplinar em comunicação no Brasil (INTERCOM, 2001, p.1).

A proposta de fundo dos NPs era garantir o fortalecimento dos grupos de pesquisadores que se reuniam não somente nos congressos, mas também em outros fóruns ou para realizar de pesquisas.

Estruturados no que se chamou de seções temáticas flexíveis, os NPs (hoje GPs) tinham os seguintes objetivos pontuados pelo regimento:

1. Estruturar o espaço para apresentação de atividades de pesquisa dos sócios que pertencem a um mesmo segmento disciplinar ou a área de fronteira;
2. Permitir maior plasticidade através das seções possibilitando agrupar especificidades e/ou tanto a inclusão como a substituição de temáticas, adaptando-se às demandas da comunidade científica;
3. Fomentar programas de cooperação potencializando e otimizando a pesquisa mediante iniciativas interinstitucionais;
4. Permitir a divulgação da produção científica, o encontro e

troca de experiências entre pesquisadores da área de Comunicação, potencializando o papel de vanguarda da INTERCOM e fazendo avançar o conhecimento. (INTERCOM, 2001, p.1)

As mudanças de denominação não alteraram a proposta do grupo que desde sua origem agrega pesquisadores dedicados às temáticas relacionadas à comunicação no âmbito das classes subalternas e voltada à transformação social, e de suas intersecções com a cultura e a cidadania.

Em estudo sobre os trabalhos do grupo apresentados de 2000 a 2004, Cogo (2005, p. 2-3) fala sobre o seu eixo temático:

perspectivas de (re)configurações das inter-relações entre mídias, movimentos sociais e cidadania [...] [em que] pesquisadores do Núcleo passam a assumir, em suas reflexões, esse protagonismo crescente das instâncias midiáticas na produção e gestão de projetos de cidadania ofertados à sociedade brasileira.

A autora (2005) identifica, ao analisar as pesquisas do grupo (2001-2004), certa convergência, entre as instâncias macro (mídias massivas) e micromidiáticas (mídias comunitárias geridas por grupos e movimentos sociais), além de destacar a convergência de

pelo menos três instâncias de entendimento do conceito de cidadania – sociopolítica, cultural e mundial. [...] Associadas a realidades comunicacionais e midiáticas, essas instâncias interagem e se mesclam para oferecerem, através de diferentes trabalhos de pesquisa, entendimentos sobre a (re)configuração de distintas modalidades de gestão, exercício e participação cidadã de atores grupos, comunidades e movimentos sociais. A um conceito mais clássico de cidadania, ancorado no exercício de direitos civis,

políticos e sociais em que se combinam os ideais ocidentais de liberdade, participação e igualdade, se agrega uma noção de cidadania fundamentada em demandas culturais, pautada no reconhecimento da ‘diferença’ para fazer emergir, no âmbito do Núcleo, o debate em torno da chamada cidadania mundial e/ou transnacional, entendida recentemente como um princípio alternativo da ordem mundial que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres equivalentes em esferas transversais de tomadas de decisões que afetam as necessidades e interesses vitais dos indivíduos (COGO, 2005, p. 13-14).

Como já mencionados, este texto analisa apenas a produção apresentada no ano 2001, cuja pesquisa parte da seguinte pergunta (comum ao projeto como um todo): como o conceito de cidadania aparece nos trabalhos apresentados do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom?

Quanto aos objetivos geral e específicos deste texto, são:

Objetivo geral: Analisar o embasamento teórico dos trabalhos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania de modo a compreender as abordagens feitas sobre a relação comunicação e cidadania.

Objetivos específicos: a) Identificar a base teórico-conceitual e os autores de referência utilizados; b) Averiguar a forma como a questão da cidadania se faz presente; c) Analisar qual é o *status* de cidadania que permeia a discussão sobre a mesma na época enfocada; d) Analisar o tipo de pesquisa e as técnicas utilizadas para os estudos.

Metodologia

O estudo foi baseado em pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica enfatizou o

tema da cidadania e os estudos anteriores sobre o grupo de pesquisa. Quanto à pesquisa documental, nos foram úteis os documentos regulamentais e sobre a histórica dos grupos de pesquisa da Intercom. Para a análise aprofundada do corpus, composto por 23 textos apresentados no congresso da entidade de 2001⁴, realizamos uma análise de conteúdo.

A análise de conteúdo foi feita a partir de uma planilha composta por categorias previamente elaboradas com base na pré-análise dos trabalhos. Nesse sentido, elas se caracterizam como por “caixa” (formuladas previamente) e não por “acervo” (que resultam da classificação progressiva), nos termos do português de Portugal e na conceituação de Laurence Bardin (2009, p.147). No caso presente, uma das categorias, a primeira, foi elaborada prevendo certa flexibilidade para permitir a identificação no decorrer do estudo da base conceitual com mais segurança. O corpus obedece às regras para sua constituição, segundo Bardin (2009, p.123-124), quais sejam: representatividade (trabalhamos com todo universo, ou seja a totalidade dos trabalhos apresentados no ano estudado); homogeneidade (todos os trabalhos foram apresentados no mesmo GP); e pertinência (o corpus se adequa aos objetivos do projeto).

As categorias usadas são as seguintes:

- 1) Base conceitual principal (fundamentação): a) Comunicação popular, alternativa e comunitária; b) Teologia da Libertação /Comunicação nas CEBs,/ Pastorais/ Pesquisa; c) Sociedade civil, comunicação e mobilização; d) Cidadania (clássicos); e) Redes sociais (nível dos MSP); f) Participação; g) Trabalho imaterial/Teoria da

4. XXIV Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, de 3 a 7 de setembro de 2001 - Campo Grande/MS

música; h) Produção de sentido/ ideologia; i) Educação; j) Informação e comunicação na saúde; l) Comunicação educativa/Educomunicação; m) Multiculturalismo/nacionalismo; n) Cultura e identidade; o) Ética. Neste caso, as alternativas de respostas obedecem sua aparição no corpus dada a especificidade dos temas abordados.

2) Conceitos de cidadania: a) Suficientemente explicitados; b) Pouco explicitados; c) Não explicitados; d) Não menciona conceitos, mas está na prática analisada.

3) Como cidadania entra no texto: a) Somente na fundamentação teórica (conceitos); b) Na fundamentação teórica e no estudo empírico; c) Nem na fundamentação teórica, nem no estudo empírico; d) Só no estudo empírico (mas não usa os conceitos de cidadania); e) Nos pressupostos conceituais (ex. direitos, igualdade...).

4) Caracterização do estudo: a) Só teórico; b) Teórico e empírico.

5) Presença das palavras: a) Cidadania (Cidadã/ Cidadão); b) Participação (Participar); c) Emancipação (emancipar...); d) Mobilização (Mobilizar, Mobilizado...); e) Direito (direitos). Ressalta-se que consideramos os derivados dessas palavras também na língua espanhola, já que um dos textos apresentados no grupo estava nesta língua.

6) Dimensões de cidadania de que trata o texto: a) Direitos civis e políticos (1a.G.); b) Direitos sociais (2ª.G.); c) Direitos coletivos (3ª.G.); d) Biodireito (4a.G.); e) Direitos culturais e comunicacionais (5a.G.); f) Duas ou mais gerações juntas – quais.

7) Tipo de pesquisa – Metodologia/técnica: a) Pesquisa bibliográfica; b) Pesquisa documental; c) Pesquisa participante / observação direta; d) Entrevista; e) Análise de

conteúdo; f) Estudo de caso; g) Outros; h) Explicita a metodologia; i) Não explicita a metodologia. Esta categoria permitia a marcação de mais de uma alternativa, de forma a explicitar todos os métodos e/ou técnicas utilizados nas pesquisas. Destaca-se que nos trabalhos em que não havia a menção dos métodos/técnicas utilizados consideramos aqueles que estavam implícitos.

8) Suporte ou foco objetual: a) Rádio comunitária; b) Rádio (outras); c) Televisão comunitária; d) Jornal impresso / boletim (comunitário); e) Jornal impresso (outras); f) Internet (Redes / comunidades virtuais); g) Não se aplica (ONGs, mobilização comunitária, educação... etc.)

9) Autores citados (dentro do texto).

Para a análise de conteúdo usamos como técnica tanto a classificação manual quanto *softwares*. No que se refere aos programas digitais, para visualizar as tendências temáticas utilizamos *Wordle*⁵, uma ferramenta que permite montar nuvens de palavras. Para tanto, usamos as palavras chave⁶ dos textos. A repetição da palavra, ilustrativamente, mostra a importância atribuída a alguns conceitos nas pesquisas do grupo, conforme será mostrado no corpo do trabalho.

Para a captação dos elementos previstos na planilha, nas categorias já mencionadas, trabalhamos com os textos integrais. Uma das categorias, aquela que identifica

5. Ver www.wordle.net

6. Havia alguns textos sem menção das palavras-chave, as quais foram acrescentadas com base no título e no resumo.

a presença de determinadas palavras⁷, foi processada por meio do software *Atlas.Ti*⁸, o qual é aplicável para se fazer análise de conteúdo. No entanto, cabe esclarecer que este software não foi usado para identificar e classificar outros aspectos possíveis, como por exemplo, os autores referenciados, em decorrência de falhas na base amostral. Por um lado, em alguns textos nem todos os autores citados constam das bibliografias, e por outro, às vezes, não se repete o nome do autor citado substituindo-o por “o autor” ou “ele/ela”. Essa situação faria com que uma classificação eletrônica não captasse todas as menções dentro do texto, o que geraria vieses na análise.

A hipótese prévia foi de que a produção de 2001 seria bastante frágil em termos da presença dos conceitos de cidadania.

Fundamentação teórica que marca a produção de 2001

Para compreender quais são os conceitos de cidadania que fundamentam os trabalhos apresentados no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania no ano de 2001, começamos por identificar a principal base de sustentação teórica de cada texto. Constatamos, em

7. “Presença de palavras”.

8. Este software é utilizado como ferramenta para trabalhos de análise de conteúdo. É certo que a interpretação dos dados só pode ser feita pelo pesquisador, porém, a ferramenta colabora facilitando a sistematização de dados que outrora, manualmente, exigiam muito tempo do pesquisador. Em nossa análise, disponibilizamos na base de dados do programa os 23 textos apresentados em 2001 ao NP e conseguimos um ranqueamento de total de presença das palavras. A partir daí, somamos a presença destas e termos derivados para obtermos os dados que aparecem no quadro 2. <http://pt.scribd.com/doc/95582556/Apostila-Atlas-ti-5-0>.

primeiro lugar, uma diversidade de conceitos, o que revela o caráter interdisciplinar das abordagens. Do total dos 23 textos, o foco principal do embasamento teórico é da comunicação popular, comunitária e alternativa em 4 (quatro) trabalhos; outros 4 (quatro) se embasam na teologia da libertação e outras dimensões da comunicação religiosa; 3 (três) em conceitos de sociedade civil e mobilização social; 2 (dois) em conceitos clássicos de cidadania; e o restante – com uma menção cada – a fundamentação principal é relativa redes sociais/comunidades virtuais, participação, trabalho imaterial/teoria da música, produção de sentido/ideologia, educação, educação, comunicação, informação/comunicação na saúde, multiculturalismo/nacionalismo, cultura/identidade, e ética.

Em segundo lugar, observamos que um número reduzido de textos – 2 (dois) – trabalha especificamente a partir dos conceitos de cidadania, conforme apontado acima. Porém, outros 2 (dois) chegam a falar em cidadania, mas não a abordam do ponto de vista teórico. Em outros termos, 4 (quatro) textos entram no tema da cidadania de modo explícito, mas só a metade usa seus conceitos como fundamentação, sendo que apenas 1 (um) os explica suficientemente. Contudo, mesmo que a maioria (22) não use os conceitos de cidadania, 11 deles tratam de questões relacionadas à mesma nos estudos empíricos apresentados. Ou seja, alguns dos autores partem de outros conceitos para analisar práticas cidadãs de comunicação na arena dos direitos humanos. Os demais trabalhos se embasam em outros conceitos também pertinentes à cidadania no sentido amplo e a temas como cultura e práticas comunicacionais.

Com base nesse panorama procuramos captar como o tema da cidadania entra na produção do GP de 2001 e chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 1 - Como cidadania entra no texto

Tipo de presença	Número de vezes
Somente na fundamentação teórica (conceitos)	2
Na fundamentação teórica e no estudo empírico	1
Nem na fundamentação teórica, nem no estudo empírico	6
Só no estudo empírico (mas não usa os conceitos de cidadania)	11
Nos pressupostos conceituais (ex. direitos, igualdade...)	3
Total	23

Para complementar esse quadro, verificamos o grau de presença de algumas palavras (cidadania, participação, emancipação, mobilização, direito⁹) no corpo dos 23 textos analisados. A contagem foi feita com o auxílio do software Atlas.Ti, conforme já esclarecido na introdução, com o seguinte resultado:

Quadro 2 – Presença de palavras

Palavras verificadas	Presença
Cidadania / cidadã/ cidadão/ciudadanía , ciudadanas	228
Participação/ participar/ participación	203
Emancipação/ emancipar	3
Mobilização/ mobilizar/ Mobilizado/movilización	78
Direito(s), Derecho(s)	89

Como se pode deprender do quadro acima, relativo à presença e às repetições de palavras relacionadas à questão da

9. Consideramos também as palavras derivadas por exemplo, cidadã, cidadão, e plurais, como direitos, além de os derivados das mesmas palavras na língua espanhola, já que um dos textos apresentados no grupo estava nesta língua.

cidadania no conjunto dos textos captadas pelo software Atlas. Ti, conforme já explicado, a constância das referidas palavras é acentuada. Também ganham destaque nos trabalhos o termo participar e derivados, proporcionando a reflexão de que a prática cidadã, principalmente quando relacionada à comunicação, não acontece sem a participação, desde seu nível mais elementar como a participação apenas com voz, até o exercício do poder interferir em pautas e na produção de textos – como se verifica no trabalho sobre o jornal O Cidadão e o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré¹⁰, assim como a participação na gestão de canais comunitários de televisão, que varia conforme a capacidade de mobilização, articulação e convivência dos atores envolvidos no processo¹¹.

Das palavras por nós elencadas, em terceiro lugar aparecem direito e direitos (citadas 89 vezes), e em quarto, mobilização e suas variações (78), também importantes para a revelação do campo associativo ou conceitual em que os trabalhos do grupo estão inseridos. Em último lugar no que diz respeito à sua utilização nos trabalhos, estão o substantivo emancipação e seus derivados, que aparecem apenas três vezes. Como se observa, apesar de a ideia de emancipação fazer parte das discussões do grupo, a utilização do termo não era constante em 2001, tendo sido mais apropriado pela academia em anos anteriores. O contrário, com mais ênfase nos últimos anos, tende a ser o termo empoderamento que, a título de curiosidade só aparece 1(uma) vez em 2001. Uma análise dos textos atuais apresentados no grupo poderia dar um panorama sobre a apropriação destas palavras que ganham força em determinados momentos histórico-culturais.

10. Pesquisa apresentada no grupo em 2001 por André Luis Esteves Pinto

11. Pesquisa apresentada por Cicilia M.Krohling Peruzzo

trabalhos, no conjunto, a convergência em torno da cidadania comunicacional ligada às lutas sociais é relevante.

Vale destacar também a ênfase observada nos dois esquemas no que diz respeito à palavra Igreja. Ressalta-se que nas seções temáticas elencadas na ementa do grupo, em 2001, estava incluída a seção “Processos comunicacionais no contexto eclesial” o que também explica o expressivo resultado obtido na categoria 1 de análise em que aparece em segundo lugar com maior aporte teórico nos trabalhos do grupo o embasamento na teologia da libertação e outras dimensões da comunicação religiosa.

Fizemos também uma tentativa de aproximação das abordagens ao *status* da cidadania. A seguir apresentamos o que foi encontrado.

Quadro 3 – Dimensões de cidadania de que trata o texto

Gerações de direitos (abordagem explícita ou implícita)	Presença
Direitos civis e políticos (1a.G.)	3
Direitos sociais (2ª.G)	6
Direitos coletivos (3ª.G.)	4
Biodireito (4a.G.)	-
Direitos comunicacionais e culturais (5a.G)	5
Total	18

Aspectos teóricos e metodológicos resultantes de trabalhos de pesquisa científica que tenham como objeto as inter-relações entre comunicação, cultura e cidadania no âmbito dos movimentos populares, comunitários, sindicais e nas ONGs bem como nas esferas partidárias e eclesiais, considerando suas repercussões em espaços da comunicação grupal e das mídias massivas e não massivas. São priorizadas, ainda, as ações e práticas envolvendo as apropriações e os usos das tecnologias da comunicação por indivíduos, grupos e redes de movimentos sociais no contexto da sociedade globalizada.

Antes de analisar este quadro, ressaltamos que a noção de gerações de direitos assumida neste texto advém dos conceitos sobre as dimensões civil, política e social da cidadania desenvolvidas por Marshall (1967), retomadas por Barbalet (1989) e atualizadas por Bobbio (1992) e Vieira (2000), entre outros, que incorporam os direitos coletivos e do campo da bioética, além daquele que se refere ao direito à comunicação e a cultura, enfatizados em ensaios de Peruzzo (2005, 2009), também entre outros autores.

Em síntese, tal percepção da evolução dos direitos demonstra como o *status* da cidadania se modifica na histórica. No sentido moderno,

Cidadania é um conceito derivado da Revolução Francesa (1979) para designar o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. [...] Em latim, a palavra *ciuis* gerou *ciuitas*, ‘cidadania’, ‘cidade’, ‘Estado’. Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade, Estado constituem um único conceito – e só pode haver esse coletivo, se houver antes, cidadãos. *Ciuis* é o ser humano livre e, por isso, *ciuitas* carrega a noção de liberdade” (FUNARI, 2003 p.49).

Cidadania se constitui em um *quefazer* histórico, construído coletivamente, e se manifesta e avança em conformidade com as circunstâncias de cada época, com o nível de consciência das pessoas e da intensidade das lutas que são capazes de travar para legitimar o avanço nas concepções de direitos humanos.

Assim sendo, os *direitos civis* (direito à liberdade individual, à proteção legal, à propriedade, locomoção etc., conquistados desde o século XVIII) e *políticos* (participação no exercício do poder político, liberdade de associação e de reunião e de participação em órgãos de representação, conquistados desde o século

XIX) são considerados como de primeira geração. Os *direitos sociais* (aqueles relativos à participação, com igualdade, do nível de vida e do patrimônio social, direito ao atendimento das necessidades básicas de moradia, escola, proteção, saúde etc., direitos do trabalho etc., conquistados no século XX) são de segunda geração. Os *direitos coletivos* pregam o respeito à diversidade social (idosos, mulheres, crianças, povos etc.), mais reconhecidos desde a segunda metade do século XX, são de terceira geração. Aqueles do âmbito da *bioética*, ou *biodireito*, que visam garantir o direito à vida, impedir a sua destruição e a regular a criação de novas formas de vida no planeta são considerados como de quarta geração (BOBBIO, 1992, p. 69; VIEIRA, 2000, p.22-23).

Como a história é dinâmica, cabe frisar a importância e a aceitação crescentes da Comunicação como direito humano no mesmo nível dos demais direitos.

[...] compreendido como direito de terceira geração - [a comunicação como direito humano] representa um avanço na concepção de cidadania, visto que a comunicação sempre fica meio imperceptível nas dimensões clássicas da cidadania. Significa ir além da noção tradicional de direitos civis, políticos e sociais [nos quais também está o direito de comunicar] e dar-lhe distinção apontando, ou seriamos dizer, para os direitos comunicacionais ou dimensão comunicacional da cidadania, o que inclui os direitos do universo da cultura. Estes estão embutidos nos direitos civis, políticos e sociais, mas quem sabe possam vir a ser fortalecidos se ganharem tratamento distinto quando pensados no nível de desdobramento em termos de 'geração de direitos', diante do papel central que os meios de comunicação, baseados nas NTIC, têm na sociedade contemporânea. Diante disso, cabe-nos perguntar se os direitos comunicacionais não estão inspirando uma nova geração de direitos? Pode surgir, assim, uma

quinta geração de direitos, já que a quarta geração de direitos já é atribuída ao universo da bioética, a qual também inclui aspectos dos direitos humanos à comunicação (PERUZZO, 2009, p.38).

Enfim, com base nesses princípios procuramos identificar na categoria acima (quadro 3) em qual geração de direitos de cidadania a problemática de cada trabalho se refere, tanto de modo explícito (caso dos textos teóricos embasados por seus conceitos) quanto naqueles em que a cidadania entra de modo implícito do ponto de vista teórico mas cadente nos estudos empíricos. Fizemos também um esforço de perceber se duas ou mais gerações de direitos se faziam presentes ao mesmo tempo.

Como se pode ver no quadro 3 (três), as pesquisas enfatizam, nesta ordem, os direitos sociais (2ª geração), os direitos comunicacionais / culturais (5ª Geração), os direitos coletivos (3ª geração), e os direitos civis e políticos (1ª geração). Em outras palavras, os estudos reportam prioritariamente aos direitos sociais, ou seja, acesso ao patrimônio social e aos bens coletivos que garantem um nível de vida digno (saúde, educação etc.); aos direitos comunicacionais e culturais (liberdade expressão mais o empoderamento de canais de comunicação e de fruição/elaboração de bens culturais); e aos direitos coletivos¹³ (dos grupos sociais em suas necessidades e diferenças), como por exemplo, os direitos das crianças, das mulheres, dos negros etc.; e, por último, os direitos civis políticos, aqueles ligados à liberdade individual de expressão, locomoção, participação política etc. Os de quarta geração, do âmbito do biodireito, não aparecem nos trabalhos do ano analisado.

Trata-se de uma classificação meramente aproximativa e não exata, pois, dificilmente uma “geração de direitos” aparece

13. Legitimados desde a segunda metade do século XX (VIEIRA, 2000).

sozinha. Ao tentarmos identificar a presença de mais de uma geração de direitos em cada texto, constatamos que aparecem juntos com mais frequência - em 2 (dois) - trabalhos os direitos de 1ª, 2ª, 3ª e 5ª geração; os de 2ª e 3ª gerações estão também mais visíveis em 2 (dois) trabalhos; os de 1ª e 2ª gerações em 1 (um); e da mesma forma, com 1(um), os de 1ª e 5 e os de 1ª, 2ª e 3ª gerações. Estas combinações foram observadas apenas nos textos em que explícita ou implicitamente a questão da cidadania se fazia presente. Em 11 textos a presença marcante é de apenas uma das gerações de direitos, e, em 5 (cinco) o tema é desviado para outros assuntos.

Cabe ressaltar que, no conjunto, os tipos de direitos abordados são os de liberdade de expressão, os sociais (contra a degradação da vida e pela saúde); os coletivos - principalmente da criança, do negro e da mulher - e o direito à comunicação, embora essa expressão não faça parte do vocabulário dos textos. As abordagens nas quais se denota a presença dos direitos se referem majoritariamente ao âmbito nacional, mas a perspectiva local é acentuada em 4 (quatro) trabalhos. Apenas 1(um) os toma na perspectiva mundial.

Este panorama parece indicar a existência de uma relação entre a concepção de cidadania predominante numa época e o exercício da própria cidadania. No período analisado - 2001 -, vivia-se como se vive hoje em dia no Brasil, uma mobilização social expressiva em torno da melhoria das condições de existência dos setores empobrecidos da população. Essa mobilização se expressa por meio da organização de setores populares e da articulação dos mais diversos atores sociais em manifestações e lutas pelo respeito aos direitos humanos, principalmente os sociais e coletivos, o que representa um avanço em relação à concepção dos direitos individuais, mas os incorpora. Também evidenciam a demanda pela conquista do direito à comunicação, algo bastante recente, se tomado na perspectiva de enxergar a

comunicação como direito, para além da liberdade de imprensa e liberdade de expressão. Uma vez garantidos os direitos individuais, mesmo debaixo de limites e desigualdade, novos direitos passam a agendar a pauta de debates públicos e a das lutas sociais.

Uma provável hipótese passível de verificação futura seria que nos trabalhos do mesmo grupo, de anos anteriores tais como logo após o fim da ditadura militar, haveria predominância de sinais de direitos de primeira geração seguidos pelos da segunda e terceira dimensões.

Autores de referência

Seguindo a proposta dessa pesquisa realizada de forma conjunta e que analisa o grupo de 2001 a 2011, buscamos identificar os autores utilizados nos trabalhos para compor o referencial teórico das pesquisas. Conforme já mencionado, para chegarmos aos dados dos autores mais citados e da quantidade de citações de cada um, fizemos a contagem manual, já que o autor nem sempre era identificado pelo nome (ex: Paulo Freire destaca...), mas aparecia também de outras formas como “segundo o autor”, ou “para o autor” ou ainda, “o estudioso”.

Dessa forma, contabilizamos 211 autores citados nos 23 artigos analisados, além de outros 34 autores que apenas foram nomeados, sem sequer aparecer suas obras nas referências bibliográficas, como no exemplo a seguir:

“Definir Ética é um ato constrangedor. Repassar Sócrates, Platão, Kant, Hegel, ou ainda, mais próximos de nós, Marilena Chauí ou Enrique Dussel, — que trabalha uma identidade libertadora para a Ética, de grande envergadura para a nossa realidade — e tantos outros que já se debruçaram sobre o assunto [...]”. Em casos como este os autores estão dentre os 34 que foram apenas nomeados.

Dos 211 autores, 22 foram citados 7 (sete) vezes ou mais, sendo que estes também correspondem aos mais referenciados no conjunto dos trabalhos de 2001, conforme demonstra o quadro abaixo.

**Quadro 4 – Autores mais citados (de 7 a 23 vezes)
dentro dos textos**

Nome	No. vezes
John Thompson	23
Nestor Garcia Canclini	14
Cicilia K. Peruzzo	12
Gilles Deleuze	11
François Bayle	11
Jesús Martín-Barbero	11
Renato da Silveira	11
Antonio Miguel Kater Filho	10
Ilse Scherer- Warren	10
José Luiz Braga	10
Félix Guattari	9
Ismar Soares	9
José Marques de Melo	8
Michel Maffesoli	8
Reginaldo Prandi	8
Andrea Semprini	7
Denise Cogo	7
Giuseppe Cocco	7
José Bernardo Toro	7
Maria Victoria Espiñeira	7
Paulo Freire	7
Theodor Adorno	7

Esclarecemos que computamos apenas as citações no corpo de texto. Portanto essa contagem não inclui todas as obras presentes na bibliografia, já que há casos em que muitos textos e autores que ali aparecem não são mencionados no corpo dos textos.

A expressiva quantidade de citações de Thompson, explica-se, é devido a um texto em específico que analisa as estratégias ideológicas utilizadas pela Igreja Católica em sua relação com a mídia por meio dos referenciais da Hermenêutica da Profundidade, de Thompson. Ao explicar o método de análise por meio de citações e referências ao autor, este texto avoluma o total de menções referentes ao mesmo.

A presença de filósofos, sociólogos, educadores entre os mais referenciados, além de comunicadores, mostra o caráter transdisciplinar dos trabalhos apresentados no grupo. Ressaltamos também a presença de membros participativos do grupo, inclusive tendo sido todos eles em algum momento coordenadores do Grupo da Intercom, como referências para outros trabalhos, dentre eles, Cicilia Peruzzo (12), Denise Cogo (7) e Bruno Fuser (3). Isso demonstra a consonância da produção bibliográfica dos mesmos ao foco teórico do grupo, além do caráter contemporâneo dos temas tratados e a importância de pesquisadores do grupo para o desenvolvimento de conceitos e para o embasamento da própria área pesquisada.

Esclarecemos que outros 108 autores foram citados apenas uma vez no conjunto dos textos, entre eles, Michel de Certeau, Jean Baudrillard, Anthony Giddens, Pierre Bordieu; 40 autores foram citados duas vezes (Eliseo Verón, Enrique Dussel, Giacomo Vattimo, Joana Puntel, Cremilda Medina, Nélia Del Bianco etc.), e 39 autores, tais como Raquel Paiva, Muniz Sodré, Marcos Palácios, Bruno Fuser, Leonardo Boff, tiveram entre 3 e 6 citações em todos trabalhos.

Metodologia: se muito se pesquisa, pouco se explica como pesquisou

Dos 23 textos analisados, 9 (nove) trazem apenas discussões teóricas e 15 entrelaçam o teórico e estudos empíricos. Averiguamos também que do total de textos, apenas oito (oito) autores explicitam a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa apresentada; índice muito baixo se considerarmos a importância dos métodos e técnicas de pesquisa para a consolidação do saber científico.

A Comunicação, do campo das chamadas ciências sociais aplicadas, almeja reconhecimento como campo científico e se incomoda com os olhares desconfiados por parte de outros saberes, como das ciências humanas e exatas, por exemplo. Porém, para o seu avanço é recomendável as produções obedecerem a certos padrões científicos. O fato de 15 trabalhos – mais da metade – ignorarem a menção da metodologia utilizada já oferece munição para certo descrédito perante outras ciências no país e no exterior com tradição em pesquisas; situação que como grupo não podemos perpetuar, apesar de considerarmos que não se trata de exigir rigor excessivo, nem de que não seja importante a difusão das produções menos sistemáticas. O desafio é a realização de pesquisas cada vez mais aprimoradas para superar a tendência de elaboração de meros *papers* às vésperas dos congressos. O que não é algo específico do GP em questão, mas de toda a área da Comunicação.

Devido à falta de menção quanto ao tipo de pesquisa, optamos por classificar o que estava implícito quanto ao tipo de pesquisa desenvolvido, segundo as deixas metodológicas que identificávamos nos trabalhos, o que resultou no seguinte quadro, que previa respostas múltiplas:

Quadro 5 – Tipo de pesquisa e metodologia usada nos trabalhos

Tipo de pesquisa	Quantidade observada
Pesquisa bibliográfica	21
Pesquisa documental	3
Pesquisa participante / observação direta	2
Entrevista	4
Análise de conteúdo	2
Estudo de caso	4
Outros (hermenêutica, estudo de recepção, etnografia)	3

A maioria dos trabalhos se vale de pesquisa bibliográfica. A entrevista e o estudo de caso aparecem 4 (quatro) vezes cada. A pesquisa documental está em terceiro lugar com 3 (três) aparições, seguida de pesquisa participante e análise de conteúdo com 2 (duas) cada. Em outros, com uma menção cada, estão a hermenêutica, o estudo de recepção e a etnografia.

No esforço de identificar os procedimentos metodológicos, classificamos unicamente como pesquisa bibliográfica 11 trabalhos, que apesar de não mencionarem a metodologia utilizada, apresentam-se com abordagens teóricas.

Cabem aqui algumas observações. Quanto a um dos trabalhos considerado como análise de conteúdo¹⁴, a autora menciona a metodologia utilizada, embora não a chame de AC, utiliza as expressões “análise quanti e qualitativa de textos”. Da mesma forma, o fizemos com o trabalho

14. COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: dos “modos” de Zero Hora narrar os 500 anos de descobrimento do Brasil. Texto apresentado no NP Comunicação para a Cidadania - Intercom /2001.

considerado como estudo de recepção em que a autora¹⁵ o apresenta como uma “observação dos movimentos de um consumidor no seu ato cotidiano de ouvir rádio” utilizando como referência Martín-Barbero e Canclini, além de entrevistas com radiouvintes. Além desses, outro trabalho, que classificamos como estudo de caso, é apresentado pela autora como “relato de um caso”.

Quadro 6 – Suporte de comunicação analisado em cada trabalho

Suporte	No. vezes
Rádio comunitária	2
Rádio (outras)	1
Televisão comunitária	1
Jornal impresso / Boletim (comunitário)	2
Jornal impresso (outros)	3
Internet (Redes / comunidades virtuais)	1
Não se aplica (fala de ONGs, mobilização comunitária, educomunicação, ética etc.)	13
Total	23

O quadro acima advém na última categoria analisada no intuito de conhecermos melhor o conteúdo dos trabalhos. Procuramos identificar se existia algum suporte (canal) de comunicação focado na análise. Em casos em que não se tratava de estudo de mídias específicas – alternativa ‘não se aplica’ da categoria –, procuramos ver a abordagem principal. Neste aspecto, identificamos trabalhos que falam de

15. MAZZARINO, Jane. Consumidores do rádio degustam-no. Texto apresentado no NP Comunicação para a Cidadania - Intercom /2001.

uma maneira geral de mobilização social e comunitária, educomunicação, ONGs e OGs, ética, a pesquisa acadêmica sobre a comunicação da igreja, entre outros.

Verificamos que, apesar de o grupo ter forte identificação com as produções popular-alternativas e comunitárias, no âmbito dos trabalhos apenas cinco que tinham esse tipo de eixo amostral. Aliás, a ilustração produzida por meio das palavras-chaves no *Wordle* mostra a expressão comunicação comunitária sem muito destaque.

A baixa utilização de suportes específicos para análise (maioria não usa), demonstra mais uma vez o caráter plural das produções do grupo, assim como a forma bastante genérica de abordagens de certos *papers* apresentados em 2001.

Considerações finais

A hipótese de que a presença dos conceitos de cidadania seria frágil no ano analisado tem certa efetividade, porém a questão da cidadania aparece de forma candente nas práticas comunitárias analisadas. No conjunto, os estudos apresentados enfatizam os direitos sociais (2ª geração), os direitos comunicacionais/culturais (5ª geração) e os direitos coletivos (3ª geração), respectivamente, o que faz sentido, pois, se situam num momento histórico caracterizado por demandas de toda ordem em prol da redução das desigualdades sociais e do respeito aos direitos coletivos. O direito de quinta geração identificado não é tratado explicitamente nestes termos e não se usa a expressão “direito à comunicação”. Trata-se de uma percepção nossa em razão de que alguns trabalhos abordarem processos de empoderamento social de tecnologias comunicacionais no contexto de atividades sociais de diferentes atores para ampliar os direitos e o status da cidadania.

Cabe ainda dizer que a questão metodológica deixa muito a desejar na maioria dos trabalhos. Caso este fator seja recorrente nos anos posteriores, o GP está diante do desafio de contribuir para o avanço tanto dos processos metodológicos na realização das pesquisas e na explicitação clara dos métodos e técnicas empregados, quanto na intensificação de investigações arrojadas de modo a contribuir ainda mais para o desenvolvimento do conhecimento científico e do campo da Comunicação no Brasil.

Referências

BARBALET, J. M. *A cidadania*. Lisboa: Estampa, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4.ed. rev. e amp. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 4.reimp. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 217p.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Trad. de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

_____. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 2.ed. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FUNARI, Pedro P. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C.B. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p.49-95.

COGO, Denise. **Comunicação, mídia e cidadania**: um percurso pelas interfaces de um Núcleo de Pesquisa da Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1242-1.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

INTERCOM. **Núcleos de pesquisa:** normas regimentais, 2001. Disponível em: http://www.intercom.org.br/pesquisa/pesquisa_normas.shtml. Acesso em: 30 jun. 2012

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.

PINSKY, J.; PINSKY, C.B. (Orgs.). **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003.

PERUZZO, Círcia M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación**, São Paulo, Alaic, a.2, n.3, p.18-41, jul./dic.2005. Disponível em: <http://www.alaic.net/portal/revista/n3.htm> . Acesso em: 20 jun.2012.

_____. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, Unisinos, v.11, n.1, p.33-43, jan./abr. 2009. Disponível em: http://www.unifra.br/professores/rosana/Peruzzo_2009.pdf. Acesso em: 12 jul.2012.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização.** 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 142p.

2. A cidadania na diversidade de objetos e abordagens teóricas no campo da comunicação em 2002

JUCIANO DE SOUSA LACERDA¹

JULIANA BULHÕES A. DANTAS²

IANO FLÁVIO DE SOUZA MAIA³

Introdução

O presente texto pretende fazer dois movimentos. Primeiramente, apontar uma discussão recente, presente em nossos trabalhos de investigação, sobre cidadania cultural. Num segundo momento, retornar dez anos na produção científica do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, da Intercom, para rever e reavaliar objetos, temáticas e

1 Professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM), da UFRN. Vice-Coordenador do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom no biênio 2011-2012 e atual coordenador para o biênio 2013-2014. Coordenador do Grupo de Pesquisa Pragma (CNPq/UFRN).

2. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN).

3. Mestre em Estudos da Mídia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. Produtor da TV Universitária da UFRN.

bases teóricas que sedimentaram os textos apresentados pelos pesquisadores brasileiros em 2002, durante o Congresso Nacional da Intercom, em Salvador-BA. Foram apresentados 19 trabalhos científicos oriundos de 17 instituições de ensino superior do Brasil, contemplando quatro regiões do País: Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste. Em nossa análise, percebemos que o eixo organizador dos textos, em relação à interface comunicação e cidadania, se constrói por meio dos temas, problemas e objetos investigados. É perceptível a riqueza e a diversidade de objetos e temas, articulados por uma grande diversidade de abordagens teóricas, correspondendo, em certa medida à grande amplitude da ementa do GP.

Olhares sobre a cidadania e o nosso olhar

Na busca por compreender olhares sobre a cidadania que pudessem nos ajudar a compreender a “cidadania cultural”, buscamos em trabalho anterior (LACERDA & MAZIVIERO, 2011) evidenciar o paradoxo das visões de cidadania situadas no contexto da sociedade de consumo contemporânea (ORTIZ, 2000; GARCÍA-CANCLINI, 2001; MARTÍN-BARBERO & REY, 2001; SILVERSTONE, 2002; SARLO, 2004). Não tivemos sucesso pleno nessa empreitada bibliográfica, mas pudemos reconhecer que o consumo, numa perspectiva de cidadania, pode ser 1) uma posição de abordagem necessária hoje diante do modelo desigual neoliberal de globalização (GARCÍA-CANCLINI, 2001); 2) pode ser capaz de gerar organizações coletivas de leitores de jornais, observadores cidadãos de mídia, conselhos de consumidores, numa interação entre recepção/consumo e cidadania (MARTÍN-BARBERO & REY, 2001); 3) pode ser mesmo paradoxal, pois, com todos os danos causados pela sociedade do consumo, muitos

de nossos processos identitários e de autoconhecimento passam pela resignificação dos produtos ofertados pelo mercado capitalista (SILVERSTONE, 2002); e 4) reconhecemos que no mundo atual a questão da cidadania se manifesta também em termos do acesso aos bens, do ter ou não ter dinheiro, da possibilidade justamente do consumo (ORTIZ, 2000), embora seja uma entrada teórica muito criticada quando temos em conta, principalmente, políticas de acesso pautadas pelas lógicas de mercado. Isso, porque o consumo como perspectiva cidadã, em suas formas de uso e apropriação, tem suas restrições, como a de servir também para justificar o pensamento neoliberal: consumidores livres num mercado livre (MATTELART & MATTELART, 1999). Ou também uma leitura que reforça a quebra das identidades, cujo espaço é ocupado pelo mercado, cuja lógica não inclui a todos no processo de cidadania. Dilema que, segundo Beatriz Sarlo (2004, p. 26), também enfrentamos no cotidiano das ciências sociais: “As ciências sociais descobrem que a cidadania também se pratica no mercado, e que as pessoas que não têm como realizar suas transações ali ficam, por assim dizer, fora do mundo”.

Podemos dizer, portanto, que a lógica do acesso à informação como direito, garante a perspectiva do consumo, mas não contempla todo o sentido de cidadania. Da mesma forma que, trazendo o tema para nossa problemática de pesquisa, os “usos e apropriações” situados somente no âmbito do acesso à informação dão possibilidades de recriação, de reprodução, mas não garantem plenamente a perspectiva do que passamos a chamar, aqui, de “cidadania cultural”, e que vamos desenvolver no curso deste texto.

Como primeiro movimento, gostaríamos de recuperar a etimologia do termo “cultura”, no sentido de cultivo, de labor, de produção. Para isso, retomamos a definição de Eagleton:

“Cultura” denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito. A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica própria da humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavar o solo à divisão do átomo (EAGLETON, 2005, p. 10).

Partindo desta visão de cultura, a perspectiva da cidadania cultural propõe um caminho que não se limita ao direito ao acesso à informação, mas evoca a plenitude do direito de comunicar, do direito de todos à livre expressão, que seja garantido através de toda e qualquer forma simbólica: imprensa, livros, televisão, redes digitais, telecomunicações, redes móveis e tecnologias mais diversas e atuais.

A compreensão do direito à comunicação ampla que garante também o acesso aos meios de produção e difusão, e não somente de ser informado através do consumo pago ou gratuito, está na discussão proposta por Lima (2006) ao recuperar as três dimensões constituintes da cidadania: civil, política e social, propostas por T. H. Marshall em 1949. Desta forma, como destaca Lima (2006) do pensamento de Marshall, a garantia da cidadania depende da garantia da liberdade individual e de um poder Judiciário independente, correspondendo à dimensão da *cidadania civil*; depende do direito à comunicação e de um sistema democrático de mídia, correspondendo à *cidadania política*. E, por fim, temos a dimensão da *cidadania social*, que depende da justiça social e da participação efetiva na riqueza coletiva (educação, saúde, emprego, salário justo, comunicação), garantidas pelos poderes Executivo e Legislativo.

Na verdade, a comunicação perpassa todas as três dimensões da cidadania, constituindo-se, ao mesmo tempo, em direito civil — liberdade individual de

expressão; em direito político — através do direito à comunicação, que vai além do direito de ser informado; e em direito civil — através do direito a uma política pública democrática de comunicação que assegure pluralidade e diversidade na representação de ideias e opiniões (LIMA, 2006, p. 11).

Com a importância que ganha o tema da comunicação para a cidadania, em relação as tecnologias de informação e comunicação contemporâneas, as formas de exercício da cidadania cultural não podem ser circunscritas aos usos e apropriações na ordem do acesso à informação, mesmo quando caracterizadas como práticas desviantes (Certeau, 2000), situada nas disputas representadas – entre outras possíveis – na qualidade/atualização dos dispositivos tecnológicos, na capacidade de conexão, nos modelos e políticas de oferta de acesso, nas taxas de acesso, nos serviços oferecidos (LACERDA & MAZIVIEIRO, 2011). Essa lógica está claramente exposta na “produção dos consumidores” desenvolvida por De Certeau (2000), em que no tempo de consumo da oferta midiática não há passividade, mas um processo de “fabricação” pelo consumidor cultural. Uma produção sem produtos próprios, exercida sobre os produtos impostos por uma ordem dominante. Essa produção “é astuciosa, dispersa [...] e quase invisível”, mas se faz notar nas “maneiras de empregar” os produtos que lhe são impostos (CERTEAU, 2000, p. 39). “As táticas do consumo, engenhosidade do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então numa politização das práticas cotidianas” (CERTEAU, 2000, p. 45). Assim, haveria a impossibilidade de um totalitarismo do sentido único, de dispositivos disciplinares capazes de controle ou da determinação total, das formas de uso estar sob o controle de que têm os meios de produção e circulação dos produtos culturais e das tecnologias de informação e comunicação.

Contudo, a inversão da pergunta feita pela corrente dos “usos e gratificações” pode “nos levar ao idealismo de crer que o leitor faz o que lhe der vontade; mas há limites sociais muito fortes ao poder do consumidor” (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 54-55). Ou seja, não se podem separar os processos de uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação dos contextos da economia de produção. Assim, as formas desviantes de uso e apropriação constituem um caminho para a cidadania, pois fazem manifestar as assimetrias, os desequilíbrios, os processos hegemônicos, as disputas simbólicas e materiais, mas isso não é suficiente em termos de cidadania cultural.

Podemos compreender melhor a noção de cidadania cultural a partir da concepção de cultura de Ecléa Bosi (1986), sob a ótica do mundo do trabalhador. Em seu ponto de vista, a cultura não corresponde à lógica limitada de “necessidade, privação ou carência cultural”, representada na concepção ideológica de “adquirir cultura”, o que a tornaria um “elemento de consumo” (BOSI, 1986, p. 17). A visão das classes populares de cultura, segundo Bosi, só se mantém como ideia de oposição ou de superação da natureza, como um desabrochar da pessoa na vida em sociedade. “A concepção de cultura como necessidade satisfeita pelo trabalho da instrução leva a atitudes que reificam, ou melhor, condenam à morte os objetos e as significações da cultura do povo porque impedem ao sujeito a expressão de sua própria classe” (BOSI, 1986, p. 17). Portanto, estaria mais na esfera do reconhecer-se em sua dignidade cultural, partindo para uma perspectiva de luta por espaços de expressão, circulação e reconhecimento, do que, simplesmente, do acesso ou da aquisição de cultura.

As políticas culturais baseadas no modelo de sociedade vigente, fundado na polarização entre “carência” e “privilegio”, também são criticadas por Marilena Chauí (1995), uma das primeiras pensadoras brasileiras a propor o conceito

de “cidadania cultural”. Para a filósofa, a lógica da democracia, baseada na criação, reconhecimento e garantia de direitos, tem dificuldades de emergir plenamente na sociedade brasileira, baseada em carências e privilégios.

Uma carência, por definição, é sempre particular e específica, não conseguindo se generalizar num interesse nem, muito menos, se universalizar num direito. Um privilégio, por definição, não pode se generalizar num interesse comum nem se universalizar num direito, sob a pena de desfazer-se como privilégio (CHAUÍ, 1995, p. 78).

Chauí (1995, p. 81) trata das modalidades de relação do Estado com a cultura, apontando como prevalece, nas formas *liberal*, *autoritária*, *populista* e *neoliberal* de visão cultural, a lógica polarizada de carências e privilégio. Na visão *liberal*, a cultura é identificada com as “belas-artes”, vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais. Na concepção *autoritária*, o Estado é o produtor oficial de cultura e censor da cultura produzida na sociedade civil. Na *populista*, há uma manipulação do que se entende por cultura popular, entendida como versão popular das belas-artes (como repetição, reprodução ou mimetismo) e a indústria cultural. E por fim, a visão *neoliberal* da relação do estado com a cultura, que tende a privatizar as instituições públicas de cultura, colocando-as sob a responsabilidade de empresários da indústria cultural, associando cultura a eventos de massa e aos produtos das mídias de massa.

No antídoto proposto por Chauí contra a visão liberal, vemos claramente seu conceito de cultura, que alarga o escopo para além do campo restrito às belas-artes, “tomando-o no sentido antropológico mais amplo de invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres culturais

e sujeitos culturais” (CHAUÍ, 1995, p. 81). Contra a perspectiva autoritária, Chauí (1995, p. 82) propõe um Estado que estimule a criação cultural da sociedade. Para combater a visão populista, seria preciso romper com a polaridade entre cultura de elite e cultura popular, uma vez que ambas podem ser de vanguarda ou conservadoras, não cabendo a lógica de que a vanguarda estaria na cultura de elite e a repetição na cultura popular. Para contrapor a visão neoliberal, seria necessário dar ênfase ao caráter público da ação cultural do Estado, ou seja, produção cultural é de interesse público, portanto o Estado não pode deixar nas mãos da iniciativa privada e da mídia massiva o protagonismo da produção cultural, mas incentivar e financiar outros setores da sociedade.

Em suma, negar as visões liberal, autoritária, populista e neoliberal da relação Estado/cultura seria necessário como perspectiva para a construção de uma cultura política nova, com base na proposta, segundo Chauí, de cidadania cultural.

Além da face negativa ou crítica, nossas propostas possuíam uma face positiva: a cultura foi pensada como direito dos cidadãos e a política cultural como cidadania cultural. Em outras palavras, procuramos marcar, desde o início, que a política cultural visava também a uma cultura política nova (CHAUÍ, 1995, p. 82).

Desta forma, a cidadania cultural como dimensão política se constitui na afirmação de direitos fundamentais: de acesso e fruição (direito à informação); direito à criação cultural (direito à comunicação); direito a reconhecer-se como sujeito cultural; direito a participar das decisões públicas sobre a cultura (CHAUÍ, 1995, pp. 82-83). Portanto, o centro das ações de uma cidadania cultural está na defesa dos direitos, em contraponto à falta de transparência das políticas culturais pautadas na carência e no privilégio.

A cidadania cultural teve em seu centro a desmontagem crítica da mitologia e da ideologia: tomar a cultura como um direito foi criar condições para tornar visível a diferença entre carência, privilégio e direito, a dissimulação das formas da violência, a manipulação efetuada pela *mass mídia* e o paternalismo populista; foi a possibilidade de tornar visível um novo sujeito social e político que se reconheça como sujeito cultural. Mas foi, sobretudo, a tentativa para romper com a passividade perante a cultura – o consumo de bens culturais – e a resignação ao estabelecido, pois essa passividade e essa resignação bloqueiam a busca da democracia, alimentam a visão messiânica-mineralista da política e o poderio das oligarquias brasileiras (CHAUI, 1995, p. 84).

Desta forma, entendemos a passividade como uma atitude de consumo cultural, ou de qualquer outra forma de consumo, pautada na lógica da carência e na atitude de resignação com o que é ofertado. Logo, a perspectiva da cidadania cultural significa ir além da visão de usos e apropriações como consumo de bens culturais, caracterizado na perspectiva do manuseio dos códigos e regras dos bens simbólicos (uso). Mesmo em ações cotidianas em que reordenamos e nos apropriamos da oferta tecnológica pautada na lógica de suprir carências. A cidadania cultural representaria, sim, uma diversidade de contextos e materialidades que torne possível não só a fruição de bens simbólicos aos quais temos acesso, mas a possibilidade produção, de criação, de expressão, de circulação e visibilidade de novos bens pelos sujeitos individuais e coletivos dos diferentes campos da sociedade, sem privilégios. E para que aconteça uma cidadania cultural é preciso um duplo movimento: a ação cultural política dos coletivos sociais e a construção de políticas culturais por parte do Estado. Logo, estamos num campo de

disputas de direitos, valores, capitais e poderes, como bem caracteriza Barbalho (2008, p. 124): “Política cultural significa atuar na criação, circulação, fruição de bens simbólicos. Esta atuação implica reconhecer que esse sistema processual, que é a cultura, se organiza como um campo, o campo da cultura, que possui valores, capital e poder específicos”.

Objetos e objetivos ao investigar a cidadania: temáticas convergentes

Feito esse exercício de explanação sobre o que compreendemos como cidadania na perspectiva cultural, que é nossa problemática atual, adentramos nos trabalhos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania, no Congresso Anual da Intercom de 2002, num revisitar interessado, com o intuito de perceber dois movimentos. Primeiramente, os enfoques sobre a cidadania em objetos e objetivos analisados. Em segundo lugar, quais os principais autores que fundamentam os artigos apresentados no GP em 2002. Teriam esses autores como força teórica maior uma relação entre cidadania e comunicação? De fato são explorados em profundidade pelos textos, naquilo que podem contribuir para a interface? Não há garantias de respostas claras, mas o percurso se demonstra interessante, do ponto de vista de uma epistemologia da comunicação para a cidadania.

Percebemos no conjunto dos trabalhos, a complexidade do conceito de cidadania que se materializa na multiplicidade e diversidade dos enfoques e abordagens das pesquisas que relacionam o conceito à comunicação. No conjunto de 19 artigos apresentados ao GP de Comunicação e Cidadania, os objetos e objetivos propostos podem indicar um panorama das pesquisas desenvolvidas neste campo específico no ano de 2002. São poucos

os artigos que se dedicam exclusivamente a discussões teóricas e conceituais em relação ao conceito de cidadania. A maior parte dos textos aborda a temática sem lidar e refletir diretamente sobre o conceito específico. As pesquisas aproximam-se de questões que envolvem direitos cidadãos, como saúde, liberdade religiosa, igualdade de gênero, direito ao trabalho, entre outros.

A conexão com temas da conjuntura contemporânea é visível na escolha dos temas de pesquisa. A atuação de movimentos sociais, o desenvolvimento de processos políticos e discussões sobre a diversidade cultural e a participação política encontram inspiração em fenômenos sociais que surgem ao redor do pesquisador e mantêm-se em movimento enquanto a pesquisa acontece. Alguns temas mostram-se importantes na comparação dos artigos. A participação política e a construção de discursos sobre os diversos aspectos da cidadania são abordados diretamente por pelo menos 03 artigos (ALMEIDA & ALMEIDA, 2002; CANUTO, 2002; FUSER & MAIA, 2002). A comunicação comunitária é alvo de, pelo menos outras quatro investigações (BOTÃO, 2002; OLIVEIRA, 2002; HENRIQUES & VIEZA, 2002; SPENILLO & CALONIO, 2002). E ainda que o rádio seja o principal meio investigado naquele ano (FUSER & MAIA, 2002; OLIVEIRA, 2002; SPENILLO & CALONIO, 2002), já existe uma preocupação com as transformações advindas da ainda incipiente internet (BOTÃO, 2002).

A comunicação do Movimento Sem Terra é alvo de estudos de dois artigos apresentados (MELO, 2002; OLIVEIRA FILHA, 2002). Temos aqui o cidadão como aquele receptor ativo que “conhece a importância de sua participação na conquista dos seus direitos” (MELO, 2002) ou a visão de um meio como instrumento simbólico/representação de uma cidadania coletiva (OLIVEIRA FILHA, 2002). Além dos movimentos sociais, alguns artigos trazem a preocupação

com a comunicação no terceiro setor, organizações governamentais que cumpriam papel importante na construção de alternativas comunicacionais na abordagem de direitos cidadãos, distanciadas cada vez mais de uma lógica informacional de mercado (MENEGUIN, 2002; RIFFEL, 2002; SPENILLO & CALONIO, 2002). A possibilidade da cidadania está na organização dos sujeitos e dos coletivos em torno de ações que são fortalecidas, dinamizadas ou articuladas por estratégias de comunicação das mais diversas, que necessitam ser compreendidas e problematizadas.

O grupo também deu espaço à interface entre comunicação e saúde, com artigos que abordavam a prevenção da Aids e a promoção da saúde indígena (ARAÚJO, 2002; TRASFERETTI, 2002). Numa perspectiva da discussão sobre o protagonismo enunciativo sobre si, pelos indígenas, em relação às políticas públicas focadas na prevenção da Aids (ARAÚJO, 2002). Ou, ainda, por problematizar o difícil acesso de informações sobre a Aids no espaço de comunidades mediadas pelas práticas religiosas, especificamente de comunidades católicas (TRASFERETTI, 2002). Vemos, assim, a disputa com o campo político e o campo religioso pelo acesso a informação ou pelo controle da informação, demonstrando perspectivas e dificuldades para o exercício da cidadania em diferentes campos sociais. Por fim, as migrações também já chamavam à atenção dos estudiosos da comunicação, que buscavam compreender as dinâmicas da interculturalidade e da diversidade cultural e o próprio processo de mediação das migrações no Brasil e na América Latina (COGO, 2002; DUARTE, 2002).

Por fim, apenas um artigo (MALDONADO, 2002) reflete teoricamente sobre a relação do campo da comunicação com os campos sociais e propõe uma reflexão, a partir do modelo comunicacional do casal Mattelart, sobre os processos contemporâneos que articulam comunicação e cidadania, especialmente, as interações entre a mídia e os públicos.

O texto problematiza os usos e apropriações em relação às estratégias midiáticas, buscando rediscutir a noção de poder em relação às competências comunicacionais dos públicos, mas sob a visão de sujeitos, de classes e grupos sociais.

As fontes em que bebem os textos sobre cidadania

Nos 19 trabalhos do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, referentes ao congresso de 2002 da Intercom, alguns autores são recorrentes, o que nos dá a possibilidade de valer-se esta característica para analisarmos as bases teóricas das pesquisas apresentadas. Consideramos para a análise das bases bibliográficas dos artigos a quantidade de aparições de cada autor. Classificamos a importância de cada autor para a base teórica do artigo como principal, contextual e complementar. Entendemos como fontes principais aquelas que constituem a estrutura do edifício do texto em questão. São autores contextuais, aqueles cujo pensamento é empregado no artigo como contexto para fundamentar ou situar algum argumento. E identificamos como autores complementares aqueles que constituem citações isoladas nos textos, reforçando alguma ideia desenvolvida principalmente por outros autores.

De maneira recorrente, cinco teóricos foram mais significativos em todos os trabalhos, sendo abordados em três ou mais artigos. O pensamento de Néstor García-Canclini é desenvolvido em sete trabalhos diferentes; os textos de Jesús Martín-Barbero são trabalhados em cinco pesquisas; a obra de Antonio Gramsci é citada em três. Dos autores brasileiros, Cícilia K. Peruzzo se destaca em três artigos. O pensamento de Max Weber é abordado também em três artigos. Optamos por não abordar os autores que serviram como base teórica em menos de três trabalhos, para não estender demais a narrativa de forma somente descritiva e superficial.

Devido a este critério, não foram analisados treze autores recorrentes que foram trabalhados em dois artigos, cada um. Mas comentaremos esse tema ao final deste tópico.

Néstor García-Canclini, antropólogo argentino, fez parte do corpo teórico de sete dos 19 artigos do GP. Em quatro situações, foi o autor principal do texto, corroborando com as principais conceituações tecidas acerca de temas-chave do GP, como cidadania, consumo e cultura popular (ASSIS, 2002; CANUTO, 2002; COGO, 2002; DUARTE, 2002); em uma, foi autor contextual (MALDONADO, 2002), servindo para fundamentar o artigo pontualmente; e nas outras duas foi autor complementar (MELO, 2002; SPENILLO & CALONIO, 2002), isto é, sem muito destaque e desenvolvimento nos textos. Os sete artigos contemplaram, ao todo, 13 obras de García-Canclini. Destas 13 obras, a mais utilizada foi “Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização”, de 1995, que aparece cinco vezes nos artigos, incluindo uma versão em espanhol. Essa constante recorrência a esta obra específica deve-se ao fato dela tratar da cidadania, de forma central, mas contextualizada na discussão sobre a globalização, sob o viés da problemática do consumo. A proposta de um consumo ativo, tanto em sua dimensão política como econômica, cativou o pensamento da área nos anos 1990 e atravessou a virada do milênio. Contudo, nunca deixou de ser alvo de críticas, como discutimos na primeira parte deste artigo. No texto de Assis (2002), as ações dos movimentos anticonsumo **são desenvolvidas por meio da apropriação da estética da publicidade para se produzir uma** contrainformação, evidenciando o paradoxo que apontamos na problemática entre consumo e cidadania. Maldonado (2002) evidencia a abordagem do consumo de García-Canclini, afirmando-a como crítica à lógica global vigente, mas sem deixar de discutir o paradoxo da aproximação entre consumo e cidadania, estabelecendo lugares de conflito.

Já “As culturas populares no capitalismo”, de 1983, aparece em três trabalhos. Logo no título, o livro já traz um tema caro ao Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, mas sua abordagem nem sempre é bem explorada. No artigo de Canuto (2002) há uma menção geral a García-Canclini, destacando a questão da cultura e da globalização na problemática do hibridismo cultural, em “Consumidores e cidadãos...”, mas sem haver um diálogo mais consistente com “As culturas populares...”. O problema é recorrente. Uma obra que aparece duas vezes é “La globalización imaginada”, de 1999, novamente referente à temática da globalização questionada sob o aspecto da cidadania, mas para problematizar aspectos das imigrações e dos problemas enfrentados pelos imigrantes na contemporaneidade (COGO, 2002; DUARTE, 2002).

“América Latina entre Europa y Estados Unidos: mercado e interculturalidad”, de 1998, “O nacional e o popular nas políticas culturais: concepções atuantes na América Latina”, de 1983, e “La modernidad después de la posmodernidad”, de 1996, foram utilizadas uma vez, cada, destacando as pautas de cultura e modernidade, na perspectiva de situar o pensamento do autor dentro do paradigma dos estudos culturais latino-americanos, mas sem deixar explicitamente situado a que vieram estes textos colaborar na construção dos artigos. Embora, as problemáticas tratadas tenham pertinência ao escopo da ementa do GP Comunicação para a Cidadania. Mas há, portanto, um grande risco de tratar o pensamento de García-Canclini de maneira generalizada sem retomar, atualizar ou discutir sua relação com a cidadania.

O pensador ibero-latino-americano Jesús Martín-Barbero teve suas obras utilizadas em cinco artigos, sendo que em dois como autor principal, tendo em vista que suas teorias também se enquadram nos temas-chave do GP (CANUTO, 2002; DUARTE, 2002); em dois como autor contextual,

ocasião na qual se fez uso de apenas um conceito trabalhado pelo autor (MALDONADO, 2002; SPENILLO & CALONIO, 2002); e em um como autor complementar, onde é citado superficialmente (MELO, 2002). Destacamos que nesse último artigo em questão os estudos sobre Martín-Barbero foram citados somente para afirmá-lo como integrante dos Estudos Culturais Latino-americanos, numa referência de rodapé coletiva. A única obra que foi utilizada em mais de um artigo foi “Dos meios às mediações” (1997), que serviu de base teórica em duas situações, pelo fato de ser uma das principais obras do autor e por dar foco a um dos seus conceitos mais perpetuados, que é o de mediações.

Cada uma das outras obras do autor apareceram uma vez nos artigos. São elas “América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social”, de 1995, “Dinámicas Urbanas de la Cultura”, de 1991, “Mediaciones urbanas y nuevos escenarios de comunicación”, de 1994, “Globalización y Multiculturalidad: notas para una agenda de investigación”, de 1997, e “Procesos de comunicación y matrices de cultura”, de 1988, e “Desafios culturais da comunicação à educação”, de 2000. **É perceptível que todas as obras** abordadas **têm relação com** alguma temática do GP Comunicação para a Cidadania, uma vez que o escopo da ementa congrega em seu guarda-chuva temas vindos de outros três GTs que foram extintos da Intercom. Temas como cultura urbana, minorias, mediação e globalização atualizam aspectos transversais à cidadania e, de fato, estão presentes em problemáticas de outros GPs da Intercom. O que diferenciaria sua presença aqui seria justamente o olhar ou a problematização em torno da cidadania, que se configura como um campo de abordagem, mas não um campo teórico a ser discutido em profundidade, a partir das pesquisas empíricas.

Já as obras do cientista político Antonio Gramsci foram utilizadas em três artigos distintos do GP, uma vez como

autor principal (SPENILLO & CALONIO, 2002), outra como contextual (TRASFERETTI 2002) e uma como autor complementar (CANUTO, 2002). A cultura também foi um tema em destaque nas obras utilizadas do autor. “Os intelectuais e a organização da cultura”, de 1995, aparece em dois trabalhos como base teórica para tratar do tema, que também é destaque nas outras duas obras utilizadas: “Cultura y Literatura”, de 1972, e “Obras escolhidas”, de 1978. Ambas são trabalhadas em um artigo, cada. Além disso, outros conceitos-chave foram abordados pela perspectiva de Gramsci, como cultura hegemônica. Em um dos artigos o autor é utilizado na conceituação de sociedade civil, porém a obra utilizada não foi relacionada.

A pesquisadora brasileira Cicília K. Peruzzo, por sua vez, também foi empregada em três artigos diferentes. Em um trabalho, foi a autora principal (BOTÃO, 2002) e, nos outros dois, autora contextual (FUSER & MAIA, 2002; RIFFEL, 2002). Sua obra mais utilizada foi “Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania”, de 1998, comum aos três artigos, destacada por tratar do principal tema do GP, que é a cidadania, e também por servir de base teórica acerca da comunicação popular, temática destaque no GP: “Mídia comunitária. Comunicação & Sociedade”, de 1998 e “Pistas para o estudo e a prática da comunicação comunitária participativa”, de 1995, foram utilizadas em um artigo, cada uma. O tema da comunicação comunitária, articulado à comunicação popular, também integra a problemática do GP Comunicação para a Cidadania, sendo ele uma das principais matrizes de investigação do grupo em vários momentos de sua história.

O sociólogo alemão Max Weber foi utilizado em três artigos, em todas as situações como autor complementar (ALMEIDA & ALMEIDA, 2002; CANUTO, 2002; MENENGUIN, 2002), para citar rapidamente questões da ética religiosa, do desencantamento do mundo e do poder

do estado, tendo o parlamento como antídoto a um estado centralizador das decisões. Suas obras citadas foram “Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída”, edição de 1997, e “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, edição de 1989, utilizadas uma vez cada, sendo que em um dos artigos só havia a informação do autor e do ano de 1965, mas sem a referência à obra utilizada, na bibliografia, um problema recorrente em muitos textos. Ora, temos autores citados no corpo do texto que não constam nas referências bibliográficas, ora não são mencionados no corpo do texto, mas constam na bibliografia.

Por fim, falamos no início deste tópico que identificamos treze autores que foram citados duas vezes nos diferentes artigos do GP, em 2002. Dentre eles, há autores significativos para o campo da cidadania, como Octávio Ianni, Maria da Glória Gohn, Guillermo Orozco-Gómez e Armando Mattelart. Também há autores recorrentes por motivo da metodologia de análise utilizada, como é o caso da análise de discurso, a exemplo de Milton José Pinto, Eni P. Orlandi e Norman Fairclough. Portanto, percebemos em 2002 uma grande diversidade de fontes teóricas e metodológicas em que a cidadania se organiza como forma de olhar sobre objetos e problemas, mas não se caracteriza, necessariamente, como a problemática teórica principal e organizadora da maioria dos artigos.

Considerações finais

Ao fazer o balanço dos artigos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania em 2002, vemos que o principal eixo organizador dos artigos, no que diz respeito à interface comunicação e cidadania, se dá através dos temas, problemas e objetos investigados. Percebemos tanto uma riqueza e diversidade de objetos e temas como também de abordagens

teóricas, correspondendo, em certa medida à grande amplitude da ementa do GP. Se não há, propriamente, um número significativo de artigos que desenvolvem discussões teóricas e conceituais em torno do conceito de cidadania, esta se apresenta como problemática para se pensar direitos, saúde, liberdade religiosa, questões de gênero, organizações e coletivos da sociedade organizada, etc. O foco são movimentos sociais e políticos, discussões sobre diversidade cultural, terceiro setor, setores comunitários, entre outros, em perspectivas sobre comunicação alternativa, popular, pública, comunitária, contra hegemônica, inter e transcultural. Desta forma, são abordadas tanto mídias tradicionais como as novas mídias.

Podemos afirmar que há certa hegemonia do pensamento teórico latino-americano nos artigos apresentados, quando autores como García-Canclini e Martín-Barbero ou Cicilia Peruzzo se destacam em diversos artigos. Contudo, isso não pode ser plenamente afirmado quando, em alguns momentos, estes autores parecem mais figurar nos textos, mas sem uma discussão ou atualização de suas abordagens. Explico melhor, podem se caracterizar mais como “autores da moda” (FRANÇA, 2001), que são muito citados, mas pouco tensionados ou devidamente apropriados, no sentido de colaborar com novas abordagens sobre a comunicação e a cidadania. É interessante que, passados dez anos, vemos hoje nos debates e reuniões do GP Comunicação para a cidadania a problematização do tema cidadania, a busca por sua definição e caracterização, de forma que começam a surgir artigos centrados em discutir cidadania comunicacional, cidadania comunicativa, cidadania científica, cidadania cultural, só para ficar em alguns exemplos. São tempos de redescoberta e de redefinições! Tempos necessários!

Referências

BARBALHO, A. (2008). Textos nômades: política, cultura e mídia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

BOSI, E. (1986). Sobre a cultura das classes populares. In: _____. Cultura de massa e cultura popular. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 13-23.

CHAUÍ, M. (1995) Cultura política e política cultural. Estud. av. [online]. Vol.9, n.23, pp. 71-84. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>.

CERTEAU, M. De (2000). A invenção do cotidiano: Artes de fazer. 5.ed., Petrópolis:Vozes, p. 373p.

EAGLETON, T. (2005) Versões de cultura. In: _____. A ideia de cultura. São Paulo: Unesp, p. 9-50.

FRANÇA, V.V. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V.V. (orgs.) Teorias da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001. p.39-60.

GARCÍA-CANCLINI, N. (2001) Consumidores e cidadãos. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

LACERDA, J. S.; MAZIVIERO, H. V. (2011) Pesquisa da Pesquisa Sobre Usos e Apropriações das TICs: um balanço aquém das expectativas. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Quem tem medo da pesquisa empírica. São Paulo: Intercom/Adaltech, 2011. v. 1. p. 1-15. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2376-1.pdf>>

LIMA, V. A. (2006) Comunicação, poder e cidadania. Revista Rastros, Ano VII, Nº 7, Outubro, p. 8-16.

MARTÍN-BARBERO, J. (1995) América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. Sujeito, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, p. 39-68.

MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G. (2001) Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac.

MATTELART, A.; MATTELART, M. (1999) História das teorias da comunicação. São Paulo: Loyola.

ORTIZ, R. (2000) Identidades culturais no contexto da globalização: Entrevista a Roseli Fígaro. Comunicação & Educação, São Paulo, [18]: 68 a 80, maio/ago.

SARLO, B. (2004) Cenas da vida pós-moderna. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

SILVERSTONE, R. (2002) Por que estudar a mídia? São Paulo: Loyola.

Artigos do GP Comunicação para a Cidadania em 2002

ALMEIDA, Gilberto Wildberger; ALMEIDA, Adriano Jonas. Em torno do neopopulismo midiático na Bahia. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

ARAÚJO, Inesita. Lugar de interlocução, lugar de luta. Discurso e transformação social na saúde indígena. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

ASSIS, Érico Gonçalves de. O movimento de contestação do consumismo: A crítica do consumo e o consumo da crítica. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

BOTÃO, Paulo Roberto. Mídia comunitária: Novas tecnologias e a emergência do local. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

CANUTO, Elizabete. n – Cidadania e religiosidade no programa radiofônico do Centro das Mulheres do município de Vitória de Santo Antão (PE). In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

COGO, Denise. Mídia, interculturalidade e cidadania: Mapeando as estratégias de midiaticização dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

DUARTE, Pedro Russi. A midiaticização como processo de construção das identidades culturais: Estudo dos processos de produção de sentido – na mídia impressa brasileira e uruguaia – das representações interculturais dos imigrantes. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

FUSER, Bruno. Rádios comunitárias em Campinas: A perda de espaço da alternativa popular. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

MALDONADO, Alberto Efendy. A problemática do sujeito e das estruturas: Pensar a cidadania a partir do comunicacional: O modelo mattelartiano. In: XXV Congresso

Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

MELO, Paula Reis. Recepção e cidadania: O despertar do sujeito político pelas margens do MST. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins de. Diagnóstico da informação brasileira na área de comunicação. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

MENEGUIN, Ana Marusia P. Lima. O imaginário da drogadição: Uma análise das campanhas antidrogas. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. Elementos visuais do Jornal sem Terra: Reforço aos símbolos e à unidade. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

OLIVEIRA, Catarina Farias de. Escuta sonora: A experiência da Casa Grande FM. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

RIFFEL, Cristiane. A comunicação na ação das ONGs: A experiência das AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, na região Centro-Sul do Paraná. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

SANTOS FERRAZ, Marcos Alexandre dos. Comunicação e abstração da ação sindical: Um olhar sobre o SINTTEL/PR durante a década de 90. In: XXV Congresso Brasileiro

de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

SIMEONE HENRIQUES, Márcio; VIEZA, Frederico. Comunicação e mobilização em projeto de planejamento participativo municipal: Um estudo de caso. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

SPENILLO, Giuseppa. CALONIO, Cesar. Distribuição e uso de recursos comunicacionais por comunitários: O Portal do Alvorada como ação social no mundo globalizado e informatizado. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

TRASFERETTI, José. Pastoral da família e Aids: Comunicação, saúde e conscientização. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Comunicação para a Cidadania (NP 12), Salvador, 2002.

3. Comunicação para a Cidadania: análise dos trabalhos do Núcleo de Pesquisa da Intercom de 2003

DENISE COGO¹

DANIEL BARSÍ LOPES²

Neste artigo propomos uma análise dos textos apresentados no encontro dos Núcleos de Pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), tendo como eixo de abordagem os artigos expostos e debatidos no NP Comunicação para a Cidadania. O encontro foi realizado no ano de 2003, no campus da PUC, em Minas Gerais.

Cabe assinalar, inicialmente, que o encontro de 2003 se desenrola em um contexto científico em que espaços que

-
1. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS/RS e Pesquisadora Produtividade do CNPq. Foi coordenadora do NP Comunicação para a Cidadania da Intercom entre 2001 e 2006. E-mail: denisecogo@uol.com.br
 2. Professor da FANOR/CE – Faculdades Nordeste e da FCRS/CE – Faculdade Católica Rainha do Sertão. Mestre e Doutor em Comunicação pela UNISINOS/RS. E-mail: daniel_barsi@yahoo.com.br.

funcionavam, até então, na Intercom, como grupos de trabalho (GTs), passaram a se estruturar, nessa época, na modalidade de Núcleos de Pesquisa (NPs). A extinção dos GTs e sua substituição por NPs foi uma das principais reformulações dentre um conjunto de mudanças na sistemática de trabalho implementadas pela diretoria e pelos membros dos grupos trabalhos da Intercom a partir de 2001;

A concepção dos Núcleos de Pesquisa esteve orientada pela perspectiva de atribuir um caráter mais flexível, indutor e permanente à atuação dos pesquisadores vinculados aos núcleos, conforme podemos observar nos objetivos expressos no documento de 2006, em que aparecem registradas as normas de funcionamentos dos NPs.

Art. 3 Os Núcleos de Pesquisa pretendem atender aos seguintes objetivos: 3.1 Estruturar o espaço para apresentação de atividades de pesquisa dos sócios que pertencem a um mesmo segmento disciplinar ou área de fronteira; 3.2 Permitir maior plasticidade através das seções possibilitando agrupar especificidades e/ou tanto a inclusão como a substituição de temáticas, adaptando-se às demandas da comunidade científica; 3.3 Fomentar programas de cooperação potencializando e otimizando a pesquisa mediante iniciativas interinstitucionais; 3.4 Permitir a divulgação da produção científica, o encontro e troca de experiências entre pesquisadores da área de Comunicação, potencializando o papel de vanguarda da Intercom e fazendo avançar o conhecimento (NORMAS, 2006, p. 1).

Nesse contexto, o Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania foi criado para abrigar os trabalhos e as discussões que vinham sendo desenvolvidos até o ano

de 2000 pelo GT Comunicação e Culturas Populares³ (COGO; BARBALHO, FUSER, 2010). Em 2003, o NP Comunicação para a Cidadania recebeu 35 *papers*, dos quais foram selecionados, pelo comitê científico⁴, 20 trabalhos⁵. Treze dentre os vinte pesquisadores selecionados nunca haviam tido participação anterior no Núcleo como autores de trabalho, ao passo que oito já haviam apresentado artigo em outros encontros do NP. Nesse ano de 2003, a dinâmica dos trabalhos do NP contemplou, ainda, a inclusão de um relator (comentador) para cada texto.

No percurso de análise desse conjunto de artigos, buscamos, em um primeiro momento, identificar os eixos temáticos predominantes e localizar os principais conceitos e autores que orientam as reflexões propostas em cada texto. Posteriormente nos empenhamos em situar o caráter do artigo (ensaístico ou síntese de resultado de pesquisa empírica) e distinguir as perspectivas metodológicas presentes majoritariamente. Por fim, nos propomos a refletir sobre a ausência e/ou presença do debate conceitual em torno do conceito de cidadania.

O percurso analítico empreendido nos permitiu perceber, inicialmente, que todos os textos se vinculavam à ementa do Núcleo de Comunicação para a Cidadania, que, em 2003, aparecia sintetizada no seguinte enunciado:

-
3. Uma memória dos textos apresentados no GT Comunicação e Culturas Populares pode ser encontrada na coletânea de PERUZZO (1995).
 4. O comitê científico esteve constituído pelos professores Bruno Fuser (PUC – Campinas), Hílana Reis (Unisinos), Jiani Bonin (Unisinos) e Maria Salete Tauk (UFRPE).
 5. Dos 20 trabalhos selecionados, quatro não foram apresentados devido à ausência justificada de seus autores. Os trabalhos estão relacionados nas tabelas 1 e 2 desse texto.

Aspectos teóricos e metodológicos resultantes de trabalhos de pesquisa científica que tenham como objeto as inter-relações entre comunicação, cultura e cidadania no âmbito dos movimentos populares, comunitários, sindicais e nas ONGs, bem como nas esferas partidárias e eclesiais, considerando suas repercussões em espaços da comunicação grupal e dos meios massivos e não massivos de comunicação. São priorizadas, ainda, as ações e práticas envolvendo as apropriações e os usos das tecnologias da comunicação pelas redes de movimentos sociais no contexto da sociedade globalizada (EMENTA, 2003).

A proposição temática mais ampla expressa na ementa aparece desdobrada em cinco eixos temáticos ou interfaces, em torno dos quais os textos selecionados se articularam e foram organizados na programação do NP no ano de 2003. São eles: Processos comunicacionais e midiáticos: perspectivas epistemológicas nas interfaces com a cidadania; Mídias digitais e cidadania; Comunicação, cidadania e campo político; Matrizes culturais e políticas identitárias na configuração dos processos de cidadania; e Jornalismo e suas interfaces com o campo alternativo-popular.

Nas tabelas que seguem, relacionamos os 16 trabalhos apresentados – e a divisão por eixo – e os quatro trabalhos aprovados, mas que não foram apresentados pelos autores⁶:

6. Embora não tenham sido apresentados, esses trabalhos constaram nos anais do evento.

Tabela 1: Trabalhos selecionados e apresentados no NP Comunicação para a Cidadania da Intercom 2003

	Eixos temáticos ou interfaces	Título	Autor
1	Processos comunicacionais e midiáticos: perspectivas epistemológicas nas interfaces com a cidadania	Práxis reflexiva comunicacional e configurações sociais transformadoras	Alberto Efendy Maldonado
2	Processos comunicacionais e midiáticos: perspectivas epistemológicas nas interfaces com a cidadania	Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária	Cicilia M. Krohling Peruzzo
3	Processos comunicacionais e midiáticos: perspectivas epistemológicas nas interfaces com a cidadania	As rádios comunitárias: a memória e a dádiva	Teresa Cristina Furtado Matos
4	Mídias digitais e cidadania	Possibilidades da hipermídia no ativismo global	Francisco José Paoliello Pimenta
5	Mídias digitais e cidadania	Redes digitais e solidariedade social	Juciano de Sousa Lacerda

6	Comunicação, cidadania e campo político	Jornalismo e cidadania: a recepção popular do Ponto a Ponto da prefeitura de Camaragibe, Pernambuco	Maria Salett Tauk dos Santos e Lúcia Noya Galvão
7	Comunicação, cidadania e campo político	As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização	Márcia Vidal Nunes
8	Comunicação, cidadania e campo político	“Vem pra fazer mais.Vem, traz a paixão”: processos discursivos e estratégias de captura do cidadão no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita	Valdir José Morigi, Marja Pfeifer Carvalho, Samile Andréa de Souza Vanz e Karina Galdino
9	Matrizes culturais e políticas identitárias na configuração dos processos de cidadania	Reggae Hip Hop: segmentação X diversidade cultural juvenil	Catarina Teresa Farias de Oliveira
10	Matrizes culturais e políticas identitárias na configuração dos processos de cidadania	Rede Jovem de Cidadania: reflexões sobre as potencialidades de uma rede de comunicação comunitária	Edison Gomes e Rafaela Pereira Lima

11	Matrizes culturais e políticas identitárias na configuração dos processos de cidadania	Mídia, interculturalidade e cidadania: sobre políticas midiáticas e visibilidade das migrações internacionais no cenário brasileiro	Denise Cogo
12	Matrizes culturais e políticas identitárias na configuração dos processos de cidadania	Espaço urbano, espaço da comunicação	Regina Helena Alves da Silva
13	Matrizes culturais e políticas identitárias na configuração dos processos de cidadania	Comunicação no terceiro setor: tendências e desafios	Maria Luisa Martins de Mendonça e Gardene Leão Castro
14	Jornalismo e suas interfaces com o campo alternativo-popular	Os silêncios do conflito da Praça da Matriz	Débora Franco Lerrer
15	Jornalismo e suas interfaces com o campo alternativo-popular	Jornal da Rua: uma experiência do jornalismo e da cidadania como extensão universitária	Adélia Barroso Fernandes e Maria Cristina Leite Peixoto
16	Jornalismo e suas interfaces com o campo alternativo-popular	A imprensa sindical em Campinas – um estudo da comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região Bruno Fuser Claudia Lahni	Bruno Fuser Claudia Lahni

**Tabela 2: Trabalhos selecionados e não apresentados
no NP Comunicação
para a Cidadania da Intercom 2003**

	Título	Autor
1	Políticas de identidade e os estudos de recepção: relatos de jovens e mulheres	Ana Carolina Escosteguy e Nilda Jacks
2	A emergência do campo de significação das ONGs na web: referências de uma pesquisa	Jairo Ferreira
3	Presentación de un dispositivo analizador para diagnóstico e intervención social	Eduardo Vizer
4	O hiperdimensionamento da criminalidade juvenil no noticiário	Carmen Oliveira

Os eixos temáticos que identificamos nos trabalhos apresentados já apontavam para o que seria observado posteriormente ao ano de 2003, em artigos como os de Cogo (2006) e Cogo; Barbalho; Fuser (2010), que se dedicaram a avaliar a trajetória do GT e NP Comunicação para a Cidadania da Intercom. Ou seja, por um lado, pudemos evidenciar, em nossa análise, a presença significativa de textos que versam sobre perspectivas relacionadas às minorias e às identidades culturais, eixo conceitual que aparece expresso na ementa do NP desde sua criação, mas que começa a assumir maior relevância no NP nesse ano de 2003, especialmente a partir da incorporação do antigo GT Comunicação e Culturas das Minorias⁷. Nesse eixo das identidades, localizamos trabalhos

7. O GT Comunicação e Cultura das Minorias foi criado no processo de reformulação dos grupos de trabalho, promovido pela Intercom em 2001 e extinto em 2006. Para uma compreensão dos temas e dos autores agregados no referido GT, ver Barbalho e Paiva, (2005) e Paiva, (2005).

que focalizam as perspectivas da juventude⁸, do gênero⁹, das migrações latino-americanas¹⁰ e das culturas urbanas¹¹. Por outro lado, pudemos verificar a escassa presença de estudos sobre comunicação sindical e eclesial, com apenas um texto que focalizou uma pesquisa sobre imprensa sindical¹² e nenhum que abordou a comunicação relacionada às questões eclesiais ou religiosas¹³.

Os modos plurais de organização dos movimentos sociais como o Terceiro Setor¹⁴, o Movimento sem Terra¹⁵,

-
8. “Reggae e Hip Hop: segmentação X diversidade cultural juvenil, de Catarina Farias de Oliveira, “Rede Jovem de Cidadania: reflexão sobre as potencialidades de uma rede de comunicação comunitária”, de autoria de Edison Gomes e Rafaela Lima; e “O hiperdimensionamento da criminalidade juvenil no noticiário”, de Carmen Oliveira.
 9. De autoria de Ana Carolina Escosteguy e Nilda Jacks, o trabalho “Políticas de identidade e os estudos de recepção: relatos de jovens e mulheres” articula o debate sobre **gênero e juventude**.
 10. O trabalho “Mídia, interculturalidade e cidadania – Sobre políticas midiáticas e visibilidade das migrações internacionais no cenário brasileiro”, de Denise Cogo.
 11. Exemplo é o texto “Espaço, urbano, espaço da comunicação”, de Regina Helena Alves.
 12. “A imprensa sindical em Campinas: um estudo da comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região”, de autoria de Bruno Fuser e Cláudia Lahni.
 13. Em 2001, o tema da comunicação eclesial havia tido uma presença importante. No congresso realizado em Campo Grande, do total de 23 trabalhos, seis focalizaram a comunicação eclesial (BARBALHO; COGO; FUSER, 2010).
 14. Ver o trabalho de Maria Luisa Mendonça e Gardene Castro, intitulado “Comunicação no Terceiro Setor: Tendências e Desafios”.
 15. Exemplo é o texto “Os silêncios do conflito da Praça da Ma-

as redes sociocomunicacionais¹⁶ e o movimento sindical, são tomados como contextos de análise das práticas e dos processos de comunicação cidadã abordados em alguns dos trabalhos, sugerindo que o reconhecimento da multiplicidade de modos e espaços de mobilização e ação, institucionalizados ou não, desses movimentos parece ser um traço que configura efetivamente a existência do GT¹⁷. Nessa perspectiva, foi possível perceber, também, que muitos trabalhos apresentados estiveram centrados nas redes como um modo específico de articulação e organização dos movimentos sociais na contemporaneidade, alguns dos quais agregando, ainda, a essas reflexões, aspectos relacionadas às chamadas mídias digitais e ao ativismo global¹⁸.

Esses dois eixos que articulam parte dos trabalhos apresentados no NP em 2003 – o das minorias e das identidades culturais e o dos movimentos sociais em rede – sugerem

triz”, de Débora Lerrer.

16. Exemplos são os trabalhos “Rede Jovem de Cidadania: reflexão sobre as potencialidades de uma rede de comunicação comunitária”, de autoria de Edison Gomes e Rafaela Lima, e “Redes digitais e solidariedade social”, de autoria de Juciano de Sousa Lacerda.
17. Essa característica parece ter se mantido em anos subsequentes, conforme podemos constatar a partir da experiência da coautora desse trabalho como coordenadora do NP durante seis anos e, igualmente, da experiência dos dois autores como integrantes ativos do NP.
18. Embora sempre tenha havido GTs e NPs da Intercom focados na abordagem das tecnologias da comunicação e da cibercultura, observamos que essa perspectiva ganhou presença constante no NP de Comunicação para a Cidadania, a partir do interesse pelo estudo das interações e dos usos das tecnologias nas práticas específicas dos movimentos sociais, tendo crescido nesses últimos anos. Exemplos de trabalhos apresentados em 2003 são “Possibilidades da hipermídia no ativismo global”, de Francisco Pimenta, e “Redes digitais e solidariedade social”, de autoria de Juciano de Sousa Lacerda.

que o debate proposto pelos autores em torno da noção de cidadania já não se restringia às concepções jurídicas e políticas que envolvem o conceito. São indicativos, por um lado, de uma apropriação da cidadania como experiência vivida, construída e disputada no cotidiano dos sujeitos individuais e coletivos – a chamada cidadania ativa –, que deixa de ser vista apenas como uma concessão do Estado e dos governos. Por outro lado, esses eixos apontam para a ampliação do entendimento de como se materializam outras dimensões da cidadania nas instâncias individuais e coletivas da vida social. A um conceito mais clássico de cidadania, ancorado na perspectiva de inclusão econômica assim como no exercício dos direitos civis, políticos e sociais, os textos analisados agregam uma noção de cidadania fundamentada no reconhecimento da “diferença” e da diversidade cultural. Dois dos artigos presentes no encontro de 2003 do NP instauram um debate em torno de outra dimensão de cidadania – a chamada *cidadania global* – entendida como um princípio alternativo da ordem mundial que pressupõe a universalização de uma cidadania social para além da demarcação de fronteiras e de pertencimentos locais, regionais e nacionais¹⁹. (CORTINA, 2005; COGO, BARBALHO, FUSER, 2010, p. 25).

No marco das práticas de comunicação dos movimentos sociais, as rádios comunitárias assumem uma presença relevante no NP, através de três trabalhos que as tematizam a partir de duas perspectivas distintas: a da relação entre diversidade cultural e juventude e a da política partidária articulada às noções de memória e dádiva. São eles, respectivamente: “Reggae Hip Hop: segmentação X diversidade

19. Os textos de autoria de Denise Cogo e Francisco Pimenta

cultural”²⁰, “As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício de cidadania ou instrumentalização”²¹ e “As rádios comunitárias: a memória e a dádiva”²².

É importante assinalar, ainda, que, nesse conjunto de trabalhos observados, as análises das práticas de comunicação e de cidadania nos movimentos sociais abrangem não apenas as chamadas mídias comunitárias, contemplando, ainda que minoritariamente, as relações desses movimentos com as chamadas mídias hegemônicas, massivas ou a grande mídia. Isso pode ser constatado especialmente no que se refere às disputas no campo das representações desses movimentos nos meios massivos, e também das suas relações com as mídias institucionais, como aquelas produzidas nas esferas governamental, partidária e acadêmica. Os seguintes quatro textos se constituem a partir dessas perspectivas: “Jornalismo e cidadania: a recepção popular do Ponto a Ponto da Prefeitura de Camaragibe, Pernambuco”²³, “‘Vem para fazer mais, vem, traz a paixão’ – processos discursivos e estratégias de captura do cidadão no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita”²⁴, “Jornal de Rua: uma experiência do jornalismo e da cidadania com extensão universitária”²⁵ e “Os silêncios do conflito da Praça da Matriz”²⁶.

O jornalismo aparece, em três artigos, como interface

20. De autoria de Catarina Farias Oliveira.

21. De autoria de Márcia Vidal Nunes.

22. De autoria de Teresa Cristina Matos.

23. De Maria Salett Tauk dos Santos e Lucia Galvão.

24. De Valdir Morigi, Marja Carvalho, Samile Vanz e Karina Galdino.

25. De autoria de Adela Barroso Fernandes e Maria Cristina Leite Peixoto.

26. De Débora Lerrer.

para a reflexão acerca do desenvolvimento das experiências comunicativas dos movimentos sociais²⁷, e a perspectiva da recepção ou dos estudos de recepção orienta o percurso da pesquisa de dois outros textos, um sobre a audiência juvenil vinculada às expressões e a movimentos culturais populares, como o *reggae* e o *hip hop*, e outro sobre os processos de recepção do jornal de uma prefeitura, no âmbito de um programa de gestão participativa²⁸.

Dentre os conceitos que mais aparecem nos artigos, podemos destacar os de identidade e espaço público, o que parece ir ao encontro da visão de cidadania construída por parte significativa dos autores, que a percebem vinculada aos processos identitários de pertença e de reconhecimento, bem como a interpretam no marco da esfera pública – midiática ou não –, como espaço sociocomunicacional de disputas e negociações, característico das atuações participativas dos atores coletivos. Alguns outros conceitos, como recepção, mestiçagem e hegemonia, por exemplo, apesar de aparecem dispersos, reiteram o atrelamento das questões trabalhadas nos artigos com o universo dos movimentos sociais desde uma perspectiva da cultura.

Considerando, ainda, a ênfase na identidade e no espaço público como elementos de configuração da cidadania, os autores que mais aparecem nos artigos componentes do NP são aqueles que trazem reflexões no âmbito das práticas culturais, pensadas como instâncias de mediação, tais como Martín-Barbero,

27. “Jornal de Rua: uma experiência do jornalismo e da cidadania como extensão universitária”; “Os silêncios do conflito da Praça da Matriz” e “Jornalismo e cidadania: a recepção popular do Ponto a Ponto da Prefeitura de Camaragibe, Pernambuco”.

28. Os trabalhos “Reggae e Hip Hop: segmentação X diversidade cultural” e “Jornalismo e cidadania: a recepção popular do Ponto a Ponto da Prefeitura de Camaragibe, Pernambuco”.

Renato Ortiz, Michel de Certeau e Stuart Hall. Vale ressaltar, entretanto, que os trabalhos do núcleo são marcados por certa pluralidade no que diz respeito aos teóricos que balizam as discussões, trazendo as contribuições de autores oriundos de campos diversos das ciências humanas como Cicilia Peruzzo, Milton Santos, Alain Touraine, Boaventura de Sousa Santos, Adela Cortina, Edgard Morin, Eliseo Verón, Mauro Wilton de Sousa, Néstor García Canclini, dentre outros.

A pesquisa empírica de caráter qualitativo é a perspectiva metodológica predominante nos textos apresentados em 2003 no NP Comunicação para a Cidadania. Dos 20 textos analisados, três baseiam-se unicamente em pesquisa bibliográfica e os demais adotam o estudo de caso, que é construído a partir do uso exclusivo ou da combinação, principalmente, das técnicas da observação e da entrevista. A análise de discurso, a análise de conteúdo e a pesquisa documental aparecem também como procedimentos metodológicos utilizados pelos autores. Pesquisa-ação e pesquisa-intervenção também aparecem como perspectiva, a primeira concretizada empiricamente e a segunda refletida a partir de um texto de caráter ensaístico.

Há cinco textos que se caracterizam como ensaio e se dedicam a reflexões acerca do campo conceitual e metodológico da comunicação comunitária e dos movimentos sociais. São eles “Práxis reflexiva comunicacional e configurações sociais transformadoras”, de Alberto Efendy Maldonado; “Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária”, de Cicilia Peruzzo; “As rádios comunitárias: a memória e a dádiva”, de Teresa Cristina Furtado Matos; “Presentación de un dispositivo analizador para diagnóstico e intervención social”, de Eduardo Vizer; e “Espaço urbano, espaço da Comunicação”, de Regina Alves da Silva. Vale ressaltar, ainda, que muitos dos textos se apresentam como relatos de pesquisas que se encontravam

em andamento no momento da realização do NP, o que, de certa forma, implica na ausência de conclusões mais expressivas já que estão fundamentados em dados parciais de pesquisas ainda não totalmente consolidados.

É importante observar que, nesse bloco de textos, conceitos como o comunitário, a comunidade e o local são as noções problematizadas nas reflexões propostas, havendo pouca incidência na “comunicação cidadã” como terminologia e campo conceitual, embora os textos focalizem questões que fazem referência às interfaces entre comunicação e cidadania. Observamos igualmente que o conceito de cidadania é explicitamente formulado e discutido em apenas cinco dos textos selecionados²⁹. Em “As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização”³⁰, a cidadania é entendida como articulação dos interesses comunitários e vinculados aos processos participativos de gestão midiática e de negociação identitária. A autora fala sobre “o exercício de uma cidadania vivenciada através do acesso a um meio de comunicação alternativo que pudesse não só refletir os interesses de comunidades localizadas, mas ajudar no processo de consolidação da identidade comunitária” (NUNES, 2003, p. 10). No artigo “Rede Jovem de Cidadania: reflexões sobre as potencialidades de uma rede de comunicação comunitária” os autores definem a cidadania como participação no espaço público, através do que podemos perceber quando estes afirmam que “a cidadania, condição do cidadão, consiste – segundo o sentido originalmente atribuído pelos atenienses – no direito de participar dos processos coletivos de de-

29. O que não significa que não possamos inferir perspectivas de cidadania nos demais textos.

30. De Márcia Vidal Nunes.

ção dos destinos da cidade” (GOMES e LIMA, 2003, p. 8).

No trabalho denominado “Vem pra fazer mais. Vem, traz a paixão”, a cidadania é conceituada como identidade coletiva e sentimento de pertença, já que “o cidadão e a cidadania aparecem contidos na ideia de união. A relação afetiva, de amor e de paixão do cidadão pelo lugar territorial [...] são as substâncias que garantem a cidadania” (MORIGI et al, 2003, p. 14). Cidadania como uma dimensão, por um lado, universal, relacionada à livre circulação dos movimentos migratórios e, por outro lado, intercultural, evocando o diálogo entre culturas no contexto dessas migrações é encontrada no texto cujo título é “Mídia, interculturalidade e cidadania: sobre políticas midiáticas e visibilidade das migrações internacionais no cenário brasileiro”. Nesse sentido, a autora aponta a emergência de uma cidadania comunitária, “que inclui desde as lutas no âmbito das políticas regulatórias [...] até a visibilidade de uma interculturalidade ancorada em um cotidiano das migrações, referenciado [...] no resgate de histórias de vida dos imigrantes” (COGO, 2003, p. 15). Por fim, a cidadania é entendida como participação social e como articulação do movimento popular no artigo intitulado “Jornalismo e cidadania: a recepção popular do Ponto a Ponto da prefeitura de Camaragibe”. As autoras destacam “o exercício da cidadania não só no ato de votar como também, e principalmente, na mobilização e compromisso das organizações e comunidades, [...] para que a população assuma o seu próprio processo de auto-organização” (GALVÃO e SANTOS, 2003, p. 11).

Considerações finais

Essa breve análise dos textos do NP Comunicação para a Cidadania da Intercom – referente ao ano de 2003 – que

realizamos permite inferir que a “cidadania” ainda é, nesse momento da existência do Núcleo de Pesquisa, mais uma questão que permeia os textos e menos uma dimensão conceitual formulada e debatida pelos autores. A ênfase em pesquisas empíricas em que a cidadania aparece menos como dimensão conceitual e mais como dinâmica em movimento, assim como a presença forte do conceito de “comunitário” e do “alternativo-popular” – talvez ainda como herança que permanece do antigo GT Comunicação e Cultura Populares e de seu próprio uso no campo dos movimentos sociais –, são dois aspectos contextuais que possivelmente possam ajudar a entender a incipiência da formulação do conceito de cidadania que dá nome ao NP no ano de 2003.

Nessa perspectiva de uma cidadania em movimento, percebemos, em nossa análise, que o espaço do NP se abre, contudo, para o reconhecimento, na área da comunicação, da emergência de dois outros modos de vivência da cidadania, em diálogo com novos objetos de debate acadêmico que estavam em consolidação em outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a ciência política e a filosofia: a cidadania cultural, relacionada às demandas por identidade e por reconhecimento no contexto dos chamados novos movimentos sociais, e a cidadania global³¹, materializada em outras modalidades de constituição e de organização dos movimentos sociais em rede em âmbito local, nacional e, especialmente, transnacional.

Referências

BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel. (Org). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

31. |Mesmo que o termo não seja explicitamente referido nos textos.

BARBALHO, Alexandre; COGO, Denise; FUSER, Bruno. Comunicação para a cidadania: um breve panorama das tendências de pesquisa a partir da Intercom. In: VICENTE, Maximiliano Martin; ROTHBERG, Danilo. (Org.). *Meio de comunicação e cidadania*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 9-25.

CASTRO, Gardene; MENDONÇA, Maria Luísa. *Comunicação no terceiro setor: tendências e desafios*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 11 p.

COGO, Denise. Comunicação, mídia e cidadania: Um percurso pelas interfaces de um núcleo de pesquisa da Intercom. In: COGO, Denise; MAIA, João (Org.). *Comunicação para a cidadania*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

COGO, Denise. *Mídia, interculturalidade e cidadania: sobre políticas midiáticas e visibilidade das migrações internacionais no cenário brasileiro*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 18 p.

CORTINA, Adela. *Cidadão do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.

EMENTA do GT Comunicação para a Cidadania. Porto Alegre, 2003. (Documento avulso cedido pela coordenadora do GT).

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. *Políticas de identidade e os estudos de recepção: relatos de jovens e mulheres*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 16 p.

FERREIRA, Jairo. *A emergência do campo de significação das ONGs na web: referências de uma pesquisa*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 16 p.

FUSER, Bruno; LAHNI, Cláudia. *A imprensa sindical em Campinas: um estudo da comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 18 p.

GALVÃO, Lúcia; SANTOS, Salett. *Jornalismo e cidadania: a recepção popular do Ponto a Ponto da prefeitura de Camaragibe, Pernambuco*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 16 p.

GOMES, Edison; LIMA, Rafaela. *Rede jovem de cidadania: reflexões sobre as potencialidades de uma rede de comunicação comunitária*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 09 p.

LACERDA, Juciano. *Redes digitais de solidariedade social*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 23 p.

LERRER, Débora. *Os silêncios do conflito da Praça da Matriz*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 17 p.

MALDONADO, Efendy. *Práxis reflexiva comunicacional e configurações sociais transformadoras*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Co-

municação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 13 p.

MATOS, Teresa. *As rádios comunitárias, a memória e a dádiva*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 15 p.

MORIGI, Valdir et al. *Vem, pra fazer mais. Vem, traz a paixão: processos discursivos e estratégias de captura do cidadão no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 16 p.

NORMAS Regimentais dos Núcleos de Pesquisa Submetidas à Diretoria Executiva, na reunião de 8/4/2006. São Paulo, 2006. (documento avulso),

NUNES, Márcia. *As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998–2000)*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 17 p.

OLIVEIRA, Carmen. *O hiperdimensionamento da criminalidade juvenil no noticiário*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 11 p.

OLIVEIRA, Catarina. *Reggae e hip hop: segmentação x diversidade cultural juvenil*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. Anais do Congresso, 16 p.

PAIVA, Raquel. Cinco anos de pesquisa em Comunicação e Cultura de Minorias. *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: Intercom, 2005.

PEIXOTO, Maria; FERNANDES, Adélia. *Jornal da Rua: uma experiência do jornalismo e da cidadania como extensão universitária*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. *Anais do Congresso*, 12 p.

PERUZZO, Cicilia. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. *Anais do Congresso*, 32 p.

PERUZZO, Cicilia (org.). *Comunicação e Culturas Populares*. São Paulo: Intercom, 1995.

PIMENTA, Francisco. *Possibilidades da hipermídia no ativismo global*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. *Anais do Congresso*, 14 p.

SILVA, Regina. *Espaço urbano, espaço da comunicação*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. *Anais do Congresso*, 11 p.

VIZER, Eduardo. *Presentación de un dispositivo analizador para diagnóstico e intervención social*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG, 2003. *Anais do Congresso*, 14 p.

4.

Intercom 2004: pluralidade temática nos debates do NP

Comunicação para a cidadania

ROZINALDO ANTONIO MIANI ¹

O XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2004), realizado entre os dias 30 de agosto e 03 de setembro de 2004 nas dependências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), na cidade de Porto Alegre, teve como tema central “Comunicação, acontecimento e memória”.

1. *Rozinaldo Antonio Miani* - Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - e História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutorado pela ECA/USP (bolsista Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da UEL e do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq). E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

Em seu quarto ano organizado como Núcleo de Pesquisa, o NP Comunicação para a Cidadania contou com a aprovação de 28 trabalhos, produzidos por pesquisadores nucleados e também por outros pesquisadores e estudiosos que desenvolveram pesquisas vinculadas a áreas afins, com estudos contributivos para os objetivos específicos do referido Núcleo de Pesquisa.

Considerando a importância das discussões realizadas durante as várias sessões do NP Comunicação para a Cidadania do Intercom 2004, a proposta deste artigo é identificar as principais características dos trabalhos apresentados, no que se refere a temáticas, estágio de pesquisa e metodologia; analisar a abordagem de alguns conceitos e autores utilizados pelos pesquisadores; e refletir a respeito das tendências que se revelavam à época nas pesquisas voltadas para os temas específicos do Núcleo de Pesquisa, em especial, comunicação popular e comunitária, mídia alternativa, movimentos sociais, cidadania, culturas populares e identidades culturais.

Temáticas e abordagens: um debate plural

Como em anos anteriores, e também pela tradição construída pelo NP Comunicação para a Cidadania desde a sua criação, os temas e abordagens do Intercom 2004 foram múltiplos e plurais. Pode-se observar a predominância de temas recorrentes em toda história do Núcleo, mas também se verificou a inserção de outros assuntos que tentavam ocupar um espaço junto às temáticas consagradas pelos pesquisadores nucleados. Para além disso, há um reconhecimento coletivo de que a quase totalidade dos debates que se realizam no NP oferecem algum tipo de contribuição para a área específica da Comunicação e Cidadania.

Mesmo diante de um mesmo tema, observamos uma

pluralidade de abordagens, a partir de múltiplos e distintos referenciais teóricos, que só reforçam e ampliam a nossa convicção de que o espaço do NP Comunicação para a Cidadania tem se caracterizado como um dos mais profícuos e democráticos da Intercom.

Para estabelecer uma análise panorâmica dos trabalhos apresentados no Intercom 2004, organizamos nossa apresentação a partir de dois aspectos: o primeiro, indicando aqueles trabalhos que têm vínculos com temas que viriam a constituir os eixos temáticos do NP; e o segundo, apontando de maneira articulada, os trabalhos desenvolvidos a partir de “novas” temáticas e/ou tendências que reivindicam seu espaço na área específica da Comunicação e Cidadania.

Apontando para eixos temáticos específicos

No encontro anual da Intercom em 2004, alguns trabalhos, em especial, viriam a consolidar, anos mais tarde, os principais eixos de organização temática do NP Comunicação para a Cidadania.

No eixo sobre movimentos sociais tem destaque os artigos produzidos por Bruno Fuser e Cláudia Lahni, intitulado “A ausência do trabalhador na imprensa sindical de Campinas e de Juiz de Fora”, bem como os textos de Álvaro Benevenuto Jr., com o título “20 anos de vídeo no movimento social gaúcho: do engajamento ao financiamento da ação”, e o texto conjunto de Renata Dias e Jairo Ferreira, tratando de “Movimentos sociais de resistência: a transformação das relações entre o campo político e midiático”.

No conjunto de artigos que deram força à constituição do eixo relacionado às identidades culturais, destaque para o trabalho apresentado pela então coordenadora do NP, Denise Cogo, que discutiu “Mídia, identidades culturais e cidadania:

sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais”. Ainda nesse eixo específico, merecem ênfase o artigo produzido pelo pesquisador João Maia com o título “Os agentes comunicacionais da Mangueira: fluxos e movimentos culturais”, bem como o trabalho de Eliane Silva, intitulado “Representación de los jóvenes en el discurso político institucional: análisis de las notas de prensa emitidas por la Secretaria General de Juventud de Catalunya – España”.

Por fim, dentre os trabalhos apresentados que focou o eixo das redes sociotécnicas, registram-se vários trabalhos: Juciano Lacerda com o trabalho “Comunidades on-line: os espaços de telecentros como configurações entre uma instrumentalização midiática e uma comunicação para a participação”; Érico de Assis que discutiu “O novo protesto: táticas de manifestação midiáticas em movimentos sociais”; Marta Pinheiro, com o tema “Redes um novo projeto político da comunicação”; e Francisco Pimenta e Letícia Soares com o artigo intitulado “EuroMayday 2004 e o ativismo político pela rede”.

Além desses trabalhos que já apontavam para uma organização interna dos trabalhos e pesquisas que viriam a constituir os eixos temáticos do NP Comunicação para a Cidadania, outros trabalhos também merecem destaque pela representatividade e adequação pertinente aos objetivos do Núcleo e que têm tido presença recorrente nos encontros do NP. Os mais significativos são “TV Comunitária no Brasil: histórico e participação popular na gestão e na programação”, de Cicilia Peruzzo; “Comunicação e mobilização social no Terceiro Setor”, de Maria Luiza Mendonça; e “Olhares diversos: a produção de imagens de meninos e meninas do Morro do Cascalho”, de Elisa Resende.

Ao apresentar esse conjunto de destaques, não queremos afirmar que os demais trabalhos não tenham legitimidade em relação aos objetivos do NP Comunicação para a Cidadania; apenas procuramos registrar aquilo que

vinha se consolidando ao longo dos encontros anuais em relação aos assuntos e temáticas relacionados ao campo específico da Comunicação e Cidadania.

Deve-se registrar que, de nossa parte, identificamos alguns trabalhos que não se caracterizam com propriedade como pertencentes aos objetivos do NP, porém, como já afirmamos anteriormente, a tradição do NP Comunicação para a Cidadania sempre foi de inclusão e de abertura para que outros pesquisadores pudessem apresentar suas pesquisas e argumentá-las como constitutivas do campo específico da Comunicação e Cidadania; nesse sentido, outras temáticas, mais ou menos caracterizadas com os objetivos do NP, são anualmente apresentadas e debatidas coletivamente, procurando ampliar responsabilmente os limites do referido campo.

“Novos” temas e “novos” objetos em Comunicação para a Cidadania

Como foi afirmado anteriormente, não se trata, neste momento, de identificar os artigos apresentados no Intercom 2004 que não teriam vínculo com os objetivos do NP. A grande maioria deles é legitimamente identificada com tais objetivos. O que se pretende é apenas organizar essa análise, apontando para os artigos que trazem “novos” temas e “novos” objetos (não necessariamente inéditos), e que ampliam os marcos constitutivos do que se poderia caracterizar como campo específico da Comunicação e Cidadania.

Nesse sentido, a primeira consideração a fazer é com relação aos artigos apresentados ao NP e que tentam dialogar com o tema central do evento. Os artigos “Comunicação, memória coletiva e movimentos sociais”, de Erotilde Silva, e o artigo “Ideologias, símbolos e signos: caminhos da reconstrução coletiva à democracia e à cidadania do povo espanhol”, de Lara

Bezzon, procuram estabelecer, a partir de histórias de vida e da memória do povo, respectivamente, um diálogo entre aspectos relacionados ao debate da cidadania e à questão da memória. Há que se ponderar que, por priorizar o estabelecimento de relações com o tema central do evento, este último, em especial, não consegue problematizar questões de comunicação específicas do Núcleo de Pesquisa.

Um tema que ocupou importante espaço nas discussões do NP no ano de 2004 foi publicidade e propaganda. Apesar de haver um NP específico para Publicidade, Propaganda e Marketing, quatro trabalhos versando sobre estas temáticas reivindicaram espaço no NP Comunicação para a Cidadania. Lygia Muniz, com o trabalho “Proposta para um estudo da temática social na publicidade de marcas como bem de consumo”; Marco Batan, com o artigo “De consumidor a cidadão: um caso para a propaganda”; Ana Gomes analisando “O social midiático: tematizações e marketing social na Globo”; e Cinara Augusta, com sua reflexão a respeito da “Mobilização social pela propaganda: uma questão de ética”, pautaram a referida temática no NP do Intercom 2004.

De nossa parte, acreditamos que alguns desses trabalhos poderiam ser melhor identificados efetivamente no NP de Publicidade, Propaganda e Marketing, pois questões como “publicidade de marcas como bem de consumo” e “marketing social na Globo” não nos parece caracterizar temas pertinentes ao debate da cidadania; ainda assim os respectivos trabalhos foram apresentados e debatidos entre os participantes do NP Comunicação para a Cidadania, reafirmando o caráter inclusivo e democrático do NP.

Três trabalhos podem ser enquadrados como estudos de cidadania “específica”, pois associam o discurso comunicativo da cidadania com a saúde e/ou meio ambiente. O artigo de Mônica Marinho, intitulado “Práticas de comunicação para a saúde e cidadania: considerações sobre o significado

dos materiais informativos produzidos pela Associação das Profissionais do Sexo da Bahia”, e o artigo “Comunicação e cidadania: desenvolvimento de um programa de capacitação para o Conselho Gestor de Saúde de Bauru-SP”, de autoria de Terezinha Boteon, versam sobre a relação entre a cidadania e a saúde. Por sua vez, Henrique Wendhausen se propõe a discutir a relação entre cidadania e meio ambiente em seu artigo “Lixo e cidadania: apontamentos para um diagnóstico socioeconômico sobre a Lixeira de Terra Dura”.

Alguns artigos recolocaram determinados temas no contexto da Comunicação e Cidadania e, com isso, dinamizaram os debates no Núcleo de Pesquisa. São eles, o artigo de Michelle Limeira, “Pluralidade na sociedade globalizada: desafio para a comunicação católica”, e o artigo “Televisão regional & televisão local”, de Vera Nogueira.

Por fim, identificamos alguns artigos que, apesar de tratarem de temáticas típicas da área da Comunicação e Cidadania, apresentaram abordagens pouco características dos objetivos do NP; porém, nem por isso, deixaram de ter seu espaço para apresentação e debate.

O artigo “A voz do bairro: o apresentador da rádio comunitária que se tornou candidato a vereador”, de Geisa Lima, focou o debate da visibilidade proporcionada pela rádio comunitária a um político no contexto de um processo eleitoral; Débora Lerrer, em “O jornalismo brasileiro, a questão agrária e o imaginário”, tratou das repercussões de uma pesquisa sobre assentamentos no contexto da grande imprensa; no texto de Eber Marzulo, “Os pobres da favela e cité no cinema: Cidade de Deus e L’Esquive”, a ênfase recaiu sobre o debate das representações sociais dos pobres nas metrópoles; e, por fim, Messiluce Hansen, em seu trabalho “Esfera pública, cultura política e democratização: considerações sobre o papel dos media na difusão de normas e valores democráticos”, refletiu sobre a construção simbólica da realidade pelos media.

Enfim, podemos afirmar que as sessões de comunicações do NP Comunicação para a Cidadania do Intercom 2004 reafirmou seus principais temas e objetos de interesse e se abriu para que “novas” temáticas e “novas” abordagens dos objetos da área da Comunicação e Cidadania pudessem ser submetidas ao debate e que outros pesquisadores pudessem “defender” suas perspectivas e suas pesquisas como pertinentes aos objetivos do referido NP.

A pesquisa em desenvolvimento como base da produção acadêmica

É fato que a principal matriz para a produção de artigos científicos é a pesquisa em desenvolvimento. No caso do NP Comunicação para a Cidadania isso é mais do que comprovado. Dos 28 trabalhos apresentados no encontro anual da Intercom em 2004, 23 estão nessa condição.

Do total dos artigos aprovados, dez apresentam resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento à época em nível de doutorado, sejam discussões teóricas iniciais ou apontamentos analíticos mais adiantados dos respectivos objetos de pesquisa, e três artigos são resultados de pesquisa em andamento em nível de mestrado. Ainda identificamos outros dois artigos que apresentam resultados parciais de pesquisa inconclusas desenvolvidas por pesquisadores vinculados a estágio de pós-doutoramento.

Também caracterizados como pesquisa em desenvolvimento, registramos quatro artigos derivados de projetos de pesquisa acadêmica em atividade desenvolvidos por professores pesquisadores em suas respectivas instituições universitárias de origem e outros quatro trabalhos que podem ser caracterizados como estudos relacionados às temáticas de interesse permanente dos seus autores.

Dos cinco artigos produzidos que relatam processos de pesquisa concluídos, um deles é construído a partir de uma parte de tese de doutorado e outros três apontam para a análise de temas/objetos pontuais, não vinculados a pesquisas formais ou cadastradas nas respectivas instituições de origem; provavelmente a escolha dos temas desses artigos foi relativamente “arbitrária”, com a intenção principal de enquadrá-los aos objetivos do NP de Comunicação para a Cidadania. O artigo que completa o total de trabalhos apresentados no NP em 2004 é, na realidade, um relato de experiência, contando detalhes de um projeto de oficina de internet realizado com meninas e meninos de uma favela de Belo Horizonte.

Vale destacar a pertinência e a grande contribuição que artigos que apresentem relatos de experiência em comunicação popular e comunitária, mídia alternativa e produção comunicativa contra-hegemônica em geral, no contexto dos movimentos sociais e das diversas organizações da sociedade civil, podem trazer para o aprofundamento e ampliação dos debates e reflexões do NP Comunicação para a Cidadania. Essa prática potencializa a abertura dos espaços acadêmicos para além dos limites das universidades e estabelece, a nosso ver, um dinamismo altamente produtivo para a consolidação de uma perspectiva crítica e comprometida com os processos de transformação social dos estudos da comunicação.

Temáticas plurais, múltiplas metodologias

Não é apenas em relação às temáticas que a pluralidade se consolida como uma característica do NP Comunicação para a Cidadania. Essa mesma pluralidade também se verifica quando o assunto é metodologia. Até por uma questão de coerência, as metodologias qualitativas são unanimidade; no entanto, há uma multiplicidade de procedimentos

metodológicos despendidos pelos pesquisadores para o desenvolvimento de suas análises e estudos. Inclusive, alguns artigos apresentam a utilização de mais de uma proposta metodológica no decorrer da pesquisa.

As metodologias que resultam em processos de análise são, certamente, as mais utilizadas pelos pesquisadores da área da Comunicação e Cidadania. Análise de discurso, Análise Crítica de Discurso, Análise de Conteúdo, Análise Semiótica, Análise de Mídia, Estudo de Caso figuram entre as mais recorrentes dentre as metodologias aplicadas aos estudos da comunicação nos trabalhos apresentados no Intercom 2004. Podemos afirmar que, em pelo menos 14 artigos, os autores realizaram algum tipo de análise.

Outra prática comum nos estudos da comunicação, e que também se reflete nas produções do NP Comunicação para a Cidadania, é a pesquisa bibliográfica e documental. Os artigos com caráter predominantemente teórico, baseados em leituras e interpretações de textos de autores consagrados da área da comunicação, como parte inicial de pesquisa em desenvolvimento, somam ao menos nove.

Identificamos a utilização de entrevistas semiestruturadas como procedimento metodológico principal para a realização da pesquisa em dois artigos. Dois autores, ainda, fizeram uso de pesquisa exploratória para a produção de seus trabalhos.

Em consonância com o tema principal do Intercom 2004, o recurso à metodologia da história de vida se fez presente em um dos trabalhos. Apesar da pouca representatividade no referido evento, há que se destacar que se trata de um procedimento que, desde aquela época, vem ganhando importante espaço como metodologia para estudos da comunicação, principalmente nas temáticas com interface com a história e a antropologia. Esse comentário também vale para a história oral de maneira geral.

As metodologias que poderiam ser identificadas como mais compatíveis com a natureza “engajada” de importantes “objetos” da área da Comunicação e Cidadania, quais sejam, pesquisa participante, pesquisa ação e grupo focal, nortearam o desenvolvimento de dois artigos. Retomando uma tradição nos estudos da comunicação e cultura populares, essas metodologias com características de intervenção social já vinham sendo utilizadas com alguma frequência nas pesquisas envolvendo a comunicação nos movimentos sociais e populares e seria importante verificar o desdobramento dessa tendência nos anos seguintes do NP Comunicação para a Cidadania.

Autores de outras áreas também subsidiam os estudos em Comunicação e Cidadania no Intercom 2004

Apesar de não termos disponível um estudo bibliométrico para subsidiar nossas reflexões no que se refere à influência teórica e conceitual de alguns autores para os estudos em Comunicação e Cidadania (parte disso pode ser encontrado na análise de cada um dos autores desse livro), arriscamos afirmar que há uma presença cada vez mais significativa e determinante de alguns autores que não são originariamente e exclusivamente estudiosos da comunicação. Para tanto, nossas reflexões terão como base uma observação e uma análise panorâmica a partir das referências apresentadas pelos autores dos 28 trabalhos apresentados ao NP Comunicação para a Cidadania do Intercom 2004.

Antes, porém, vejamos como os pesquisadores do NP utilizaram os referenciais originários da área da comunicação. A esse respeito, é preciso reconhecer que, pela própria característica de pluralidade temática e de abordagens que constitui a área da Comunicação e Cidadania, há uma multiplicidade de indicações e referências bibliográficas de autores oriundos do campo

da comunicação, ou ao menos reconhecidamente vinculados aos estudos comunicacionais. Em razão disso, não há grandes destaques entre os autores de referência.

Dentre os autores clássicos do campo da comunicação, aquele que mais apareceu na lista de referência dos 28 trabalhos foi Jesús Martín-Barbero, com cinco indicações, seguido de Néstor García Canclini, com três referências. Guy Debord, Roland Barthes e Armand Mattelart foram incluídos na bibliografia de dois artigos.

Os autores brasileiros da área da comunicação também tiveram presença pulverizada nos artigos dos pesquisadores do NP. Se considerarmos aqueles autores com formação e pesquisa vinculadas diretamente à área da Comunicação e Cidadania, Cicilia Peruzzo foi a mais referenciada, aparecendo na bibliografia de quatro trabalhos. Raquel Paiva foi citada em dois artigos.

Outros autores nacionais da comunicação, não diretamente ligados às temáticas específicas do NP Comunicação para a Cidadania, também apareceram de maneira esporádica. Antonio Rubin foi o mais citado, em três artigos, enquanto Arlindo Machado, Dênis de Moraes e Octávio Ianni subsidiaram as reflexões de dois autores. No mais, salvo alguma desatenção, os demais autores representaram contribuições muito pontuais e específicas para cada um dos pesquisadores do NP.

Antes de passarmos para uma análise mais detalhada da contribuição de autores de outros campos do conhecimento para as pesquisas na área da Comunicação e Cidadania, queremos registrar a presença (ainda tímida) de indicações a um autor que passaria a figurar nos anos seguintes como uma importante referência para diversos pesquisadores da área da comunicação popular e comunitária e, principalmente, da mídia alternativa. John Downing, com sua obra “Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais”, editado originalmente em 2001 e traduzido para o português em 2002, tornou-se referência quase obrigatória

para as pesquisas nessa área específica, e no Intercom 2004 dois artigos já apresentavam algumas de suas contribuições.

Com relação a pesquisadores e autores clássicos de outras áreas do conhecimento, mas que passaram a ser estudados com recorrência no campo da comunicação, e que tiveram destaque como referência nos trabalhos aprovados pelo NP Comunicação para a Cidadania do Intercom 2004, identificamos o sociólogo francês Pierre Bourdieu e o também sociólogo (espanhol) Manuel Castells.

Pierre Bourdieu foi mencionado em seis artigos. Além de ter produzido algumas análises a respeito de objetos próprios da comunicação, como a televisão, seus estudos sobre o conceito de poder simbólico² vêm ganhando força nos estudos da comunicação, pois o autor francês, com este conceito, considera que as relações de comunicação são sempre relações de poder. Ainda segundo o autor, os processos de reprodução da ordem social são, de alguma maneira, tensionados por um poder simbólico, enquanto poder de construção da realidade que estabelece uma determinada ordem do conhecimento. Nesse sentido, os sistemas simbólicos acabam por cumprir uma função política de imposição e de legitimação da dominação da classe dirigente, atuando como uma forma de violência simbólica.

Por sua vez, Manuel Castells, em sua trilogia “A era da informação”, constituída pelas obras “Sociedade em rede”, “O poder da identidade” e “Fim de milênio” se dedicou a estudar a sociedade da informação, analisando os aspectos econômicos, políticos e sociais que estão transformando o mundo e, de modo particular, o ambiente e os processos de comunicação. Como desdobramento mais decisivo de suas

2. Ver Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

contribuições, podemos mencionar a tese de que “o poder é baseado no controle da comunicação e da informação”. Nesse sentido, seus estudos têm sido cada vez mais incorporados pelos pesquisadores em comunicação e, dentre os trabalhos do NP Comunicação para a Cidadania do Intercom 2004, quatro artigos fizeram referência às obras de Castells.

Além de Bourdieu e Castells, o sociólogo jamaicano e teórico da cultura Stuart Hall e o filósofo russo e teórico da linguagem Mikhail Bakhtin também marcaram sua presença como importantes referências para os estudos da comunicação. Ambos fizeram parte da bibliografia de três artigos.

Por fim, com duas referências cada um, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, o geógrafo e antropólogo inglês David Harvey, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman e o filósofo político italiano Antonio Negri, também passaram a compor o referencial teórico de alguns pesquisadores da área da Comunicação e Cidadania.

Comunidade e cidadania: dois conceitos em disputa

Dentre os principais conceitos debatidos e problematizados nos artigos apresentados ao NP Comunicação para a Cidadania do Intercom 2004, e que compõem a base conceitual do referido Núcleo, dois nos interessam em particular e, por isso, faremos, a partir de agora, uma breve reflexão a respeito de cada um deles.

A necessidade de aprofundar a conceituação de comunidade

O conceito de comunidade é um dos mais utilizados nos estudos de Comunicação e Cidadania e, não por acaso, também passou vários dos artigos apresentados no

Intercom 2004. A principal questão que observamos na análise dos artigos do NP é que, apesar de muito citado, o conceito de comunidade não chegou a merecer um tratamento aprofundado por seus respectivos autores, produzindo algumas indefinições e complicações.

Tomamos como ponto de partida o caráter plural das significações do termo comunidade, por isso, é fundamental que, ao fazer referência ao referido conceito, deve-se desenvolver de maneira específica qual o sentido assumido nas reflexões apresentadas, sob pena de gerar equívocos e contradições na interpretação dos leitores.

A referência ao conceito de comunidade apareceu em diversos artigos, mas de maneira mais contundente foi utilizado nos trabalhos que apresentam algum grupo social ou localidade específicos. O Conjunto Palmeira, na periferia da cidade de Fortaleza/CE (LIMA), o distrito de Guassussê na cidade de Orós/CE, no sertão central do Ceará (SILVA), o Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro/RJ (MAIA) o Morro do Cascalho, favela da zona oeste de Belo Horizonte/MG (QUINTERO), e o bairro Santa Maria, em Aracaju/SE, onde está localizada a Lixeira de Terra Dura (WENDHAUSEN), além dos telecentros da cidade de Porto Alegre/RS, como ambiente que atende a comunidades (LACERDA), são os locais que mais ficaram caracterizados, a partir das análises dos respectivos autores, como comunidade.

Como não houve por parte dos autores um aprofundamento prévio a respeito do conceito de comunidade, a tentação de associar a ideia de comunidade à localidade ou ao território é muito grande. O entendimento de que, não necessariamente, esse é o sentido atribuído ao conceito de comunidade, só é percebido, em alguns casos, por uma percepção mais atenta do leitor, a partir de algumas pistas dispersas ao longo das análises.

Geisa Lima, em seu artigo “A voz do bairro: o apresentador da rádio comunitária que se tornou candidato a ve-

reador” não chega a apresentar um aprofundamento sobre a questão, mas apresenta uma definição de comunidade como “um espaço social definido afetivamente, através das trocas de informações pessoais e de ajuda mútua, manifestações de amizade e carinho” (p.5). No entanto, há outros aparecimentos do termo comunidade que mais se relacionam com o sentido de localidade, por exemplo, quando a autora analisa a rádio e afirma que esta “ao ser tornada pública para a «comunidade», reforçava o sentimento de valor das *peçoas do lugar*” (p.4), ou então quando caracteriza o que chamou de “status de comunitário” e explica que o comunitário deve ser “aqui entendido no sentido de pessoas que se conheciam e compartilhavam o mesmo espaço físico e social” (p.4), ou ainda quando indica uma definição de comunidade como “representada aqui pelos vizinhos e conhecidos” (p.5). A estratégia da autora de, eventualmente, colocar aspas na palavra comunidade não chega a ficar clara e, com isso, acaba por produzir alguns ruídos no entendimento do leitor a respeito do sentido preciso que a mesma atribui ao conceito de comunidade.

No artigo “Comunicação, memória coletiva e movimento popular”, Erotilde Silva também utiliza o conceito de comunidade. Como não há um desenvolvimento analítico sobre o conceito, os fragmentos presentes no texto nos levam a associar a comunidade ao sentido de localidade, ou seja, aos habitantes do distrito de Guassussê. Afirma a autora, quando apresenta a proposta do trabalho, que se trata de analisar

[...] a história de um grupo, de uma comunidade rural, numa sociedade de dominadores e dominados, onde os primeiros fazem história e aos outros não é permitido saber que a fazem. Nesse sentido lembro que a linguagem humana expressa as ações humanas situadas em um contexto de sentido partilhado pelos membros de uma comunidade (p.2).

No caso desse artigo, há alguns elementos dispersos no texto que podem indicar para outras possíveis compreensões do conceito de comunidade, como a referência à interação, afirmação de identidade, convivência. Porém, na análise da autora, eles não aparecem articulados no sentido de oferecer um conceito definido de comunidade. O que merece destaque nesse artigo é a importância atribuída, pela autora, à comunicação “como um conjunto de práticas indispensáveis para gerar coesão, organização e mobilidade” (p.15) que nos remete imediatamente à ideia de comunicação comunitária.

Henrique Wendhausen, autor do trabalho “Lixo e cidadania: apontamentos para um diagnóstico socioeconômico sobre a Lixeira de Terra Dura”, tem como proposta analisar os indicadores preliminares de um diagnóstico socioeconômico que apresenta os impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais das populações impactadas pela presença da Lixeira de Terra Dura. Ao afirmar que as análises seguem os “aspectos metodológicos e técnico-instrumentais das Relações Públicas aplicadas a comunidades” (p.2), o autor acaba sugerindo que seu entendimento de comunidade está associado ao sentido de territorialidade, na medida em que a ideia de comunidade aparece como um público específico (população do entorno) a ser trabalhado pelo profissional de relações públicas.

Os dois artigos que analisam experiências comunicacionais envolvendo populações de favelas também não apresentam discussões aprofundadas sobre o conceito de comunidade, o que resulta em possíveis indeterminações conceituais. João Maia, em seu artigo “Os agentes comunicacionais da Mangueira: fluxos e movimentos culturais”, ao problematizar as diferenças entre a cultura tecnológica e digital e o que ele chama de “cultura comunitária”, delimita o ambiente da comunidade aos moradores da favela e, em especial, àqueles que se utilizam da *Lanhouse* localizada no Morro da Mangueira. Esse entendimento se justifica quando o autor faz, entre outras, a seguinte afirmação:

Os moradores da comunidade, assim, imprimem um ritmo lento ao processo acelerado da cidade. Os produtos das culturas criados em universos distantes servem como suporte para pensar as relações sociais que se estabelecem vagarosamente de maneira localizada e próxima, na comunidade (p.2).

Outro trabalho que analisa situações comunicativas em favela, “Olhares diversos: a produção de imagens de meninos e meninas do Morro do Cascalho”, de autoria de Elisa Quintero, tem o conceito de comunidade como uma referência fundamental para as análises, mas também não chega a apresentar um aprofundamento conceitual. Como, nesse caso, trata-se de um relato de experiência, essa ausência de desenvolvimento teórico se torna um pouco mais justificável; no entanto, as implicações não deixam de ser problemáticas.

Ao apresentar uma das protagonistas da experiência, a autora relata:

Nascida e criada no Morro, monitora no projeto de construção do site da comunidade, Cibele lança na rede o desafio de descrever sua comunidade. Quase não obtém resposta. Não é fácil traçar um perfil para a comunidade com todas as suas contradições. Mas ao navegar pelas páginas do Morro na rede, descobri-se (*sic*) através do olhar de seus meninos e meninas uma face pouco conhecida das favelas brasileiras. As páginas oferecem uma visão muito distinta das representações simplistas e estereotipadas das comunidades de baixa renda que costumam aparecer nos meios de comunicação. A concepção e produção de conteúdo do site realizada por seus meninos e meninas revelaram uma identidade para a comunidade. O Morro do Cascalho adquire um rosto, não um rosto alegórico, mas um rosto único, singular (p. 1-2).

Ao observar a utilização da palavra comunidade no trecho acima parece não haver dúvidas quanto ao fato de que o sentido de comunidade desenvolvido é o de localidade, relacionada ao universo da favela Morro do Cascalho.

Por fim, Juciano Lacerda, em seu texto “Comunidades on-line: os espaços de telecentros como configurações entre uma instrumentalização midiática e uma comunicação para a participação”, apesar de não ter como objetivo um debate sobre o conceito de comunidade, se utiliza do termo e, por este uso, permite ao leitor especular e elaborar possíveis entendimentos.

O uso de expressões e frases como “membros da comunidade”, “usos das comunidades”, “presença dos telecentros nas comunidades”, “parceira com organizações e comunidades”, “sujeitos das comunidades”, “a comunidade não está ligada no benefício que a Internet poderia trazer no dia-a-dia”, “telecentros ofertados para as comunidades”, e outras que poderiam ser aqui indicadas, por não apresentarem uma delimitação conceitual e pelo contexto em que aparecem, nos induzem a relacionar comunidade com o conjunto dos moradores das localidades onde estão instalados os telecentros.

Para não nos restringirmos a analisar a presença do conceito de comunidade apenas nos artigos que delimitam grupos sociais ou localidades, vale destacar as discussões propostas no artigo “Redes um novo projeto político da comunicação”, de autoria de Marta Pinheiro. A autora efetivamente rompe com a perspectiva imediata de comunidade como uma realidade geográfica, entendida como território físico local, até porque seu objeto de pesquisa é precisamente a sociedade em rede. Em sua análise a pesquisadora apresenta uma reflexão a respeito de comunidade virtual e reivindica, inclusive, uma ampliação do referido conceito. Assevera a autora:

O conceito de comunidade virtual é fechado e hoje é necessário abrir ao máximo a Internet para

reapropriar o espaço político como espaço global em um terreno onde é necessário se referir a novos paradigmas da comunicação, de interatividade, de relações sociais; ultrapassar a informação sob controle, informação coisificada, informação espetáculo para construir a sociedade em rede (p.11).

Todas essas considerações apresentadas em cada um dos artigos analisados não têm o objetivo de afirmar que os respectivos autores assim entendem e defendem o conceito de comunidade, ou seja, como expressão de lugar, de território, ou mesmo como uma realidade virtual. O que pretendemos é chamar a atenção para o fato de que quando não se apresenta com clareza o sentido assumido para o conceito de comunidade (e isso acontece com qualquer outro conceito polissêmico e em disputa de sentidos), corre-se o risco de o contexto em que as análises são produzidas nos levar a um entendimento equivocado, ou mesmo contraditório, em relação ao que o próprio autor compreende.

Enfim, diante dessa realidade, e para evitar possíveis equívocos e distorções de compreensão, acreditamos ser necessário que cada autor, quando reivindica o uso do conceito de comunidade em seus estudos, apresente, com precisão, a sua definição e as referências de base que fundamentam sua escolha.

De minha parte, em meus estudos, o conceito de comunidade tem ocupado uma atenção especial pelo fato de participar dos debates no campo da comunicação com a proposição do conceito de comunicação popular e comunitária. Nesse sentido, para compreender as contribuições e as implicações que o elemento “comunitário” carrega e agrega na construção conceitual em questão, desenvolvi várias reflexões até que pudesse chegar a uma formulação do conceito de comunidade que tem norteado os demais estudos.

A comunidade deve ser entendida como uma possibilidade que se realiza como decorrência da dinâmica social estabelecida por um conjunto de indivíduos que se reconhecem como construtores de um sentimento coletivo de pertencimento no interior de um grupo social. [...] Ao reconhecer a sua atuação nas contradições da lógica capitalista, a comunidade se afirma como um espaço político concreto, de resistência, que possibilita o despertar crítico dos seus membros, num processo que poderíamos chamar de “desalienação”, fazendo frente aos mecanismos de anulação individual promovido pelo metabolismo do capitalismo (MIANI, 2011, p.226-227).

Essa perspectiva é muito particular nos debates em torno do conceito de comunidade e foi desenvolvida a partir das contribuições de Ciro Marcondes Filho e Raquel Pava, esta que é, notadamente, a principal referência entre os pesquisadores da área para subsidiar as reflexões a respeito de comunidade. Trata-se de apenas uma contribuição ao debate, que deve estar sempre aberto para a participação de todos os interessados na questão.

Cidadania em suas múltiplas facetas

Como não poderia deixar de ser, o conceito de cidadania se apresenta como o principal conceito em discussão no interior do NP Comunicação para a Cidadania e isso pode ser verificado no Intercom 2004. Em 15 artigos a palavra cidadania foi indicada como palavra-chave e isso, de alguma forma, indica que a questão norteou, direta ou indiretamente, as reflexões da maioria dos pesquisadores do NP.

Pelos limites deste artigo, não vamos analisar com detalhes

cada um dos artigos que tematizou ou mencionou a questão da cidadania. Faremos, tão somente, algumas considerações gerais que possam dimensionar os principais desafios que envolvem o conceito de cidadania e que podem ser extraídos do conjunto dos trabalhos apresentados no Intercom 2004.

Uma primeira observação a fazer é a adjetivação que vem sendo acrescentada ao substantivo cidadania e que revela, em certa medida, por um lado a insuficiência, e por outro lado a amplitude, que a ideia e/ou fenômeno da cidadania representa nos debates atuais. Nesse sentido, verificamos a necessidade que alguns autores demonstram em apresentar uma delimitação específica para expressar “frações” da cidadania ou a necessidade de adjetivar para diferenciar o que se pretende defender daquilo que, supostamente, vem sendo entendido por cidadania. Expressões como cidadania (re)configurada, cidadania midiaticizada, cidadania global, cidadania globalizada, cidadania digital, são apenas alguns dos exemplos encontrados nos artigos apresentados nas várias sessões do NP em 2004.

Como segunda observação, aproveitamos uma reflexão que desenvolvemos recentemente a respeito de cidadania para reforçar a existência de uma “pluralidade indeterminada” de sentidos em torno do referido conceito.

A pluralidade sónica do termo cidadania (e com ela as suas intrínsecas limitações e contradições) se reflete, entre outras coisas, nos verbos que antecedem o seu uso. Afinal, do que se trata quando falamos em cidadania? Trata-se de construir, consolidar, garantir, cumprir, defender, ampliar ou exercer cidadania? Para cada verbo empregado, o contexto e as conformações de cidadania se alteram (MIANI, 2012, p.5).

Corroborando essa afirmação, encontramos diversas situações no conjunto dos artigos analisados que revelam essa pluralidade, mas que, invariavelmente, não há argumentação

por parte dos autores que justificam ou explicam esse uso. Por exemplo: Cicilia Peruzzo se refere à “ampliação da cidadania”; Denise Cogo aponta para “experiências de cidadania”; Marta Pinheiro conduz sua discussão para a necessidade de “constituir uma cidadania”; Elisa Quintero indica para a “construção da cidadania”, ao passo que Lara Bezzon reivindica uma “reconstrução da cidadania”; Ana Gomes faz menção a ações que visam “promover a cidadania, expressão também utilizada por Juciano Lacerda; Cinara Augusto fala de “busca da cidadania”; Terezinha Boteon assinala a ideia de “efetivar o conceito de cidadania”; Messiluce Hansen inova ao falar de “conteúdos da cidadania”.

Além dessas expressões, identificamos outras. E chama a atenção a recorrência da ideia de “exercício da cidadania”, que aparece nos textos de Denise Cogo, Terezinha Boteon, Marta Pinheiro e também no texto conjunto de Bruno Fuser e Cláudia Lahni. Henrique Wendhausen usa a expressão “exercício de sua cidadania”. É utilizada ainda uma expressão que mais parece um pleonasma, qual seja, “direito de cidadania”; ele é utilizado por Terezinha Boteon e também por Maria Luiza de Mendonça.

Como uma última observação a esse respeito, vale mencionar o direcionamento proposto por Cinara Augusto em seu artigo. Ao discutir a questão da ética na comunicação de massa, em geral, e na propaganda, em particular, a autora indica para a necessidade de “educar para a cidadania”, que nos parece uma recomendação consensual entre os estudiosos da área de Comunicação e Cidadania. Afirma a autora: “A necessidade de educação para a cidadania, que se constrói na afirmação cotidiana da ética, em sua dupla face individual e social, é observada na dificuldade de mobilização para a participação popular nas causas comunitárias” (p.14).

Mesmo sem explicar ou explicitar os possíveis entendimentos que essas expressões sugerem, podemos afirmar que

cada uma delas aponta para distintas perspectivas teórico-conceituais para o conceito de cidadania e revelam concepções ideológicas diferentes ou, até mesmo, antagônicas.

Da totalidade de artigos que fazem alguma menção ao conceito de cidadania, apenas o texto de Marco Batan realiza um aprofundamento conceitual a respeito do tema, inclusive, apresentando sua perspectiva política de cidadania; isso já é explicitado com o título “De consumidor a cidadão: um caso para a propaganda”. O autor apresenta e discute as ideias de Néstor García Canclini e também de Albert Hirschman, que tratam justamente dessa relação entre consumidor/consumo e cidadania, e ao longo de seu trabalho defende a publicidade e o consumo como instrumentos da cidadania.

Vale dizer que a ausência de um aprofundamento conceitual a respeito de cidadania na quase totalidade dos artigos apresentados no NP Comunicação para a Cidadania do Intercom 2004 fica evidenciada pela ausência de referências bibliográficas de autores clássicos e representativos do assunto.

Um último aspecto a ser considerado é a ampliação da tendência de conversão de sua natureza substantiva para uma condição de adjetivo que o termo cidadania vem sofrendo. O principal exemplo é expresso no conceito de “participação cidadã”, que foi amplamente discutido no artigo de Cicilia Peruzzo. Outros exemplos, não necessariamente utilizados pelos autores participantes do NP Comunicação para a Cidadania do Intercom 2004, são “educação cidadã”, “comunicação cidadã” e “formação cidadã”. Todos eles, apesar do conceito de cidadania ser convertido em adjetivo, carecem de aprofundamentos teóricos e, mais que isso, precisam ser identificados em suas matizes políticas e ideológicas.

Enfim, mesmo que se trate de um conceito essencial para os pesquisadores da área da Comunicação e Cidadania, o conceito de cidadania não vem sendo aprofundado teórico e empiricamente com a atenção e o rigor necessários

por aqueles que fazem uso do termo. Ao menos, essa foi a realidade que se pode perceber ao analisar os 28 trabalhos apresentados no NP Comunicação para a Cidadania do Intercom 2004. Essa, porém, deveria ser uma tarefa obrigatória; cumprir sempre essa tarefa certamente irá contribuir para dirimir quaisquer imprecisões ou distorções derivadas de uma eventual apropriação equivocada por parte do leitor.

Considerações finais

Diante de um material tão rico e plural quanto a seleta produção acadêmica de pesquisadores altamente qualificados e especializados numa área que vem se consolidando como importante área do campo da Comunicação, qual seja, Comunicação e Cidadania, muitos poderiam ser os encaminhamentos analíticos propostos.

Optamos por realizar uma análise panorâmica dos trabalhos, quanto a temáticas, estágio de pesquisa, metodologias e autores de referência, bem como desenvolver uma breve reflexão a respeito dos conceitos de comunidade e cidadania, considerados dois dos mais importantes e representativos conceitos da referida área de conhecimento.

A combinação de levantamento objetivo e análise crítica permeou a realização deste trabalho. Em conjunto com os demais artigos que compõem esta coletânea, com suas proposições e encaminhamentos de análise específicos, acreditamos estar disponibilizando ao leitor uma importante ferramenta para conhecer um pouco do “estado da arte” da produção em Comunicação e Cidadania.

De posse desse material, devidamente apropriado, lido e refletido, será possível ingressar com mais segurança no movimento permanente de construção da área ou, para quem já está inserido, compreender melhor a história da construção

coletiva do NP Comunicação para a Cidadania (atualmente organizado como Grupo de Pesquisa) para ampliar ainda mais a sua atuação propositiva.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011.

MIANI, Rozinaldo, A representação iconográfica da cidadania na história política do Brasil no final do século XX. In: XXI Encontro Anual da Compós, Juiz de Fora/MG, 2012. **Anais**. XXI Encontro Anual da Compós, 2012.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

5.

Relações de Gênero e Exercício de Direitos: o que contam os trabalhos do Comunicação para a Cidadania no ano de 2005

CLÁUDIA REGINA LAHNI¹

DANIELA AUAD²

-
1. Cláudia Regina Lahni é jornalista formada pela PUC-Campinas, com Especialização em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Faz pós-doutorado, em 2013, na UERJ. É professora de Comunicação Comunitária na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Comunicação e Feminismo (UFJF-Faced-CNPq), coordenou o Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom em 2011-2012.
 2. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF). Líder do Grupo de Estudos Educação, Comunicação e Feminismo (CNPq – FACED/UFJF), Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde da Mulher e Relações de Gênero (CNPq – Unifesp), Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). Concluiu Pós-Doutorado em Sociologia, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e Doutorado em Sociologia da Educação, na Universidade de São Paulo (USP), com estágio de pesquisa no Instituto de Pesquisa em Ciências Contemporâneas (IRESCO), em Paris.

“Cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”. A afirmação é de Maria de Lourdes Manzini-Covre (2011, 11), para quem, entretanto, “trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência”. Esse conceito permeia a maioria dos 24 trabalhos apresentados no Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), em seu quinto encontro, realizado em 2005, na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Neste artigo, refletimos sobre a produção de trabalhos apresentados no Grupo de Pesquisa (GP) Comunicação para a Cidadania da Intercom (então Núcleo de Pesquisa – NP), no ano de 2005. Inicialmente, ressaltamos que entendemos cidadania como exercício de direitos, luta pela manutenção e ampliação de direitos. Não por acaso, este mesmo conceito de cidadania aparece em muitos trabalhos do NP, em 2005. A cidadania, em nosso objeto de estudo, também aparece associada à participação e à comunicação. Conceitos de cidadania, a partir de autores e autoras referências, são refletidos (de forma quantitativa e qualitativa) ao longo deste artigo.

Habermas, Peruzzo, Manzini-Covre e Bobbio

Autor referência em trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom, Habermas desenvolve o conceito de esfera pública e o agir comunicativo, em prol do bem comum de cidadãos e cidadãs. Com base em tais reflexões, Ricardo Fabrino Mendonça e Rousiley C. M. Maia (2005, 4) questionam “como podem os desiguais agir como iguais na deliberação?”. As desigualdades vão gerar também desigualdades

comunicativas, o que significará menor participação e influência em deliberações, na sociedade democrática.

Citando A. Honneth (2003)³, autora e autor mencionam que o reconhecimento de pessoas e grupos tem três dimensões: íntimas, jurídicas e sociais. A fim de que o reconhecimento esteja completo as três dimensões devem ser realizadas, para completas identidade e cidadania. Não haver a satisfação de um desses pontos haverá desigualdade, que precisa ser revertida com a organização de grupos e movimentos.

Tendo como referência Manzini-Covre, para quem a informação é fundamental para o exercício da cidadania, Maria Luiza Martins de Mendonça (2005, 3) salienta que “os estudos sobre as minorias sociais, étnicas, culturais, que proliferaram na segunda metade do século passado, contribuíram, no plano teórico, para o deslocamento de questões relativas ao exercício de direitos e a construção da cidadania da luta estritamente política para a esfera da cultura e da comunicação”. Conforme a autora, tal passagem coloca os processos simbólicos no centro de embates, já que se compreendeu que as lutas contra as desigualdades e pelos direitos são um processo que não se encerra quando certos direitos formais são obtidos. “Torna-se perceptível a importância de se contrapor, à subjetividade modelada pelos padrões mercantis da mídia e de outras instituições sociais autoritárias, a existência de possibilidades de liberdade e autonomia aos sujeitos individuais e coletivos, bem como a capacidade de refletir sobre a própria inserção no mundo e de se sentir responsável pela condução de seu devir histórico”. Assim, conforme a autora, o interesse em avaliar as formas de comunicação utilizadas por organizações do

3. HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. S. Paulo: Editora 34, 2003.

movimento popular liga-se à consideração de que esta seria um bom indicativo para se identificar a sua capacidade de fazer circular significados novos ou contra-hegemônicos.

Para Norberto Bobbio (1992:1,24), direitos humanos, democracia e paz têm ligação estreita. Conforme o autor, sem direitos da pessoa reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Ele pondera que o problema fundamental em relação aos direitos humanos, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*. Bobbio (1992:73) constata que o nascimento, e agora também o crescimento, dos direitos humanos “são estreitamente ligados à transformação da sociedade”, como a relação entre a proliferação dos direitos humanos e o desenvolvimento social o mostra claramente.

Nesse sentido, Cicilia Peruzzo também reflete sobre a importância da informação e da participação para a cidadania; mais ainda, sobre o exercício do direito à comunicação na atualidade. Afinal existe a necessidade de visibilidade, para a consolidação de identidades e suas conquistas a partir do debate na praça pública que é a comunicação. Peruzzo (2002, 85) aponta que, “em pleno século XXI, ser cidadão significa [...] também comunicar-se através dos meios tecnológicos que a humanidade desenvolveu e colocou a serviço de todos”. Ela reforça a importância da comunicação para a cidadania. A autora aponta que cresce o posicionamento em favor do “direito à comunicação, tomando-o como um mecanismo de se efetivar a democratização dos meios de comunicação”. Nesse sentido, Peruzzo ressalta o trabalho da Campanha Cris (Communication Rights in the Information Society) – Direito à Comunicação na Sociedade Informacional. Trata-se de um movimento que tem à frente organizações não governamentais da comunicação e dos direitos humanos. A autora afirma que “direito à comunicação na sociedade contemporânea inclui o direito ao acesso ao poder de comunicar” (Peruzzo, 2004, 54, 55, 77).

Ainda quanto a este conceito, trabalhos do NP em 2005 apresentaram como definição de cidadania a consolidação de direitos e deveres e refletiram sobre a importância da informação para o questionamento e o exercício da cidadania.

Em seu trabalho naquele ano, a então coordenadora do NP, Denise Cogo (2005, 13 e 14), mostra um balanço do que foi apresentado, até aquele momento, no Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania. Observou-se “a convivência de pelo menos três instâncias de entendimento do conceito de cidadania – *sociopolítica, cultural e mundial*”. Segundo ela, associadas a realidades comunicacionais e midiáticas, “essas instâncias interagem e se mesclam para oferecerem, através de diferentes trabalhos de pesquisa, entendimentos sobre a (re) configuração de distintas modalidades de gestão, exercício e participação cidadã de atores, grupos, comunidades e movimentos sociais”. Assim, avalia que “a um *conceito mais clássico de cidadania*, ancorado no exercício de direitos civis, políticos e sociais em que se combinam os ideais ocidentais de liberdade, participação e igualdade, se agrega uma noção *de cidadania fundamentada em demandas culturais*, pautada no reconhecimento da ‘diferença’ [...] para fazer emergir, no âmbito do Núcleo, o debate em torno da chamada *cidadania mundial*”.

Quanto à perspectiva quantitativa, com temas de pesquisa variados, como rádio comunitária, comunicação e orçamento participativo, fotografia como comunicação popular, entre outros, o ano de 2005 contou com 24 trabalhos nos anais do NP, dos quais cinco trabalhos trouxeram em suas referências Manuel Castells; cinco tiveram Jurgen Habermas; quatro trabalhos trouxeram em suas referências Zygmunt Bauman; quatro tiveram Mario Kaplún; e quatro tiveram Cicilia Peruzzo. Três trabalhos trouxeram em suas referências Jesús Martín Barbero; três tiveram Maria de Lourdes Manzini-Covre; três tiveram Néstor Garcia Canclini; três tiveram Maria da Glória Gohn; três tiveram Alberto Melucci; três tiveram Edgar Morin; e três

tiveram Boaventura de Souza Santos. Denise Cogo, primeira coordenadora do GP e coordenadora naquele ano, está entre as referências de dois trabalhos, em 2005. Além dela e de Peruzzo, dentre participantes da presente pesquisa, apenas Márcia Vidal Nunes está entre as referências de dois trabalhos. A tabela abaixo ilustra essa relação, formada por autores e autoras que foram citados/as em no mínimo dois artigos.

Nomes de autores e autoras citados/as em trabalhos do NP, em 2005, em mais de dois artigos – Na tabela, nome (primeira coluna) e quantidade de artigos em que o/a autor/a é referência

CASTELLS, Manuel	cinco
HABERMAS, Jurgen	cinco
BAUMAN, Zigmund	quatro
KAPLÚN, Mario	quatro
PERUZZO, Cicilia	quatro
BARBERO, Jesús M.	três
COVRE, Maria de L.	três
CANCLINI, Néstor G.	três
GOHN, Maria da G.	três
MELUCCI, Alberto	três
MORIN, Edgar	três
SANTOS, Boaventura de S.	três
BARBALET, Jack M.	dois
BOBBIO, Norberto	dois
BOURDIEU, Pierre	dois
CARVALHO, José M.	dois
FRANÇA, Vera	dois
DAMATTA, Roberto	dois
COGO, Denise	dois
GOMES, Wilson	dois
BOHMAN, James	dois
NUNES, Márcia V.	dois

Direitos humanos e direitos das mulheres

“No campo dos direitos humanos, os direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero são questões centrais. É crescente a atenção que os procedimentos especiais e os órgãos de tratados conferem ao assunto, sobretudo o Comitê para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres”, relatam Maria Nazareth Farani Azevêdo e Franklin Rodrigues Hoyer (2011, 107)⁴. Azevêdo e Hoyer apontam tal necessidade tendo em vista que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada há mais de 60 anos, mas a igualdade de direitos a todos e todas segue entre os maiores desafios da humanidade. “Desigualdades entre homens e mulheres persistem em todas as sociedades”, apontam. Assim, “a atualidade e a urgência de se promover a igualdade de gênero e de se proteger os direitos das mulheres fazem desses uns dos temas centrais dos trabalhos do Conselho de Direitos Humanos”, afirmam.

Em consonância com outros levantamentos, a publicação do Ministério das Relações Exteriores do Governo Federal aponta que “dados estatísticos globais demonstram disparidades econômicas e sociais inadmissíveis. As mulheres são mais afetadas pela pobreza, pelo analfabetismo, trabalham mais e ganham menos por seu trabalho que seus colegas do sexo masculino”. Além disso, “a participação das mulheres em cargos de direção ainda é proporcionalmente pequena e, apesar de importantes avanços, segue sendo reduzida a participação de mulheres em altos cargos políticos”.

4. Maria Nazareth Farani Azevêdo é embaixadora do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Genebra; Franklin Rodrigues Hoyer é diplomata lotado na Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Genebra. Ambos escrevem na publicação *Mundo afora – Políticas de promoção da igualdade de gênero*, feita pelo Ministério das Relações Exteriores, em 2011.

Apesar dessa falta de respeito generalizada a direitos da metade da população mundial, segundo Azevêdo e Hoyer (2011, 116), é crescente a atenção conferida aos temas da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres no sistema das Nações Unidas. A embaixadora e o diplomata lembram que 1975, Ano Internacional da Mulher estabelecido pela ONU (Organização das Nações Unidas), foi uma data importante para isso. Em 1975, 1980, 1985 e 1995, com a realização de grandes conferências mundiais sobre a mulher registraram-se avanços significativos no tratamento do tema no plano externo, o que influencia as ações nos países, como no caso brasileiro.

“A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, permanece como o marco mais significativo e abrangente para o avanço da situação da mulher”, avaliam Azevêdo e Hoyer (2011, 116). A partir da Conferência e de seus documentos, países, como o Brasil, implantaram e buscaram consolidar programas de empoderamento das mulheres, para igualdade de gênero, exercício de direitos (para além de civis e políticos) e participação feminina em todos os espaços de decisão, públicos ou privados, nos planos tanto econômicos como sociais e culturais.

O *Dicionário Mulheres do Brasil*, organizado pela feminista Schuma Schumacher e por Érico Vital Brazil (2000, 229, 238, 239), também salienta a importância do Ano Internacional da Mulher e das conferências mundiais para a igualdade de gênero. No verbete “Feminismo pós-1975”, com o subtítulo “A segunda onda feminista no Brasil”, o *Dicionário* traz inúmeras ações e eventos realizados no País “em prol da construção de uma sociedade igualitária”. Conforme a publicação, “o apogeu desse processo de integração internacional da luta das mulheres se deu com a realização da IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995)”. É

lembrado ainda que, em julho de 2000, comemoram-se os 25 anos do seminário da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) do Rio de Janeiro, realizado por conta do Ano Internacional da Mulher, em 1975, data-símbolo da segunda onda feminista.

Organismos internacionais e movimento feminista trabalham pelo fim das desigualdades sociais de gênero, que não são inatas, são construídas e, portanto, podem ser modificadas. “As relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, são uma máquina de produzir desigualdades”, ressalta Daniela Auad (2006, 19, 21). Conforme a pesquisadora, “as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, ao longo de sua história, para atribuir significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos”.

Muitas diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas e transformadas em desigualdades. Sobre isso, referenciada em Maria Victoria Benevides, Auad escreve que o contrário da igualdade não é a diferença; o contrário da igualdade é a desigualdade. Uma diferença pode ser culturalmente enriquecedora, ao passo que uma desigualdade pode ser um crime.

Mesmo quando são maioria numérica, as mulheres frequentemente são minorias sociais. Chega-se a tal conclusão quando são tomadas como parte da análise as desigualdades de gênero e discriminação com relação ao feminino, ainda hoje vividas por essa parcela da população.

Os eventos que determinam que as minorias sejam tomadas enquanto tais ocorrem, dentre muitas maneiras, pelo processo de atribuição de menos status e de desvalorização de algumas qualidades inerentes ao grupo minoritário. As características presentes em determinado grupo são utilizadas como argumento para desvalorizar os indivíduos pertencentes ao grupo para o desempenho de determinadas funções e ocupação de

específicos espaços. Desta forma, o tratamento desigual encontra fundamento nessas características, qualidades e atributos, como se essas fossem a razão e também a racionalização da hierarquização das diferenças. Características raciais de negras e negros – assim como determinados aspectos dos corpos das mulheres – são bons exemplos de elementos usualmente utilizados para excluir grupos e indivíduos de acesso a bens escassos, de situações de liderança e de espaços de poder.

Ressalte-se ainda que as mulheres são minoria em razão do modo como estão organizadas em nossa sociedade as relações de gênero. Estas produzem as desigualdades que tornam esses grupos minorias, assim como são produzidas por elas. Nesse sentido, visões naturalistas sobre mulheres, meninas, homens e meninos representam obstáculos para o acesso democrático das minorias aos meios de comunicação, no que se refere ao direito de se verem representados/as e reconhecidos/as em produções realizadas por elas, para elas e sobre elas.

Assim, para nós Gênero é, portanto, assumido como categoria de análise, também no presente texto, com a intencionalidade de não perpetuar posturas neutras nos processos de construção do conhecimento e de produção midiática. Tais posturas tornariam invisíveis grupos de mulheres para quem e por quem políticas igualitárias de comunicação devem ser formuladas e implantadas. Vale mencionar, não existem direitos humanos sem direitos humanos das mulheres.

Gênero no Núcleo de Pesquisa, em 2005

Como vimos, as desigualdades entre mulheres e homens, que persistem ainda hoje, passaram a ser enfren-

tadas, de modo mais efetivo, por governos de vários países, com compromisso especialmente assumido pela ONU em 1975. Tal enfrentamento das hierarquias entre o masculino e o feminino e, portanto, entre homens e mulheres, foi fruto de luta do movimento feminista e do trabalho de estudiosas de gênero. Assim, em 2005 completaram-se 30 anos do ano e do início da Década da Mulher e 10 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres, considerada um importante marco para o movimento feminista e para governos, nas ações pela cidadania das mulheres. A partir dessa história e considerando gênero como categoria de análise (Joan Scott, 1995), refletimos sobre a produção de trabalhos apresentados no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom, no ano de 2005.

Em momento de comemoração dos 30 anos do Ano Internacional da Mulher, o então NP não apresenta nem um trabalho que verse sobre a temática comunicação e relações de gênero. Já quanto à autoria, os 24 trabalhos foram assinados por 20 mulheres e 12 homens (os últimos números são maiores por conta da coautoria). Quanto às referências, de 22 pessoas que aparecem entre as referências mais de uma vez (duas vezes, três, quatro e cinco vezes), 15 são homens e 7 são mulheres; entre as pessoas mais citadas (em quatro e cinco artigos), 4 são homens e 1 é mulher. A seguir, apresentamos uma tabela com os temas abordados e a autoria de acordo com o sexo.

Na tabela, relação de temas sobre o que refletem os artigos e suas autorias por sexo – Na primeira coluna encontram-se os temas; nas demais está assinalado se a autoria é de uma mulher, um homem ou ambos, o que está marcado com um X.

Temas	Mulher	Homem	Ambos
Fotografia	X	-	-
Moeda europeia e imprensa	X	-	-
ONGs e comunicação	X	-	-
Conselhos municipais e mídia	-	X	-
Jovens e revista MTV	X	-	-
Rádio e participação no horário eleitoral	X	-	-
Weblogs e temas políticos	-	2X	-
Empresas, organizações do ABC e comunicação	-	-	X
Rádio comunitária	X	-	-
Telejornalismo e Rede Vida	X	-	-
Internet, direito e comunidade universal	X	-	-
Orçamento participativo e comunicação	2X	-	-
CMI, Indymedia, internet	X	-	-
Mobilização social e comunicação	-	X	-
Grande ABC, novo sindicalismo e comunicação regional	-	3X	-
MST e grande imprensa	X	-	-
“Piratas da cultura”, sociabilidade e comunicação	-	X	-
Imigrantes e comunicação comunitária	2X	-	-
Terceiro setor e Rede Bahia	X	-	-
Imigrantes e interação comunicativa	-	X	-
NP Comunicação para a Cidadania	X	-	-
Manuais de mídia e ativismo político	-	X	-
Teorias deliberacionistas de democracia e comunicação	-	-	X
Inclusão digital e desigualdade social	2X	-	-
Totais: 24 artigos	18 M + 02	10 H + 02	

Ao refletir sobre cidadania e gênero, cabe destacar três trabalhos apresentados no Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, da Intercom, em 2005. Em *Terceiro Setor e mudança sociocultural: uma questão ainda em aberto*, Maria Luiza Martins de Mendonça (2005) mostra resultados de pesquisa sobre ONGs (Organizações Não Governamentais) sediadas em Goiânia e sua comunicação. Mendonça (2005, 1, 2) cita que “a pesquisa se voltou principalmente para associações que se dedicam ao meio ambiente, a idosos, a crianças de rua, mulheres e questões de gênero e, de forma menos intensa, com associações que possuem outros interesses”; entre as pesquisadas estavam Grupo Transas do Corpo (gênero) e CEVAM (Centro de Valorização da Mulher).

“Essas associações e organizações representaram (e ainda representam em alguma medida) um papel relevante na construção de noções de cidadania, de direitos sociais e cumpriram uma importante função histórica nas lutas sociais material e simbólica pois, além das conquistas materiais, buscavam também a modificação de valores e crenças”, avalia. Questões específicas das ONGs, de um modo geral, entretanto, não são mencionadas e as relações de gênero – tema de atuação de pelo menos duas das associações – não aparecem em reflexão no texto.

Movimentos Sociais, Mídia e construção de um novo Senso Comum, de Débora Franco Lerrer, é outro trabalho a destacar. Conforme a autora (Lerrer, 2005, 1), “os movimentos sociais fizeram sua irrupção conceitual na história contemporânea associado ao movimento operário, cujas lutas por direitos sociais alargaram à força os limites previstos pelos Estados liberais de então, bem como forjaram novos consensos que foram abrindo caminho para a inscrição de novos direitos”. Ela avalia que, dos movimentos sociais contemporâneos, muitos estão centrados no meio ambiente, nas questões de gênero, controle de territórios

(e/ou nacionalistas), de minorias étnicas e religiosas; suas palavras de ordem foram de algum modo ouvidas no espaço público, midiaticizadas pelos meios de comunicação.

O tema de trabalho de Lerrer é a cobertura na grande imprensa da prisão de líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), especialmente as três prisões de Diolinda Alves de Souza (mulher do coordenador do MST José Rainha Junior), ocorridas entre 30/10/1995 e 10/09/2003. Conforme verifica, a primeira prisão de Diolinda tem grande repercussão (a sem-terra chega a fazer parte de um quadro de amigo secreto no Fantástico, programa semanal da Rede Globo); já as demais prisões são noticiadas de forma decrescente e quase nula. Lerrer compara essa cobertura à sobre o MST, de maneira geral. No entanto, não mostra uma reflexão com base nas relações de gênero (tema apenas citado no início do texto como um dos movimentos sociais contemporâneos); isso, mesmo contando que Diolinda, em 1995, foi presa em casa, depois de voltar do médico com seu filho, que precisava de cirurgia – seu marido, em atividade do Movimento, ficou foragido. Ela em casa, com o filho, presa; ele na rua, líder do movimento, foragido. Em que se pese a necessidade de não criminalizar os movimentos sociais, essas diferenças entre marido e mulher são simbólicas.

“Mulheres que as gaúchas amam”. Assim começa o artigo de Denise Cogo, intitulado *Comunicação, mídia e cidadania: um percurso pelas interfaces de um Núcleo de Pesquisa da Intercom*, o terceiro a destacar nesta reflexão sobre os trabalhos do NP em 2005, gênero e cidadania. No segundo parágrafo do texto, lê-se “Mulheres que fazem a diferença”, sendo esse o título de uma matéria publicada no suplemento Donna ZH e a outra, a chamada de capa do suplemento do jornal para a reportagem, que apresenta o resultado de consulta a leitores sobre mulheres mais admiradas. A consulta teve como vencedoras, em primeiro e segundo lugares, duas lideranças

de entidades, sendo a primeira que atua contra acidentes no trânsito, e a segunda, contra a desnutrição infantil; ambas deixaram para trás a modelo Gisele Bündchen, a ginasta Daiane dos Santos, entre outras.

“As duas escolhas nos parecem reveladoras de alguns dos recentes entrelaçamentos entre comunicação, mídia e cidadania que vem colaborando para configurar a identidade do Núcleo de Pesquisa em Comunicação para a Cidadania da Intercom desde sua criação, há quatro anos”, avalia Cogo (2005, 2, 12). Em outro ponto do trabalho, Cogo avalia que “através da busca de visibilidade midiática e pública, cujas dinâmicas assumem um caráter mais ou menos organizativo, essas micropolíticas cotidianas de visibilidade vão contribuindo para incorporar à agenda pública, uma multiplicidade de posicionamentos pautados não mais apenas na classe social, mas no gênero, etnia, religiosidade, geração, imigração, etc.”. A autora nota uma “quase ausência, no contexto do Núcleo, de pesquisas dedicadas a examinar as relações entre processos comunicacionais e midiáticos e dinâmicas de cidadania envolvendo as culturas afro-brasileiras”. Faz, entretanto, citações e comentários acerca de trabalhos sobre definições de local e de comunitário, rádios e TVs comunitárias, comunicação do terceiro setor, grande mídia e imigrantes, ativismo na internet, Pastoral da Criança, a questão agrária, identidades culturais entre outras, o que não é feito quanto a possíveis pesquisas, naqueles quatro primeiros anos do NP, sobre comunicação e relações de gênero.

Assim, embora tenhamos notado um olhar para mulheres e relações de gênero no NP Comunicação para a Cidadania, em 2005 – quando se comemorou o trigésimo aniversário do Ano Internacional da Mulher –, esse olhar não reverte em reflexão sistematizada sobre o tema. Como afirma Cogo, no que se refere às pesquisas sobre culturas afro-brasileiras, entendemos que trabalhos que adotem gênero como categoria

ou no interior de suas temáticas podem ter assumido maior presença no Núcleo de Pesquisa Comunicação e Cultura das Minorias. Tal grupo foi extinto e, então, parte de suas pesquisadoras/es e temáticas usuais se somaram ao Comunicação para a Cidadania, certamente influenciando a relação de pesquisas apresentadas em outros anos⁵.

Considerações finais

Entre as conclusões possíveis do presente estudo sobre trabalhos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania da Intercom, em 2005, podemos avaliar que a coordenação do Grupo ainda é pouco referenciada nos artigos publicados nos anais, uma vez que aparece em apenas dois textos de um total de 24. Seria importante que os/as coordenadores do grupo fossem referência na área e/ou fossem reconhecidos enquanto tal. Para saber mais sobre esse aspecto, vale notar que cabe pesquisa futura sobre a construção de legitimidade nesse campo de saber. De forma semelhante, a também pesquisadora de Comunicação para a Cidadania e que foi presidenta da Intercom, Círcia Peruzzo aparece em quatro trabalhos, o que representa 16,6% do total. Por outro lado, o conceito de cidadania como exercício de direitos, luta pela manutenção e ampliação, associado à participação e à comunicação é base para grande parte dos artigos, o que avaliamos como positivo.

-
5. Tal situação ocorreu com a pesquisadora Cláudia Regina Lahni, que, em 2005, no Comunicação para a Cidadania apresentou trabalho sobre rádio comunitária (fruto de sua tese de doutorado) e, em conjunto com sua então orientanda Mariana Zibordi Pelegrini, apresentou trabalho sobre comunicação e relações de gênero (relacionado com trabalho de extensão sob sua coordenação, que respondia às conclusões de sua dissertação de mestrado e pesquisa posterior sobre o tema) – ver Lahni e Zibordi, 2005.

No tocante a gênero no GP, se a participação feminina, em 2005, ano selecionado para estudo, é maior que a masculina e se o Grupo se abre para temáticas diversas ligadas aos movimentos sociais populares contemporâneos, isso não se traduziu em reflexões sobre relações de gênero em 2005, quando se completou o trigésimo aniversário do Ano Internacional da Mulher, proclamado pela ONU. Tal ausência certamente terminou com a participação de pesquisadoras e pesquisadores do antigo Núcleo de Comunicação e Culturas das Minorias, o que, por sua vez, pode não ser suficiente tendo em vista que o respeito aos direitos humanos só se completa com o respeito aos direitos das mulheres, algo ainda distante para o que concorre a influência da mídia.

Considerando a análise apresentada e a partir do que ensina Maria Victoria Benevides, a cidadania ativa supõe a participação popular como possibilidades de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes (Benevides, 1998). A inserção, a partir de diferentes motivos e processos, de variadas abordagens das relações de gênero no Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, como que em um exercício de metalinguagem, pode ampliar a participação de sujeitos, grupos e movimentos sociais no interior do NP e, conseqüentemente, da Intercom. A adoção desse referencial teórico – não apenas “de gênero” mas também, e sobretudo, feminista – cria possibilidade para que a participação se dê e seja ampliada, em espaço que, em momento anterior, não era destinado a este fim. Assim, a análise dos trabalhos selecionados expressa serra fértil, embora não formal e sistematizada, para a ampliação dos estudos sobre cidadania e sobre cidadania e relações de gênero. Não há Direitos Humanos sem os Direitos das Mulheres e parece que essa máxima feminista, à primeira vista tão militante, tem se expressado nas transformações epistemológicas motivadas tanto pela adoção do conceito de gênero como pela presença das feministas nos mais variados espaços.

Referências

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo, Contexto, 2006.

AZEVÊDO, Maria Nazareth Farani e HOYER, Franklin Rodrigues. A igualdade de gênero e os direitos das mulheres: a experiência do conselho de direitos humanos. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Governo Federal. **Mundo afora: Políticas de promoção da igualdade de gênero**. Brasília: Governo Federal, nº 7, 2011.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa: referendo, plebiscito, iniciativa popular**. São Paulo, Ática, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COGO, Denise. **Comunicação, mídia e cidadania: um percurso pelas interfaces de um Núcleo de Pesquisa da Intercom**. Rio de Janeiro: Intercom, Uerj, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, NP Comunicação para a Cidadania, 2005.

LAHNI, Cláudia Regina e AUAD, Daniela. **Comunicação, Política e Relações de Gênero: a presença da mulher na imprensa em período eleitoral**. Recife: Intercom, Unicap, XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, GP Comunicação para a Cidadania, 2011.

LAHNI, C. R. e ZIBORDI, Mariana. **Informativo feminista apresenta, por rádio comunitária, história de mulheres**. Rio de Janeiro: Intercom, Uerj, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, NP Comunicação e Cultura das Minorias, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos Sociais, Mídia e construção de um novo Senso Comum**. Rio de Janeiro: Intercom, Uerj, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, NP Comunicação para a Cidadania, 2005.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 9 reimpr. da 3 ed., 2001.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins. **Terceiro Setor e mudança sociocultural: uma questão ainda em aberto**. Rio de Janeiro: Intercom, Uerj, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, NP Comunicação para a Cidadania, 2005.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares – A participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2 ed., 1999.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004, p. 49-79.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SCOTT, Joan W. O Enigma da Igualdade. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, 2005.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, no. 16, p. 5-22, 1990.

6. Encontro de 2006: riscos de perda do conceito-base do GP

BRUNO FUSER¹

No encontro anual do GP/NP Comunicação para a Cidadania de 2006, em Brasília, foram apresentados 25 trabalhos.² Vou iniciar este rápido ensaio apresentando os títulos e palavras-chave, para que estas possam ser utilizadas como referência pos-

1 Jornalista, Bruno Fuser trabalhou como repórter e redator nos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, antes de se dedicar à vida acadêmica. Professor durante 18 anos na PUC-Campinas, fez mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo, com pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha) e na Universidade de Guadalajara (México). Desde 2006 é docente efetivo da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde dá aulas de produção jornalística e desenvolve atividades de extensão e pesquisa. Dedicar-se aos temas de comunicação, cidadania, educação e tecnologias digitais. Nasceu em Campos dos Goytacazes-RJ. E-mail: bruno.fuser@ufff.edu.br.

2. Trabalhos retirados do sítio da Intercom: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>.

terior na reflexão a ser desenvolvida. Para facilitar a indicação os trabalhos serão numerados, dispensando reproduzir o título.

1 - A violência e a velhice na mídia

Palavras-chave: representação social; identidade; discursos; violência; velhice

2 - O Lugar Da Velhice Na Sociedade De Consumo

Palavras-chave: sociedade de consumo; velhice; juventude; mídias; comunicação

3 - Mídia e construção da identidade da mulher negra: a revista Raça

Palavras-chave: mídia, identidade, minoria, mercado

4 - Quilombos contemporâneos: a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra

Palavras-chave: identidade; consumo; memória; etnia

5 - Comunicação, Gênero e Cidadania: 1963-2006

Palavras-Chave: Comunicação feminista, jornalista Carmen da Silva, Sempreviva Organização Feminista-SOF

6 - Recepção feminina: análise da produção acadêmica da década de 90

Palavras-chave: comunicação; recepção; mulheres; públicos; gênero

7 - Estratégias de comunicação para inclusão social: uma análise das metodologias de inclusão digital do IN'FORMAR pelos jovens da comunidade do Pilar em Recife, PE

Palavras chave: Inclusão Digital; Inclusão Social; Comunicação Participativa; Desenvolvimento Local

8 - As rádios comunitárias do Vale do Itajaí enquanto geradoras de capital social

Palavras-chave: Comunicação; comunidade; capital social; rádio comunitária

9 - Perspectivas da comunicação popular: Um estudo de caso da Rádio Comunitária Nova Geração de Jataizinho (PR)

Palavras-Chave: Estudo de Recepção; Comunicação popular; Rádio Comunitária; Movimentos sociais

10 - Panorama atual das rádios comunitárias no Brasil

Palavras-chave: Democratização da Comunicação; Rádios comunitárias; Esfera pública; Legislação brasileira

11 - Ômnia: a comunidade social dos telecentros da Catalunha

Palavras-chave: Comunicação; mídias digitais e cidadania; exclusão digital

12 - Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes

Palavras-chave: Mídias, migrações contemporâneas, movimentos sociais, cidadania

13 - América Latina em trânsito: mapeamento de espaços comunicacionais na Internet relacionados com a experiência das migrações contemporâneas

Palavras-chave: Internet; cidadania, imigração latino-americana

14 - A Identidade Líquida - A experiência identitária na contemporaneidade dinâmica

Palavras-chave: identidade cultural, modernidade, pós-modernidade, multiculturalismo

15 - Tematizando a esperança brasileira

Palavras-chave: Cidadania; criança; televisão; mídia; discurso

16 - Movimentos de defesa da infância e a cobertura sobre educação pública. Um estudo empírico sobre a imprensa cearense

Palavras-Chave: Movimentos sociais; mídia; infância; jornalismo; fontes de informação

17 - Cultura, resistência e astúcia na comunidade da Mangueira

Palavras-chave: Cultura popular; Comunidade; Emancipação

18 - A comunicação popular do Exército Zapatista de Libertação Nacional: um ensaio sobre identidade e linguagem

Palavras-chave: Comunicação Popular; Movimento Social; Neozapatismo; Identidade; Cultura

19 - Cultura Cabocla como vontade de Identidade Amazônica: conexões entre a obra científica de João de Jesus Paes Loureiro e o filme curta-metragem “Chama Verequete”

Palavras-chave: Cultura Amazônica; Identidade; Identificações; Relações de Poder; Hegemonia

20 - Tecnologias audiovisuais em oficinas socioeducativas

Palavras-chave: Oficinas socioeducativas; cognição enativa; comunicador e educador social; tecnologias audiovisuais, vídeo

21 - Questões em torno da comunicação católica: a produção jornalística na Rede Vida

Palavras-chave: Igreja Católica; televisão; jornalismo

22 - Esfera de visibilidade pública midiática, redes de comunicação e os atores coletivos da sociedade civil

Palavras-chave: Esfera pública; Redes de comunicação; Atores da sociedade civil

23 - Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária

Palavras-chave: comunicação popular, comunicação comunitária, alternativo, comunidade

24 - Vozes do cárcere: uma análise do filme O Prisioneiro da Grade de Ferro

Palavras-chave: Comunicação e cidadania, documentário, prisão, Carandiru, memória

25 - Movimentos Sociais: pesquisa em três tempos

Palavras-chave: Movimentos sociais; pesquisa em comunicação; história do presente

Uma primeira ausência

Iniciemos esta análise com base nas palavras-chave. A importância das palavras-chave é que são escolhidas pelos próprios autores como referência para indexação de seus textos, e podem desta forma ser consideradas elementos que sintetizam a identificação dos mesmos, do ponto de vista de quem elaborou aqueles trabalhos. Detenho-me inicialmente nas palavras-chave que estão mais presentes:

Identidade (incluindo identificações e identidade cultural): 7 vezes

Mídia (incluindo mídias digitais e cidadania): 6 vezes

Movimentos sociais (incluindo movimento social): 5 vezes

Cidadania: (incluindo comunicação e cidadania e mídias digitais e cidadania): 5 vezes

Comunicação: 4 vezes (de maneira isolada)

Comunicação popular: 3 vezes; cultura popular: 1 vez

Comunidade: 3 vezes

Rádios comunitárias: 3 vezes

As primeiras considerações que faço dizem, assim, respeito à baixa frequência da palavra cidadania entre as palavras-chave (em 20% dos trabalhos). Estas são, como destacado anteriormente, referências para indexação (ou identificação) dos textos pelos autores. É possível portanto depreender-se dessa baixa frequência que são poucos os trabalhos que têm o termo cidadania como uma das referências principais entre os trabalhos do NP/GP Comunicação para a Cidadania apresentados no encontro de 2006. Este é o primeiro elemento que aponta para um afastamento de parte dos trabalhos da expressão que sintetiza do NP/GP, comunicação para a cidadania.

É possível, no entanto, que a questão da cidadania esteja presente no corpo do trabalho, ainda que não tenha sido termo incluído entre as palavras-chave. Vou então, no conjunto dos trabalhos apresentados, tentar verificar aqueles que se de-tem com alguma atenção na questão da cidadania, seja apresentando conceito específico, seja fazendo relação com outros conceitos ou expressões que permitam apreender um sentido claro de cidadania para aquele/a/es/as autores/as. Utilizarei aqui também como referência de análise a discussão sobre direitos. Destaco em particular a questão dos direitos pois:

Cidadania implica o reconhecimento por parte do Estado da igualdade entre os homens. As dimensões que o Estado reconhece como de exercício da cidadania constituem os direitos: civis (livre movimentação, livre pensamento, propriedade), de Justiça, políticos (ser elegível, eleger) e sociais (acesso a bem-estar e segurança materiais). (FUSER, 2010, p. 179-180).

Além dos direitos civis, políticos e sociais, Bobbio (1992) destaca a emergência da “quarta geração de direitos” - que podem incluir o direito à comunicação, à informação, ao patrimônio genético, ao meio ambiente, à democracia, ao pluralismo. Embora não sejam consenso entre estudiosos), e muitas vezes deixem de ser reconhecidos como tal, compõem pautas de reivindicações cada vez mais comuns entre segmentos organizados da sociedade.

Direitos, cidadania nos artigos apresentados

Assim, vejamos como os trabalhos desenvolvem a discussão sobre cidadania e direitos. O trabalho 1 (CÔRTE, B. & GOMES, M.R., 2006) fala de “desrespeito à cidadania”; embora não a conceitue, deixa em certa medida implícita a associação entre cidadania e a garantia de acesso aos direitos do idoso, citando explicitamente o Estatuto do Idoso, que regula os direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Trata, portanto, cidadania como acesso a direitos. Da mesma forma, o trabalho 2, embora não traga nenhuma vez a palavra cidadania, aborda a questão dos direitos da velhice, “grupo social que tem direitos equivalentes a todos os cidadãos e, portanto, demanda a criação de projetos e políticas públicas que sejam realmente inclusivas” (FONTES, M., p.10).

O trabalho 4 não possui a palavra cidadania; traz à tona o debate sobre os direitos territoriais das populações quilombolas: “Hoje, a denominação ‘quilombo’, longe de fazer ressurgir conceitos cristalizados no período colonial, conota uma perspectiva voltada para a inclusão social, direitos territoriais, sociais e culturais a estas comunidades que continuam estigmatizadas historicamente. Como remanescentes de quilombo, querem comprovar a posse legal das terras” (OLIVEIRA & MORTARI, 2006, p.6).

O artigo 5 deixa clara a compreensão do que entende por cidadania: “[...] a cultura dominante exige uma prática con- dizente com os valores do capitalismo que vem acentuando as desigualdades da sociedade de classes e exigem das femi- nistas uma preocupação com a cidadania ou seja a busca do direitos civis, políticos e sociais relacionados com questões de gênero, etnias e classes sociais” (KOSHIYAMA, 2006, p.3).

O trabalho 8 fala de “resgate da cidadania”, mas não conceitua o termo, que aparece apenas nas considerações finais, associado a capital social, prestação de serviços, res- ponsabilidade social. “Buscar alternativas de socialização, de ampliação da confiança, de resgate da cidadania, pode ser a saída para as crises constantes da sociedade e para a falta de crença nas instituições públicas. Através dos meios de co- municação, o capital social poderia ser estimulado, testado em uma determinada comunidade. É aí que entram as rá- dios comunitárias, criadas exatamente para servirem a uma pequena comunidade” (SANTOS, C.R.P., 2006, p.10-11).

No artigo 10 está presente a palavra cidadania, associada ao papel das rádios comunitárias na garantia da democracia. De- têm-se na discussão do direito à comunicação e à informação, citando e discutindo o relatório Intervezes “Direito à comu- nicação no Brasil” e pronunciamentos a favor da “legitimidade das emissoras comunitárias como veículo facilitador do direito à informação – de informar e ser informado” (BAHIA, 2006, p.8).

O trabalho 11 associa cidadania a um conjunto de direi- tos (civis, políticos, sociais), que inclui o direito à gestão e fruição de bens econômicos e culturais. “As entrevistas fo- ram, numa primeira etapa de interpretação, analisadas com base em alguns dos valores explicitados no conceito de ci- dadania como o direito não apenas à fruição, mas também à gestão de produtos culturais” (FUSER, 2006, p.7).

No artigo 12 estão presentes diversos conceitos e dis- cussões a respeito de cidadania, em especial as cidadanias

intercultural, cosmopolita e comunicativa: “Ao lado das clássicas demandas por cidadania social, econômica e civil passam a assumir protagonismo, por um lado, a chamada cidadania intercultural, entendida como aquela passível de ser construída a partir de uma comunicação capaz de produzir um lugar ou uma ética que permita a combinação entre universalismos e particularismos culturais. E, por outro lado, o que vem sendo denominado de projeto de cidadania cosmopolita, que pode ser traduzido pela busca do ideal de universalização da cidadania social através da criação de princípios universais e organizadores capazes de delimitarem e regerem a diversidade presente no espaço público para além da exclusividade de pertencimentos locais, regionais e nacionais. [...] Essas demandas por cidadanias intercultural e cosmopolita das migrações contemporâneas ganham visibilidade pública no marco de uma terceira instância – a da cidadania comunicativa” (COGO, 2006, p.5).

No trabalho 13 está presente a questão da cidadania associada a direitos dos migrantes: “O que desde já se percebe é que, ao mesmo tempo em que a identidade latino-americana vem sendo reconstruída desde a experiência das migrações, pois o deslocamento parece colocar mais em evidência uma discussão do que significa pertencer a este ou àquele lugar, essa construção se dá, muitas vezes, por demandas de cidadania, como a luta por políticas de imigração menos discriminatórias, vivenciadas também desde espaços de comunicação da Internet” (BRIGNOL, 2006, p.10).

Uma “cidadania renovada” é trazida à tona pelo artigo 14, que destaca o direito à diferença: “Mesmo exigindo a efetivação dos direitos civis, mulheres, homossexuais, negros, índios e diversas minorias passaram a buscar o direito a expressar e ter sua diferença reconhecida” (GIOIELLI & SOUSA, 2006, p.8).

O artigo 15 traz o termo cidadania mas não faz exatamente uma conceituação, associando cidadania à “resolução

de problemas sociais do País” (GOMES, 2006, p.6) e a “bandeiras direta ou indiretamente relacionadas ao conceito de cidadania: infância, educação, terceiro setor, filantropia empresarial, voluntariado e assuntos conexos” (idem, p.2).

Não há referência à palavra cidadania no trabalho 16; há diversas menções aos direitos da criança e do adolescente, especificamente ao direito à educação: “Partimos da análise do noticiário [...] sobre educação, tema escolhido por aglutinar diversos setores da sociedade civil organizada na defesa dos direitos de crianças e adolescentes” (MARÔPO, 2006, p.2).

No artigo 17 discute-se a associação entre cidadania e emancipação: “O sociólogo Boaventura de Sousa Santos esmiúça em diferentes partes de sua obra o quanto o conceito de emancipação vem se transformando nas últimas décadas, apoiado na falência dos tipos de regulação [...] Esses excessos de regulação da modernidade foram (e estão sendo) combatidos, ressalta ele, por meio de uma equação entre subjetividade, cidadania e emancipação” (MAIA & KRAPP, 2006, p.6-7).

Os trabalhos 18 e 20 não trazem a palavra cidadania, e o termo direito (ou direitos) aparece de forma isolada, associado a outros contextos, portanto não é considerado para análise, como os demais que não são comentados neste tópico. Já o artigo 21 apresenta claramente um conceito de cidadania, associada a direitos: “As entrevistas desenvolveram-se em torno da questão dos direitos e deveres, analisados a partir de uma concepção de cidadania que os prevê como fundamentais à sociedade. [...] Cidadania é entendida a partir Manzini-Covre (1999), que trabalha com a perspectiva da cidadania relacionada ao sonho que o homem sempre terá de alcançar uma sociedade melhor, mais democrática, justa, livre e igualitária. A autora considera indispensável a educação para a cidadania, para que as pessoas tomem consciência de seus direitos e passem a lutar por eles” (LIMEIRA, M.B.S., 2006, p.8).

O artigo 22 volta-se para o debate sobre esfera pública, visibilidade e redes de comunicação; não traz a palavra cidadania, mas a expressão “participação cidadã”: “A busca pelos elementos inovadores nestas formas de organização e no seu modo de fazer política está alinhada, pois, com os *insights* de teóricos como Cohen (1998), Melucci (2001), Avritzer e Costa (2004), que apontam para o fato de que a nova cultura política crítica e de base deliberativa que está sendo gestada nos espaços de sociabilidade das organizações da sociedade civil é capaz, inclusive, de estabelecer importantes relações entre participação cidadã, deliberação e mudança política” (HANSEN, 2006, p.4).

Em diversos momentos do trabalho 23 a discussão sobre cidadania e direitos se faz presente: “A comunicação comunitária [...] [realiza] o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania” (PERUZZO, 2006, p.8).

Também nos dois últimos trabalhos comentados aqui estão presentes os termos cidadania e direitos, associados entre si. No 24, assinala-se que cidadania “pensar a cidadania hoje é levar em conta tópicos como identidade, pobreza e exclusão, gênero, identidade nacional, democratização, minorias étnicas, globalização, instituições internacionais, meio ambiente, etc. [...] esses tópicos caracterizam o que chama de ‘retorno do cidadão’ na teoria social e política” (OLIVEIRA, 2006, p.6).

O trabalho 25 faz análise do próprio GT Comunicação para a Cidadania, enfatiza o conceito de cidadania comunicativa e o direito à informação, e destaca: “O que acompanha

a questão da cidadania é uma discussão sobre o significado e o alcance de ser membro da comunidade em que se vive. Quem pertence e quem está excluído? E por quê? E como concertar esta divisão desigual? São os problemas em torno do pertencimento e do direito de pertencer que deram lugar à discussão das políticas de cidadania e mobilizam nossos trabalhos acadêmicos” (BERGER, 2006, p.4).

Uma interpretação possível

A leitura dos 25 artigos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania, em 2006, permite algumas reflexões. Em primeiro lugar, é possível perceber a diversidade de perspectivas com que o tema cidadania é abordado em vários desses trabalhos. A palavra cidadania é associada (nem sempre de maneira explícita) ao direito a ser incluído, direito a ter direitos, direito à comunicação, direitos individuais, de minorias, sociais, civis, políticos. São pontos de vista bastante diferenciados, e a palavra cidadania nem sempre é acompanhada de conceituação ou contextualização. Os artigos fazem referência a diversas manifestações, ou dimensões da cidadania: cidadania como igualdade de gênero, articulada com classe, raça e etnia; cidadania associada a identidade, como universalismo de direitos mas também como particularismo de pertencimentos; cidadania intercultural, comunicativa, cosmopolita; como igualdade social, como expressão de uma sociedade mais democrática, justa, livre e igualitária. Não creio que seja o caso de tentar fazer uma somatória de conceitos que mais se aproximam e quantificar esse dado: o mais importante é destacar que, quando está presente, o termo cidadania – e a discussão sobre direitos, sejam eles os clássicos direitos civis, políticos e sociais, sejam os da “nova cidadania”, ou de quarta geração

– está associado a uma diversidade de dimensões da vida contemporânea, expressando pluralidade no entendimento do que seja ou possa ser uma comunicação para a cidadania.

Nessa extrema diversidade de abordagens, uma questão que considero relevante ressaltar é o fato de que, apesar dessa grande diversidade, muitos artigos não fazem absolutamente nenhuma referência seja ao termo cidadania, seja à questão de direitos, quaisquer que sejam. Vejamos: se deixarmos evidentemente de lado a nota de rodapé relativa ao NP/GP Comunicação para a Cidadania, dos 25 artigos, nada menos que **onze** deles não utilizam absolutamente nenhuma vez a palavra cidadania. Um deles, aliás, sequer na nota de rodapé, pois provavelmente foi reencaminhado a partir de outro GP, que é citado no texto. Se levarmos em conta a palavra direito, ou direitos, o quadro é ligeiramente distinto: são **nove** os trabalhos que não trazem nenhuma vez a menção a direitos – sejam civis, políticos, sociais, ou os “novos direitos”, de quarta geração.

Para não levarmos em conta apenas a citação isolada de qualquer dos dois termos, buscamos verificar em que medida há no artigo uma associação, uma relação entre eles. Ou se essa associação, ou problematização, se dá não com esses termos, especificamente, mas com outras questões que podem ser consideradas bastante próximas, como democratização, inclusão, igualdade. Ainda assim, teríamos **sete** trabalhos que não fazem nenhuma menção a cidadania, nem a direitos, nem a democracia, nem a igualdade... Alguns sequer trazem qualquer palavra-chave que esteja incluída entre as palavras-chave do NP/GP, nem mesmo como mera formalidade. Temos, portanto, um segundo conjunto de argumentos que reforçam a possibilidade de se estar perdendo a aderência entre diversos trabalhos apresentados no NP/GP e a ideia-chave do próprio grupo, a comunicação para a cidadania.

Aspecto relacionado a tais constatações é de que há trabalhos que tratam de temas que podem ser relacionados com a questão da cidadania, mas nem sempre o fazem, ou não os têm como questão de maior relevância. A dimensão da cidadania pode ser por vezes apenas inferida, como de forma implícita, e nem sempre é possível localizá-la. Não é de se estranhar que tal discussão, portanto, esteja ausente. Parece dar-se como assegurada a interface com a cidadania apenas por se tratar de assunto que muitas vezes é relacionado a direitos, à busca ou luta por igualdade – embora nem sempre o artigo o faça.

Esses temas podem ser muito variados, como em artigo sobre uso de tecnologias na interface entre comunicação e educação, ou em outro, sobre identidades regionais. Nem sempre a relação com a cidadania, a meu ver, é a mais importante em alguns desses artigos, e a ausência completa do termo cidadania, ou direitos, nesses textos, é apenas reflexo dessa falta de aderência. Como resultado, tem-se a falta de aprofundamento da discussão sobre as diversas perspectivas da cidadania na atualidade, dando-se como desnecessária a conceituação, ou assumindo-se como menos importante tal discussão.

O reencaminhamento dos textos talvez fosse uma alternativa para que não ocorresse o que considero pouca aderência dos trabalhos à questão da cidadania. Em um dos artigos (sem querer negar seu mérito próprio, fique claro, mas a maior ou menor aderência ao GP Comunicação PARA a Cidadania) a questão mais importante é a das teorias da comunicação, pois se volta para a análise das metodologias utilizadas em pesquisas sobre feminismo. A discussão ali realizada é essencialmente de interesse, creio, do GP Teorias da Comunicação, e a questão do feminismo aparece como secundária (não se verifica neste trabalho a presença da palavra cidadania).

Em outro trabalho, a relação com a cidadania novamente parece como muito indireta. Mais importante que estudar a relação entre o movimento zapatista e seus comunicados,

um dos trabalhos (também sem discutir seu mérito próprio) volta-se essencialmente para a análise de discurso de tais comunicados. Se o GP é Comunicação PARA a cidadania, este trabalho, em que sequer aparece a palavra cidadania, não estaria melhor, por exemplo, em GP que tem a metodologia de análise de discurso como parte de sua ementa?

A meu ver seria importante para o GP Comunicação para a Cidadania solicitar que nos textos os autores deixassem clara a relação entre a análise/discussão que desenvolvem e o conceito de cidadania que utilizam. A mera opção por tema que pode ser associado à questão da cidadania ou a presença de palavras-chave que coincidem com palavras-chave do GP não podem ser critérios para considerar-se um trabalho com aderência ao Grupo de Pesquisa. Outro trabalho do ano de 2006, por exemplo, a meu ver foge dessa aderência. Também sem negar seu mérito, a perspectiva adotada por um dos artigos parece estar bastante próxima à do GP de Folkcomunicação – e também aí nenhuma vez aparece a palavra cidadania.

Exemplo a meu ver interessante de possibilidades de encaminhamento (vale dizer, de artigos que a meu ver têm interface com a questão da cidadania, mas que possivelmente teriam maior aderência em outros espaços da Intercom) é o que trata da Campanha Criança Esperança, da Rede Globo. O NP/GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional tem como foco principal, justamente, “processos de relacionamento estabelecidos entre os públicos e as organizações”, aspecto que me parece central do artigo apresentado.

Os temas

Sobre os temas tratados, utilizo a mesma classificação feita em outro momento (FUSER, 2010), em que foram discutidos os trabalhos de 2001 a 2009 do NP/GP Comunicação

para a Cidadania. Ali se propunha a criação de 19 categorias, centradas essencialmente nas temáticas mais presentes nos trabalhos apresentados, mas também com categorias específicas para questões teóricas ou metodológicas gerais ou específicas. Assim, se considerarmos tais categorias, teríamos, para os trabalhos apresentados em 2006:

- Multiculturalismo, interculturalidade e identidade – 3
- Rádios comunitárias – 3
- Perspectivas teóricas sobre as relações entre comunicação e cidadania – 2
- Velhice – 2
- Discurso e representação social nas mídias – 2
- Etnias / Minorias – 2
- Tecnologias digitais, ciberativismo e redes sociotécnicas – 2
- Comunicação institucional e responsabilidade social – 1
- Juventude – 1
- Cultura e sociabilidade – 1
- Cultura regional – 1
- Educação – 1
- Comunicação eclesial – 1
- Gênero – 1
- Outros – 2 (metodologias de pesquisa e teorias da comunicação)

Destaca-se a ênfase em dois temas, identidade e rádios comunitárias. Mas se considerarmos que um dos trabalhos sobre velhice tem como enfoque principal a questão da identidade, assim como os dois trabalhos sobre etnia, os dois trabalhos que usam a metodologia de análise de discurso, e também o de cultura regional, este tema aparece

como central em três trabalhos, mas como transversal em mais seis artigos apresentados no GP/NP em 2006. Portanto, se tratado como tema em separado, é o tema que se mostra com maior presença nesse encontro do grupo de pesquisa Comunicação para a Cidadania. Não por acaso a palavra-chave com maior frequência é identidade, como vimos anteriormente. As rádios comunitárias e as perspectivas teóricas apareceriam em seguida, pois, embora a relação entre comunicação e cidadania tenha dois trabalhos, um dos “Outros” dedica-se à discussão teórica (entre comunicação e política, e não comunicação e cidadania), e ao menos em outro trabalho (um dos sobre rádio comunitária) discute com particular atenção o tema comunicação popular e comunitária.

Autores, distribuição geográfica e vinculação institucional

Em relação a autores é grande a diversidade; destacam-se, por citações em maior número de trabalhos, Lipovetsky, Bauman, Peruzzo e Boaventura de Souza Santos. Poderia ser feita uma relação entre tema ou palavras-chave e principais referências teóricas/bibliográficas, mas não foi possível efetuar tal análise. Dos 25 artigos, levando-se em conta sempre o 1º/1ª autor/a e a vinculação inicial por ele/a indicada no artigo, pode-se considerar que houve forte concentração em trabalhos provenientes do Rio Grande do Sul (8, sendo: 4 da Unisinos, 1 PUC-RS, 1 UFSM, 1 UFPE, 1 Feevale) e de São Paulo (também 8: USP 3, Umesp 2, Unesp 2, PUC-Campinas 1). Os demais trabalhos, em termos de localização geográfica e vinculação institucional, ficaram assim: 2 Bahia (1 UFBA e 1 Faculdade Jorge Amado), 1 RJ (Uerj), 1 MG (UFJF), 1 Goiás (UFG),

1 Pernambuco (UFRPE), 1 Ceará (Unifor), 1 SC (Univali), 1 Sergipe (UFS) e 1 de Portugal (Nova de Lisboa, também vinculada à Unifor – Universidade de Fortaleza).

Textos em destaque

Destacamos dois textos para rápida discussão, entre os trabalhos do encontro de 2006 do GP/NP Comunicação para a Cidadania: em primeiro lugar, o artigo **Quilombos contemporâneos: a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra**, de Vanessa de Oliveira e Elisângela Carlosso Machado Mortari, da Universidade Federal de Santa Maria.

Destaca-se no texto, em primeiro lugar, a contextualização histórica que permite a compreensão do quadro identitário que se forma a partir do conflito com outros grupos. “Mesmo com a abolição formal da escravidão no Brasil, uma série de dispositivos foi criada para manter o aprisionamento dos escravos. Uma dessas armadilhas foi a imposição a condição de agregado, que, mantinha o escravo preso às terras do senhor e permitia a continuação da exploração de seu trabalho”, destacam as autoras (OLIVEIRA & MORTARI, 2006, p.5).

Assim, a identidade quilombola é descrita e discutida não como fluida, líquida, mas como muito concreta, resultado do “confronto estabelecido com as outras comunidades de agricultores descendentes de alemães e italianos e que ocupam, atualmente, as fronteiras territoriais da região quilombola” (idem, p.5). Mais que concreto, territorial: “Como remanescentes de quilombo, querem comprovar a posse legal das terras. Essa ligação com a territorialidade, vincula a comunidade ao seu território social, relacionado ao coletivo, que constitui um suporte material e simbólico indispensável à afirmação

da identidade étnica dos integrantes da comunidade, assim como a continuidade de suas tradições” (idem, p.6).

As autoras demonstram como é possível conduzir a discussão sobre processos de formação de identidade associando-os a questões como disputas de poder e de sentido:

A identidade depende de um contraponto, de um processo de diferenciação, de separação, de ruptura para ganhar significação. As identidades e as divisões a que implicam os sujeitos não são práticas neutras, estão permeadas por conflito e negociação. Nesse sentido, a identidade é também uma questão de poder, de política. No cenário encontrado na comunidade quilombola de São Miguel as identidades circulantes são resultado da experiência cotidiana e da ficção narrada que se confundem no discurso da memória de descendentes de escravos de fazendas gaúchas. As disputas pelo poder simbólico encontram na formação da ‘Quarta Colônia de Imigração Italiana’, ao mesmo tempo, o perigo da amnésia e o desejo de eternidade (idem, p.7).

Considero particularmente importante, na discussão que envolve a comunicação para a cidadania, do debate sobre as formas como se exercem poderes, pois é o exercício do poder que garante inclusões ou exclusões, maior ou menor acesso a direitos – sejam eles quais forem. Dissociar a ideia de cidadania da ideia de poder contribui para que se deixem de perceber as relações que permeiam as diversas dimensões da sociabilidade. A desigualdade (de acesso a direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, ou os “novos direitos”, de quarta geração) só pode ser compreendida a partir da análise de como se organiza a sociedade e o acesso privilegiado de determinados grupos ou classes a certos bens, materiais ou não, serviços, direitos.

Outro trabalho que gostaria de destacar no quadro geral desse ano é o de Alice Mítika Koshiyama, **Comunicação,**

Gênero e Cidadania: 1963-2006. Ao abordar a exclusão social das mulheres, “fato que se concretiza também na limitação às suas possibilidades de acesso a todos os bens culturais, inclusive o acesso à literatura feminista” (KOSHIYAMA, 2006, p.2), Alice Mitika também faz uma contextualização histórica, destacando a importância de se compreender como se organizam diferentes grupos e classes sociais, na consolidação e ampliação de projetos de hegemonia.

Alice Mitika discute a atuação da jornalista e psicóloga Carmen da Silva na revista *Cláudia*, onde escreve de 1963 a 1985, desenvolvendo um projeto de comunicação feminista em que assume compromissos políticos. “Carmen não incorria na simplificação que igualava todas as mulheres. Enxergava as diferentes condições de desigualdade [...]. A leitura dos seus textos mostra uma visão revolucionária do feminismo e que não se realiza apenas como um projeto para a minoria das mulheres da sociedade de classes (idem, p.5-6), assinala a professora da USP.

Alice analisa também o grupo SOF – Sempre Viva Organização Feminista e seu boletim, partindo de um ponto de vista bem definido:

A proposição de um feminismo libertador para mulheres de todas as classes sociais continua uma utopia válida. Levada ao limite, esta posição implicará na perspectiva de mudar as condições de vida da parte da sociedade insatisfeita com as carências nos seus relacionamentos como seres humanos. Este tipo de feminismo está no projeto de construção de uma cidadania para todos. Pressupõe participação social, conflitos de interesses, organização das pessoas em grupos e partidos, ampla discussão para formar regras de convivência, análise das possibilidades permanentes de mudar o anacrônico e o indesejável. Na sociedade, a organização do trabalho

mostra-nos que a utopia feminista inscreve-se no contexto das relações sociais que podem ser construídas (idem, p.12).

Alice Mitika, dessa forma, discute a cidadania das mulheres relacionando-a à cidadania para todos – para todos os excluídos do acesso a direitos. Ao invés de buscar a fragmentação, preocupa-se em compreender o todo, relaciona a situação de desigualdade das mulheres à desigualdade própria do sistema capitalista. “Porque a cultura dominante exige uma prática condizente com os valores do capitalismo, que vem acentuando as desigualdades da sociedade de classes e exigem das feministas uma preocupação com a cidadania ou seja a busca do direitos civis, políticos e sociais relacionados com questões de gênero, etnias e classes sociais” (idem, p.3). A ruptura com a desigualdade, portanto, passa pela construção de uma sociedade com outros valores.

Referências

BAHIA, L.M. **Panorama atual das rádios comunitárias no Brasil**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo : Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

BERGER, C. **Movimentos Sociais: pesquisa em três tempos**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRIGNOL, L.D. **América Latina em trânsito: mapeamento de espaços comunicacionais na Internet relacionados com a experiência das migrações contemporâneas**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

COGO, D. **Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

CÔRTE, B. & GOMES, M.R. **A violência e a velhice na mídia**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

FONTES, M., **O lugar da velhice na sociedade de consumo**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

FUSER, B. **Òmnia: a comunidade social dos telecentros da Catalunha**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.) Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

FUSER, B., Cidadania das minorias. Em **Enciclopédia Intercom de comunicação**. São Paulo: Intercom, 2010, p. 179-180.

FUSER, B., BARBALHO, A. & COGO, D. M. **Comunicação para a cidadania**: um breve panorama das tendências de pesquisas a partir da Intercom. Em: VICENTE, M.M. & ROTHBERG, D. (Org.). Meios de Comunicação e cidadania. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v. 1, p. 09-25.

GIOIELLI, R.L.P. & SOUSA, M.W. **A Identidade Líquida: A experiência identitária na contemporaneidade dinâmica**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

GOMES, A.A.F. **Tematizando a esperança brasileira**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

HANSEN, M.R. **Esfera de visibilidade pública midiática, redes de comunicação e os atores coletivos da sociedade civil**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

KOSHIYAMA, A.M. **Comunicação, Gênero e Cidadania: 1963-2006**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

LIMEIRA, M.B.S. **Questões em torno da comunicação católica: a produção jornalística na Rede Vida**.

Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

MAIA, J. & KRAPP, J. **Cultura, resistência e astúcia na comunidade da Mangueira**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

MARÔPO, L.S.B. **Movimentos de defesa da infância e a cobertura sobre educação pública. Um estudo empírico sobre a imprensa cearense**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

OLIVEIRA, A.P.S. **Vozes do cárcere: uma análise do filme O Prisioneiro da Grade de Ferro**

OLIVEIRA, V. & MORTARI, E.C.M. **Quilombos contemporâneos: a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

PERUZZO, C.M.K. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Em: FERREIRA, S.M.S.P. (org.). Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/creditos.htm>. Acesso: 06/8/2012.

SANTOS, C.R.P. **As rádios comunitárias do Vale do Itajaí enquanto geradoras de capital social**

7.

Cidadania e aspectos teórico-metodológicos na produção do GP Comunicação para a Cidadania no Intercom 2007

CATARINA TEREZA FARIAS DE OLIVEIRA¹

MÁRCIA VIDAL NUNES²

O GP de Comunicação para a Cidadania tem como objetivo central a discussão entre as relações existentes entre estas duas grandes áreas, problematizando e discutindo experiências de comunicação que contribuam para a ampliação do exercício da cidadania. Nesta discussão, estão presentes as temáticas relacionadas às culturas populares, comunidades, identidades culturais e minorias que se relacionam com a atuação dos movimentos sociais, políticos e religiosos. Além disso, o GP tem a proposta de estudar ações e práticas comunicacionais alternativas e comunitárias ligadas às apropriações e ao uso de tecnologias de comunicação pelas redes de

1. Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC.

2. Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC.

mobilização social, envolvendo questões de gênero, geração, etnia, religiosidade, regionalismo e migrações.

Este artigo tenciona analisar a produção do GP Comunicação para Cidadania para o XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Santos, São Paulo, em 2007, com a temática geral “Mercado e Comunicação na Sociedade Digital”. Na análise dos artigos produzidos para o GP, identificamos aspectos relacionados essencialmente à categoria de cidadania em sua relação com os processos midiáticos, políticos e socioculturais, bem como aspectos teórico-metodológicos presentes nas escolhas realizadas pelos autores, para recortar e analisar seus objetos de pesquisa.

Cidadania, comunicação e participação na vida pública

As relações entre Comunicação e Cidadania suscitam também a questão da participação dos cidadãos na vida pública. A sociedade brasileira não tem uma tradição de participação popular na vida política e na elaboração de políticas públicas, segundo Peruzzo (1998: 75-76):

Em condições concretas de extrema pobreza econômica e de descontentamento social, órgãos do poder público brasileiro abrem-se como facilitadores da participação popular. Tal atitude pode estar firmada tanto em propósitos sérios de ir ao encontro da pressão e das reivindicações populares, favorecendo sua autopromoção, quanto na demonstração de sua boa vontade em atender os pleitos, diante da precariedade de recursos disponíveis para as necessidades existentes, e/ou, ainda, no intuito camuflado de cativar clientelas eleitorais. Sem dúvida, num primeiro momento, são respostas à demanda da sociedade civil.

Mohme (1999:108) trabalha com a concepção de cidadania participativa. Se a informação é poder, então a tarefa dos meios de comunicação democráticos é respeitar o direito à informação do povo em que reside a soberania. No século XX, consolidou-se o fato de que não há política sem meios de comunicação e não há meios de comunicação sem política.

Para Mohme (1999:108), os meios de comunicação de massa devem contribuir para a democratização da comunicação, sendo os intermediários entre a cidadania e a classe política, canalizando, difundindo, multiplicando ou diminuindo determinadas opiniões.

Outorgam e retiram a credibilidade a determinados líderes e formações políticas. Uma segunda tarefa em prol da democratização é permitir a expressão das opiniões do cidadão comum, de maneira que termine o círculo vicioso de opiniões e confirmações ou discrepâncias entre os membros da classe política que termina afastada cada vez mais dos interesses e inquietudes concretos da cidadania. Porque se a informação somente flui em um só sentido, estamos criando e reproduzindo cidadãos passivos que só se contentam em estar informados e não em participar ativamente dos assuntos públicos.

Uma outra tarefa dos meios de comunicação é de proporcionar informação relevante e não só de fornecer dados acessórios, como ocorre cotidianamente, principalmente na atuação dos meios de comunicação comerciais e de massa. Uma outra postura dos meios é a fiscalização da gestão pública. Finalmente, os meios de comunicação podem contribuir à democratização da política, comunicando-se com seus diversos atores, dando a conhecer suas posições, suas discrepâncias e coincidências e buscando consensos em meio aos conflitos, pois sabemos que sua influência entre os cidadãos é enorme.

Ao discutir as relações entre Comunicação Comunitária e Cidadania, Berti (2007, p.3) mostra como a experiência radiofônica pela FM Comunitária Terceiro Milênio, em Dom Expedito Lopes, Sertão do Piauí, pode contribuir para o exercício da cidadania. Essa emissora é a única forma da população local ser representada e ter seus ideais locais difundidos. No trabalho, a ideia é mostrar como o homem do campo é contemplado e como ocorre a participação da população, através da programação dessa emissora, para a vivência da cidadania.

BENEVIDES (1998) vai além e destaca que cidadania está vinculada à participação das classes populares na vida pública, ou seja, da ampliação da participação política na vida pública. Entre os caminhos apontados por CARVALHO (2006) destacam-se a mediação da representação, a organização autônoma da sociedade e a representação política para resolver problemas da população. Isso tudo para nos livrarmos no conceito de *estadania* (contrastante de cidadania), onde o estado é que orienta as conduções sociais e não a sociedade e suas demandas. Os problemas sociais têm persistido e mesmo se agravado, cresce também a impaciência popular com o funcionamento geralmente mais lento do mecanismo democrático da decisão. (CARVALHO, 2006, p. 222).

Cidadania na visão dos pesquisadores do GP Comunicação para a Cidadania

Em todos os artigos do Intercom 2007, encontramos uma vinculação do conceito de cidadania com uma denúncia desta noção atribuída pelo Estado e pelo mercado, bem como artigos que analisam experiências comunicacionais voltadas a uma expressão da cidadania vivenciada em

contraposição a estes cenários hegemônicos experienciados pelos movimentos sociais populares ou pelo Terceiro Setor.

Entre os artigos que analisamos da produção do GP em 2007, constatamos que a comunicação é percebida, essencialmente, como promotora de cidadania crítica e participativa. Ao realizar estudo sobre o Jornal Pastoral da Criança, Lima (2007, p. 1) identifica o veículo como instrumento para a construção da cidadania:

Uma importante questão para a compreensão do papel do Jornal Pastoral da Criança na prática comunitária é sua função cidadã. Dentre as inúmeras respostas sobre a percepção do Jornal como um instrumento em favor da construção da cidadania, pôde-se perceber que a compreensão do termo cidadania está muito em função dos assuntos e das questões cotidianas que envolvem o trabalho pastoral, com pouca relação com a vida coletiva num todo. Aquelas coordenadoras que se aproximam de um conceito de cidadania mais dirigido à participação, o fazem pautando a reflexão sobre a questão dos direitos e deveres da criança e da gestante. Aquilo que mais se verifica do entendimento cidadão do Jornal é a sua colaboração para uma leitura mais crítica da realidade.

No artigo de Belina & Corte (2007, p 8-9) sobre portal do envelhecimento, a comunicação aparece associada à cidadania como um direito essencial e segue praticamente a mesma ideia que atribui à Comunicação esse lugar carregado de possibilidades de promover a cidadania para as classes populares:

Os autores Murilo Ramos, Israel Bayma, Dioclécio Luz, no artigo “Por Políticas Democráticas de Comunicação”, assinalam que para identificar melhor o papel da comunicação nas sociedades contemporâneas, deve-se observar algumas funções, as quais

acreditamos que o Portal seja possuidor. São elas: o de reformadora do espaço público mais decisivo para o exercício da cidadania; [...] Segundo esses autores, a “comunicação é portadora de um novo direito social, o direito à comunicação, que podemos considerar ‘de quarta geração’, mas que está ainda muito longe de ser reconhecido como tal”. Concordamos com eles ao afirmarem que a informação – na forma de liberdade de pensamento, de expressão, de culto e de reunião – enquanto insumo fundamental para a cidadania faz parte da primeira geração dos direitos humanos [...] A primeira e fundamental consequência de se reconhecer o direito à comunicação é o reconhecimento de que ela precisa ser colocada no mesmo patamar das políticas públicas essenciais; nivelando-a à educação, saúde, alimentação, saneamento, trabalho, segurança, entre outras (Ramos e tal., 2001).

Tresca (2007, p. 4) trabalha com uma argumentação semelhante à desenvolvida por Belina & Corte (2007), ressaltando o direito à comunicação como essencial para o exercício da cidadania:

Nesse sentido, mais do que promover o direito ao acesso à informação, é necessário fomentar o direito à comunicação. Não se trata de uma comunicação linear que envolve apenas emissores, mensagens, canais e receptores. Refere-se a uma comunicação orgânica e complexa, que não se localiza somente nas tecnologias e técnicas de transmissão de informações, mas que resulta na conquista da cidadania para a transformação social.

O artigo de Silva et alli, (2007, p.6) tem o objetivo de diagnosticar as principais temáticas que interferem na qualidade de vida das mulheres de Palmas, avaliando o rádio

enquanto veículo de promoção dessa discussão, e contribuindo para a construção da cidadania feminina através de um questionário aplicado a uma amostra de seiscentas mulheres. O artigo estabelece uma relação entre cidadania e a questão da afirmação da identidade feminina, ao colocar o rádio como um instrumento fundamental, para realizar esta discussão e fazer as mulheres refletirem sobre a nova postura a ser adotada para o exercício de sua cidadania:

O tema mulher e cidadania coloca algumas questões básicas. Onde está a cidadania feminina, se a mulher foi excluída de todo o processo educativo, político e social da sociedade? Onde está a cidadania das mulheres numa sociedade na qual mulheres e homens, em sua grande maioria estão excluídos da riqueza social? Como conciliar cidadania com a ausência de políticas igualitárias ou compensatórias? Como fazer com que as mulheres sejam cidadãs quando, mesmo representando quase 41% da População Economicamente Ativa (PEA) nacional, têm rendimentos, em alguns casos, 50% menores que os dos homens? Como ajudar a reconstruir os Estados para que a cidadania seja um conceito que faça sentido? O equacionamento dessas questões, e de muitas outras, quem sabe possibilite o alargamento do campo do possível, mesmo em um quadro de sociedade excludente e hierárquica e possam permitir entendermos onde estará nossa cidadania.

O exercício da cidadania na esfera pública contemporânea assume parâmetros bem diferenciados. Segundo BARBALET (1989: 11-12), a cidadania encerra manifestamente uma dimensão política, mas a prática mostra que isto não é suficiente para que ela seja compreendida. O problema está em quem pode exercê-la e em que termos. A questão está,

de um lado, na cidadania como direito e, de outro, na incapacitação política dos cidadãos, em razão do grau de domínio dos recursos sociais e de acesso a eles. Por exemplo, da ágora grega não participavam escravos, mulheres e metekes (estrangeiros). No Brasil, a mulher e os analfabetos só adquiriram o direito de votar em 1934 e 1988 respectivamente. Assim, dependendo do período histórico e do país ou lugar, só uma parcela da população pode exercer plenamente a cidadania. Nesse sentido, as reflexões sobre os artigos analisados nos levam a compreender, que neste contexto tão desigual e de contornos hegemônicos sempre renovados, as práticas de comunicação comunitária têm papel fundante, para auxiliar ações e mentalidades contra-hegemônicas.

Aspectos que se repetem e se renovam nas pesquisas.

Ao analisar os primeiros quatro anos de produção do GP Comunicação para a Cidadania do Intercom, Cogo (2006) identifica dois pontos marcantes nas produções do Grupo. Para a autora a produção ora se liga à análise crítica de atuação da grande mídia comercial ou ora à compreensão das práticas de comunicação comunitárias vivenciadas pelos movimentos sociais populares:

Tomamos como ponto de partida esses dois modos de mídiatização de trajetórias relacionadas a cidadania por sintetizarem perspectivas de (re)configuração das inter-relações de mídias, movimentos sociais e cidadania. Estas aparecem incorporadas, nesses últimos quatro anos a história do Núcleo de Pesquisa em Comunicação para Cidadania. Por meio do mapeamento, diagnóstico e compreensão, diversos pesquisadores de nosso núcleo, passaram a assumir, em

suas reflexões, esse protagonismo crescente da instância midiática na produção e gestão de projetos de cidadanias apresentados a sociedade brasileira. (COGO, 2006, p. 13).

Cogo (2006) identifica nestes dois pontos de análises uma certa concorrência que dá identidade ao GP, uma de caráter macromidiático mais ligada à denúncia de atuação de instituições hegemônicas da Comunicação e outro de caráter micro-midiático que analisa as práticas de comunicação comunitárias experienciadas pelos movimentos sociais populares. Constatamos que essas características permanecem nos trabalhos de 2007, analisados por nós; entretanto, identificamos que aparecem novas temáticas que incluem a reflexão sobre tecnologias e globalização, investigando as perspectivas destes cenários do ciberespaço para uma cidadania participativa, crítica, bem como problematizações sobre processos de inclusão digital.

Entre os textos que abordam esta temática, encontramos também as pesquisas que discutem as tecnologias, pondo em questão o lugar e atuação de grandes atores como o Estado e/ou os artigos que refletem sobre setores das classes populares na relação que estabelecem com essas realidades digitais. Embora coloquemos as duas questões assim de formas separadas, os artigos não as analisam de forma bipolarizadas, mas de muitas formas trazem reflexões que envolvem ações de movimentos sociais em suas relações com projetos governamentais ou perguntam sobre as apropriações que a sociedade civil faz das propostas que o Estado traz, quando as tecnologias são usadas como formas de acessos e participação política. Sobre estes dois aspectos, destacamos o trecho do trabalho de Fuser (2007, p. 1):

As medidas anunciadas pelo governo brasileiro, de compra de milhares de computadores para uso nas escolas públicas, mostram uma faceta da luta contra a exclusão digital em relação à qual se deve estar muito

atento. As ações de inclusão digital podem se constituir em iniciativas de fomento à construção de uma cidadania participativa, mas podem, também, ser essencialmente uma forma de consumo subalterno sob hegemonia dos grupos fabricantes de produtos eletrônicos. Projetos que valorizam a participação das comunidades na apropriação das novas tecnologias, na criação e gestão dos chamados telecentros comunitários, são exemplos de ações de inclusão sociodigital comprometidas com a ampliação da cidadania junto aos segmentos excluídos da população.

Percursos teórico-metodológicos

Como identificamos um percurso comum no balanço da produção de 2007, próximo ao apontado por Cogo (2006), cremos que é importante também situar por quais percursos metodológicos têm sido abordadas as reflexões que norteiam os artigos apresentados em 2007 no GP Comunicação para a Cidadania. O intuito de trazer esta reflexão é verificar em que medida a abordagem metodológica pode representar uma identidade para este GP e uma contribuição para as reflexões realizadas sobre o próprio conceito de cidadania destacado e analisado pelos investigadores do grupo.

O conjunto de textos apresentados em 2007 no GP Comunicação para a cidadania se subdivide entre artigos de caráter mais teórico e conceitual e outros que trazem a pesquisa de campo (observação participante e realização de entrevistas), a análise de discurso e, por fim, uma pesquisa de extensão como base para as reflexões das investigações que tomam a pesquisa-ação. Entre os textos analisados, constatamos que a maioria seguem claramente uma abordagem conceitual ou de análise bibliográfica.

No texto de Crepaldi (2007), o próprio título enfatiza que a discussão será de caráter teórico. O artigo de Bastos (2007) que faz uma análise histórica do movimento Hip Hop com ênfase maior em um apanhado histórico e reflexivo, sem inserção expressiva em campo, cumpre esta mesma sequência teórica reflexiva crítica. De uma forma ou de outra, estes artigos trazem uma marca do GP que tem sido mais de refletir e retomar o conceito de cidadania ou de construir discussões, a nível mais teórico, sobre temáticas próximas a estes como: participação, democratização, identidades, conforme o exemplo a seguir:

O presente artigo objetiva analisar as relações entre mídia comunitária étnica cultural e a construção de novos espaços identitários marcados pela transnacionalidade, pluripertencimento e múltipla lealdade. O estudo procede, de um lado, a uma leitura crítica das bases teóricas e metodológicas frequentemente adotadas neste tipo de abordagem. (ELAHAJJI, 2007, p. 1)

Na mesma linha teórica segue o texto de Bona (2007, p. 1) que também enfatiza a pesquisa bibliográfica na análise que pretende concretizar em seu artigo: “Por meio de um estudo bibliográfico e partindo de exemplos de iniciativas de movimentos sociais”.

Os artigos que trazem pesquisa de campo com mais ênfase na pesquisa qualitativa interpretativa, variando suas opções por técnicas de pesquisa sejam estas a observação participante ou o uso da entrevista em profundidade, são em número não representativo. Neste caso, seria interessante a título de problematização da prática social dos setores populares ou minorias, uma inserção em campo através da observação participante e da utilização da entrevista como técnica de investigação:

Nossa pesquisa se propõe a fazer um trabalho comparativo entre diversas experiências de jovens na produção audiovisual em Fortaleza, o que possibilitará uma reflexão mais conceitual a partir da hipótese de que estes jovens estabelecem entre si o que poderíamos denominar de “políticas de amizade”. (BARBALHO, 2007, p. 6)

Temos que reconhecer, entretanto, que muitas investigações deste período se denominam pesquisas exploratórias e investigações em estágios iniciais. Nesse sentido, encontram-se em fase de aproximação com os objetos pesquisados e podem ainda revelar esta inserção mais constante em campo. O artigo de Fuser (2007) guarda as mesmas características do trabalho de Barbalho (2007). Fuser (2007) traz, nas entrelinhas do texto sobre o uso de telecentros no Brasil e na Espanha, detalhes dos objetos, mas não apresenta de forma destacada como obteve os dados da investigação. Percebemos que estes textos estão próximos à pesquisa qualitativa e projetam-se como futuros trabalhos desta natureza.

O texto de Borelli e Silva (2007) analisa o rádio em seus diversos formatos: carro de som, sistema de alto-falantes e emissora comercial, estudados como instrumentos que constroem a visibilidade da romaria da Santa Medianeira, em Santa Maria no Rio Grande do Sul. Este trabalho, dos analisados, é um dos que apresenta uma metodologia mais precisa e clara. Borelli e Silva (2007), assim, destacam sua entrada em campo: “A partir da observações, entrevistas, descrições e análises, mostra-se que o rádio, conjugado ao sistema de som da festa, acaba codeterminado a própria existência da Romaria. (BORELLI e SILVA, 2007, p. 1)

Outra forma de opção metodológica adotada é a utilizada por Mendonça (2007). Ela usa a análise de discurso para sua pesquisa, ao discutir a imagem de migrantes em jornais gratuitos em Barcelona.

Finalmente, ressaltamos o trabalho de Lahni e Coelho (2007), a investigação se apresenta como uma pesquisa de caráter qualitativa e quantitativa, realizada através do projeto de extensão com rádio e juventude na Universidade Federal de Juiz de Fora. Em síntese, o artigo objetivou verificar em que medida a Comunicação pode ser importante para a construção de exercícios de cidadania de jovens potencialmente excluídos. A investigação parte, então, de uma inserção intervencionista das pesquisadoras em projetos de rádio e jornal impresso, em processos de formação que foram realizados com jovens do entorno da UFJF. Seria interessante, numa etapa posterior, uma análise sobre a metodologia e sua importância para a pesquisa realizada, o que significaria uma maior contribuição para a vida acadêmica e para o GP em particular.

Considerações finais

Dos métodos e estratégias utilizados pelos artigos do GP em 2007, as reflexões teóricas e levantamentos bibliográficos pautaram a produção teórica e metodológica do grupo. Nesses termos, o GP assumiu, neste ano, uma posição de refletir criticamente sobre o conceito de cidadania. Adotou em menor forma a pesquisa qualitativa e de inserção em campo e, menos ainda, a pesquisa com caráter de intervenção.

A análise de apenas um ano de produção do GP não nos permite fazer comentários mais avançados sobre esta opção. Mas nos suscita a curiosidade de refletir por que um GP que se detém a problematizar, dentre muitos aspectos, como a cidadania é vivenciada em seus aspectos participativos e contra-hegemônicos pelos movimentos populares, Terceiro Setor e minorias ou, ainda, a denunciar as diversas formas como os setores hegemônicos, principalmente, a indústria cultural e o Estado, propõem a consolidação de valores e mentalidades para

promover uma cidadania também dominante, teve, durante este ano, um maior peso em pesquisas de caráter teórico?

Afinal, como esta opção metodológica se configura ao longo dos anos de produção acadêmica do grupo? Têm sido propostos avanços teóricos e metodológicos pelos pesquisadores do GP, ou se repetem tradições de pesquisas teóricas e metodológicas, de certa forma já consolidadas nas ciências sociais e humanas?

Lembramos, apenas, que já estamos há mais de um século diante do que propôs a pesquisa interpretativa de caráter qualitativo pelas Ciências Sociais, fundamentada no sentido e a marcar o exercício da compreensão das relações humanas. Outros paradigmas se cruzam a este e nos chamam a intervir, entre eles a pesquisa-ação. Sem objetivar defender este ou aquele paradigma, interrogamos quais posicionamentos metodológicos nos trariam mais contribuições, para desenvolver o conceito de cidadania proposto e pensado pelos artigos e, em geral, apresentados pelo GP Comunicação para a Cidadania? Terminamos esta reflexão com uma citação de Silva (1986) com o intuito de nos fazer começar a refletir e não de encerrar essa reflexão.

Entretanto, não escondemos nossa intenção em provocar uma discussão no sentido de pensar em que medida podemos ir além da compreensão e das reflexões críticas que marcam a pesquisa em Ciências Sociais, para adentrarmos em empreitadas maiores nas pesquisas que tomam o estudo da cidadania como desafio. Entendemos, também, que este desafio não pode deixar de considerar a importância da contribuição teórica, mas a ela não necessita se limitar. O pensamento de Silva (1986) aguça nossas provocações:

Por intermédio da pesquisa-ação, os entrevistados desempenham um papel ativo ao invés da passividade do respondente tradicional. Os investigados participam das soluções dos problemas sob exame,

avançam em suas consciências diante do conteúdo dos meios de comunicação e fazem o investigador avançar na mesma direção. (SILVA, 1086, p 69).

Referências

ARANTES, Regina Pilar Gallego & CÔRTE, Beltrina. **Portal do envelhecimento: um saber mais humano**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

BARBALHO, Alexandre. **Criação está no ar: juventude, mídia e cidadania**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

BASTOS, Pablo Nabarrete. **O jogo de espelhos**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BERTI Orlando Maurício de Carvalho (URSA). **A construção da cidadania rural pelas rádios comunitárias do sertão do nordeste brasileiro – o caso da fm comunitária terceiro milênio – em Dom Expedito Lopes (PI)**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

BONA, Nívea Canalli. **Democracia e participação nos movimentos sociais: e a comunicação**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

BORELLI, Viviane e SILVA, Gilson Luiz Piber da. **Radiofonização do fenômeno religioso: os dispositivos midiáticos codeterminam a própria festa**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

CREPALDI, Lilian. **Apontamentos Teóricos sobre Identidade, Representação e Imaginário**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

COGO, Denise e MAIA, João (ORG). **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro, Edições UERJ, 2006.

ELAHAJJI, MOHAMMED. **Papel da comunicação comunitária cultural na construção de espaços identitários transnacionais**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

ESCUDERO, Camila (UMESP). **Imprensa de comunidades de imigrantes e identidade: um breve resumo do estudo dos jornais ibéricos ‘Mundo Lusíada’ e ‘Alborada’**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. (UEA). **Um laboratório de comunicação livre no médio Solimões**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

FREITAS, Ricardo Oliveira de (UESC). **A periferia da periferia: mídias alternativas em ambientes não metropolitanos**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

FUSER, Bruno. **Inclusão digital: o telecentro como equipamento de comunicação comunitária**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

GABBAY, Marcelo (UFRJ). **Estar-na-mídia: um local de disputa pela representação da “cultural marajóara” em Tucumanduba, Soure, Estado do Pará**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

GOMES, Ana Ângela Farias (Feevale). **Tematizando a Realidade Brasileira**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

YAKAMMOTO, Eduardo Yuji (UNESP). **A natureza da comunicação popular e comunitária**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

LAHNI, Cláudia Regina & COELHO, Fernanda. **A comunicação a serviço da cidadania e identidade de adolescentes**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

LIMA, Fernanda Aline. **O jornal da pastoral da criança como instrumento de promoção da cidadania**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins de. **Mídia e minorias: migrações e imigrantes nos diários gratuitos de Barcelona**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

MIANI, Rozinaldo Antonio & FREGONESI, Ludmilla Andrade. **A política de comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

MOHME, Gustavo. In: AGUILAR, Miguel Ángel et alli. **Medios de Comunicación y Cultura Política**. Editorial Pablo Iglesias, Madrid, 1999. 302 p.

MORAES, Sara Rodrigues de (UFJF). **Governo eletrônico x cibercidadão**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

NUNES, Márcia Vidal (UFC) **Novas tecnologias e cidadania: a internet como fator de politização**

ou de adequação das comunidades excluídas ao sistema produtivo? GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

OLIVEIRA, Lilian Crepaldi de (ECA-USP). **América latina e comunicação: apontamentos teóricos sobre identidade, representação e imaginário** GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

OLIVEIRA, Vanessa de (UFSM) & RONSINI, Veneza Mayora (UFSM). **Recepção de tv pelos integrantes do movimento negro: mediações étnicas e do movimento social** GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

PERUZZO, Cicilia Maria K. **A Comunicação nos Movimentos Populares: Participação na Construção da Cidadania.** Petrópolis, Vozes, 1998.

ROSSATO, Alexania & RONSINI, Veneza Mayora. **Atingido por barragem: o rádio e o movimento social cunhando identidades.** GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

SABBATINI, Juliana Nogueira (USP). **Consumidores ou cidadãos – reflexões sobre as profundas transformações na identidade social na pós-modernidade.** GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves (UFRJ). **A sociedade atual é formada por: comunidades, associações ou agrupamentos digitais?** GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

SEQUEIRA, Cleofé Monteiro (UAM) & FILHO, Francisco José Bicudo (UAM). **Jornalismo comunitário – conceitos, importância e desafios contemporâneos.** GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

SILVA, Carlos Eduardo. **Muito Além do jardim Botânico**. São, Paulo Sumus, 1985.

SILVA, Valquíria Guimarães & NEVES, Fernando Jorge Fonseca & ZACARIOTTI, Marluce Evangelista Carvalho. **O rádio e seu potencial para a promoção da cidadania das mulheres de Palmas-TO**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de (UFSCAR). **Comunicação e cultura subalterna: o papel da mística no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

TEIXEIRA, Nayara Carlos (UMESP). **A mídia alternativa revista viração: uma iniciativa que inclui adolescentes e jovens na busca pela emancipação social**. GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

TRESCA, Laura Conde. **Comunicação comunitária para quê?** GP Comunicação para a Cidadania, INTERCOM 2007.

8. Comunicação e cidadania no Intercom 2008. Conceitos norteadores nos rumos da sedimentação da pesquisa comunicacional cidadã no País

ORLANDO MAURÍCIO DE CARVALHO BERTI¹

A temática comunicação e cidadania hoje é consolidada em praticamente todos os congressos e redes científicas de comunicação no Brasil. Principalmente ganha respeito e legitimidade científica por ser uma área social, que traz possi-

-
1. Doutorando em Comunicação Social na UMESP – Universidade Metodista de São Paulo (em São Bernardo do Campo – SP) orientado pela professora Cicilia Peruzzo. Bolsista da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Mestre em Comunicação Social na mesma universidade e orientado pela mesma professora. Tem estágio doutoral na Universidad de Málaga (em Málaga, Andaluzia, Espanha), com bolsa da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Atualmente também é professor (Assistente II – DE), pesquisador e extensionista do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo – da UESPI – Universidade Estadual do Piauí – campus de Teresina. Pesquisador há mais de dez anos em temáticas comunicacionais com interfaces do Sertão do Nordeste do Brasil. E-mail: orlandoberti@yahoo.com.br

bilidade de novas vozes e novas reflexões frente aos estudos comunicacionais mais tradicionais, muitas vezes ligados a temáticas funcionalistas, mercadológicas e/ou subjetivas².

Há dez anos o GP (Grupo de Pesquisa) em Comunicação e Cidadania da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – é um dos conglomerados de pesquisadores mais consolidados em estudos e socialização dessa temática no país. Esse grupo se reúne anualmente (geralmente em eventos nos meses de setembro) para debater, discutir e socializar conhecimento. O GP Comunicação e Cidadania é um dos mais de 20 que hoje fazem parte da estrutura gigantesca da Intercom que reúne anualmente em seis grandes congressos (um nacional e cinco regionais: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) entre quinze e vinte mil pessoas do Brasil, América Latina e às vezes países da Europa.

Este artigo analisa os trabalhos apresentados durante o ano de 2008 no Congresso da Intercom (XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, ocorrido na cidade de Natal, Rio Grande do Norte).

A pergunta norteadora do estudo reside em elucidar como é que ocorre a discussão sobre Comunicação e Cidadania dos trabalhos apresentados nesse congresso.

Objetiva-se: analisar, refletir, debater e discutir esses trabalhos, principalmente para se chegar aos principais conceitos de comunicação e cidadania durante esse evento.

Em termos metodológicos é feito um caminho através de uma pesquisa bibliográfica analisando-se todos os trabalhos em seus sentidos discursivos.

Escolheu-se destrinchar todos os 33 trabalhos constantes no Programa Oficial do XXXI Congresso Brasileiro de Ci-

2. Aqui não é defendida uma dicotomização de áreas da comunicação, mas não se pode deixar de lado as especificidades de cada uma das mais de 30 subáreas dos estudos comunicacionais hoje vividas no País.

ências da Comunicação, ocorrido no Rio Grande do Norte. Primeiro foram lidos e analisados todos os trabalhos, frisadas suas essências gerais e depois destacados os conceitos de cidadania, os autores em voga para, em seguida, fazer-se uma análise desses conceitos para se trabalhar uma perspectiva geral do que foi destaque em termos de Comunicação e Cidadania.

É inegável que o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, por conta de sua magnitude de evento, agregador de pesquisadores de praticamente todas as instituições de ensino superior do país em Comunicação, e de seus respectivos Programas de Pós-Graduação, e pluralidade de temáticas expostas, tem sido a principal válvula de socialização de ideias comunicacionais no Brasil. Por isso defende-se que não só neste Intercom, mas em vários outros são debatidos os assuntos do momento e os assuntos mais polêmicos e em voga nessa área comunicacional.

Para melhor esclarecimento e divisão da elucidação do problema, na pesquisa **há três capítulos**. O **primeiro** momento, “*O Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania e sua vivência no Congresso Nacional da Intercom em Natal, Rio Grande do Norte*”, de natureza de identificação do sujeito-objeto, trata sobre o evento em si e traz dados sobre o Grupo de Pesquisa, pormenorizando dados do evento. **Já o segundo** momento, “*Os trabalhos do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania no 31o Congresso Nacional da Intercom*”, de natureza descritiva envereda sobre os trabalhos apresentados e alguns dados estatísticos sobre os mesmos. Há ainda um subcapítulo que adentra propriamente dito nas ideias apresentadas durante o evento, fazendo um breve relato dos artigos científicos no evento, destacando opiniões, conceitos e autores trabalhados. O terceiro e último momento, “*Os conceitos de cidadania nos trabalhos científicos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania do Intercom de Natal*”,

de natureza analítica, apresenta mais reflexivamente os autores, conceitos e discussões de comunicação e cidadania, e os pontos reflexivos ocorridos no GP.

Os artigos estudados representam anos de pesquisa de vários profissionais advindos de todas as grandes regiões geográficas e quase todas as unidades federativas do País, mostrando que o Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania da Intercom é um dos mais ativos e que oferece uma gama maior de debates acadêmicos e pluralidade científica.

Este artigo é uma modesta contribuição ao debate acadêmico e tenta chamar atenção para as faces e interfaces da comunicação e da cidadania em tempos atuais, tecnológicos e de um Brasil que experimenta sérias transformações, principalmente no campo social, ponto de início da maioria das pesquisas feitas pelos membros do GP Comunicação e Cidadania.

O Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania e sua vivência no Congresso Nacional da Intercom em Natal, Rio Grande do Norte

Em 2008 a oitava reunião nacional do Grupo de Pesquisa (GP) em Comunicação e Cidadania da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom – ocorreu na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil. Nesse ano o Congresso da Intercom, como é conhecido o maior evento de pesquisa em comunicação do Brasil, ocorreu simultaneamente em três instituições de ensino superior: FATERN – Faculdade de Excelência do Rio Grande do Norte; UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – e UNP – Universidade Potiguar.

As sessões temáticas do GP foram sediadas no Setor 2, blocos D e H, da UFRN fazendo parte do VIII Encontro

dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação³ do Intercom Nacional que, em 2008, teve como temática principal “Mídia, Ecologia e Sociedade”.

O GP foi coordenado pelo professor-doutor Bruno Fuser, do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

Os trabalhos do Grupo de Pesquisa foram apresentados entre os dias 05 (uma sexta-feira) e 06 (um sábado) de setembro de 2008. Em relato de Maria do Carmo Silva Barbosa e Moacir Barbosa de Sousa (2008) os trabalhos do GP foram apresentados durante seis sessões temáticas, cada uma com média de três horas e meia de duração, com apresentação de trabalhos científicos, seguidas de discussões e debates.

Antes da abertura dos trabalhos científicos foi realizada uma apresentação do Grupo de Pesquisa pelo coordenador Bruno Fuser. A primeira sessão, denominada “*Conceitos e perspectivas teóricas*”, ocorreu entre 9h e 12h30 de 05 de setembro, reunindo seis trabalhos. Já a segunda sessão, também ocorrida no dia 05, só que de 14h às 17h30, teve como temática “*Movimentos sociais, estratégias midiáticas e tecnologias digitais*”, contando com a apresentação de sete trabalhos. No mesmo dia e horário ocorreu a terceira sessão, com temática “*Cidadania e representação social nas mídias*”, contando com apresentação de sete trabalhos.

-
3. No Intercom de 2008 também fizeram parte do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa do Congresso Nacional da Intercom outros 17 núcleos: Comunicação Audiovisual; Comunicação Científica; Comunicação Educativa; Folkcomunicação; Ficção Seriada; Fotografia: Comunicação e Cultura; Jornalismo; Produção Editorial; Políticas e Estratégias de Comunicações; Publicidade e Propaganda; Rádio e Mídia Sonora; Relações Públicas e Comunicação Organizacional; Semiótica da Comunicação; Teorias da Comunicação; Tecnologias da Informação e da Comunicação; Comunicação Turismo e Hospitalidade; Comunicação e Cultura Urbanas.

A quarta sessão ocorreu no dia 06 de setembro entre 8h30 e 10h30, com a temática “*Comunicação, cultura e questões étnicas*”, contando com apresentação de quatro trabalhos. A quinta sessão, “*Rádio e TV na construção da cidadania*”, ocorreu entre 10h45 e 12h45, contando com a apresentação de quatro trabalhos. A sexta e última sessão ocorreu entre 14h e 16h30, com a temática “*Cidadania, ações culturais e periféricas*”, tendo apresentação de cinco trabalhos científicos. Após os debates ocorreu uma reunião entre membros do grupo para traçar diretrizes futuras dos pesquisadores do GP. Até hoje tais diretrizes constituem um marco balizador para o grupo. Depois do evento de 2008 essas reuniões tornaram-se mais constantes e atualmente constam como uma das marcas registradas desse Grupo de Pesquisa na Intercom.

Os trabalhos do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania no 31o Congresso Nacional da Intercom

Foram aprovados para apresentação 33 trabalhos científicos no Grupo de Comunicação e Cidadania do Intercom de 2008. Desses artigos: foram 25 de autoria individual, 7 de autoria em dupla e um trabalho feito em trio. Dos 42 autores e autoras: foram exatamente 21 homens e 21 mulheres.

Levando-se em conta a universidade de vínculo foram apresentados no total: três trabalhos do Centro Oeste (sendo dois de Goiás e um de Mato Grosso do Sul); um trabalho do Norte (do estado do Amazonas); seis trabalhos do Nordeste (sendo um do Piauí, outro da Bahia, outro de Sergipe e três do Ceará); 17 trabalhos do Sudeste (sendo seis de São Paulo, com igual número do Rio de Janeiro, e quatro de Minas Gerais, sendo e um trabalho de um autor com vinculação com uma universidade de São Paulo e outro autor de Minas Gerais) e sete trabalhos do Sul (sendo

quatro do Rio Grande do Sul, um do Paraná e outro em igual número de Santa Catarina).

Dos autores dos trabalhos em termos de procedência de instituições de ensino superior: 23 trabalhos foram de pesquisadores veiculados a universidades públicas (sendo 13 de universidades federais e 10 de universidades estaduais) e 10 provenientes de universidades privadas, a maioria delas ligadas a fundações ou igrejas (chamadas de confessionais).

Praticamente todos os pesquisadores que tiveram trabalhos aprovados para o Intercom de 2008 no GP de Comunicação e Cidadania têm ligação direta com programas de pós-graduação, sendo professores ou alunos (de mestrado ou doutorado). Segue lista completa de trabalhos, com nomes, autorias e instituições de vínculo⁴.

TABELA 1 – TRABALHOS APRESENTADOS NO GRUPO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E CIDADANIA DO INTERCOM DE 2008

NOME DO TRABALHO	AUTOR (a)(s)	INSTITUIÇÃO
A comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional	Denise Maria Cogo	Unisinos
A comunicação como estratégia de organização e atuação política: o caso da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional Londrina	Rozinaldo Antonio Miani Lorène Monique Lairé	UEL
A comunicação como reinserção social de usuários da saúde mental: um olhar sobre a TV Pínel e o programa Maluco Beleza	Reginaldo Moreira	USP

4. De acordo com o programa oficial do evento. Disponível em: INTERCOM, 2008.

A constituição da identidade negra através da comunicação: o caso do quilombo Itamatatua – Maranhão	Wesley Pereira Grijo	UFG
A desterritorialização da comunicação comunitária pela internet e suas novas interfaces no radialismo comunitário do Piauí	Orlando Maurício de Carvalho Berti	UESPI
A flor indígena: artes de fazer e mídias livres na barreira da missão (Tefê – AM)	Guilherme Gitahy de Figueiredo	UEA
A luta social na mídia: breve análise da comunicação do MST e da Revista Sem Terra	Lilian Crepaldi de Oliveira	USP
Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço	Cicilia Maria Krohling Peruzzo	UMESP
Cidadania midiaticizada: o programa Linha Direta sob a ótica da recepção	Daniel Barsi Lopes	Unisinos
Cidadania, informação e direito à comunicação	Aline Silva Correa Maia	UFJF
Cidadania, visibilidade e espaço público: uma reflexão sobre a contemporaneidade	Carla Reis Longhi	UNIP
Circulando – diálogo e comunicação na favela: uma perspectiva de comunicação cidadã	Vitor Monteiro de Castro	UFRJ
Comunicação alternativa como ferramenta de transformação para jovens indígenas das aldeias do Jaguapiru e Bororó em Dourados/MS	Maria Alice Campagnoli Otre	UNIGRAN
Consumo e cidadania: uma reflexão sobre os conceitos	Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos	UFRJ

Da margem ao centro: comunicação e arte frente às questões de produção e recepção em produtos audiovisuais periféricos	Ricardo Oliveira de Freitas	UESC
Deslocamento do bios políticos na esfera pública de visibilidade midiática	Celia Regina da Silva	UMESP
Domésticas no cinema: identidade e representação	Maria Luiza Martins de Mendonca Janaina Vieira de Paula Jordão	UFG
Dos tambores à internet: a experiência comunicativa de uma rede de cidadania em Salvador	Cíntia Sanmartin Fernandes	PUC-SP
Envolvimento da comunidade e promoção da cidadania: ideias a serem construídas nas rádios comunitárias de Santa Maria, RS	Viviane Borelli Gilson Luiz Piber da Silva	UNIFRA
Exclusão e inclusão digital: os movimentos sociais populares na Internet	Catarina Tereza Farias Oliveira	UECE
Hip-hop: uma batida contra-hegemônica na periferia da sociedade global	Marianna de Araujo E. Silva	UFRJ
Horário eleitoral gratuito na campanha à presidência da República em 2006: participação popular ou estratégia de marketing?	Márcia Vidal Nunes Robson da Silva Braga	UFC
Manguieira suas ratas são uma beleza	João Luis de Araujo Maia Eduardo Bianchi	UERJ
Migrações contemporâneas e internet: liberdade, diversidade e xenofobia pela rede	Nina Quiroga Fausto Neto	UFRJ

Movimento ambiental, visibilidade e cidadania	Janaina Visibeli Barros	UEMG
O estereótipo nos discursos do turismo ecológico no Marajó: condições para uma leitura crítica e cidadã da mídia	Marcelo Monteiro Gabbay	UFRJ
Os homossexuais na mídia segundo militantes, acadêmicos e jornalistas	Fernando Luiz Alves Barroso	UFS
Rádio comunitária, identidade e cidadania de jovens: exemplos e ausências em uma comunitária autêntica e em três autorizadas	Cláudia Regina Lahni Fernanda Coelho da Silva Maria Fernanda França Pereira	UFJF
Telecentros comunitários em Juiz de Fora: alternativas de apropriação das tecnologias digitais	Bruno Fuser	UFJF
Telecentros comunitários: questões teórico-metodológicas e vivências midiáticas digitais	Juciano de Sousa Lacerda	ILELUSC
Tensões e mediações no jornalismo estudantil: a experiência do projeto Clube do Jornal	Alexandre Almeida Barbalho Francisco das Chagas Alexandre Nunes de Sousa	UECE
Transformação tecnocultural, cidadania e confluências metodológicas	Alberto Efendy Maldonado Gómez de La Torre	Unisinos
Zapatismo e ciberativismo: a busca de uma conexão perdida	Francisco José Paoliello Pimenta Ana Paula Avellar Rivello	UFJF

FONTE: INTERCOM, 2008.

Adentrando nas ideias

Dos 33 trabalhos escolhidos para serem apresentados optou-se por resumir todos os artigos científicos, trazendo seu título e um resumo do material apresentado. Também são frisados como se trabalharam os conceitos de cidadania e comunicação e quais são os principais autores utilizados para essa base teórica.

O trabalho **“A comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional”** tratou como a comunicação cidadã cria espaços comunicativos transnacionais, principalmente após as apropriações de tecnologias comunicacionais, pegando-se o exemplo midiático das redes sociais e suas respectivas consequências para a promoção da cidadania. O trabalho passeia teoricamente em conceitos de migrações, deixando claro sua intersecção entre tecnologias da comunicação, redes sociais e movimentos migratórios. A cidadania é tratada diretamente através de sua conceituação teórica latino-americana, inclusive avançando e atualizando tais conceitos para uma perspectiva atual. O primeiro conceito claro de cidadania é trazido através das ideias de cidadania intercultural, destacando perspectivas de migrações e temáticas afins. Os conceitos tendem a fluir para o que defende a autora do artigo, a professora Denise Cogo, hoje uma das referências nacionais a essa temática, que baliza as concepções cidadãs do artigo.

Já o trabalho **“A comunicação como estratégia de organização e atuação política: o caso da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional Londrina”**, destaca perspectivas da comunicação popular, um dos tipos de comunicação que mais ajuda a promover a cidadania. Os conceitos de cidadania aparecem via comunicação popular e movimentos sociais trazendo-se o caso prático paranaense na região de Londrina, uma das mais importantes do Sul do País. A autora Maria Glória Gohn é muito utilizada,

principalmente para focar sobre movimentos sociais. Autores ligados a pesquisas de grupo de investigação sólido e histórico no Paraná também são abordados.

O trabalho **“A comunicação como reinserção social de usuários da saúde mental: um olhar sobre a TV Pínel e o programa Maluco Beleza”** envereda sobre a cidadania em relação à saúde. Os conceitos temáticos aparecem em uma perspectiva cidadã e alternativa, inclusive frisando que a comunicação é um direito humano. O principal autor utilizado para debater a temática geral foi Venício Lima, seguido pelos conceitos de cidadania propriamente ditos de Maria de Lourdes Manzini-Covre.

No artigo **“A constituição da identidade negra através da comunicação: o caso do quilombo Itamatitua – Maranhão”** foi realizado um estudo de caso sobre identidade quilombola. Os conceitos de cidadania aparecem em consequência de estudos sobre comunicação e cultura, enveredando pelos conceitos de Douglas Kellner e José Luiz Braga e uma interdisciplinaridade com a Folkcomunicação de Luiz Beltrão e também estudos de Michel de Certeau, adentrando também pelas perspectivas das narrativas e de que a construção de uma identidade ajuda nas perspectivas da cidadania.

Já, o trabalho **“A desterritorialização da comunicação comunitária pela internet e suas novas interfaces no radialismo comunitário do Piauí”** tratou sobre comunicação comunitária e suas perspectivas cidadãs. Os conceitos de cidadania aparecem em relação à comunicação comunitária radiofônica e suas interfaces com a Internet e tecnologias atuais destacando principalmente textos de Círcia Peruzzo e Marc Augé (nas questões sobre o não lugar e esse não lugar para a cidadania).

O artigo **“A flor indígena: artes de fazer e mídias livres na barreira da missão (Tefé – AM)”** trata sobre comunicação livre e democrática destacando estudos práticos sobre produção desse tipo de comunicação em regiões

indígenas do estado do Amazonas. Os conceitos de cidadania aparecem de forma secundária baseados em democracia e colaboração via pensamentos de Michel de Certeau, Gilles Deleuze e Guilherme Githay de Figueiredo.

O trabalho **“A luta social na mídia: breve análise da comunicação do MST e da Revista Sem Terra”** enveredou pela questão da mídia alternativa, principalmente suas perspectivas com o online, analisando um dos movimentos sociais mais consolidados do Brasil: o de trabalhadores rurais sem terra. Os conceitos de cidadania aparecem através dos autores via discussões sobre movimentos sociais e comunicação, pelas ideias de Armand Mattelart, Rachel Bertol e Lucília Maria de Sousa Romão.

O artigo **“Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço”** evolui e atualiza conceitos sobre as comunicações popular e comunitária, principalmente em tempos de tecnologias atuais. Eles evoluem e sedimentam o pensamento da autora, professora Cicília Peruzzo, uma das grandes referências da área no País. Os conceitos de cidadania aparecem principalmente através da reinvenção de conceitos clássicos e sedimentados da própria professora Peruzzo, que também baseia ideias em Regina Festa, Bernardo Kucinsky, além de revisar e reflexionar sobre uma série de produções brasileiras e latino-americanas ligadas às temáticas discutidas.

No artigo **“Cidadania midiaticizada: o programa Linha Direta sob a ótica da recepção”** há uma ênfase para estudos sobre cidadania televisiva, principalmente sobre um programa da maior rede de TV do País, a Globo, sob a ótica dos que recebem essa informação. Os conceitos de cidadania são inspirados nas ideias de José Murilo Carvalho, Eugênio Bucci, Maria Cristina Mata, José Murilo Carvalho, Jorge González e Guillermo Orozco Gómez.

O trabalho “**Cidadania, informação e direito à comunicação**” reflete sobre direito à comunicação como direito humano, principalmente no sentido de garantir a cidadania. Reflete-se sobre perspectivas de comunicação e participação. Midiaticamente o trabalho trata sobre as perspectivas do rádio e da televisão. Os conceitos de cidadania aparecem via Constituição Federal, Declaração Universal dos Direitos Humanos, e autores Juaz Díaz Bordenave, Norberto Bobbio, Vitor Gentili, Maria Manzini-Covre, Cicilia Peruzzo, Murilo César Ramos e Carlos Eduardo Lins da Silva.

O artigo “**Cidadania, visibilidade e espaço público: uma reflexão sobre a contemporaneidade**” envereda sobre a perspectiva teórica da cidadania frente ao espaço público e local de acontecimentos cidadãos. Os conceitos de cidadania aparecem após discussões de trabalhos de Hannah Arendt e Jurgen Habermas, para chegar aos conceitos de cidadania propriamente dita via Zigmunt Bauman e Roberto Esposito.

O artigo “**Circulando – diálogo e comunicação na favela: uma perspectiva de comunicação cidadã**” é outro trabalho que trata diretamente sobre cidadania na prática cidadã comunicacional no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro. Os conceitos de cidadania aparecem após reflexões sobre os estudos de Antonio Gramsci, Maquiavel e Douglas Kellner para chegar aos conceitos propriamente ditos através dos estudos de Raquel Paiva, Carlos Nelson Coutinho e Milton Santos.

O trabalho “**Comunicação alternativa como ferramenta de transformação para jovens indígenas das aldeias do Jaguapiru e Bororó em Dourados/MS**” é outro estudo que envereda pela prática comunicacional cidadã, bem como a temática social indígena, destacando a situação de uma das áreas do Brasil em que os índios são mais relegados em termos de cidadania. O trabalho mostra

exemplos práticos e inclusivos através da comunicação cidadã. Os conceitos de cidadania aparecem principalmente em sua *linkagem* com a comunicação alternativa, notadamente sob a ótica dos autores Regina Festa, Luiz Gonzaga Motta, Juan Bordenave, Cicilia Peruzzo, Maria da Glória Gohn, Máximo Grinberg e Pedro Gomes.

Já o artigo **“Consumo e cidadania: uma reflexão sobre os conceitos”** enfatizou teoricamente sobre possibilidades entre cidadania e consumo, notadamente sob o ponto de vista do que escreve o pensador Néstor García Canclini, evoluindo-se depois para as perspectivas teóricas de cidadania cultural. Os conceitos de cidadania também aparecem através de reflexões de George Yúdice.

O artigo **“Da margem ao centro: comunicação e arte frente às questões de produção e recepção em produtos audiovisuais periféricos”** é mais outro trabalho que explica a perspectiva prática da comunicação comunitária e, conseqüentemente, suas perspectivas cidadãs, passando por discussões sobre identidades e representatividades. Os conceitos de cidadania aparecem via pensamentos e reflexões sobre o que escreveram Stuart Hall e Jesús Martín-Barbero.

Enquanto isso o artigo **“Deslocamento do bios políticos na esfera pública de visibilidade midiática”** tratou sobre as mudanças da esfera pública em uma perspectiva de comunicação cidadã. O trabalho, de natureza teórica, traz uma série de exemplos práticos e reflexivos sobre aquelas proposições. Os conceitos de cidadania aparecem após as discussões sobre as ideias de Jürgen Habermas, bem como questões de Hannah Arendt nas perspectivas do mundo comum para até chegar nos conceitos de comunicação alternativa refletidos por Cicilia Peruzzo.

O trabalho **“Domésticas no cinema: identidade e representação”** destacou estudo de representação midiática em

que foram estudados quatro filmes retratando domésticas. Os conceitos de cidadania aparecem secundariamente após a exacerbação teórica de representação, via Douglas Kellner, Zigmunt Bauman e Pierre Bourieu, para se chegar à questão de cidadania midiática.

Já o artigo **“Dos tambores à internet: a experiência comunicativa de uma rede de cidadania em Salvador”** trilhou sobre a perspectiva prática e teórica trazendo um caso da utilização da Internet em prol da comunicação cidadã. Os conceitos de cidadania aparecem em interpretações e comparações do estudo com as ideias de Michel Maffesoli e Marco Aurélio Luz.

O trabalho **“Envolvimento da comunidade e promoção da cidadania: ideias a serem construídas nas rádios comunitárias de Santa Maria, RS”** é um artigo prático sobre comunicação comunitária radiofônica e sua interface com a comunicação cidadã no Rio Grande do Sul. Os conceitos de cidadania aparecem nos pensamentos de Denise Cogo, Cicilia Peruzzo, Zigmunt Bauman, Bruno Fuser, Márcia Vidal e Raquel Paiva.

Enquanto isso o artigo **“Exclusão e inclusão digital: os movimentos sociais populares na Internet”** adentrou acerca das perspectivas cidadãs comunicacionais populares, principalmente dando uma visão sobre a utilização das tecnologias atuais nos processos comunicacionais em um dos bairros mais populares de Fortaleza, Ceará. Os conceitos de cidadania aparecem através das discussões sobre exclusão digital e cidadania, via Internet, de Bernardo Sorj, Manuel Castells e John Downing.

O trabalho **“Hip-hop: uma batida contra-hegemônica na periferia da sociedade global”** destacou como um movimento alternativo pode fazer a diferença em termos de comunicação alternativa, popular e comunitária e de consequente promoção da cidadania. Os conceitos de cidadania

aparecem via pensamentos de Antonio Gramsci e Marilena Chauí, através de reflexões filosóficas e sociais acerca da importância do fenômeno para uma sociedade mais cidadã.

O artigo “**Horário eleitoral gratuito na campanha à presidência da República em 2006: participação popular ou estratégia de marketing?**” faz uma comparação comunicacional sobre a campanha eleitoral para Presidente do Brasil (reeleição de Lula), destacando até que ponto uma comunicação tida como popular realmente é popular e conseqüentemente cidadã, ou é apenas uma nomenclatura utilizada para fins eleitorais. Os conceitos de cidadania aparecem a cabo dessas dúvidas através das ideias de participação de Cicilia Peruzzo.

Já, o artigo, “**Mangueira suas ratas são uma beleza**” envereda sobre cidadania criativa analisando os trabalhos comunitários de algumas mulheres do Rio de Janeiro. Um ponto interessante é o esclarecimento da nomenclatura “ratas”, que traz uma **visão** social do Rio de Janeiro. Os conceitos de cidadania aparecem via ideias e reflexões de Peter Burke, Jesús Martín-Barbero e Michel Maffesoli.

Em “**Migrações contemporâneas e internet: liberdade, diversidade e xenofobia pela rede**” são destacadas questões de migração e tecnologias atuais, principalmente voltadas para a Internet e para o sitio de compartilhamento de vídeos Youtube. Os conceitos de cidadania aparecem via reflexões de cidadania e migração através dos pensamentos de Denise Cogo, Zigmunt Bauman e Robert Castel.

No artigo “**Movimento ambiental, visibilidade e cidadania**” é enfatizado diretamente uma perspectiva de estudos comunicacionais cidadãos, refletindo como o movimento social ambiental alcança a visibilidade para suas bandeiras de luta. Os conceitos de cidadania aparecem em reflexões de Douglas Kellner e Stuart Hall.

Já no trabalho **“O estereótipo nos discursos do turismo ecológico no Marajó: condições para uma leitura crítica e cidadã da mídia”** questiona-se perspectivas do discurso ecológico para questões cidadãs na Ilha de Marajó, no Pará. Os conceitos de cidadania aparecem nas discussões sobre o objeto de pesquisa via pensadores como Muniz Sodré, Pierre Bourdieu, Jean Baudrillard, Roland Barthes e Milton Pinto.

Em **“Os homossexuais na mídia segundo militantes, acadêmicos e jornalistas”** é denotado no sentido prático de uma discussão cidadã e comunicacional de como é discutido o discurso da homoafetividade entre acadêmicos sobre os grandes meios de comunicação. Os conceitos de cidadania aparecem via debates de Douglas Kellner, Nelson Traquina, Danilo Agrimari e Michel Foucault.

No trabalho **“Rádio comunitária, identidade e cidadania de jovens: exemplos e ausências em uma comunitária autêntica e em três autorizadas”** envereda sobre como um meio comunicacional comunitário pode ajudar na formação cidadã de uma comunidade, no caso, da cidade mineira de Juiz de Fora. Foram estudadas rádios comunitárias, entre as que apenas têm esse nome para funcionar e uma rádio que faz a diferença em termos de ajuda à comunidade onde está inserida. Os conceitos de cidadania aparecem principalmente na perspectiva de comunicação comunitária cidadã via pensamentos de Cecilia Peruzzo e Cláudia Regina Lahni.

O artigo científico **“Telecentros comunitários em Juiz de Fora: alternativas de apropriação das tecnologias digitais”** discute sobre a apropriação de tecnologias digitais em prol da cidadania em telecentros comunitários também da cidade mineira de Juiz de Fora. Os conceitos de cidadania aparecem em *linkagens* comunicacionais com os pensamentos de Bernardo Kucinski,

Bruno Fuser, André Lemos, Círcia Peruzzo, Norberto Bobbio, Rousiley Maia, André Barbosa Filho, Cosette Castro, Marcelo Sabbatini e Marilena Chauí.

O trabalho “**Telecentros comunitários: questões teórico-metodológicas e vivências midiáticas digitais**” é um estudo teórico-metodológico sobre acesso a telecentros comunitários em uma realidade paranaense na cidade de Curitiba. Os conceitos de cidadania aparecem principalmente nas considerações que gerou tese de Juciano Lacerda, que faz reinterpretar e as aplica na prática nesse objeto.

O artigo “**Tensões e mediações no jornalismo estudantil: a experiência do projeto Clube do Jornal**” frisa sobre o caso específico de uma organização não governamental e sua promoção de cidadania via utilização de recursos comunicacionais. Os conceitos de cidadania aparecem principalmente em reflexões na própria empirização do trabalho e também em consequência de leituras de Pierre Bourdieu.

No trabalho “**Transformação tecnocultural, cidadania e confluências metodológicas**” há uma visão mais metodológica dos estudos de comunicação e cidadania, principalmente na perspectiva transmetodológica. Os conceitos de cidadania aparecem nos estudos transmetodológicos, sociais, principalmente voltados a uma inter-relação com as tecnologias atuais, para uma cidadania comunicacional, pautada principalmente nos trabalhos e escritos do pesquisador Alberto Efendy Maldonado, que sistematiza outra série de pensamentos de autores, notadamente em uma concepção latino-americana. Os principais autores trabalhados são Manuel Castells e também os próprios pensamentos do autor do trabalho, Alberto Efendy Maldonado.

O trabalho “**Zapatismo e ciberativismo: a busca de uma conexão perdida**” adentrou por uma perspectiva comunicacional cidadã ao abordar o movimento mexicano do zapatismo em sua interface no ciberespaço. Os conceitos

de cidadania aparecem de forma secundária ao explicar o movimento em si, um dos mais ativos no sentido de ciber-cidadania. O autor Pedro Ortiz é um dos mais utilizados para explicar essas perspectivas teóricas e sociais.

A multiplicidade de ideias, conceitos e sujeitos-objeto expostos torna o GP de Comunicação para a Cidadania um dos mais interessantes e emblemáticos grupos de estudo em comunicação no Brasil.

Os conceitos de cidadania nos trabalhos científicos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania do Intercom de Natal

Os principais conceitos de cidadania encontrados nos 33 trabalhos selecionados para apresentação no Intercom de 2008 adentram principalmente pela crença de que a comunicação pode e deve agir em prol da melhoria social. Isso é dado principalmente na ajuda, intervenção e praticidade de ações de grupos sociais, raciais, sexuais, comunitários, alternativos, populares, liberais, de movimentos setorializados, que querem a construção de um país, e respectivos grupos e comunidades, mais justo, igualitário e democrático. Atitudes comunicacionais cidadãs, principalmente no campo científico em que determinados padrões muitas vezes exigem uma determinada pureza do que é estudado. Mas, em contrapartida a esse tipo de pensamento os estudos evocados também mostram o lado social, principalmente em encarar os objetos como sujeitos ativos, vivos, dinâmicos e com muito a ensinar, inclusive aos próprios cientistas.

Nota-se a evidência e importância desses conceitos também por conta da interação e atualidade no atual contexto de estudos comunicacionais, não só do Brasil, mas também de vários outros países do Mundo. O que

é produzido hoje no país, refletido no que é apresentado nos eventos do Intercom, tem consonância e sedimentação em **níveis mundiais**.

Os principais autores de comunicação e cidadania trabalhados pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores do grupo durante o Intercom de 2008 são principalmente de origem brasileira, ligados a programas de Pós-graduação (mestrados e doutorados). Mais da metade dos autores citados são do Brasil, provando a consolidação dos estudos nacionais. Essa consolidação é dada em um pensar e agir, influenciando positivamente também os movimentos sociais, identitários e de lutas. Os autores clássicos aparecem também como basilares, mas, em uma parte dos casos, sempre geram um debate também para um autor nacional.

Dentre os autores internacionais, uma parte é latino-americana, mostrando um diálogo também com pensadores da América Latina e uma prova que suas ideias têm chegado ao Brasil e ajudado a intercambiar pensamentos.

Isso nos faz notar que o que é pensado e pesquisado no Brasil ganha valorização, muitas vezes pelos próprios pesquisadores serem sujeitos e conhecerem na prática os fenômenos por eles estudados. Ou seja, muitos dos autores do próprio Grupo de Pesquisa são figuras teóricas sobre a temática, mostrando a grande interação e responsabilidade do que é escrito e vivenciado pelos membros do grupo.

Em relação aos trabalhos nota-se que há uma interação entre produções teóricas e metodológicas, bem como suas respectivas aplicações, também provando que não só se teoriza, mas também mostrando que a teoria serve para a prática e, **a prática, principalmente dos movimentos sociais**, minoritários, alternativos e identitários é provada a partir desse tipo de estudo.

O espaço dado a pensadores sêniores (com maior experiência no grupo e nos pensamentos de comunicação e cidadania) e sua inter-relação com novos pesquisadores em

um mesmo espaço de debates em que não há uma diferenciação, é outro ponto forte do grupo, que serve de lição, principalmente no ambiente acadêmico, tradicionalmente conhecido como um espaço elitista e excludente.

Nota-se uma grande densidade dos trabalhos principalmente nos conceitos de cidadania entre os professores mais experientes no grupo e em programas de pós-graduação. Esses trazem trabalhos diretamente ligados à temática do GP fazendo com que as ideias expostas sejam plenamente debatidas. Outro ponto positivo é que há uma socialização de autores que muitas vezes não são trabalhados constantemente nas graduações e nos mestrados. Essa homogeneidade só tem a contribuir para a discussão e fortalecimento dos conceitos, principalmente em suas vertentes empíricas.

Outro fato interessante nos trabalhos analisados é que eles são múltiplos em termos de mídias abordadas, inclusive analisando todas as perspectivas, desde as mais consolidadas em termos de comunicação e cidadania, bem como as tecnologias atuais. Igual pluralidade também é notada a partir das perspectivas metodológicas. As estudiosas e os estudiosos da área não enveredam apenas por determinados procedimentos metodológicos, há uma multiplicidade de metodologias, mostrando também a pluralidade com essa preocupação científica.

Essa pluralidade é que faz a diferença do grupo e o sedimenta como um dos mais múltiplos, procurados, livres e com maior contributo social no âmbito comunicacional brasileiro.

Considerações finais

Conclui-se que os estudos em comunicação e cidadania no Brasil consolidam a área não só em termos nacionais, mas também em uma perspectiva internacional, principalmente em seus lados teórico e empírico. A forte presença de

estudos de autores nacionais e suas respectivas teorizações já formam um campo teórico suficiente para legitimar o campo brasileiro em respeitabilidade e socialização de ideias.

Outro ponto a ser considerado é que o pensamento brasileiro nessa área não é isolado, mas promove uma grande interação com conceitos de autores de fora, mas também uma grande valorização para a produção brasileira, principalmente nas universidades em que a temática é estudada em mestrados e doutorados.

Particularmente esse evento nos foi de grande valia para a socialização de conhecimento, troca de ideias e, principalmente, para mostrar a necessária importância do debate entre comunicação e cidadania saindo de uma perspectiva acadêmica para também pensar e agir com os grupos em que a maioria dos artigos e autores se diz representar. Isso ocorreu.

Em termos pessoais, participando do grupo desde sua quinta edição, é notória uma evolução de ideias, conceitos e sedimentação empírica do que é refletido. Também destacamos que o evento de 2008 foi de imensa valia principalmente porque ocorreu ali o fortalecimento de nossa ideia de tese para doutoramento em Comunicação Social, mostrando o quanto o debate acadêmico promovido pelo evento também cumpre sua função de instigar debates e novas vivências.

Mostra que o oitavo ano do Grupo de Pesquisa em Comunicação Para a Cidadania do Intercom tem cumprido também sua função agregadora, pois ali fortaleceu o grupo que hoje é sedimentado não só na sua forma de encontrar-se anualmente nos eventos do Intercom, mas também de forma virtual através de lista de discussão⁵. A lista é um trabalho direto da interação dos membros do grupo promovidas através do Intercom de 2008.

5. O grupo de Pesquisa mantém uma lista de discussão na Plataforma *Yahoo! Groups*. Endereço eletrônico: http://br.groups.yahoo.com/group/comunicacao_para_a_cidadania

Outra consequência futura foi a criação do Grupo de Trabalho “Comunicação e Cidadania” também na Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação.

Atualmente o GP de Comunicação e Cidadania do Intercom continua sendo um dos mais procurados e um dos que mais apresenta resultados práticos para a sociedade, cumprindo uma das mais nobres funções sociais da pesquisa científica: a socialização e implementação de ideias para as comunidades e sociedade em geral.

Referências

BARBOSA, Maria do Carmo Silva; SOUSA, Moacir Barbosa de (orgs). **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal: Intercom, UFRN, UERN, UnP, Fatern, 2008.

INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. **Trabalhos apresentados no NP de Comunicação e Cidadania do Intercom de 2008**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/lista_area_NP-CI.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2012.

9.

Construindo a comunicação por uma perspectiva cidadã: participação popular, organizada e crítica, nos processos decisórios de mediatização da realidade no GT de 2009

DENISE TERESINHA DA SILVA¹

A complexidade do processo comunicacional existe porque as pessoas envolvidas nele são muito mais do que meras produtoras ou espectadoras de mensagens. Cada ser humano é único, com seus conceitos e pré-conceitos. Além disso, pertence a vários espaços sociais, ou seja, é membro de uma família, de uma comunidade, de uma associação, de uma cultura, com específicas condições sociais, econômicas, culturais, políticas e psicológicas. Ao indagarmos sobre os modelos tradicionais de comunicação, descobrimos que entre o polo emissor

1. Diretora da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus São Borja, Professora Adjunta III, Doutora em Ciências da Comunicação. Coordenadora do GP Fos e do Núcleo de Estudos e Produção em Fotografia da Unipampa (NEPFOTU).

e o receptor existem outros elementos que interferem na interpretação da mensagem. Esses elementos medeiam toda a ação comunicacional.

Embora o incremento de tecnologias tenha propiciado às pessoas se tornarem de fato produtoras de mensagens, aquela pensada a partir das trocas simbólicas, do tornar comum, ainda traz em si a condição potencial de interação social. O ingrediente comunitário de uma relação social tem origem num sentimento por vezes subjetivo e por vezes objetivo de pertencimento mútuo entre as partes envolvidas. Neste sentido, pensar a cidadania é pensar a participação de todos os sujeitos sociais em busca de relações iguais, conscientes da importância desta participação na conquista dos espaços e dos direitos.

Tratarei aqui da análise dos artigos aprovados para o Congresso Nacional da Intercom no GT Comunicação para a Cidadania realizado em Curitiba no ano de 2009. Foram 45 artigos apresentados e debatidos neste evento que trataram de pontos em comum no que tange a comunicação e a cidadania, que foram citadas como palavras-chaves² 10 e 13 vezes respectivamente, seguidas de comunicação comunitária (8), identidade (6), comunicação popular (6), mídia (5), movimentos sociais (4), favela (4), periferia (4), educação (4), juventude (3) identidades culturais (3) inclusão digital (3), recepção (3), cultura (3), rádio comunitária (2), internet (2), jornalismo (2), culturas populares (2) democracia (2), tecnologias de comunicação e informação (2), MST (2),

2. A catalogação e a quantificação das palavras-chave e da bibliografia foram feitas pela graduanda Fernanda Cardoso do Amaral do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pampa, bolsista PBDA/UNIPAMPA.

participação (2), hegemonia (2), contra-hegemonia (2), audiovisual (2), mídias digitais (2), telecentros comunitários (2), dentre as 121 palavras-chave citadas³.

Em busca das origens da cidadania

A cidadania não é um fenômeno novo, por este motivo antes de entrar na análise propriamente dita do conteúdo dos artigos, convém mapear brevemente o desenvolvimento de algumas ideias sobre este tema no decorrer dos tempos. A palavra originária do latim *civitatanus* (de *civitas*, cidade)

-
3. As outras palavras-chaves que foram citadas somente uma vez são: rádio escola, trabalho infantil, rádio itinerante, jornalismo popular-alternativo, ONG, direitos sociais, movimentações da juventude, regionalismos, apropriações tecnológicas, web, região de Bauru, comunidade, resistência, migrações transnacionais, redes sociais, cidadania cultural, movimento feminista, direitos reprodutivos, mídia alternativa, organizações não governamentais, aborto, radiojornalismo, rádio Bacanga FM, telejornalismo, rede, protagonismo, espaços de produção, organização popular, Jardim União da Vitória, história de vida, protesto, Exército Zapatista de Libertação Nacional, revista Chiapas, consumo, cordel, cultura popular, diversidade cultural, mídias radicais, direitos humanos, Bezerra da Silva, sociedade da informação, identidade profissional, imprensa sindical, sindicatos, trabalho imaterial, general intellect, biopolítica, educomunicação, leitura crítica dos meios, estado da arte, novas mídias, jovens, alteridade, técnica, inclusão social, exclusão social, escola de Frankfurt, crítica, campo, rádio, escola, planejamento participativo, política de comunicação, mediatização, projetos sociais, comunicação epistemológica, comunicação praxiológica, linguagem, racismo midiático, esfera pública de visibilidade midiática, mulheres negras, reconhecimento, Kaingang, memória, comunicação indígena, etnicidade, fotografia, nacionalidade, imigração, comunicação comunitária em rede, espaços populares, agenciamento, desejo, visibilidade, interculturalidade, universidade, extensão, fronteira, autonomia, mídias livres, LECC, práxis contra-hegemônica, comunicação não hegemônica, capital social.

tratava sobre o indivíduo habitante da cidade. Cidadania, ligada a concepção de passividade, indicava a situação política de uma pessoa e seus direitos com relação ao Estado na Grécia e na Roma Antiga, existindo uma classificação entre cidadãos e não cidadãos, como as mulheres, as crianças, os estrangeiros, os escravos, os servos. Os cidadãos eram considerados aqueles que podiam opinar sobre a sociedade e tinham acesso à esfera pública, um direito praticamente reservado aos proprietários de terra, também confundido com naturalidade. O trabalho de homens livres estava ligado ao intelecto, profissionais liberais, nobres, em oposição à atividade dos escravos, menos digno, ligado ao esforço manual ou mecânico. Muitos/as intelectuais afirmam que este conceito foi fortalecido por Aristóteles.

A cidade surge na Suméria desde o terceiro milênio a.C., mas a cidade por excelência era a grega, a polis, fundamental para o entendimento da cultura helênica, a cidade-estado com sua organização política independente e seus conceitos de cidadania. Em Roma, por volta do século VIII a.C. os patrícios herdavam os direitos adquiridos por suas famílias e detinham o pátrio poder, enquanto a plebe não tinha nenhum direito político ou jurídico. Tanto patrícios e plebeus eram sujeitos livres, diferente dos escravos, mas, somente os primeiros podiam exercer a cidadania. Depois de muitos conflitos, a plebe estendeu seus direitos. Com o passar do tempo, o conceito de cidadania foi se modificando e passou se referir a outras esferas que não somente a política.

A Idade Média foi um período de transformações para uma nova realidade. Com o declínio do Império Romano, o conceito de cidadania começa a se diferenciar da Antiguidade, perdendo força e passando do político ao religioso. As constantes invasões e conquistas territoriais na Europa por romanos e bárbaros resultaram numa hierarquização dos grupos sociais. O Feudalismo divide a sociedade em três

estamentos: o clero, a nobreza e os camponeses. Enquanto o início do período medieval (século V d.C.) é marcado por uma sociedade predominantemente rural, o final deste período (século XV d.C.) resultou em profundas mudanças sociais, políticas, culturais, econômicas e religiosas pela crescente urbanização e o surgimento dos Estados Nacionais, as reformas religiosas, o florescimento do comércio e o fortalecimento do capitalismo.

O pensamento do homem renascentista está ligado ao individualismo e ao humanismo, buscando a idealização da Grécia Clássica e da Roma Antiga, desprezando o medievo. Apesar de ainda estar ligado ao cristianismo, não tem uma preocupação extrema com a salvação da alma, pois quer aproveitar os benefícios da riqueza e do poder. A centralização do absolutismo monárquico prevalece com as divisões de classe e o caráter hereditário do poder, continuando uma sociedade hierárquica e desigual. Estas crescentes desigualdades no campo social acarretaram consequências negativas para a cidadania.

[...] a concessão de cidadania para além das linhas divisórias das classes desiguais parece significar que a possibilidade prática de exercer os direitos ou as capacidades legais que constituem o *status* do cidadão não está ao alcance de todos que os possuem. (BARBALET, 1989, p.13)

O século XVIII foi tomado por reflexões de caráter ideológico. O Iluminismo marcou profundamente o limiar do conhecimento humano e fundamentou os futuros processos revolucionários do mundo ocidental. A atitude empirista permite à ciência estabelecer à crítica da razão colocando à prova toda verdade. A laicidade e a ciência foram impulsionadas a partir desta época. Há um enaltecimento da racionalidade, liberdade, autonomia e dignidade. Em 1789,

foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França. A cidadania estava ligada ao conhecimento, as reivindicações de caráter crítico das lutas sociais que serviram de base para os séculos seguintes. Entretanto, o individualismo, o relativismo moral, o consumismo, o hedonismo, valores herdados desta época podem ter obscurecido as relações humanas e operado de forma diferente da proposição inicial, pois ao mesmo tempo em que existe um desenvolvimento tecnológico avançado também existe hoje uma imensa desigualdade social, econômica e política. Os ideais de liberdade serviam à classe burguesa para a acumulação de riquezas, mas, ocultavam seus reais interesses para contar com o apoio popular.

A crítica de Marx ao “indivíduo egoísta” das Declarações dos Direitos Humanos não envolve nenhuma crítica ao conceito de indivíduo em si. Ela é a crítica de uma concepção que vê o indivíduo como simples mônada que se agrega mecanicamente a outras mônadas para compor a sociedade, ignorando o fato de que o indivíduo está sempre inserido no conjunto definido de relações sociais. Na sociedade capitalista, essas relações levam ao declínio do indivíduo e à atrofia de suas potencialidades. Mudar essas relações é libertar o indivíduo. Não se trata, portanto, de dissolver o indivíduo na sociedade, mas de dissolver uma certa sociedade para emancipar o indivíduo (ROUANET, 1993, p. 28 e 29).

Apesar dos ideais de igualdade e liberdade virem da classe burguesa, eles contribuíram para ampliar o acesso ao universo político, mesmo que os indivíduos economicamente menos favorecidos ainda não estejam com o gozo de seus direitos sociais efetivamente garantidos.

As muitas revoluções que se sucederam modificaram

as bases dos sistemas absolutistas, pautados na monarquia autocrática que se baseava na aristocracia rural, industrialização tardia, proletariado urbano, campesinato. A Revolução Industrial, por exemplo, que iniciou na Inglaterra devido, entre outras causas, à expansão econômica que já vinha acontecendo em séculos anteriores e o desenvolvimento dos meios de transporte, o emprego da manufatura, que empregava energia humana, deu lugar a maquinofatura, com a energia mecânica, possibilitando a produção em série, que permitia a multiplicação rápida de mercadorias e serviços (HOBBSAWN, 1982, p. 44), resultando principalmente na afirmação do modo de produção capitalista, na ascensão da burguesia e numa crescente urbanização com um aumento significativo da população e o empobrecimento da classe operária.

As manifestações sociais começavam a contestar os regimes existentes da liberal-democracia, pois durante todo este período, as questões ligadas à esfera social foram praticamente irrelevantes. São de conhecimento público os questionamentos feitos por Marx e Engels no manifesto comunista sobre que tipo de liberdade era defendida na ideologia liberal, que a restringia às esferas política e jurídica. “À medida que desaparece a anarquia da produção social, vai diluindo-se também a autoridade política do Estado.” (ENGELS, 1984, p. 79). Eram contra a opressão do capitalismo. Assim, no século XIX, ganham força os movimentos de luta a favor da ampliação dos direitos sociais de todas as classes e com a efetiva participação política, mas que só é alcançada definitivamente no século XX com a inclusão do direito de voto às mulheres. O conceito de cidadania começa a ter uma aproximação com os Direitos Humanos.

Brasil e a questão da cidadania

No Brasil, mais de 300 anos de colonização resultaram num país definido territorialmente, mas com uma sociedade escravocrata, grande parte da população analfabeta e uma economia de monocultura e latifundiária num Estado absolutista. “O efeito imediato da conquista foi a dominação e o extermínio, pela guerra, pela escravidão e pela doença de milhões de indígenas. [...] a conquista teve valor comercial [...] exigia grandes capitais e muita mão-de-obra.” (CARVALHO, 2007, p. 18). Era o começo da desigualdade.

Apesar da Carta Constitucional (1824) e da abolição da escravatura (1888), muitos/as autores/as afirmam que até meados do século XX não existiram mudanças concretas em relação à cidadania, confirmando que a escravidão e o latifúndio são elementos essenciais para pensar a nossa realidade. O fim do regime militar em 1985 e a Constituição de 1988 fizeram com que palavras como democracia e cidadania tivessem destaque na sociedade brasileira. Carvalho (2007, p. 227-8) destaca a importância de pensar a organização da sociedade numa parceria entre ela e o Estado, como as experiências das organizações não governamentais no desenvolvimento de atividades de interesse público e nas formas alternativas de formulação de políticas públicas e sua execução, com a participação popular na definição do orçamento e suas prioridades.

Neste contexto, surge a necessidade de se descobrir um caminho para comunicar estas formas de opressão que impedem as classes menos favorecidas de se fazerem ouvidas. Todo este breve exercício de historicizar a cidadania serviu para entender a luta pelo reconhecimento das pessoas como protagonistas de sua história e a importância de uma comunicação cidadã que retrate as ações de movimentos coletivos na construção de uma sociedade democrática.

Cidadania, participação popular e sociabilidade

No que tange aos aparatos técnicos comunicacionais, a invenção da imprensa no século XV por Gutemberg com seus caracteres móveis facilitou o acesso à escrita e se tornou uma referência para a história da humanidade. O aperfeiçoamento da reprodução de imagens com a redução dos custos foi aos poucos atraindo uma parcela da sociedade que se interessava não somente pelas questões culturais, mas também pelo que Freund (1995, p. 26) chama de culto ao indivíduo, como forma de pleitear a nobreza, privilégio aristocrático que se estendeu à burguesia. Algo que resultou num processo de ruptura de prerrogativas específicas de uma determinada classe social, mas que também serviu de instrumento para dar expressão às intenções de um dado movimento.

A busca em dar visibilidade às coisas tem sido crescente desde a invenção da imprensa por Gutemberg, que proporcionou a democratização da escrita e se tornou um marco na história da cultura. Com ela, já se tinha evidente a importância da imagem, antes com a xilogravura, depois com a heliogravura e a litografia (1798). (SILVA, 2008, p. 68).

À parte dessa questão de *status* e mudança de classe social, do apareço logo existo, o incremento de tecnologias a serviço da comunicação propiciou às pessoas se tornarem de fato produtoras de mensagens. O rompimento do processo linear pensado inicialmente como emissor-mensagem-receptor, vai além das mediações que interferem nesse processo, ressignificando o uso dos meios a partir de uma proposta de comunicação para a cidadania. Na esfera destes acontecimentos, a comunicação forjada na comunidade ou nos movimentos sociais passa a ser uma alternativa para dar voz a quem não tem espaço dentro da grande mídia.

Numa conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criaram-se instrumentos “alternativos” dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto. Era uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante, da chamada “grande-imprensa”. Neste patamar, a “nova” comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado sobre tudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc. (PERUZZO, 2004, p.114-5).

Novas formas de sociabilidade nos permitem vislumbrar novos estilos tanto de exclusão como de interação social face às representações divulgadas pela grande mídia, desenhando novas cartografias. Algumas imagens mediatizadas nos colocam frente à experiência de uma banalização e esvaziamento da dimensão ético-política dos movimentos sociais e dos chamados excluídos. Para Shusterman (1998, p. 197-8), na estetização da ética “as considerações estéticas são ou deveriam ser cruciais, e talvez superiores, na determinação de como escolhemos conduzir ou moldar nossas vidas e como avaliamos o que é uma vida ideal”. O autor ainda afirma que a estética “ao abranger o prático, ao refletir e informar sobre a práxis da vida, ela também diz respeito ao social e ao político” (SHUSTERMAN, 1998, p. 15). Tudo isso ocasiona novos desafios para que estes grupos sociais possam, através de uma postura crítica e do uso de dispositivos midiáticos, fazer com esta nova percepção estética gere agendamentos

positivos, permitindo, com isso, que existam outras formas de ver a sua realidade ao confrontá-las com imagens impostas de forma vertical e prepotente.

Num pensar dialético, ação e mundo, mundo e ação, estão intimamente solidários. Mas, a ação só é humana quando, mais que um puro fazer, é quefazer, isto é, quando também não se dicotomiza da reflexão. [...] Para nós, contudo, a questão não está propriamente em explicar às massas, mas em dialogar com elas sobre a sua ação. (FREIRE, 2011b, p. 55)

Os conceitos de cidadania trabalhados nos artigos estão ligados a ideia de participação popular de forma crítica e organizada nos processos decisórios de construção da realidade em que os sujeitos estão inseridos com a finalidade de modificá-la para um cenário mais solidário, justo e igualitário com a utilização de uma comunicação alternativa. A sociabilidade é construída no cotidiano das pessoas, na vivência do grupo ou movimento social do qual participam, tendo na comunidade um local de proteção social, de força coletiva e de construção de identidades.

As narrativas trazidas para análise são dos próprios sujeitos da comunicação que falam a partir do seu contexto social. A comunidade organizada possibilita a escuta de sua voz veiculada nesta mídia chamada de alternativa na forma de ser feita, mas que se compara à mídia massiva no modo de veiculação (rádio, vídeo, jornal, internet, etc.) com o mesmo objetivo de transmissão da mensagem, mas diferenciada através da participação cidadã na construção do conteúdo veiculado, que valoriza as experiências coletivas e individuais, a construção da memória e a rememoração dos acontecimentos vivenciados.

Comunicação comunitária e empoderamento

Uma questão pontual que perpassa praticamente todos os textos é o fato desta comunicação comunitária efetivar o direito de comunicar, sendo uma forma de resistência às mensagens hegemônicas produzidas pelos meios de comunicação de massa. Isto proporciona um certo modo de empoderamento do sujeito cidadão, permitindo que ele possa refletir sobre os problemas do local onde vive e reafirme o seu compromisso na construção de um outro mundo. O meio de comunicação passa a ser um lugar para a manifestação da cidadania de grupos minoritários desprovidos do acesso às mídias tradicionais, bem como das diferentes expressões identitárias; ser uma voz que não está ligada aos grupos dominantes, ao estímulo ao consumismo exarcebado; ser um espaço de discussão plural, com potencial mobilizatório, participação aberta da comunidade; ser um instrumento de luta que propicie um engajamento social com um olhar crítico sobre a própria realidade com vistas ao desenvolvimento local. Em suma que a cidadania possa ser constituída a partir da comunicação.

A importância da contribuição institucional, tanto no que se refere às universidades, quanto às organizações não governamentais (ONG's), como aos governantes, porém este último com pouca participação, é destacada no processo de capacitação destas pessoas comuns para a utilização das tecnologias da comunicação. São retratadas experiências que se perderam e outras que foram resgatadas quando acontece este processo de formação dos sujeitos para o uso dos veículos comunicacionais. Esta orientação é fundamental para o desenvolvimento e êxito dos projetos comunitários. Entretanto, deve ser desvinculada de interesses políticos e econômicos para dar visibilidade aos interesses de uma coletividade e não se tornar instrumento de manutenção das relações estabelecidas assimetricamente, mas

fornecer ferramentas para que a própria comunidade desenvolva as suas estratégias de utilização dos meios a partir do seu cotidiano para a visibilização de sua visão de mundo.

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso”, e não o contrário.

Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação. (FREIRE, 2011a, p. 87)

Neste pensar coletivo, os lugares de fala presente nos textos analisados são em sua imensa maioria de comunidades excluídas ou marginalizadas no discurso da grande mídia⁴. O “lugar de fala” segundo Orlandi está relacionado ao plano social, porque verbalizar uma opinião é um ato social com todas as suas implicações como conflitos, relações de poder, constituição de identidades, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2002, p. 39). As características da pessoa que fala, seu modo de vida, o meio em que está inserida, interferem diretamente no seu tipo de discurso. Neste GT quem fala são jovens em situação de risco, homossexuais, indígenas, imigrantes, mulheres, movimentos sociais, organizações não governamentais, moradores/as de periferias, de favelas. A importância deste tipo de análise a partir de quem produz a mensagem sobre a sua realidade, favorece o entendimento

4. Os outros artigos se detiveram nas análises teóricas e não apresentaram relatos de campo.

e legítima o estudo de uma comunicação para a cidadania, uma vez que as condições sociais de aceitação do discurso são essenciais para a comunicação. Estas vozes relatam a integração do sujeito com a comunidade a qual pertence, seu compromisso com o desenvolvimento local, com a busca de melhores condições de vida, com a produção de informação a partir de sua própria crítica social com relação aos mais diversos assuntos, trabalhando desigualdades e preconceitos com relação à classe social, gênero ou etnia. Os conteúdos destas mensagens, ao mesmo tempo em que possuem um caráter reivindicatório, apresentam um caráter pedagógico da comunicação comunitária.

Os locais onde foram feitas as análises empíricas apontam para quatro trabalhos no contexto internacional, realizados em Barcelona na Espanha (2), Maracaibo na Venezuela (1) e no México (1), seis artigos dentro do cenário geral brasileiro sem especificidades e outros 35 trabalhos nas diversas regiões do Brasil. Na Região Sul: Porto Alegre-RS (4), Caxias do Sul-RS (1), São Leopoldo-RS (1), Picada Café-RS (1), Passo Fundo-RS (1) e Londrina-PR (1). Na Sudeste: Rio de Janeiro-RJ (3), Juiz de Fora-MG (2), Bauru-SP (1), São Paulo-SP (1), Pirai-RJ (1), Viçosa-MG (1), Ponta Nova-MG (1), Vitória-ES (1). Na Nordeste: Fortaleza-CE (4), Jaguaribara-CE (1), Arneiroz-CE (1), Maracanaú-CE (1), Borborema-PB (1), Campina Grande-PB (1), Camacan-BA (1), Pau-Brasil-BA (1) e Itajú do Colônia-BA (1), Vila Nova dos Martírios-MA (1), São Luís-MA (1). Na Norte: Jalapão-TO (1), Tefé-AM (1)⁵.

O rádio se destaca como o veículo de comunicação mais analisado (presente em 8 trabalhos), seguido da internet (8)

5. Os números nas cidades citadas significam aquelas que serviram de cenário empírico, ou seja, uma mesma cidade pode ter sido investigada em diferentes trabalhos, assim como um mesmo artigo ter pesquisado uma ou mais cidades.

e do jornal (6). Outros meios de comunicação estudados foram fotografia (2), revista (2) e televisão (2). Quanto à internet, é importante acrescentar que uma pessoa das oito citadas usou o termo “web”, outra “mídias digitais”, outra “TIC’s – tecnologia da informação e da comunicação” e quatro o termo “internet”. Também é preciso acrescentar os estudos com telecentros (2), que merecem uma classificação à parte, pois neles o uso não se reduz ao acesso à rede, mas também à redação de trabalhos, entre outros. Em um artigo foi pesquisado conjuntamente revista, jornal e televisão (1) e para outros três artigos foram investigados vários tipos de mídia tanto impressa como virtual (3). Um artigo analisou as letras da música de um autor que retrata a realidade de uma comunidade (1) e outro o uso do audiovisual como estratégica de criar um agendamento positivo sobre a vida na periferia (1). Cabe acrescentar que um dos trabalhos investigou o uso da oralidade, do gravador, do cordel e do teatro para manter viva a memória de uma santa de devoção popular com a gravação de um disco-debate (1). A partir de uma abordagem essencialmente teórica, alguns trabalhos refletiram sobre comunicação comunitária (2), comunicação (1), meios de comunicação (1), produção midiática (1), educomunicação (1), mídia virtual (1). Por fim vale a pena citar um outro trabalho que usou o termo mídias livres (1) para retratar o uso de jornal, sites, software, vídeo, foto e rádio por uma comunidade indígena.

Os sujeitos e os objetos da investigação

Os objetos de investigação, dentro do contexto de comunicação cidadã, apresentam propostas bastante diversificadas. Um dos trabalhos se diferencia pela proposta de investigação de análise da prática popular secular de culto

à Santa Marciana, santa dos que amam, a partir da cano-
nização espontânea de uma escrava, sem prova de sua real
existência, mas cuja imagem construída se mantém viva na
memória da população local, discutindo práticas comuni-
cativas, que perpassam as experiências de vida das classes
populares desprovidas ou com acesso restrito aos aparatos
tecnológicos audiovisuais, mas que organizam mídias a par-
tir de seus contextos, falas e histórias, a partir da oralidade,
do uso do gravador, do cordel e do teatro, do disco-debate,
para difundir a história da santa (OLIVEIRA e MENDES
– UEC/UFC). O audiovisual é utilizado com a produção
de vídeo sobre a vida na periferia devido à necessidade de
jovens comunicadores criarem um agendamento positivo
sobre seu cotidiano, uma vez que a imagem oferecida pela
mídia tradicional acentua determinadas marcas de crimina-
lidade e violência (GORCZEWSKI – UNISINOS).

Um artigo apresenta uma reflexão teórica sobre visão he-
gemônica das mídias a respeito dos acontecimentos da favela
e da periferia dos morros e subúrbios cariocas, que não en-
contra meio de se fazer ouvir pelos grandes meios, afirman-
do que as comunidades periféricas não tem voz, restando a
comunicação oral e interpessoal, apoiado na música do sam-
bista Bezerra da Silva (COUTINHO e ARAÚJO – UFRJ).

A fotografia é investigada a partir das reflexões que ela
produz através de fotos pessoais: um artigo reflete sobre a
realidade do bairro e de moradores/as a partir do olhar de
meninas adolescentes que fizeram uma oficina para apre-
nder a usar as câmeras e decidir o que fotografar no bair-
ro (FUSER – UFJF). O outro analisa as aproximações dos
conceitos de sujeito imigrante enquanto cidadão, nacional
e estrangeiro, na fala de mulheres imigrantes em duas tipol-
ogias, uma histórica (descendentes do povo italiano e do
povo alemão) e uma contemporânea (brasileiras em Bar-
celona), revelando uma multiplicidade de olhares (SILVA

– UNIPAMPA). A fotografia enquanto dispositivo midiático reforça a manutenção dos vínculos sociais, culturais e afetivos, e, com isso, permite analisar diversas configurações resultantes das relações dos indivíduos na sociedade. O seu olho pretensamente imparcial (a objetiva), permite todas as formas possíveis da realidade, uma vez que seu produto é determinado pelo modo de ver de quem a opera e pelas exigências de quem a encomenda.

“Nos primórdios da fotografia, seu uso servia como técnica que possibilitou a colocação da imagem em edições de jornais que antes continham basicamente textos escritos. Com o passar do tempo, ela passou a fazer parte de um circuito espaço-temporal de organização social, podendo ser estudada nas suas lógicas de consumo, trocas simbólicas e de interação social. Ela se tornou um meio capaz de instituir vínculos, referências e normas. É um dispositivo pelo qual o grupo [...] reconstrói a cada momento suas histórias, sentimentos, memórias, momentos, vínculos sociais.” (SILVA, 2008, p. 77)

O ambiente interativo da internet introduz um novo componente nas lutas sociais sobrepujando as políticas editoriais da mídia massiva. Também permite driblar o monopólio das grandes empresas de comunicação, através da disseminação de ideias que interagem com críticas, apoios ou contestações, oferecendo um contraponto às forças hegemônicas. Os textos que investigam o mundo virtual evidenciam esta postura. Um deles investiga a internet como espaço de interação de migrantes transnacionais no âmbito das redes sociais: *msn*, *skype*, *chat* do uol (BARTH e COGO – UNISINOS). Outro discute a produção e a circulação de elementos da cultura popular tradicional na internet, através da presença da literatura de cordel em *blog's*, redes sociais

– *orkut* e sites da *web*, buscando saber como uma produção cultural tradicional artesanal consegue avançar sobre espaços tecnológicos e quais as transformações na forma e no tema desta literatura (MENDONÇA – UFG). Também há um trabalho sobre as manifestações de identidades culturais regionais brasileiras na *web*, considerando-a como mídia alternativa, estudando comunidades do *orkut* que afirmam sua identidade regional (PIENIZ – UFRGS).

A pesquisa com jovens é bastante representativa neste universo virtual. Há um artigo que procura descobrir como os jovens reconstróem as subjetividades no uso, consumo, apropriação e criação de conteúdo audiovisual, assim como eles se percebem num processo de subjetivação e na criação de uma identidade em formação através da autoria de trabalhos publicados na internet (TORRES MORALES – IBES SOCIESC). Em outra investigação que trabalha com jovens em situação de risco da periferia, quer saber como o manuseio das novas tecnologias, através de curso de formação ministrado por uma ONG's e outra instituição, podem proporcionar a eles atuarem como produtores midiáticos fomentadores de cidadania, relacionando os movimentos juvenis de rede e as mídias digitais ao refletir sobre os usos e apropriações destas novas tecnologias pela juventude atuante em movimento social (LOPES – UNISINOS).

Na esteira dos estudos de gênero, uma pesquisa analisa as transformações ocasionadas na vida social de jovens mulheres do movimento *hip hop* pela produção audiovisual na internet. Na busca por visibilidade e combate ao racismo midiático e ao modelo de negação cultural nos meios de comunicação, identidade e reconhecimento são atributos fundamentais, trabalhados numa perspectiva do multiculturalismo de Taylor (SILVA – UMESSP).

Dentro deste contexto de usos das tecnologias, foi apresentado um trabalho que analisa as interações sociotécnicas

como espaços de cidadania para grupos socialmente excluídos, propondo contribuir com a criação de uma linha de pesquisa que articule estas questões (BOMFIM – UFSJ e LEAL – PUC Minas). Descobrir de que forma a cultura comunitária, o consumo e uso das TIC's, através do uso de computador em casa e na *lan house*, são apropriados por tribos de relacionamento na favela, problematizando a sociedade contemporânea a partir das sociabilidades comunitárias e da cidadania cultural é o tema de outro artigo (MAIA e BIANCHI – UERJ). Também houve um estudo sobre a sociedade da informação e os programas de inclusão digital na periferia, problematizando questões de imposição cultural e inclusão social (BRAGA e VITORINO – UFC).

No que se refere aos telecentros, uma pesquisa com a inserção da universidade na sociedade através de um laboratório de estudos em comunicação comunitária busca perceber as possibilidades de inserção social de um projeto educacional de disseminação da cultura digital (SALDANHA – UFF/ UFRJ). Outra procura mapear as condições tecnológicas em multimídia de telecentros numa região nordestina, sua produção digital e comunitária, identificando tipos de agência cidadã ou contra-hegemônica em seus modelos e resultados, analisando as lógicas, práticas e vivências da comunicação local e comunitária em ambientes digitais, como os telecentros de uso comunitário (LACERDA – UFRN).

Outro veículo bastante investigado é o jornal, tratado como um meio comunicação alternativo de fácil circulação para que as próprias pessoas escrevam o que pensam de forma organizada com assessoria da universidade, de instituições, de ONG's ou de projetos governamentais, uma vez que a maior barreira é a escrita e a leitura, pela pouca ou nenhuma instrução destes coletivos. Os objetos de estudo dos artigos que pesquisam este fazer o jornal comunitário são bastante diversificados: projeto “clube do jornal” que apresenta reivindicações de um movimento de

jovens estudantes de escola pública com temas que vão além dos muros da escola (SOUSA – FALS); projeto de oficinas de formação em comunicação comunitária para moradores/as em lugar suburbanizado e excluído socialmente refletir sobre suas vivências (GONRING – UFF); inicialmente produzido por profissionais, com apoio de editoras, com colaboradores da favela que depois de se formarem passaram a participar da produção do jornal do bairro reivindicando um papel de sujeito igual ao da cidade, que é diferenciado nas reportagens de telejornais, dando um sentido positivo ao seu lugar de moradia (FELIX – UFRJ); projeto de extensão universitária também com jornal do bairro que desenvolve a capacidade crítica de olhar o seu contexto social, reconstruindo o processo de rearticulação política e organização popular (JURKEVICZ, CÉSAR e MIANI – UEL); produção de um grupo de jovens sobre o processo de urbanização da favela, tendo o povo como protagonista, focando pesquisas sobre processos de produção, recepção e mediação de conteúdos dos meios de comunicação popular e comunitário (TAKADA – UMESP); imprensa sindical na reconfiguração da identidade profissional, afetada pela fragmentação social e política da sociedade e pela redução do espírito de classe, que acaba se afastando dos temas cotidianos com uma representação idealizada dos trabalhadores, sem levar em conta a multiplicidade identitária, produzindo mobilização apenas quando a questão é salarial (FERREIRA – UFJF).

Outra mídia muito pesquisada, como já foi mencionado, é o rádio. Ele se destaca entre as demais porque tem o maior número de trabalhos que o analisam como único veículo da investigação, diferente do jornal e da internet, por exemplo. Também existe uma pluralidade de análises com programas musicais, culturais, noticiários, reportagens, refletindo sobre questões locais e problemas específicos, procurando uma alternativa para a alteridade. Os assuntos são: programa de rádio escola, orientado

por uma ONG, sobre trabalho infantil, no estilo disco-debate, com uma discussão a partir de uma música sobre o tema com jovens que vivendo este tipo de experiência (ARAÚJO – UNIFOR); rádio itinerante resultado da parceria entre universidade e uma comunidade de afro-descendentes, com a finalidade de ressignificar e difundir a cultura afro-brasileira em espaços públicos (FRAGA, ALVES e OLIVEIRA FILHO – UFV); informações sobre rádios comunitárias na região de Bauru-SP, cujas emissoras possuem uma participação popular limitada, pouca utilização da internet, programação com muita música sertaneja, alguns com vínculos religiosos e políticos, com serviços de utilidade pública (VOLPATO – UMESP); rádio comunitária feita por pessoas voluntárias quase sem formação acadêmica com apelo às ações das comunidades a seu alcance, veiculando programas temáticos, campanhas, festas, participação ao vivo (GRIJÓ e FERREIRA – UFG/UERJ/UFMA); implementação de um projeto da universidade de rádio-poste num grupo quilombola para sua comunicação local, que ao mesmo tempo em que informa sobre as questões locais, interfere no cotidiano das pessoas (DIAS – UnB/UFG); programa de rádio produzido com apoio de educadores/as por crianças e adolescentes que tiveram uma capacitação através de um projeto de uma ONG, veiculado na emissora local com notícias que são reescritas por elas mesmas, oportunizando reconhecimento e popularidade que serve de incentivo para a procura pela melhoria de qualidade dos estudos (CAMPOS e BARBALHO – UFC/UEC); comunicação étnica numa rádio produzida por e para a população indígena, com discursos que exaltam a preservação das tradições, produzindo conhecimento enquanto saber tradicional em diálogo com culturas urbanas e complexas (FREITAS e MATOS – UESC).

Os trabalhos com revistas tiveram perspectivas distintas. Um deles aprofunda a análise das relações entre movimentos sociais e a mídia tradicional, identificando como são produzidas a autoimagem do Movimento dos Sem Terra – MST, suas lutas e cenários sociais para contrapor a mídia tradicional que cria imagens de criminalização sobre o movimento, buscando sua deslegitimação frente à sociedade, servindo como mídia de organização do movimento (NUNES, MENEZES e CARVALHO – UFC). O outro analisa uma revista especializada sobre o Exército Zapatista de Libertação Nacional produzida por pesquisadores e professores universitários, com sede no México, destacando um artigo cultural através dos conceitos de identidade e cultura de García Canclini (CREPALDI – USP).

Nos textos que estudam a televisão, um deles busca compreender o processo produtivo no telejornalismo da emissora do interior do Rio Grande do Sul e na rede, organizando espaços produtivos para refletir o protagonismo dos sujeitos, descobrindo que no espaço local as fontes são mais importantes, mas somente as mais articuladas aparecem (KLEIN – UPF). O outro texto analisa o projeto No Ar desenvolvido pela ONG Alpendre com jovens em situação de risco social, como eles vivenciam novas formas de sociabilidade e política, bem como de produção audiovisual, reconhecendo subjetividades dos que produzem e dos que assistem ao programa que é veiculado na rede pública de TV, com referência no debate da biopolítica, do trabalho imaterial e de general *intellect* (BARBALHO – UEC/UFC).

Também foram apresentados trabalhos que relacionam diversos meios para analisar a comunicação a partir de uma perspectiva cidadã. Um destes artigos busca compreender a construção da imagem pública do MST a partir da criação de fatos jornalísticos noticiáveis e sua repercussão na imprensa massiva, investigando revista, jornal e TV (PAIERO – Mackenzie).

Um segundo investiga a cidadania nos meios de comunicação massivos numa localidade da Venezuela, procurando descobrir quais as possibilidades e os problemas dos usos dos dispositivos técnicos ou tecnológicos midiáticos para superar a desigualdade, a exclusão social e as contradições de acesso aos meios para o exercício da cidadania considerando as diferenças (VILLALOBOS FINOL – Universidad Del Zulia e DEL NOGAL – Universidad Central de Venezuela). Outro estuda o discurso hegemônico das mídias sobre a realidade das favelas e periferias, concluindo que não representa de forma plural a realidade destas comunidades, resultando na necessidade da criação de novos conteúdos de mídia com espaços populares e afirmação de uma cidade diversificada e plural (CASTRO – UFRJ). Um quarto artigo investiga a relação entre memória e configurações da identidade cultural nos processos comunicacionais de uma tribo Kaingang, através da análise de informações e reportagens veiculadas sobre eles em veículos como jornais e internet – blogs, *sites* (PEREIRA – UNISINOS). Há um texto que analisa vários tipos de veículos de comunicação produzidos por entidades feministas, ONG's, que procuram construir discursos contra-hegemônicos e de identidades de resistência das lutas feministas pelos direitos reprodutivos, visando o fortalecimento, a organização e a visibilidade das ações destas entidades (WOITOWICZ – UEPG).

Um dos artigos utilizou o termo mídia livre para analisar as formas cotidianas de resistência social, mostrando a complexidade das diferenças e as zonas de fronteira, a resistência das tradições e a persistência das diferenças. A análise foi feita a partir das experiências das oficinas organizadas pela universidade em parceria com um movimento social para os povos indígenas do Alto do Solimões, a fim de capacitá-los no uso de sites, software livre, vídeo, foto e rádio livre para recontar a sua história a partir de eles próprios na luta por autonomia (FIGUEIREDO – UEA).

Tentativas de teorização sobre a interface

Outros artigos que foram apresentados neste GT apresentaram uma análise voltada para discutir de aprofundamento teórico, com relação ao tema comunicação para a cidadania, como em um trabalho que relaciona estes dois conceitos que se entrecruzam e dialogam para construir espaços propícios para as práticas cidadãs (VICENTE – UNESP). Outra pesquisa visa discutir o conceito de educomunicação relacionado com a cidadania na produção acadêmica através da análise de artigos apresentados no COMPÓS e na INTERCOM, utilizando os autores Paulo Freire e Mario Kaplún (LAHNI, COELHO, HALLACK e AGOSTINI – UFJF). Uma terceira investigação procura recuperar uma determinada parte do processo produtivo da comunicação comunitária/popular/contra-hegemônica a partir de formas educativas e metodologias de análise crítica que compreendam o processo midiático atual e a geração de novos modelos (PAIVA e GABBAY – UFRJ). Outro artigo problematiza o conceito de participação e as características do planejamento participativo dentro dos movimentos sociais e populares, demarcando o conceito de política de comunicação nos movimentos populares e as implicações da Comunicação Popular e Comunitária (MIANI e FELÍCIO). Refletir sobre os projetos sociais na área das mídias no contexto brasileiro que ocasionam o fortalecimento da diversidade cultural e do exercício da cidadania é o tema de um dos textos (RODRIGUES – UFP). Um sexto artigo analisa a linguagem utilizada pelos participantes do orçamento participativo, articulando comunicação e política (SAMPAIO – UFMG).

Um outro ponto fundamental é esboçar quais metodologias são utilizadas nestas investigações. À parte das que privilegiaram em seus artigos a pesquisa bibliográfica, aprofundando a reflexão teórica sobre o objeto de estudo, e a documental, devido a um recorte para este trabalho ou

mesmo por ter um objetivo mais conceitual e de mapeamento em sua proposta de pesquisa, aquelas que recorreram ao empírico utilizaram a perspectiva qualitativa no percurso metodológico. Esta opção metodológica se distingue por procurar entender, não verificar, como faz a quantitativa; seu processo se caracteriza pela interpretação, pela busca do sentido do que se está investigando, diz Orozco Gómez (1997, p. 71). Cabe ressaltar que o acesso ao empírico não vem afastado do problematização teórica.

Quando este acesso diz respeito à documentação, análises de conteúdo ou de discurso são as mais utilizadas. No momento em que a investigação necessita da história dos sujeitos para entender o empírico, a oralidade se faz presente principalmente com o recurso da entrevista. A finalidade da entrevista qualitativa não é contar opiniões e nem pessoas, mas explorar o espectro das opiniões, conforme afirma Gaskell (2002, p.71). Para Orozco Gómez (1997, p. 74-5), nesse tipo de entrevista, o importante é captar o discurso do/a entrevistado/a, sua linguagem; quem investiga qualitativamente deve se envolver com o objeto de pesquisa e aos poucos descobrir novos elementos, novas relações, sempre cuidando para que sua interpretação não seja exclusivamente objetiva.

Junto à entrevista, somam-se os recursos da história oral, história de vida, estudo histórico, estudo de recepção, de produção, estudo etnográfico, observação e observação participante, midiografia e webgrafia. Estes recursos podem ser analisados dentro de um pacote técnico de investigação qualitativa, como diz Aceves Lozano (1998, p. 207). Muitas delas não foram usadas isoladamente, mas em conjunto com duas ou mais destas opções citadas acima.

El manejo y conocimiento de un solo paquete técnico conlleva a la especialización pero no necesariamente a la formación y al desarrollo de una

capacidad plural en la investigación sociohistórica. Desarrollar una actitud y una disposición práctica hacia el aprendizaje y manejo de diversas técnicas de la investigación social es lo sustancial para impulsar, en los diversos campos profesionales y académicos, una sólida cultura de investigación. (ACEVES LOZANO, 1998, p. 207)

Todas estas propostas são apresentadas com a tentativa de vinculá-las a uma teoria, levando em conta os problemas e potencialidades apresentadas por este tipo de investigação. A bibliografia utilizada para refletir sobre estas questões é bastante vasta. Com base nas referências bibliográficas foram consultados na maioria material impresso (568), como livros (412), capítulos de livros (110), revista ou jornal (46), mas também um bom número de publicação virtual (80), entre anais (42), dissertações, monografias ou teses (20), jornal ou revista (3), *sites de ONG's* (3), *sites de governos* (6), e *outros* (6).

Neste contexto, dentre as diversas autorias, as mais citadas foram Cicilia Maria Krohling PERUZZO (24), Jesús MARTÍN-BARBERO (21), Muniz SODRÉ (15), Stuart HALL (15), Paulo FREIRE (14), Manuel CASTELLS (12), Néstor GARCÍA CANCLINI (11), Pierre BOURDIEU (10) Vera Regina Veiga FRANÇA (10) e Zygmunt BAUMAN (10). Os livros mais citados foram “Dos meios às mediações” de MARTÍN-BARBERO (11), “Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania” de PERUZZO (10), “A identidade cultural na pós-modernidade” de HALL (7).

[...] impõe-se que tenhamos uma clara e lúcida compreensão de nossa ação, que envolve uma teoria, quer o saibamos ou não. Impõe-se que, em lugar da simples *doxa* em torno da ação que desenvolvemos, alcancemos o logos de nossa ação. Isto é

a tarefa específica da reflexão filosófica. Cabe a esta reflexão incidir sobre a ação e desvelá-la em seus objetivos, em seus meios, em sua eficiência.

Ao fazê-lo, o que antes talvez não se apresentasse a nós como teoria de nossa ação se nos revela como tal. E, se a teoria e a prática são indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira.

A prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente. (FREIRE, 2011a, p. 47)

Podemos perceber que as pesquisas atuais vêm rompendo com o antigo paradigma que restringia o processo comunicacional a uma ação (emissor) e uma reação (receptor), como também com o de se contentar somente com o acréscimo de elementos a esse processo. Hoje sabemos claramente que ele não é linear, mas *circular-aberto*, como um redemoinho que, por onde passa, carrega consigo partes das coisas e das pessoas com as quais interage, formando uma engrenagem que só se move a partir do encontro de seus eixos, ou seja, quando adquire sentido para quem o vivencia (SILVA, 2008).

Esse sujeito, antes anônimo, consegue por intermédio de meios alternativos de comunicação se tornar visível e expressar seus sentimentos e opiniões antes restritas a um espaço privado. A visibilidade midiática permite o reconhecimento social. Arendt afirma que esse mundo comum é o caráter público da esfera pública que só sobrevive se tem uma presença pública, se permite ser visto de várias perspectivas e sob vários aspectos, e isso depende do seu sentido de “permanência” que é responsável por estabelecer a ligação entre os seres humanos no passado, no presente e no futuro. Ela afirma ainda que a realidade advém do fato da pessoa ser vista pelas outras, da sua visibilidade, uma vez que o privado

não se dá a conhecer, logo é como se não existisse, não tendo importância ou consequência para a sociedade, “para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constituem a realidade” (ARENDDT, 1997, p. 59). Apareço, logo existo (SILVA, 2008).

O surgimento dos meios de comunicação introduziu um novo olhar sobre as questões sociais e isso gerou uma reconfiguração de conceitos definidos desde a Antiguidade, como público e privado, particular e coletivo, que são fundamentais na discussão comunicacional. A presença dos meios de comunicação propiciou novas formas de interação social, reorganizando padrões de interação humana através do espaço e do tempo e a dissociando do ambiente físico, como afirma Thompson, uma vez que permite que pessoas que não compartilham do mesmo ambiente espaço-temporal possam interagir entre si (THOMPSON 1998, p.77).

Comunicação como estratégia para a cidadania

Toda sociedade sabe que a comunicação é a condição principal para a sua existência. Ela estabelece uma ligação entre as pessoas, um vínculo, um laço. Os meios se tornam uma janela para o mundo por onde perpassa a mensagem, a informação, numa via de mão dupla onde operam situações de dar e receber. Ela é a grande responsável pelo acesso à informação, uma vez que a partir dela podemos estar cientes dos acontecimentos. Assim, fatos antes relegados ao espaço privado, ganham notoriedade e se tornam públicos através de um dispositivo mediático, que é o mecanismo técnico pelo qual a comunicação baseada numa relação de permutação e interação que estabelece conexões entre os sujeitos num espaço privado transcende este espaço, sendo-lhe conferido um status de público (SILVA, 2008). Den-

tro dessa concepção, podemos inferir que a comunicação mediada por um aparato tecnológico que envolve os usos sociais na construção de sentido implica em processos que são mediatizados.

Com vistas nesta quebra dos paradigmas tradicionais, Martín-Barbero (2003) propõe repensar os estudos e as pesquisas em comunicação, como também o lugar da cultura na sua relação com a ideologia, pois, segundo ele, a cultura não está mais subordinada à ideologia, mas possui uma autonomia que a torna capaz de realizar a mediação do processo político. Esta configuração a partir da *práxis* comunicativa, das relações cotidianas, da sociabilidade é lugar de interpelação e constituição dos atores sociais e de suas relações com o poder. O autor já definia a cultura como a grande mediadora de todo processo de produção comunicativa, que sempre acontece dentro de um determinado contexto, ou seja, essa experiência cultural ocorre em um processo circular (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 17). Neste lugar são forjadas as identidades como uma forma de resistência que subverte as modalidades de poder, no sentido foucaultiano de uma matriz geral de relações de força, num tempo e sociedade específicos. Entendemos que o que permite a troca entre as identidades são os processos de sociabilidade, na qual o ser humano realiza a sua identidade e toma consciência da do outro. Cada pessoa adquire conhecimento enquanto ser individual e enquanto ser coletivo. A experiência cultural rege a vida de cada indivíduo.

A identidade implica na construção de sentido no processo de individuação de posições ocupadas pelas pessoas no exercício de seus papéis sociais. A diferença fundamental entre identidade e papel social está no fato de como o eu se vê e de como a sociedade vê o *eu*. O papel social, ou seja, o modelo ou as normas de comportamento ligados à determinada posição ou status na estrutura social, é

determinado através das expectativas das outras pessoas e com funções definidas dentro de um dado sistema social. Embora essas expectativas possam ser contraditórias e causar o que o Burke (2002, p. 73) chama de uma tensão do papel (conflito ou atrito entre papéis), essa noção, parece ser muito estática no que se refere a um sujeito ativo em uma sociedade. O conceito de identidade, ainda que muito complexo, é muito mais dinâmico e não representa o que o outro espera do *eu*, mas como o eu assume sua posição no mundo no qual também estão os outros.

Quando se toma as ideias de Castells e Hall consegue se perceber claramente essas questões e a relevância desse conceito para refletir sobre aquelas que envolvem a forma de pensar as relações interculturais, uma vez que os processos identitários, assim como os interculturais, estão envolvidos em relações de poder. Castells (2001) diz que as identidades organizam *significados* – identificação simbólica de um ator social da finalidade da ação por ele praticada, enquanto os papéis organizam *funções*. Entretanto, as identidades também podem ser construídas a partir das instituições dominantes, mas somente quando o indivíduo internaliza os significados derivados das mesmas, afirma o autor. No papel de atores sociais, a identidade é um processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou em um conjunto de atributos inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significados (CASTELLS, 2001. p. 22-23). Aqui, aparece novamente a questão das mídias alternativas produzidas como um instrumento de subversão e resistência ao poder dos grandes meios de comunicação no que se refere ao controle sobre a edição e a decisão do quê e de como as coisas devem ser vistas.

Hall (1999) apresenta as concepções de identidade com base na noção de sujeito. Para ele, houve uma mudança no modo do sujeito perceber as coisas no decorrer da história da

humanidade. De uma identidade centrada no eu masculino – iluminismo, para a interação do eu com a sociedade – sociológico, culminando na fragmentação desse sujeito em várias identidades, nem fixas, nem unificadas, nem permanentes – pós-moderno; “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 1999, p. 13).

Desse modo, podemos afirmar que na construção de suas identidades, o ser humano encontra-se em constante tensionamento do eu com os outros e com o mundo que o cerca, uma vez que, como disse Freire (2011a, p. 87) o sujeito não pode pensar sozinho para o exercício da comunicação. Esta tensão não acontece somente na esfera do individual, mas também do coletivo, entre movimentos sociais e a grande mídia, por exemplo. Para isso, a comunicação comunitária, por oferecer uma forma alternativa de construção do que merece ser noticiado na visão do sujeito ou sujeitos da comunicação, parece ter conseguido oferecer meios efetivos para divulgar as manifestações e visões de mundo de pessoas, comunidades e instituições que não se sentiam contempladas no discurso dos meios de massa. Essa possibilidade de ao mesmo tempo emitir e receber mensagens remete a uma nova instância para pensar a atividade desse sujeito comunicacional: produtor-receptor, não num processo linear, mas sim circular e aberto, no sentido que sempre está em interação com o contexto em que se insere.

A intervenção da grande mídia atua como parâmetro antagonico na dinâmica social ao contrapor as imagens por ela produzidas às que são construídas pelos próprios sujeitos da comunicação. Em outras palavras, esse sujeito, ativo e criativo, não aceita passivamente as imagens

que lhe são oferecidas como imagens de verdade. Assim, as representações sociais oferecidas pelos meios de comunicação de massa devem ser vistas como uma tradução da realidade social, dentro de um contexto dinâmico e móvel, constantemente ressemantizado.

A produção realizada pelas pessoas comuns permite subverter a ordem estabelecida pela grande mídia e interpretar os fatos a partir da experiência de cada uma como produtora-receptora do mundo que a cerca. Os dispositivos midiáticos colaboram com isso ao permitir que se mediatizem fatos e acontecimentos que rompem com o controle dos meios de massa. Institui uma nova esfera mediática, que passa por filtros da própria comunidade ou instituição, além do filtro pessoal, onde cada indivíduo elege o que pode ser publicizado.

O uso dos meios como alternativa para uma comunicação cidadã permite aos indivíduos capturarem recortes de um momento por meio de uma coleção de experiências de si mesmo e do outro. A elaboração de uma estética da realidade, apoiada no seu caráter emocional, está legitimada pelas configurações do real de vários olhares que estabelecem um produto final embaralhado pelas singularidades de cada olhar. A paisagem que surge desse processo carrega um simbolismo muitas vezes escondido pelo caráter não especializado de sua criação no sentido técnico, mas que apresenta uma realidade construída a partir dos sujeitos das relações sociais.

Referências

ACEVES LOZANO, Jorge E. *La historia oral y de vida: Del recurso técnico a la experiencia de investigación*. In: GALINDO CÁRCERES, Jesús (coord.) *Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación*. México: Pearson, 1998. p. 207-276.

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BARBALET, J. M. *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. v. 2 (A era da informação: economia sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1984.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 15.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREUND, Gisèle. *Fotografia e sociedade*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1995.
- GASKELL, George; BAUER, Martin W. (ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções – Europa de 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2002.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa*. Guadalajara: Universidad Nacional de La Plata/Instituto Mexicano para el desarrollo comunitario, 1997.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3.ed. Petrópolis:Vozes, 2004.

ROUANET, S. P. *Mal-Estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia de Letras, 1993.

SHUSTERMAN, Richard. *Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular*. São Paulo: 34, 1998.

SILVA, Denise T. da. *Fotografias que revelam imagens da imigração: pertencimento e gênero como faces identitárias*. Tese de doutorado. PPG Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008.

THOMPSON, John B. *O advento da interação mediada*. In: _____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis :Vozes, 1998.

10.

A Pesquisa no GP Comunicação para a Cidadania em 2010

ALEXANDRE BARBALHO¹

TARCIANA CAMPOS²

No ano de 2010, com o tema “Comunicação, Cultura e Juventude”, o XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom ocorreu na Universidade de Caxias do Sul. Nesse ano, os anais do Intercom registram um total de 41 artigos aprovados no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania.

Para analisar os usos e noções de cidadania utilizados nos referidos textos, resolvemos agrupá-los em sete tipos de ênfases conceituais, alguns mais recorrentes que outros: 1. perspectiva minoritária; 2. perspectiva cultural; 3. perspectiva digital, que possibilita suscitar reflexões sobre os termos

1. Professor dos PPGs em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC.

2. Jornalista e mestre em Comunicação pela UFC.

cibercidadania ou e-cidadania; 4. perspectiva comunicativa; 5. perspectiva da democratização, na qual classificamos os artigos que ressaltam a atuação dos movimentos sociais organizados ou não; 6. a concepção comunitarista, que aborda as aproximações do conceito cidadania com o termo comunidade e 7. perspectiva da florestania.

É importante ressaltar que essa tipologia tem o sentido meramente de indicar algumas linhas de força da reflexão sobre o tema. De modo algum pretendemos reduzir o debate que se faz em cada texto ao tipo que lhe foi aplicado. Essa ressalva se faz importante porque na realidade esses tipos não são excludentes entre si, podendo, muitas vezes, um texto ser encaixado em um e/ou outro tipo. Achemos melhor não exemplificar o que acabamos de afirmar para não sermos injustos com aqueles que não forem citados, mas o/a leitor/a perceberá com facilidade, muitas vezes pelo próprio título do artigo, a pluralidade de encaixes de cada texto.

Vozes minoritárias

Assim, umas das formas que a cidadania se apresenta é como afirmação de vozes minoritárias, como é o caso do texto **“Ideologia, mídia e mulher: o feminismo brasileiro, seus slogans, políticas e estratégias junto aos meios de comunicação de massa”** de Ana Maria da Conceição Veloso e Edgard Rebouças. O artigo busca identificar as principais contribuições do movimento feminista brasileiro para o debate acerca da democratização dos meios de comunicação no país, problematizando o lugar de fala desse sujeito coletivo nas indústrias culturais, apontando estratégias discursivas e analisando a participação das mulheres, de modo organizado, na proposição de políticas públicas voltadas à regulamentação do setor, na I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2009. A pesquisa não se

refere conceitualmente ao termo “cidadania”, mas aborda “ideologia” com Thompson, Althusser e Mészáros. A relação entre esfera pública e privada é desenvolvida a partir de Ávila, Fraser e Hall. Apesar de não trazer uma definição explícita de cidadania, ao discutir o feminismo, coloca-o como “uma força capaz de provocar descentramentos na ordem naturalizada das relações entre homens e mulheres”, descentramentos estes que “se materializam, por meio da tomada da palavra pelas suas militantes, apropriação esta compreendida como uma importante estratégia política e, mais ainda, como parte do processo de enunciação de seus princípios e teses na dança do poder no mundo contemporâneo” (p. 01). Daí a preocupação dos autores em perceber a participação das mulheres, como sujeito coletivo, nos debates acerca da democratização dos meios de comunicação.

Tal perspectiva parece convergir com o texto **“Mídia e relações de gênero nas publicações feministas”** de Lírian Sifuentes, Bruna Rocha Silveira e Janaína Cruz de Oliveira, que também não faz uma discussão conceitual acerca da cidadania, mas se preocupa em “verificar se há um número significativo de trabalhos realizados a partir da intersecção entre relações de gênero e mídia, e quais são as temáticas mais recorrentes” (p. 02). Na análise dos periódicos Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu, identificadas como as mais antigas publicações feministas em circulação no Brasil, os autores defendem que, diante da centralidade da mídia na sociedade brasileira, faz-se necessário “uma urgência no desenvolvimento dos estudos que articulem feminismo e os meios de comunicação de massa” (p. 11). Assim, na pesquisa, as questões de gênero são discutidas com base principalmente em Bourdieu, Charles e Escosteguy. O conceito de identidade também é abordado, com base em Castells e Sifuentes.

A perspectiva minoritária também é a do artigo **“Juventude e Cidadania: Uma análise desde um GP da**

Intercom” de Alexandre Barbalho, ao realizar uma abordagem retrospectiva sobre as relações entre juventude e cidadania a partir dos trabalhos apresentados no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom, desde o seu surgimento em 2001 até 2009. O artigo faz uma análise tanto quantitativa sobre a presença do tema juventude no universo dos artigos apresentados no Grupo de Pesquisa, quanto qualitativa sobre como a juventude é abordada tematicamente e conceitualmente ao longo dos nove encontros anuais do mesmo Grupo. Os autores de referência para a abordagem conceitual de cidadania são Barbalho e Paiva; Barbalho, Fuser e Mendonça; Cogo e Maia, além de Sodré.

A juventude entendida como minoria também é desenvolvida no artigo de Cláudia Regina Lahni, Fernanda Coelho e Raquel Lara Rezende, intitulado **“1a Conferência de Comunicação de Juiz de Fora: reflexões sobre sua organização e participação juvenil”**. A pesquisa apresenta uma reflexão sobre a organização da 1a Conferência Municipal de Comunicação de Juiz de Fora e sobre a participação na Conferência de três jovens do projeto de extensão “Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária”, desenvolvido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

As autoras ressaltam para os movimentos minoritários “o exercício do direito à informação e, principalmente, à comunicação como condição fundamental para o pleno exercício da cidadania” (p. 07). O artigo considera a cidadania como direito, assim como a comunicação, a partir de Barbalho, Ramos e Peruzzo.

Outro artigo que aborda juventude é o de Alessandra Oliveira Araújo. No artigo intitulado **“A rádio escola na mudança da percepção da juventude”**, é realizada uma análise do modo como vinte e nove jovens,

que entraram no trabalho precocemente, constroem seu próprio conceito de juventude através da produção de programas de rádio. A pesquisa desenvolve um paralelo entre a visão da juventude apresentada nos programas e as definições das correntes geracional e de classe, que desenvolvem o conceito de juventude como fase da vida ou conflitos de classes. Essa discussão é guiada por Melucci, Abramo, Pais e Adelmo Genro Filho. A autora ressalta a rádio escola como espaço de participação dos jovens, onde podem falar o que querem, do seu jeito, com suas expressões.

Em **“Identidades Culturais em Perspectiva Comunicacional e Histórica”**, Carmem Rejane Antunes Pereira aborda a cidadania, ao acompanhar os indígenas Kaingang situados na Região Metropolitana de Porto Alegre, “desde um pensar-se como minoria, procurando viabilizar outra imagem sua que não a feita pela maioria”, de modo a “fazer-se ouvir e ver socialmente, como identidades cidadãs”. A investigação busca compreender relações identitárias oriundas das apropriações sobre o índio televisivo operadas pelos interlocutores nos processos de sua visibilidade social. Os autores de referência apresentados na pesquisa que permitem discutir a questão da cidadania são Barbalho e Martín-Barbero. Com relação à questão identitária, o trabalho referenciou-se em Mattelart e Neveu, Nora, Pollack, além de Maldonado.

A questão indígena também é tema do artigo **“O uso dos meios como alternativa de comunicação para a população dos Mbyá-Guarani presente nos Sete Povos das Missões”**, de Denise Teresinha da Silva, Ronaldo Bernardino Colvero e Diego de Lemos Rodrigues, que tematizam como um documentário feito pelos próprios Mbyá-Guarani apresentou a realidade dos indígenas a partir de seu olhar, ao mesmo tempo que questionou “identidades civis arbitrárias que não reconhecem sua cidadania enquanto

Guarani”, cidadania aqui referida “ao vínculo político, à participação efetiva do sujeito na vida social e na vida do Estado, com direitos e deveres constitucionalmente assegurados” (p. 12). O estudo aborda uma investigação do Grupo de Pesquisa FOS da Unipampa sobre as Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul, sua presença na mídia e o uso de dispositivos midiáticos, em especial o vídeo, para retratar o cotidiano dos indígenas a partir da perspectiva dessa população. As diferenças culturais e identidades são abordadas com base em Bhabha e Castells. Também estão presentes no texto questões relacionadas à visibilidade e mídia, desenvolvidas com os referenciais teóricos de Arendt e Silva.

A questão da minoria é desenvolvida por Fernanda Coelho e Cláudia Regina Lahni em **“Educomunicação e Negritude na oficina de jornal impresso do projeto Comunicação para a cidadania: tecnologias, identidade, e ação comunitária** pelo viés específico da educomunicação”. As autoras defendem que “para chegar-se ao pleno exercício da cidadania é preciso alcançar a democratização dos meios de comunicação” (p. 03), pois a mídia massiva impacta na constante formulação identitária – impacto este que é potencializado quando dirigido às minorias, ou mais especificamente, aos jovens negros. Na pesquisa o termo cidadania é discutido expressamente com autores como Peruzzo e Canclini. Também a relação entre cidadania e a construção de identidades é desenvolvida a partir de Canclini e Muranga. Já a relação entre comunicação, educação e cidadania é discutida com base em Bortoliero, Kaplún e Marques de Melo.

Em **“Cotas na perspectiva midiática da memória: quando o presente esquece o futuro”**, Zilda Martins propõe “uma tensão dialógica entre a memória real, o silêncio simbólico da comunicação e as cotas raciais como resistência de dominação e caminho para uma nova cidadania” (p. 01). A pesquisa desenvolve uma análise crítica sobre

como o jornal Folha de São Paulo publiciza o tema cotas raciais, cotas sociais e ações afirmativas no Caderno de Opinião, considerando editoriais, colunas, artigos e cartas de leitores. O conceito cidadania é desenvolvido expressamente na pesquisa, a partir de Carvalho.

Cidadania Cultural e Digital

Uma outra abordagem de cidadania, agora entendida como “cidadania cultural”, é a que se depreende da leitura de **“Memória e ação cultural: em busca de novas representações da velhice pobre”** de Josimara Aparecida Delgado, Bruno Fuser e Marcos Antonio de Oliveira Santos. O esforço dos autores “é criar alternativas com a população, quanto à recriação e transmissão de seus referenciais culturais e ao enfrentamento de suas necessidades materiais – processos que, na realidade concreta, estão imbricados” (p. 02). Assim, buscam as formas como o idoso elabora “sua condição e identidade por meio de seus recursos e referências culturais” (p. 03). O estudo analisa uma experiência coletiva de intervenção e pesquisa com velhos moradores de um bairro popular de Juiz de Fora-MG, baseada na produção cultural comunitária em torno de narrativas e memórias. Os principais referenciais teóricos são Thompson e Mannhein, para abordar a relação entre geração e memória coletiva; Williams e Certeau, que embasam a discussão sobre cotidiano e cultura; e Chauí, que conceitua o termo “cidadania cultural” e discute sobre cultura popular.

Compreendemos que o conceito de “cidadania cultural” está presente implicitamente no debate que Pablo Laignier faz em **“APAFunk: desenvolvendo a cidadania através de um gênero de música popular”**. A análise do artigo centra-se sobre o “papel desempenhado pela APAFunk (Associação

de Profissionais e Amigos do Funk) como processo político/empreendimento coletivo na construção da cidadania” (p. 01) e que “coloca lado a lado diferentes atores sociais mais ou menos ligados à produção cultural contemporânea local” (p. 12). A pesquisa desenvolve uma discussão teórica sobre o desenvolvimento da cidadania através de uma pedagogia do oprimido operada pela APAFunk. Para desenvolver essa discussão, os principais autores de referência são Muniz Sodré, Jean-Jacques Rousseau, István Mészáros e Paulo Freire.

Apesar de não utilizarem estes termos, poderíamos apontar para uma noção de cibercidadania ou e-cidadania em alguns textos que abordam a questão da comunicação digital. É o caso, por exemplo, de **“Desafios da comunicação popular, comunitária e alternativa na cibercultur@: aproximação à proposta de comunidade emergente de conhecimento local”** de Cicilia M. Krohling Peruzzo, que procura compreender “as condições em que a inserção da comunicação popular, alternativa e comunitária no ciberespaço e, além dele, representaria um avanço qualitativo do status da cidadania” (p. 13). Portanto, o estudo se concentra em compreender a concepção de cibercultura para entender a sua relação com os movimentos comunitários na redefinição de práticas comunicativas. Para tal, o artigo considera o ciberespaço como um novo espaço para a comunicação comunitária e alternativa, além de se referir a questões como inclusão e exclusão digital, fundamentando essa discussão com autores de referência como González, Paulo Cunha, Maass, Castells, Finkelievich, Lemos, León, Burch, Tamayo e Moraes.

No texto **“A mobilização social na rede: o ciberativismo do Greenpeace como produtor social na internet”**, Rafaela Caetano Pinto e Maria Ivete Trevisan Fossa, ao analisarem a atuação do Greenpeace, defendem que “a migração para a internet caracteriza o

ciberativismo, em que os conceitos de cidadania e democracia migram também para esse espaço fluído com a intenção de promover a mobilização social” (p. 02). O tema é discutido a partir dos autores Moraes, Primo, Toro e Werneck, além de Henriques. A relação entre comunicação e mobilização social é discutida a partir de Peruzzo. O debate teórico sobre os usos da Internet por parte dos movimentos sociais é desenvolvido no artigo com Moraes, Lemos, Downing e Castells. A relação entre internet e democracia é desenvolvida a partir de Lévy.

Por sua vez, Fred Izumi Utsunomita e Mariza de Fátima Reis, em **“Linguagem e esfera pública na sociedade em rede: sociedade civil, tecnologia, linguagem e política”**, apesar de não fazerem uma discussão sobre a noção de cidadania, entendem que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), em especial as mídias digitais, “podem ser usadas na busca de apropriação de voz na Esfera Pública, objetivando o desenvolvimento de uma sociedade democrática e solidária” (p. 01). Os termos conceituados no texto são “sociedade civil”, a partir da perspectiva analítica de Bobbio, Vieira e Tessmann e “esfera pública”, com a referência teórica de Habermas.

Já Juciano de Sousa Lacerda, no texto **“Conversações digitais em telecentros comunitários: Faróis do Saber e Paranavegar”**, preocupa-se com “as significações produzidas pelos internautas, na vivência cotidiana das condições materiais e simbólicas da ambiência dos telecentros” (p. 01). O recorte empírico da pesquisa são as experiências de inclusão digital da Prefeitura Municipal de Curitiba (Faróis do Saber) e do governo do Paraná (Paranavegar). As discussões teóricas relacionadas à cidadania desenvolvidas pela pesquisa envolvem a análise crítica do conceito inclusão digital, com Assumpção, Oliva, Robinson, Silveira, Spyer e Warschauer; a relação entre estilos de navegação e

política é apresentada por Gitlin; os novos questionamentos sobre o que é comunitário no contexto virtual com a discussão do conceito “apoio comunitário virtual” são feitos a partir de Loader. Além disso, as estratégias dos sujeitos na vida cotidiana são abordadas na pesquisa com Certeau.

Em **“Pontos de Mídias Livres: comunicação e intervenção social na cultura digital”**, Ramon Bezerra, ao discutir sobre as mídias livres, aponta “o ambiente da cultura digital como fator decisivo para as mudanças nas formas de intervenção social” (p. 01). O artigo discute as características da intervenção social na contemporaneidade a partir do Prêmio Pontos de Mídias Livres e da análise do ambiente da cultura digital, no qual a iniciativa está inserida. Para isso, a pesquisa conceitua os termos mídia alternativa, a partir de Rovai e Downing; movimentos sociais, com Gohn; cultura digital, junto a Santaella, Lemos, Dowbor e Silveira.

Também desenvolvendo análises sobre a cultura digital, Leon Rabelo aborda o tema do movimento pró-democracia na internet, a partir da análise empírica dos blogs cubanos, em **“A blogosfera cubana: expectativas e obstáculos no caminho da democratização”**. O trabalho “realiza uma leitura do contexto social e político desse movimento, trata de seus obstáculos e vincula seu potencial mobilizatório à sociedade civil cubana como um todo” (p. 01). O artigo não traz expresso o termo cidadania nem discute o conceito diretamente baseado em bibliografia de referência, porém discute questões relacionadas ao termo de acordo com autores como Rivera, que fala do controle político em Cuba; Hoffmann, que trata de política na internet, a partir do contexto cubano como estudo de caso; Drake, Kalathil e Boas, que discutem sobre ditaduras na Era Digital. Além disso, a partir da perspectiva etnológica de Kummels, a pesquisa trata da relação entre crise econômica, mobilização social, cultura popular e de resistência.

Cidadania comunicativa

Outra concepção muito presente de cidadania é o de “cidadania comunicativa”, referenciada, em grande parte, na obra de Cristina Mata. É o caso do artigo **“Cidadania comunicativa: vozes cidadãs negras na emissora comunitária”** de Cristóvão Domingos de Almeida, que assume essa perspectiva para “verificar a sua aplicabilidade na experiência radiofônica desenvolvida pelos remanescentes de quilombo, localizados no município de Poconé, Mato Grosso” (p. 01). Assim, cidadania comunicativa é definida como a “estratégia de ação coletiva, sem constrangimento, no espaço público”. No texto, o termo “cidadania comunicativa” é discutido a partir de Mata. Com Dagnino, o mesmo termo é desenvolvido como estratégia política dos movimentos sociais. O artigo empreende ainda uma revisão bibliográfica sobre o conceito de cidadania em si, com os autores Marshall, Vieira e Martins. A comunicação alternativa como espaço para o exercício da cidadania comunicativa é desenvolvida na pesquisa com o embasamento teórico de Peruzzo.

No mesmo sentido, inclusive ao abordar a questão racial, encontra-se o texto **“Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros”** de Denise Cogo e Sátira Machado. As autoras observam nas redes de negritude a prática de uma cidadania comunicativa voltada “à geração e distribuição de conteúdos com o objetivo de pluralizar as representações do negro no universo das mídias (vinculadas ou não ao movimento) e construir, pautar e difundir o debate sobre a cidadania dos afrodescendentes” (p. 02). Portanto, os usos que o movimento negro faz das tecnologias da comunicação nos processos de construção e visibilidade públicas da cidadania de afrodescendentes são a temática da pesquisa. O artigo discute conceitualmente a questão da cidadania comunicativa, a partir de Mata, Martín-Barbero e Cogo.

Discute a noção de redes sociais com Castells, Cogo e Brignol, além de tratar da relação entre movimentos sociais e redes, a partir de Scherer Warren. A pesquisa se detém às relações entre mídia e negritude com Silva e Rosemberg.

Neli Fabiane Mombelli, Marcos Severino Borba e Rosana Cabral Zucolo, em **“TV OVO - da prática da comunicação comunitária à constituição da cidadania. Um estudo de caso”**, por sua vez, defendem a noção de cidadania comunicativa, “enquanto esforço teórico de vinculação entre as noções de comunicação e cidadania” (p. 03). Mais uma vez a conceituação se baseia na perspectiva teórica de Mata.

Apesar de sua preocupação em fazer um debate metodológico, ou melhor, transmetodológico, o artigo de Efendy Maldonado, **“Operações transmetodológicas, produção de conhecimento e cidadania comunicacional”**, também comunga com a noção de cidadania comunicacional, que, na realidade, o autor denomina de “cidadania investigativa comunicativa”, que tem como um de seus alicerces a cultura investigativa democrática, na qual confluem “saberes especializados e milenares, talentos intuitivos do mundo da vida contemporâneo e filosofias da mudança” (p. 12). A pesquisa baseia essa análise teórica em Sartre, Mills, Santos, Zizek, Martín Barbero e Mattelart.

No mesmo conjunto, podemos incluir o trabalho de Jane Márcia Mazzarino, **“O campo jornalístico, a formação da opinião pública e a emergência do capital comunicacional socioambiental”**. A autora, preocupada em “refletir sobre o papel do campo midiático na formação da opinião pública sobre os temas socioambientais” (p. 04), aponta esse campo como imprescindível na construção da cidadania. O artigo questiona como a mídia tem exercido seu papel emergente de educador socioambiental e de que modo este novo fazer midiático pode apontar para uma mídia cidadã, responsável ambientalmente e socialmente, que atua em direção

a uma comunicação pública. O texto cita expressamente o conceito cidadania, discutindo-o teoricamente com base em León, Silva, Matos e Paiva.

Também próximo à noção de “cidadania comunicativa” é o artigo de Otavio José Klein, **“Públicos ou audiências – uma análise da participação e das propostas da Conferência da Comunicação no Brasil”**. Para o autor, “a sociedade é vítima de um modelo de comunicação que privilegia os negócios em detrimento da participação”, o que resulta na perda do aprendizado por parte da população de como “utilizar os instrumentos de comunicação na perspectiva da cidadania, utilizando-os somente para o entretenimento e o consumo, vias de enriquecimento dos empresários do setor” (p. 08). Diante dessa análise crítica, importa para o artigo distinguir os conceitos “públicos” e “audiências”, de acordo com Dayan. A pesquisa toma como cenário a 1ª Conferência de Comunicação no Brasil (Confecom) para discutir a diferença entre os conceitos citados, além de desenvolver reflexões sobre participação no campo da comunicação. Essa ideia de participação é abordada a partir do termo “protagonismo”, com base em Gohn e Fernández. A pesquisa também se refere à democratização da comunicação, a partir de Mattelart, Guareschi e Biz.

Cidadania e democratização

Entre as pesquisas que desenvolvem uma ênfase conceitual de cidadania sob a perspectiva da democratização, ressaltando a atuação dos movimentos sociais organizados ou não, está o artigo de Catarina Tereza Farias de Oliveira e de Márcia Vidal Nunes, **“A construção da autoimagem do MST em sua mídia e suas relações estratégicas de inserção social global”**. O texto coloca a luta pela

democratização da comunicação como uma das bandeiras centrais do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), uma vez que a mídia tradicional é um dos principais obstáculos do Movimento. Portanto, a pesquisa identifica como a mídia produzida pelo MST, particularmente, produz a autoimagem qualificada de seus sujeitos, lutas e cenários sociais, como estratégia para a inserção social global do movimento, em contraposição à imagem de desqualificação e de criminalização apresentada pela mídia convencional predominantemente. O conjunto de conceitos teóricos desenvolvidos ao longo do artigo é composto pela análise de Gohn sobre os movimentos sociais; reflexões sobre o campo midiático e suas relações com os movimentos a partir de Ferreira e Vizer; discussões acerca do termo imagens políticas com a referência teórica de Carvalho. Sobre o conceito imagem, uma das questões centrais do artigo, as autoras compartilham a análise teórica de Gomes e Matos.

Também preocupado com a comunicação dos movimentos sociais, temos o artigo **“Comunicação sindical e as relações públicas populares”**, de Maurília Gomes e Luiza Luíndia. As condições que envolvem a produção da comunicação entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (Sinteam) e seus diferentes segmentos de público são discutidas na pesquisa. O artigo apresenta ainda uma comparação dos resultados de duas pesquisas aplicadas junto à direção do Sinteam. Os conceitos desenvolvidos no artigo são movimentos sociais, junto a Gohn, Peruzzo, Mattia e Lazzarotto. A pesquisa aborda também os conceitos relações públicas e movimentos sociais, a partir de Peruzzo, Kunsch e César.

Apesar de não trazer a palavra “cidadania” em seu artigo **“Estudo da dicotomia entre agricultura familiar e o agronegócio: uma análise do Jornal Agrosserrano”**, compreendemos que Marcela Guimarães e Fabiane da Silva

Veríssimo compõem com esse bloco ao analisarem “conteúdos veiculados na mídia ao abordar o desenvolvimento da agricultura familiar em Cruz Alta, que historicamente teve sua estrutura social, política e econômica marcada pelos grandes latifúndios” (p. 01).

No texto **“Accountability midiático: um levantamento das demandas de cidadania nas cartas de leitores”**, Ana Luiza Coiro Moraes, Angela Lovato Dellazzana, Maicon Elias Kroth e Bruno de Melo Sabadi analisam o papel do receptor quando cobra “responsividade do governo e da mídia, e se insere no palco da esfera pública gerando um processo de midiaticização de suas demandas de cidadania, através das cartas de leitores dos jornais” (p. 06). A partir de Canclini, a pesquisa destaca que os cidadãos veem alteradas suas possibilidades de exercício da cidadania pelas mudanças na maneira de consumir.

Concluindo esse bloco, temos o texto **“Comunicação e Cidadania: diálogo necessário”** de Alessandra Possenbon e Silas Nogueira que faz uma ampla revisão do conceito de cidadania, apontando que a “propriedade e gestão dos meios de comunicação pelos grupos transnacionais influenciam nas leituras de mundo e consequentemente nas práticas políticas das sociedades”, ao mesmo tempo que “existem formas de comunicação alternativa concebidas principalmente junto a movimentos sociais que percebem a comunicação como uma ferramenta emancipatória” (p. 01). A pesquisa desenvolve uma reflexão sobre a trajetória do jornalismo, relacionando com reinterpretções conceituais do que é cidadania, democracia e política. Para discutir o conceito de cidadania, a pesquisa retoma a Marshall, Carvalho, Bobbio, Dagnino e Downing. Sobre a relação entre direito à informação, comunicação e cidadania, a pesquisa recorre a Gentili, Peruzzo e Soares. A comunicação alternativa é discutida a partir de Kucinsky, Wolton e Downing.

Cidadania e comunidade

Há também uma aproximação recorrente entre o conceito de cidadania e o de comunidade. O artigo **“Projeto Genesis: educação e comunicação comunitária”**, de Raquel Paiva e Muniz Sodré, faz um debate conceitual sobre a estrutura comunitária na contemporaneidade. O amplo referencial teórico que baseia a análise é composto por Buber, Paiva, Plessner, Esposito, Agamben, Apel, Blanchot, Mafesolli, Martindale, Nancy, Tönnies e Bauman.

A aproximação entre cidadania e comunidade está claramente exposta, por exemplo, no artigo de Marcello M. Gabbay, **“Terra de Caboclo: carimbó, comunicação, cidadania e formação crítica prática”**. Para o autor, a cidadania é um “processo que nasce da consciência crítica e da vinculação social”, daí que, para “avaliar o potencial articulador dos elos de cidadania no carimbó”, faz-se necessário entender “seu potencial vinculativo e integrador, bem como o valor formativo crítico” (p. 03). Essa perspectiva baseia-se teoricamente em Gabbay e Paiva.

Outro exemplo dessa relação entre cidadania e comunidade, também mediada por expressões da cultura tradicional, é o texto **“Jovens, cultura popular e mídia: ressignificações na dança Siriri em Cuiabá, MT”** de Giordanna Santos. A autora, que não aborda diretamente a cidadania, preocupa-se sobre como a dança Siriri, da região de Cuiabá e de municípios próximos, é ressignificada em tempos midiáticos e “influencia sobremaneira na produção de comunidades consideradas como tradicionais, principalmente nos jovens” (p. 02). A pesquisa aborda a relação entre mídia e cultura popular com Canclini, Ayala & Ayala, Bosi e Burke.

É o caso também de **“(In)visibilidades comunicativas na cidade de Salvador-BA: uma experiência de participação no Subúrbio Ferroviário”** de Giovandro

Marcus Ferreira e Daniella Rocha Magalhães, ao analisarem “uma experiência de implementação de política pública de comunicação em comunidades populares de Salvador, evidenciando os processos de mobilização e participação naquele contexto ocorridos” (p. 01). A pesquisa centra-se na discussão sobre o conceito de comunidade, tomando como referência teórica Henriques, Peruzzo, Moreira e Teixeira.

Em **“Rompendo invisibilidades: memória e cidadania”**, Maria Alice Bragança, Donaldo Hadlich, Margarete Fagundes Nunes, Norberto Kuhn Júnior e Jéssica Klein pensam a cidadania, a partir do jornal Comunidade, na sua contribuição “para o registro da memória da população negra de Novo Hamburgo e com a ruptura do discurso da invisibilidade da presença desses sujeitos na história da cidade, no Vale do Rio dos Sinos e do Rio Grande do Sul” (p. 01). O texto aborda expressamente o termo “cidadania”, referindo-se a uma renovação do conceito, com base em Festa, Carranca e Motta.

Em **“Com o suor do teu rosto’: a construção da cidadania pelos moradores do Jaraguá”**, Vanda Cunha Albieri Nery entende a comunicação “para além de conteúdos veiculados pela mídia, mas a partir da competência comunicativa da comunidade e de sua cultura” (p. 01). A relação entre comunidade e cidadania é desenvolvida no artigo, inicialmente, a partir de uma revisão bibliográfica sobre este último termo, a partir de Dallari, Peruzzo, Bobbio, Marshall e Alejandro.

Já Orlando Maurício de Carvalho Berti, em **“A comunicação comunitária como elemento crucial na amenização de tragédias”**, “ênfatisa as faces da comunicação comunitária como instrumento de amenização de situações caóticas e tragédias naturais” (p. 01). O autor conceitua o termo prática cidadã de acordo com a perspectiva teórica de Peruzzo. Além disso, uma revisão bibliográfica sobre o conceito “comunidade” é desenvolvida a partir dos autores Tönnies, Buber,

Balman, Armand e Michèle Mattelart, Raquel Paiva, Marcos Palácios, Kenneth Schmitz e Roger Silverstone.

Emily Seco Bianquini, Mariana Fabre, Aurélio Martins Favarin, Daniel de Oliveira Figueiredo, Paulo Vitor Targa Lima, Fernanda Modesto Pereira e Maria Amélia M. Pirolo, em **“A complementaridade dos métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa: estudo de caso da Igreja Particular de Londrina”**, sistematizam a experiência de um grupo de pesquisa em seu envolvimento com a elaboração de um projeto de pesquisa de opinião pública da Igreja Particular de Londrina, com a utilização de métodos qualitativos e quantitativos. A sistematização toma como base os conceitos relações públicas comunitárias, comunicação religiosa e cidadania. Para tratar dessas temáticas os autores recorrem a Peruzzo.

O texto de Mohammed ElHajji, **“Mapas subjetivos de um mundo em movimento”**, preocupa-se com a “mídia comunitária dos grupos étnicos e culturais inseridos em tecidos sociais pluriculturais” e suas novas configurações identitárias (p. 01). Trata-se de um artigo que discute o fenômeno migratório. Cada uma dessas temáticas tem relação com a cidadania, de modo que a discussão conceitual sobre migrações é desenvolvida com base em Anderson, Appadurai, Bhabha, Canevacci, além de ser relacionada com algumas questões propostas por Maturana. A conceituação de comunidade e de mídia comunitária, relacionada a grupos étnicos, é trabalhada a partir de Bauman e Sodré. A discussão teórica sobre questões identitárias   apresentada no artigo com Brandão.

O texto de Patrícia Saldanha, **“ComTato: percorrendo juntos Outras Ondas da Comunicação”**, também se articula com a questão da comunidade ao propor a comunicação comunitária como contra-hegemônica. Um evento realizado em Niterói, no Rio de Janeiro, para discutir a comunicação comunitária é o tema do artigo. A conceituação de cidadania

apresenta-se no texto baseada em Peruzzo. Além disso, os conceitos referentes a comunidade e comunicação comunitária são desenvolvidos a partir de Paiva, Sodré e Tönnies.

Em **“A micropolítica da religiosidade popular”**, Edilberto Reis traz uma discussão sobre como uma comunidade no interior do Ceará articula suas demandas sociais e políticas por meio da atualização do culto a uma santa popular. O artigo desenvolve uma breve reconstituição histórica da emergência do catolicismo popular e demonstra como a religião, na forma como é concretamente vivida pela população, se constitui num importante espaço de invenção, de reelaboração das prescrições hegemônicas pelos setores subalternos. Para tanto, o artigo desenvolve o conceito de poder, a partir de John B. Thompson e de Certeau.

Por fim, como uma espécie de respaldo dessa concepção comunitarista de cidadania, podemos situar o texto **“Comunicação comunitária: uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social”**, de Rozinaldo Antonio Miani. O autor analisa a experiência de oferta da disciplina de comunicação comunitária nos cursos de Jornalismo e de Relações Públicas da Universidade Estadual de Londrina e seu compromisso “com a formação sociopolítica do estudante” ao “proporcionar uma qualificação na compreensão da dialética da sociedade” (p. 06). A pesquisa traz como principais discussões teóricas relacionadas à cidadania as relações entre comunicação e educação, a partir de Freire; e à comunicação popular e comunitária, com referências a Mateus.

Cidadania da floresta

Para finalizar os tipos de cidadania, temos a contribuição de Francisco de Moura Pinheiro ao trazer para o debate do GP um novo conceito que está sendo gestado na

região Norte do país, mais especificamente no Acre: o de “florestania”. No artigo **“Florestania - A cidadania da Floresta Vista a partir dos conceitos de biopolítica, significantes vazios e ecologia dos saberes”**, o autor aponta o esforço e os contratempos em torno da junção entre “floresta” e “cidadania” da qual resulta o neologismo “florestania” como suporte de um modelo de exploração sustentável dos recursos florestais, “baseado no equilíbrio das relações entre homens e ambiente” (p. 05). O artigo objetiva analisar o papel da mídia acreana no processo de criação do neologismo, por parte do Partido dos Trabalhadores (PT), quando assumiu o governo do estado do Acre, em 1999. Para a análise do termo “florestania”, a pesquisa aborda o conceito de cidadania a partir de Pinheiro e Demo.

Referências

FERREIRA, Giovandro Marcus. **(In)Visibilidades Comunicativas na cidade de Salvador-BA: Uma experiência de participação no subúrbio ferroviário** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

LAHNI, Cláudia Regina; SILVA, Fernanda Coelho da; REZENDE, Raquel Lara. **1ª Conferência de Comunicação de Juiz de Fora: Reflexões sobre sua organização e participação juvenil**. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

RABELO, Leon Eugênio Monteiro. **A blogosfera cubana: expectativas e obstáculos no caminho da democratização**. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências

da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

PIROLO, Maria Amélia Miranda. **A complementariedade dos métodos qualitativos e quantitativos da pesquisa: Estudo de caso da Igreja Particular de Londrina.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **A comunicação comunitária como elemento crucial na amenização de tragédias – O caso das cheias de 2010 no estado de Alagoas e o trabalho comunicacional comunitário na cidade de Quebrangulo.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de; NUNES, Márcia Vidal. **A construção da autoimagem do MST em sua mídia e suas relações estratégicas de inserções social global.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

MENDES, Edilberto da Silva. **A micropolítica da religiosidade popular: A construção de uma santa negra em Arneiroz, Ceará, como ação contra-hegemônica.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

PINTO, Rafaela Caetano; FOSSÁ, Maria Ivete Trivisan. **A mobilização social na rede: O ciberativismo do Greenpeace como produtor social na internet.** In: XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira. **A rádio escola na mudança da percepção da juventude.** In: XXXIII

Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

DELLAZZANA, Angela Lovato; KROTH, Maicon Elias. **Accountability midiático: um levantamento das demandas de cidadania nas cartas de leitores.** In: XX-XIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

SOUZA, Pablo Cezar Laignier. **APAFUNK: Desenvolvendo a cidadania através de um gênero de música popular.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

ALMEIDA, Cristovão Domingos de. **Cidadania comunicativa: vozes cidadãs negras na emissora comunitária.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves. **COMTATO: Percorrendo juntos outras ondas da comunicação – Evento de comunicação comunitária realizado pela parceria UFF e UFG.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

MIANI, Rozinaldo Antônio. **Comunicação comunitária: Uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

POSSEBON, Alessandra Francheschini; NOGUEIRA, Silas. **Comunicação e cidadania: Diálogo necessário.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

GOMES, Maurília de Souza; AZEVEDO, Luiza Elayne. **Comunicação sindical e as relações públicas populares: Um estudo comparativo da comunicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas de 2008 a 2010.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

LACERDA, Juciano de Sousa. **Conversações digitais em telecentros comunitários: Faróis do Saber e Paranavegar.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

BARBOSA, Zilda Martins. **Cotas na perspectiva midiática da memória: Quando o presente esquece o futuro.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Desafios da comunicação popular, comunitária e alternativa na cibercultur@: Aproximação à proposta de comunidade emergente de conhecimento local.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

SILVA, Fernanda Coelho da; LAHNI, Cláudia Regina. **Educomunicação e negritude na oficina de jornal impresso do projeto Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, identidade e ação comunitária.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

SILVA, Marcela Guimarães e; VERISSIMO, Fabiana da Silva. **Estudo da dicotomia entre agricultura familiar e o agronegócio: Uma análise do jornal Agrosserrano.** In:

XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

PINHEIRO, Francisco de Moura. **Florestania – A cidadania da floresta vista a partir dos conceitos de biopolítica, significantes vazios e ecologia dos saberes.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

PEREIRA, Carmem Rejane Antunes. **Identidades culturais em perspectiva comunicacional e histórica.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. **Ideologia, mídia e mulher: o feminismo brasileiro, seus slogans, políticas e estratégias junto aos meios de comunicação.** In: XX-XIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

SANTOS, Giordanna Laura da Silva. **Jovens, ‘cultura popular’ e mídia: Ressignificações na dança Siriri, em Cuiabá-MT.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

BARBALHO, Alexandre Almeida. **Juventude e cidadania: Uma análise desde um GP da Intercom.** In: XX-XIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

UTSUNOMIYA, Fred Izumi; REIS, Mariza de Fátima. **Linguagem e esfera pública na sociedade em rede: Sociedade civil, tecnologia, linguagem e política.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

ELHAJJI, Mohammed. **Mapas subjetivos de um mundo em movimento: Migrações, mídia étnica e identidades transnacionais.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

FUSER, Bruno. Memória e ação cultural: **Em busca de novas representações da velhice pobre.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

SILVEIRA, Bruno Rocha; SIFUENTES, Lirian; OLIVEIRA, Janaina Cruz de. **Mídia e relações de gênero nas publicações feministas.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

MAZZARINO, Jane Marcia. **O campo jornalístico, a formação da opinião pública e a emergência do capital comunicacional socioambiental.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

SILVA, Denise Teresinha da; COLVERO, Ronaldo Bernardino; RODRIGUES, Diego de Lemos. **O uso dos meios como alternativa de comunicação para a população dos Mbyá-Guarani presente nos Sete Povos das Missões.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

COSTA, Ramom Bezerra. Pontos de mídias livres: **Comunicação e intervenção social na cultura digital.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. **Projeto Genesis: Educação e comunicação comunitária.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

KLEIN, Otávio José. **Públicos ou audiências - Uma análise da participação e das propostas da Conferência da Comunicação no Brasil.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

COGO, Denise Maria; MACHADO. Sátira. **Redes de negritude: Usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

BRAGANÇA, Maria Alice; KLEIN, Jéssica. **Rompendo invisibilidades: Memória e cidadania.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

GABBAY, Marcelo Monteiro. **Terra de caboclo: Carimbó, comunicação, cidadania e formação crítica prática.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

ZUCOLO, Rosana Cabral; MOMBELLI, Neli Fabiane. **TV Ovo – Da prática da comunicação comunitária à constituição da cidadania. Um estudo de caso.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

NERY, Vanda Cunha Albiere. **“Com o suor do teu rosto”:** **A construção da cidadania pelos moradores do Jaraguá.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

MALDONADO, Alberto Efendy. **“Operações transmetodológicas, produção de conhecimento e cidadania comunicacional”**. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GP Comunicação para a Cidadania, Caxias do Sul, 2010.

11.

Cidadania, representação e participação em 2011

MARIA LUIZA MARTINS DE MENDONÇA¹
JOSEANE ALVES RIBEIRO²

*Elle chante la terre rouge la sèche la stérile
Elle chante les hommes proscrits les sans terre dans les villes
Les jeunes filles en noir et tous les enfants dans les rues
Les longues années sans pluie et ceux qu'on n'a jamais revus*

*... Mais d'où lui vient cette infinie douceur
Cette sensualité mélangée de pudeur
Ses belles mains quand elles se posent
Sur une épaule ou sur mon bras
Tout se métamorphose
On oublie la mort on s'en va*

Bernard Lavilliers e Cesária Évora

-
1. Dra. em comunicação e professora no PPGCom da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. mluisamendonca@gmail.com
 2. Mestranda em comunicação no PPGCom da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. joseaneribeiro@aol.com

Não é tarefa simples identificar de que maneira o conceito de cidadania aparece nos trabalhos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania da Intercom em 2011. Em primeiro lugar porque a diversidade dos temas apresentados nos leva inicialmente a pressupor uma variedade imensa de abordagens e uma suposta diluição do conceito ao ser empregado em temáticas **tão** diversificadas no campo comunicacional. Entretanto, essa primeira impressão revelou-se enganosa depois de uma leitura mais cuidadosa dos textos apresentados, revelando que podemos supor sim, um certo refinamento do conceito no sentido de dar conta de fenômenos sociais mais amplos assim com a extensão dos direitos a cidadania a novas práticas sociais (e a outras nem tão novas, mas que começam a se associar aos direitos cidadãos).

Percurso

O primeiro passo adotado para a realização da pesquisa nos textos foi a elaboração de um método de pesquisa que permitisse dar alguma ordem, isto é, ver sentidos comuns em trabalhos tão diversificados.

Assim, e tendo em mente a ideia de conferir algum ou alguns sentidos prioritários à aparente dispersão que a diversidade dos temas abordados e dos próprios objetos de pesquisa, optamos por identificar em primeiro lugar os principais temas, as categorias a que se vincularam e os conceitos de cidadania utilizados sempre a partir das relações que estabelecem com variadas manifestações sociais.

Para estabelecer os temas, fizemos uso de elementos da semiologia e da Análise do Discurso o que permitiu, entre outras relações, conhecer as posições de sujeito dos autores/enunciadores. Temas aqui foram concebidos como elementos que, a partir de relações que estabelecem com

os fenômenos concretos, constroem significados relevantes. Nessa maneira de compreender um tema não se confunde com um assunto ou objeto, eles são, antes, revelados a partir das relações que estabelecem com certas ideias e/ou teorias e em sua forma de abordagem. Assim, assuntos diversos podem abrigar um mesmo tema. Por exemplo, o tema comunicação comunitária pode ter como referentes várias e distintas abordagens empíricas.

Mas, ao se tratar da construção do conhecimento e dos significados dos fenômenos analisados pode-se afirmar que “Os significados, por sua vez, são construídos por meio de relações estabelecidas entre os objetos, as noções, os conceitos. Um significado é como um feixe de relações. O significado de algo é construído falando-se sobre o tema, estabelecendo conexões pertinentes, às vezes insuspeitadas, entre diversos temas. Os feixes de relações, por sua vez, articulam-se em uma grande teia de significações e o conhecimento é uma teia desse tipo.”³

Entendemos que para compreender e dar sentido a essa teia de significações são necessárias categorias de análise que permitam reconhecer sua importância no ordenamento das informações que a realidade oferece. Essas categorias são construídas a partir de teorias e explicações já existentes que funcionam como bússolas para o processo de observação e tornam possível explicar certos aspectos da realidade. Vale ressaltar que mesmo tendo como fundamento as relações já conhecidas entre as teorias e os fenômenos estudados, no caso aqui aqueles relacionados à comunicação e cidadania, as categorias encontradas não foram construídas *a priori*, mas surgiram do próprio exame

3. Machado, N. José. A Universidade e a organização do conhecimento: a rede, o tácito, a dádiva. Revista Estudos Avançados, vol.15 no.42, May/Aug. 2001. São Paulo :USP <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200018>>. Acesso em 28/06/2012.

dos textos. Retomando o exemplo anterior do tema comunicação comunitária, este pode ser observado a partir da categoria participação (ou mesmo de outra(s)).

Conseqüentemente, a análise dos textos apresentados e a identificação dos fenômenos pesquisados, mesmo considerando suas diferentes abordagens teórico-metodológicas – permitiu a identificação de temas recorrentes que se remetem, de alguma maneira, a distintos aspectos (ou mesmo concepções) do conceito de cidadania em geral (e também de conceitos correlatos, como hegemonia, por exemplo) e, em particular, no que diz respeito à sua relação com processos comunicacionais. Assim, em trabalhos cujos temas versam sobre juventude, memória, comunicação alternativa, quilombolas, comunicação no âmbito das práticas religiosas, dos sindicatos, cidadania e portadores de necessidades especiais, relações de gênero, entre outros, foi possível identificar categorias mais amplas de análise tais como participação, protagonismo social, comunicação comunitária/local, horizontalidades, representações sociais e outras que tentaremos explicitar um pouco mais nas próximas páginas.

Com isso queremos dizer que o conceito formal de cidadania, como aparece em alguns textos, foi aprimorado e estendido a outras esferas da experiência humana.

A identificação dos principais autores foi o passo seguinte.

Cidadania, um conceito histórico

São perceptíveis as ampliações do conceito de cidadania. Se em momentos históricos anteriores se poderia concebê-lo, sobretudo como a vigência plena das três dimensões de direitos: civis (relacionados às liberdades individuais), políticos (participação na vida política por meio de sua presença direta ou indireta no poder público) e sociais (participação

no patrimônio coletivo de uma sociedade), esses direitos se estenderam a outras esferas da atividade humana, entre elas a da comunicação. Em um dos textos⁴ analisados e que de certa forma conduziu o eixo desse artigo está mostrada de forma clara a historicidade do conceito de cidadania.

Consideramos o referido texto como eixo para esse nosso trabalho à medida em que as relações que propõe entre cidadania e processos comunicativos estão presentes nos demais trabalhos mesmo que em temáticas diferentes e de forma não tão explícita.

Os autores apontam as diferentes gerações de direitos, por meio da passagem dos direitos individuais aos coletivos (mulheres, crianças, idosos, povos e etnias) e enfatizam o surgimento de uma nova geração de direitos, os chamados direitos de quinta geração relacionados ao “acesso e o empoderamento popular da comunicação como um direito humano”. Esses direitos comunicacionais, além de ampliar o conceito de cidadania, abrem espaço para a inclusão dos “direitos do universo da cultura” na pauta de discussões e de lutas para a inclusão social efetiva tanto na esfera material quanto na simbólica, apontando que a igualdade e a diferença não podem ser reduzidas ao universo econômico ou material. Isso significa também a ampliação das demandas por uma maior horizontalidade na comunicação, ao protagonismo dos indivíduos e o acesso à produção de conteúdos próprios que possibilitem o rompimento com as hierarquias e formas cristalizadas e estereotipadas de representação.

A associação entre o conceito de cidadania e os processos comunicacionais implica o exercício de um tipo de comunicação que, seja ela chamada de popular, alternativa

4. Peruzzo, Cicília, M.K, Sayeg, João H. e Yamashita, L. COMUNI: A pesquisa numa CEI. XXXV Congresso Intercom, Recife, 2011.

ou comunitária (ainda que esse termo seja com frequência usado de formas inadequada) pressupõe a apropriação do poder de enunciação e a pluralidade de vozes, independentemente do suporte midiático.⁵

É perceptível, nos trabalhos analisados, a tentativa de identificação de espaços privilegiados de construção de sujeitos sociais ativos, em que se possa exercitar, de forma autônoma, as potencialidades humanas em sua diversidade e em que se possa reconhecer o Outro e por ele ser reconhecido como humano, com tudo aquilo que o termo acarreta: capacidade de exteriorizar suas paixões, seus sentimentos, de desembrutecer os sentidos por meio de uma experiência coletiva, sensorial e comunicacional mais rica. A identificação desses espaços pode ser registrada em diferentes lugares sociais, mas as “margens” parecem ter assumido um lugar “central”, se é que ainda podemos fazer usos desses termos. É de lá que emergem grupos que portam novas bandeiras, novas falas e onde vivem muitos dos que não possuem acesso à palavra, pois a construção de subjetividades, tal como acontece nas sociedades capitalistas contemporâneas, considerando o papel que a mídia representa nesse processo, não contribui para a emancipação dos sujeitos. Este se constitui em esferas outras, lá onde pode exercitar sua autonomia e seu direito à fala.

Representação, protagonismo, subjetividade

De volta à presença de certas categorias recorrentes nos trabalhos e mesmo considerando a diferença

5. Uma análise mais aprofundada dessas categorias pode ser encontrada em Peruzzo, Cicilia M. K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. XXXI Congresso Intercom, UFRN, Natal, RN, 2008.

de abordagens relacionadas tanto aos objetos empíricos quanto às reflexões sobre diferentes eles, pareceu evidenciar-se que algumas categorias fazem a mediação entre essa concepção de cidadania e os diversos temas encontrados, dos quais indicaremos algumas das mais emblemáticas. É importante ressaltar que essas categorias não são estanques e permitem muitas justaposições, dado o seu caráter híbrido. Assim, sem perder de vista essa característica, propomos algumas distinções com um caráter meramente didático destinado a ordenar, de alguma forma, as diferentes abordagens empíricas e teórico-metodológicas encontrados nos textos.

Protagonismo: ou desejo e/ou ação de falar por si mesmo, de atuar como sujeito ativo nos processos de comunicação. Esse desejo de protagonismo só pode ser realizado à medida em que hierarquias sejam rompidas e a participação efetiva nos processos de elaboração, circulação e consumo de comunicação seja mais equitativa especialmente em termos de possibilitar maior visibilidade sobre aspectos da comunidade ou grupo que são ignorados ou retratados de forma negativa pelos meios hegemônicos de comunicação. Não importa se em comunidades, em escolas ou grupos menores de indivíduos ou ainda por meio do acesso às novas TICs. É por meio dessa participação que os sujeitos sociais podem se afirmar como tais.

Podemos identificar também o **direito à autorrepresentação**, à construção e veiculação da autoimagem como outro tema recorrente. Relaciona-se à expressão das diferenças e das singularidades de indivíduos e grupos e às diferentes formas de opressão que podem sofrer. Essa construção da autoimagem, ou a representação de indivíduos e comunidades em seus próprios termos relaciona-se a outra concepção bastante presente nos trabalhos: a de **empoderamento**, entendido como “ampliação do capital social destes

grupos, possibilitando uma mudança nas relações de poder existentes, essa mudança nas relações de poder depende da aplicação deste princípio em quatro áreas: acesso à informação, inclusão e participação, prestação de contas e capacidade organizacional local”⁶. Empoderamento e autorrepresentação permitem a expressão de subjetividades singulares e acontecem no seio de algum grupo ou comunidade de pertencimento. É no interior desses grupos ou comunidades que partilham vivências cotidianas que constituem intersubjetividades capazes de incentivar participação social em processos destinados a lutar por um mundo mais equânime. A valorização do cotidiano aparece como espaço/tempo de ação e reflexão sobre as diversas formas de opressão e resistência. Como já foi mencionado, nos trabalhos analisados esses espaços são encontrados nas “periferias”, nas articulações entre grupos/comunidades que se mantém distanciados dos formatos mercantis de produção midiática.

A relação cidadania/comunicação torna-se mais clara quando se considera o deslocamento dos embates sociais da esfera estritamente econômica para o campo da cultura e da produção simbólica. No que diz respeito à produção midiática, temos de reconhecer que é também um *locus* de conflitos em que diferentes lógicas de produção e circulação de sentidos encontram-se submetidas a interesses distintos e contraditórios existentes nas sociedades. Entramos aí nos questionamentos e na crítica da cultura e da mídia hegemônica que trazem a público experiências destinadas a se apropriar de aparatos tecnológicos, elaborar outras maneiras de produzir e atribuir significados, com prioridade para aquelas experiências em que as práticas de comunicação e expressão favorecem a associação entre os

6. Maciel, Inês M Silva e outros. Comunicação Comunitária como instrumento de promoção do capital social no projeto de Extensão Inovadora da Vila Residencial. Intercom 2011.

indivíduos, fortalecem seus vínculos e os convocam à reflexão. Essas novas formas de comunicação pretendem abrir possibilidades para que os indivíduos relatem sua história, atualizem sua memória e as relacionem com experiências vividas de forma a auxiliar na compreensão do presente e orientar a elaboração de projetos que delineiem novas formas de organização social.

Discursos, polifonias

No início desse trabalho indicamos brevemente a Análise do Discurso e fizemos referência à semiologia para estudar os texto/discursos. Afirmamos também que a Análise do Discurso permitiria tentar identificar a local social de fala dos autores/enunciadores. Assim é bom deixar claro que lemos os trabalhos apresentados como discursos.

A Análise do Discurso parte do pressuposto da existência de uma “formação discursiva” entendida como uma arena na qual se desenrola o embate entre diferentes forças sociais, entre discursos oriundos de diversas instâncias sociais, em particular dos meios de comunicação de massa, que faz com que a pluralidade de sentidos possíveis nos discursos socialmente produzidos se sedimentem, apontando os significados passíveis de legitimação ou incorporação e tornando inaceitáveis ou marginais tantos outros.

Esta proposta permite assumir a existência, especificamente no âmbito das práticas discursivas, da mesma luta pela fixação dos significados sociais que se situa em toda a esfera da produção cultural e simbólica, conferindo dinamismo às formações discursivas. A partir de então, pode-se pensar a inserção dos discursos no interior de uma formação discursiva tanto como reprodução, a partir do momento em que as falas individuais repetem fórmulas consensuais ou refletem o ideário hegemônico; como também prever

a possibilidade teórica do surgimento de práticas discursivas discordantes ou contestadoras, que podem transformar os significados periféricos ou inaceitáveis em legítimos e incorporá-los à formação discursiva. E é isso, por exemplo, que têm feito muitos dos grupos e movimentos sociais que lutam por transformações, ao colocar na agenda social temas e discussões antes marginais ou impensáveis. Compreender os discursos implica, desse modo, relacioná-los criticamente ao contexto sociocultural e histórico que permitiu a sua configuração atual.

De maneira complementar entendemos que para melhor a compreender como esses discursos sobre ações de cidadania se relacionam com os dispositivos comunicacionais no interior de uma sociedade em que os conflitos e a tensões acontecem também na esfera da produção midiática nos valeremos também do conceito de “interação dialógica” desenvolvido por Bakhtin e que poderá esclarecer como as falas e os discursos se organizam em uma dada sociedade.

Bakhtin⁷, que desenvolveu o conceito de “interação dialógica” aponta para a importância de se atentar para a natureza social das falas, ou a presença, nos discursos, de “força sociais organizadas”. Sua perspectiva considera a existência de uma certa homogeneidade nos discursos produzidos dentro de um determinado grupo, mesmo apesar da individualidade das falas que, além de lhes assegurar a inteligibilidade também revela a seleção, captura e integração aos discursos de certos elementos da realidade e da experiência social. Esta concepção permite apreender os discursos como expressão do “local social da fala” e, mais ainda, permite deslocar a luta social dos cenários econômicos e

7. Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. S. Paulo: Hucitec, 1979.

políticos e situá-la também no plano da cultura e dos enunciados, pois o poder político está associado à capacidade de fazer os seus próprios termos aqueles que circulam mais amplamente na sociedade.

Dessa forma, podemos dizer que tanto os objetos analisados pelos pesquisadores, como os discursos dos pesquisadores/autores são discursos que rompem os consensos, as ordens estabelecidas e buscam o novo, aquilo que talvez ainda seja pouco visível para segmentos mais amplos da sociedade. É o que se pode denominar “polifonia”, ou a presença, em um discurso, de elementos de mais de uma formação discursiva. Assim podem ser identificados os lugares sociais de onde os indivíduos falam (como cidadãos, acadêmicos, “povo”, etc.); como se veem no conjunto da sociedade; como se representam; as tendências evidenciadas nas falas (reprodução, transformação, conformidade, por exemplo) e as possibilidades de ultrapassar os limites sociais que se insinuam ou se explicitam nos discursos particulares. Enfim, põem em relevo as disposições à concordância, à ruptura ou à dissidência possível em relação ao socialmente instituído. Podem não ser necessariamente contradiscursos, mas certamente não reproduzem os sentidos hegemônicos.

Pudemos perceber, também, a partir da análise dos textos, uma indesejável separação entre relatos de experiências práticas e textos cujos focos seriam mais voltados para reflexões teóricas e conceituais. Não que isso seja propriamente negativo, mas revela um distanciamento desnecessário entre teoria e prática, uma vez que em toda prática está subsumida uma proposição teórica, uma reflexão, e esta não deveria se constar de forma implícita nos textos de relatos de experiências. De maneira similar as teorias, em nosso entender, se justificam à medida que dão sentido e explicam determinadas práticas

Hegemonia como categoria

Embora não se possa afirmar que o conceito de hegemonia esteja presente de forma clara nos textos analisados, permanece subjacente em muitas abordagens, o que reflete a influência de autores cujas orientações teóricas se aproximam mais do marxismo do que das teorias liberais. Queremos dizer, com isso, que os autores tendem a compartilhar uma visão de sociedade em que estão presentes os ideais de justiça, equanimidade e democracia, em termos materiais e subjetivos.

Assim, pudemos identificar uma leitura gramsciana das relações de poder na esfera cultural que se reflete nos aportes teóricos de vários autores e, certamente, nos autores latino-americanos, muito citados. A observação das referências bibliográficas dos trabalhos mostrou que, dentre os dez autores mais citados, 7 são latino-americanos— sendo 6 deles brasileiros. Essa constatação indica que grande parte das teorias e conceitos relacionados à cidadania trabalhados nas pesquisas levam em conta perspectivas locais tornando-as, portanto, estudos bastante pertinentes à sociedade brasileira. Ainda no exame da bibliografia, observamos a presença de estudiosos estrangeiros como Stuart Hall (9 citações), Zygmunt Bauman (5 citações), García Canclini (5 citações) e Antônio Gramsci (4 citações). Também constam Boaventura Sousa-Santos, Karl Marx de forma menos expressiva em termos de referências explícitas, mas bastante presentes do ponto de vista da influência teórica.

Mesmo que não se possa, a rigor, falar em um escola latino-americana de comunicação, é bastante significativa as presenças de Jesús Martín-Barbero, García-Canclini, Círculo Peruzzo (14 citações), Denise Cogo (6 citações), Alexandre Barbalho (5 citações), Raquel Paiva (5 citações), Paulo Freire e Muniz Sodré, ambos com 4 citações. É verdade que não se pode colocá-los todos ao abrigo de uma mesma corrente

teórico-metodológica, mas pode-se afirmar que existe uma forte aproximação entre as pesquisas e as agendas de lutas políticas e simbólicas, revelando que as abordagens dos autores possuem um compromisso com processos de inclusão social e transformações nas relações de poder. Em nosso entender, isso significa que a produção relacionada à comunicação para cidadania tem uma percepção do processo comunicativo que privilegia a vertente pragmática-instrumental em detrimento da comunicação no interior das relações interpessoais. A comunicação pode, então, ser percebida a partir de uma perspectiva macrosocial que abriga questões de poder e de políticas e visa intervenção social, ou seja, como um instrumento para buscar mudanças sociais, facilitar processos de emancipação, inclusão, empoderamento. Nessa concepção valoriza-se a articulação das esferas simbólicas com a econômica, fazendo com que as práticas culturais, discursivas, as formas de representação e os sistemas de visibilidade sejam inseparáveis da materialidade do poder e tornem-se centrais para articular resistências e novas práticas cujos resultados vão se refletir no campo da experiência cotidiana dos indivíduos.

Essa aproximação entre práticas comunicacionais e relações de poder tem na hegemonia uma categoria que merece algum detalhe, ainda que não tenhamos a pretensão de nos aprofundar na discussão do conceito, mas mostrar de que maneira articula-se com questões relativas à cidadania. Hegemonia refere-se à uma compreensão das relações de poder que vigoram em sociedades contemporâneas. Poder exercido não apenas por meio da sociedade política, a quem cabe o papel de exercer a disciplina, a coerção e a força, mas no que nos diz respeito aqui, da luta simbólica pela fixação dos significados sociais: no caso das ideias dominantes, interessa torná-las “naturais” e parte da vida e do senso comum. Por outro lado, o pensamento e as concepções de vida dissonantes, discordantes lutam por visibilidade e inserção na

agenda discursiva. A construção da hegemonia ocorre, então, no nível das representações, a partir do momento em que se pode explicar com determinados termos várias faces da experiência social: a vida cultural, social e mesmo individual. A eficiência da hegemonia ocorre principalmente pelo fato de atuar desde dentro, ou seja, a partir da sua operacionalidade na vida cotidiana dos indivíduos.

Assim é que entendemos a esfera da produção e circulação de sentidos, o campo da produção simbólica, como espaços extremamente importantes para o desenrolar das lutas contra-hegemônicas. É nessa arena que os diferentes grupos sociais tentam fazer circular seus discursos, elaborar seus significados e torná-los legítimos perante o próprio grupo e perante a sociedade de forma mais ampla. Esta perspectiva analítica permite assumir a existência, especificamente no âmbito das práticas discursivas, da mesma luta pela fixação dos significados que circulam socialmente e que se situa em toda a esfera da produção cultural e simbólica, conferindo dinamismo às formações discursivas. A partir de então, pode-se pensar a inserção dos discursos no interior da formação discursiva tanto como reprodução, a partir do momento em que as falas individuais repetem fórmulas consensuais ou refletem o ideário hegemônico; como também prever a possibilidade teórica do surgimento das práticas discursivas discordantes ou contestadoras, que podem transformar os significados periféricos ou inaceitáveis em legítimos e incorporá-los à formação discursiva.

Representação e visibilidade como eixos de pesquisa

Após o exposto acima, podemos compreender a atuação dos meios de comunicação nas sociedades como elemento importante na construção da realidade social, em especial

dos conteúdos simbólicos dessa realidade e da imagem que a sociedade e os diferentes grupos sociais fazem de si mesmos e dos outros. A representação e a expressão de grupos minoritários nos diferentes meios de comunicação merecem a atenção do pesquisador, devido à importância teórica e empírica que adquirem quando se considera que os meios de comunicação são, na maioria das sociedades contemporâneas, os grandes construtores culturais e ocupam lugar central nas disputas pela hegemonia e pela fixação dos significados sociais. Em termos sintéticos, pode-se dizer que o conceito de minoria refere-se, aqui, àqueles grupos que, na abordagem conceitual de Muniz Sodré⁸, encontram-se em situação de vulnerabilidade jurídico-política, social e cultural, se reconhecem como singulares e buscam afirmação utilizando, sobretudo, estratégias discursivas que lhes deem a visibilidade necessária para empreender uma luta mais propriamente cultural, mas não apenas.

Representação, visibilidade e cidadania estão relacionados e são bastante relevantes tanto em termos teóricos quanto empíricos. Teoricamente no que diz respeito à produção cultural e circulação de sentidos sociais que, mesmo podendo ser construções históricas estáveis, de modo algum são permanentes e imutáveis. Ou seja, os lugares ocupados pelos diferentes grupos nas representações sociais podem mudar ao longo do tempo. Já do ponto de vista empírico, os três conceitos se entrelaçam e podem ser identificados na construção, por parte da mídia, de subjetividades em todas as suas implicações: da formação do “gosto pessoal”, passando pelas preferências, escolhas, possibilidades e impossibilidades de realização pessoal até as aspirações e ao

8. Sodré, Muniz. Por um conceito de minoria. In. Paiva, R. e Barbalho, A. (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. S. Paulo: Paulus, 2005.

dever-ser. Um dos emblemas da produção midiática é a produção de sentidos, ainda que não faça uso de um retrato fiel da realidade, mas sim de uma linguagem que a constrói. A linguagem não apenas nomeia o mundo; ela o institui (SODRÉ, 2003:32) e a realidade é, ela também, um efeito de discurso, tanto um produto da representação quanto seu ponto de partida. Nesse sentido, as políticas de visibilidade tornam-se, simultaneamente, políticas de invisibilidade, já que, por exemplo, escolher pôr em evidência determinado tema é, ao mesmo tempo, ocultar tantos outros.

A presença da imagem na construção da realidade é bastante significativo, Chombart de Lauwe (1969:47) destaca sua capacidade de aflorar emoções e afetos e, portanto, incidir sobre a constituição de identidades, comportamentos e subjetividades. Woodward (2007:17) complementa:

Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. Por exemplo, a narrativa das telenovelas e a semiótica da publicidade ajudam a construir certas identidades de gênero.

Na contemporaneidade, a mídia incide diretamente na vida cotidiana; suas representações nos ajudam a compreender a realidade, incluindo as identidades, os comportamentos e as práticas sociais (SÁ: 1996). As imagens disseminadas pela mídia estabelecem limites entre o certo e o errado, criam padrões e apontam quem está dentro e quem está fora deles, apresentam modos de viver e se relacionar e, portanto, interfere no modo como os diferentes grupos veem a si mesmos e os outros. No entanto, a mídia não é responsável por toda a forma de comportamento social, mas é, sim, capaz de reforçar os valores já existentes além de propor a criação de outros novos.

Perante as imagens e os sentidos produzidos pela mídia, e sua política de visibilidade/invisibilidade, alguns grupos podem se sentir sub-representados ou representados de forma negativa e passar a lutar pela transformação da representação vigente. É o caso da luta feminista por uma imagem da mulher e do feminino que não se baseie em construções masculinas (como apontam vários estudos).

Entendemos, assim, que os agenciamentos midiáticos difundem ideias, imagens e representações de uma visão de mundo que ensina as maneiras adequadas de comportar, de viver, a noção do correto e do impróprio, as expectativas que se pode ter, a diferença entre o possível e o utópico, enfim, atuam, ao lado de outras instâncias, como construtores das subjetividades. A forma como se é representado na mídia, assim como a invisibilidade midiática, são indicadores relevantes para a compreensão do modo como a sociedade retrata, reconhece ou ignora seus diferentes membros e grupos. Essas políticas de visibilidade tem a capacidade de atribuir aos diferentes atores sociais, individuais ou coletivos, valores simbólicos e relevância social que lhes outorgam ou retiram reconhecimento e legitimidade. Da mesma forma, as políticas de visibilidade são, simultaneamente, políticas de invisibilidade, à medida que os modos de produção, distribuição e circulação de produtos audiovisuais dirigem e educam os olhares para que as escolhas pessoais recaiam sobre determinados tipos de produto, aqueles que fornecem as diretrizes para as identificações e referências, excluindo os demais. Ou seja, o processo de construção de mensagens não é em absoluto um processo aleatório, obedece regras e gramáticas que se destinam a produção de certos sentidos e não de outros.

Entretanto, consideramos que a diversidade das experiências objetivas e subjetivas não leva a uma aceitação completa das mensagens recebidas, em razão do diferencial interpretativo e significativo. As múltiplas mediações que se interpõem entre produtores e consumidores culturais, fazem emergir,

teórica e empiricamente, a possibilidade de florescimento de novos discursos, novas narrativas e novas instâncias de produção de subjetividade, num processo de resistência à força avassaladora da ordenação institucional por meio de novas formas organizacionais e discursivas. Ainda que em termos históricos possa ser considerado um fenômeno recente, novas formas de organização na sociedade surgem e aglutinam interesses distintos e colocam em cena novos atores, novas falas, novas narrativas identitárias. A organização de grupos minoritários em coletivos possibilitam a expressão e o encaminhamento de suas demandas materiais e simbólicas.

Contudo, é preciso cuidar para que a busca por visibilidade social, para legitimar-se diante de membros de seu grupo ou da sociedade, o recurso às estratégias discursivas e às ações demonstrativas, certamente elementos fundamentais para esses grupos, não corram o “risco de que as ações minoritárias possam ser empreendidas apenas em função de sua repercussão midiática, e que de algum modo esvaziaria a possível ação no nível das instituições da sociedade global”, como bem apontou Raquel Paiva⁹ em texto recente.

A título de (in)conclusão – as pesquisas continuam

Pretendemos, com esse texto identificar algumas categorias analíticas utilizadas por diversos pesquisadores de comunicação e nos aprofundar em uma temática à qual nos dedicamos há alguns anos: a relação entre representação, política de visibilidade de grupos minoritários e processos de construção de cidadania. Nesse percurso encontramos

9. Paiva, Raquel. Cinco anos de pesquisa e Comunicação e cultura de minorias. Rio de Janeiro, Intercom, 2005.

algumas exigências e desafios postos aos pesquisadores em comunicação e cidadania: a centralidade da compreensão das possibilidades do alcance social e da efetividade de novos coletivos ou grupos organizados em busca de legitimação de sua diferença e/ou de suas demandas, a eleição das práticas comunicativas como estratégia de construção e afirmação de identidades, de negociação de espaços simbólicos com o conjunto da sociedade e de elaboração de seu projeto histórico. Isso traz também ao pesquisador a necessidade de buscar permanentemente o refinamento do referencial teórico-metodológico destinado a ampliar o entendimento e contribuir para o desenvolvimento dos movimentos contra-hegemônicos em uma sociedade em permanente mutação.

Nesse sentido, entendemos que são pertinentes as discussões sobre multiculturalismo e sobre a visibilidade que assumem as alteridades nas sociedades contemporâneas, sem, entretanto, passar ao largo de questões fundamentais, como a relação dialética entre o reconhecimento do Outro e a reafirmação de si mesmo. Este movimento pode ocultar algum tipo de pretensão ou mesmo presunção que acaba por outorgar ao Outro lugares sociais, econômicos, culturais (simbólicos) previamente determinados que o circunscreve e o mantém. Nesse caso, se consideram imperativas as análises que, a partir do referencial teórico próprio da comunicação, apontem as possibilidades dialógicas existentes entre a produção midiática e a esfera do cotidiano, percebido como uma das instâncias especiais em que incide o processo de dinamização cultural, trazendo para a vida concreta, em seus aspectos material e simbólico, a efetividade e a legitimidade da existência das diferenças. De igual maneira, o relevo que adquirem os discursos e as representações sociais, bem como a centralidade do textual nas sociedades contemporâneas não podem ser concebidos sem relação profunda com uma realidade em que a materialidade das relações de poder

e das desigualdades incide também sobre as possibilidades discursivas. Ou seja, o econômico ocupa aí um lugar que não pode ser subestimado.

Nas sociedades que se pretendem democráticas os diferentes grupos podem aspirar a dividir com equanimidade tanto os espaços de poder quanto os produtos resultantes do processo econômico: materiais e simbólicos. Contribuir para melhor conhecer essas relações de poder e os processos que lhes dão suporte ou legitimidade é sempre um procedimento necessário para facilitar o desenvolvimento de estratégias comunicativas que propiciem possibilidades efetivas de democratização das relações sociais. E essa tem sido a grande contribuição dos trabalhos e das pesquisas realizadas no campo de comunicação e cidadania: são abordagens que buscam a compreensão das possibilidades do alcance social e da efetividade da atuação desses novos coletivos em suas buscas pela legitimação das diferenças e/ou de suas demandas; a identificação das práticas comunicativas como estratégia de construção e afirmação de identidades, de negociação de espaços simbólicos com o conjunto da sociedade e de elaboração de seus projetos históricos.

Partindo do pressuposto acima referido, o de que os discursos não apenas nomeiam a realidade, mas têm o poder de instaurá-la, o estudo e a compreensão da produção discursiva em suas mais diferentes manifestações – científica, acadêmica, religiosa, tradicional, e nesse caso específico, cultural e midiática – reveste-se de particular importância por permitir, simultaneamente, mapear as construções de sentido predominantes em uma dada sociedade, bem como identificar o lugar social daqueles que detêm o poder da palavra, dos que proferem os discursos considerados legítimos e oficiais. Mesmo porque a relação entre discursos e cidadania se estende às possibilidades de uso e às apropriações dos meios de comunicação, fato que incide sobre as

construções subjetivas, identitárias, amplia as possibilidades de debates sobre temas, permitem a expressão de demandas e, mais ainda, permite que as pessoas se reconheçam e reconheçam esse *locus* como um lugar de pertencimento, com aquela dose de comprometimento e afeto que isso implica.

Isso vai se refletir na abertura para a percepção das possibilidades efetivas de tentar inserir, na agenda pública, outros temas e significados. A investigação dos vários agenciamentos discursivos mostra sua pertinência, entre outras, ao desvelar as estratégias de produção, reprodução e atualização de sentidos, normas, valores e representações que, conjuntamente, elaboram e promovem as condições em que as subjetividades serão constituídas. Essas perspectivas vão certamente ao encontro de uma concepção sempre mais abrangente de participação social, equanimidade e, conseqüentemente, de cidadania.

Referências

Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. S. Paulo: Hucitec, 1979.

De Lowe, Chombart. Images de la femme. *Revue internationale des sciences sociales*, vol. XIV, n.1, 1962. 178p. Paris: UNESCO, 1962, vol. XIV, no 1, 1962 (p. 3 a 178).

Machado, N. José. A Universidade e a organização do conhecimento: a rede, o tácito, a dádiva. *Revista Estudos Avançados*, vol.15 no.42, May/Aug. 2001. São Paulo :USP <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200018>>. Acesso em 28/06/2012.

Maciel, Inês M Silva e outros. *Comunicação Comunitária como instrumento de promoção do capital social no projeto de Extensão Inovadora da Vila Residencial*. XXXV Congresso Intercom. Recife: 2011.

Paiva, Raquel. Cinco anos de pesquisa e Comunicação e cultura de minorias. XXVIII Congresso Intercom, Rio de Janeiro: 2005.

Peruzzo, Cicilia M. K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. XXXI Congresso Intercom, UFRN, Natal, RN, 2008.

Peruzzo, Cicilia, M.K, Sayeg, João H. e Yamashita, L. COMUNI: *A pesquisa numa CEI*. XXXV Congresso Intercom, Recife, 2011.

Sá, Celso P. *Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis:Vozes, 1996.

Sodré, Muniz. Por um conceito de minoria. In. Paiva, R. e Barbalho, A. (orgs). *Comunicação e cultura das minorias*. S. Paulo: Paulus, 2005.

_____. O globalismo como neobarbárie. In: Moraes, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Woodward, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis:Vozes, 2000.

12.

Do que é feito o Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania

CLÁUDIA REGINA LAHNI¹

JUCIANO DE SOUSA LACERDA²

A ideia da pesquisa, retratada aqui nesse livro, foi de voltar o olhar para nós mesmos. Afinal, o que nos constitui como grupo de pesquisa – ligado a uma associação nacional de pesquisa, que propõe como agregação, especialmente, a realização de um congresso nacional por ano? Sobre o que pesquisamos e escrevemos? Quais são nossos interesses? E, principalmente, como entendemos cidadania? O trilhar do caminho, a partir desses questionamentos, pode levar a

-
1. Profa. Dra. Universidade Federal de Juiz de Fora-MG. Coordenadora do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom, no biênio 2011-12. E-mail: crlahni@yahoo.com.br
 2. Prof. Dr. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-RN. Vice-Coordenador do GP Comunicação para a Cidadania no biênio 2011-12 e atual Coordenador para o biênio 2013-14. E-mail: juciano.lacerda@gmail.com

uma reflexão que contribua no sentido de uma epistemologia da comunicação para a cidadania. Como escrevem Juciano de S. Lacerda e outros, no capítulo 2 deste livro, “não há garantias de respostas claras, mas o percurso se demonstra interessante, do ponto de vista de uma epistemologia da comunicação para a cidadania”. Percurso que tem uma tradição de, na maioria das vezes, partir do empírico, do cotidiano, das práticas sociais, para construir o conceito de cidadania mais como “dinâmica em movimento” do que como “dimensão conceitual formulada e debatida pelos autores”, como evidenciam Cogo e Barsi, no capítulo 1.

Tal proposta de investigação e análise, que colabora com a constituição da história do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), foi feita por Cláudia Lahni (coordenadora do GP Comunicação para a Cidadania em 2011-2012) na plenária de avaliação do Congresso Nacional da Intercom de 2011. Ao todo, 19 pesquisadoras e pesquisadores, as/os quais já com longa trajetória na história do Grupo, aderiram à proposta. Ao final da exposição por ano, de 2001 a 2011, mostrada neste livro, apresentamos aqui uma síntese dos resultados, incluindo perspectivas apontadas ou que se depreendem dos artigos sobre a produção do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom.

As referências

A leitura dos artigos apresentados em congressos nacionais da Intercom, no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, os quais foram analisados nesta avaliação sobre o trabalho do Grupo e tiveram reflexão apresentada neste livro, nos mostra que as pesquisas do GP, em todos esses anos,

têm como base os teóricos Jesús Martín-Barbero, Néstor García-Canclini e Círcia Maria Krohling Peruzzo. Todos de atuação e ou origem latino-americana, têm como país de trabalho, respectivamente, a Colômbia, o México e o Brasil.

Martín-Barbero e García-Canclini trabalham especialmente questões de identidade e comunicação, ambos com vínculos nos estudos culturais. O primeiro tem *Dos meios às mediações* como obra de grande influência, em que destaca a importância do receptor e, principalmente, dos grupos de que participa como lugares de mediação para a recepção, interpretação e possível atitude frente aos meios massivos, como, por exemplo, a crítica e a constituição de meios próprios. De García-Canclini, podemos citar a obra *Consumidores e cidadãos*, que é recorrente como base de trabalhos do Grupo; nela tem-se uma reflexão sobre a cidadania a partir do consumo.

Por sua vez, Círcia Peruzzo, pesquisadora da comunicação comunitária no Brasil, entre outras publicações, é autora de *Comunicação nos movimentos populares*, uma obra referência para o Grupo de Pesquisa conforme mostra a presente pesquisa. Peruzzo foi coordenadora do Grupo de Trabalho Comunicação e Culturas Populares - criado em 1990 e do qual se originou, em 2001, o Comunicação para a Cidadania - e também foi presidenta da Intercom entre 1999-2002.

Aqui, aproveitamos para mencionar uma ainda pequena, mas, crescente, referência nos trabalhos de autoras/es que coordenam o GP. Como vimos, obras de Peruzzo são referências em todos os anos estudados. Por sua vez, Denise Cogo - coordenadora do Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania quando de sua criação em 2001 até 2006 - aparece como referência em trabalhos em 2001; depois, e de forma continuada, a partir de 2005. Bruno Fuser (coordenador em 2007-2008) é mencionado em trabalhos em 2008. Alexandre Barbalho (coordenador em 2009-2010) é mencionado em trabalhos em 2010 e 2011.

Também participante do GP, a pesquisadora Márcia Vidal Nunes aparece em trabalhos em 2005 e 2008. A partir de 2004, e de forma contínua, a autora Raquel Paiva é referência em trabalhos do GP. Autora de *O espírito comum – mídia, globalismo e comunidade*, foi coordenadora do GP Comunicação e Cultura das Minorias, o qual foi extinto e pesquisadores/as participantes do mesmo passaram a integrar o Comunicação para a Cidadania.

Entre autores/as brasileiros e outros latino-americanos referências do GP podemos citar, a partir dessa pesquisa, Mario Kaplún, Maria Cristina Mata, Juan Díaz Bordenave, Bernardo Kucinski, Muniz Sodré, Regina Festa, Arlindo Machado, Murilo Cesar Ramos, Victor Gentili, Vera França, Denis de Moraes e Paulo Freire.

Sobre Paulo Freire, a exemplo do que escrevem neste livro Maria Luiza Martins de Mendonça e Joseane Alves Ribeiro quanto a Antonio Gramsci ser referência no GP – porque parece existir no Grupo “uma leitura gramsciana das relações de poder na esfera cultural que se reflete nos aportes teóricos de vários autores e, certamente, nos autores latino-americanos, muito citados” –, entendemos que assim também o é com Freire. O educador brasileiro é mencionado principalmente em trabalhos de 2001 e depois em 2010 e 2011; entretanto é possível perceber sua influência em especial na pesquisa de intervenção, na associação entre Comunicação e Educação e nos trabalhos em prol da contribuição da crítica feita pela comunidade pesquisada. Assim, consideramos que Gramsci e Paulo Freire são referências constantes para o GP Comunicação para a Cidadania.

Autores/as de outras áreas, clássicos, contemporâneos e da teoria da comunicação de uma forma geral estão presentes como referências dos trabalhos do GP. Edgar Morin, a partir de 2003, é referência em quase todos os anos. Com início em 2003, Stuart Hall e Michel de Certeau são referências

em vários trabalhos. Em especial, a partir de 2004, Manuel Castells, Pierre Bourdieu, Guy Debord, Roland Barthes, Mikhail Bakhtin, Octavio Ianni e Armand Mattelart são referências em pesquisas do GP Comunicação para a Cidadania. Zygmunt Bauman passa para as referências, especialmente, a partir de 2005; Gilles Lipovetsky e Boaventura de Souza Santos, a partir de 2006. Com destaque mais a partir de 2008, aparecem Venício de Lima, Douglas Kelnner, John D. H. Downing e Guillermo Orozco Gomes.

Jürgen Habermas é muitas vezes referência nas pesquisas, para o debate sobre espaço público. Hannah Arendt é referência para o debate a respeito da política e da imprensa em geral. Aparece como base para conceitos e debates sobre movimentos sociais a pesquisadora Maria da Glória Marcondes Gohn. Antonio Gramsci é referência para o conceito e debate sobre hegemonia e intervenção cultural. Em especial para o conceito de cidadania são referências Norberto Bobbio, Maria de Lourdes Manzini-Covre e Marilena Chauí. É importante ressaltar que determinados/as autores e autoras, que são mencionados/as aqui com destaque a partir de um ano específico, não excluem outros e outras como referências nas pesquisas apresentadas junto ao GP.

Conceitos e objetos

Exercício e luta pela manutenção e ampliação de direitos. Esse é o conceito fundamental de cidadania, conforme essa investigação, para o Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania. Entende-se e trabalha-se com a perspectiva histórica e já consolidada de necessidade de garantia de direitos civis, políticos e sociais. Somam-se a esses, como eixo articulador e problematizador, o direito à comunicação. Afinal, considera-se a importância da comunicação para

a sociedade contemporânea e, com base nela (comunicação massiva, em rede, alternativa, comunitária, interpessoal), a busca pela visibilidade pessoal e enquanto grupo, pois isso pode garantir a discussão de questões fundamentais – muitas vezes equivocadamente tomadas como faltas, carências – para comunidades e pessoas. Assim, percebe-se a comunicação como força para a busca e a conquista desses espaços, bens e serviços que suprimirão, por exemplo, a carência de reconhecimento de identidade, respeito à diferença, ou moradia, educação e outras condições básicas.

Como escrevem Mendonça e Ribeiro, “a associação entre o conceito de cidadania e os processos comunicacionais implica o exercício de um tipo de comunicação que, seja ela chamada de popular, alternativa ou comunitária [...] pressupõe a apropriação do poder de enunciação e a pluralidade de vozes, independentemente do suporte midiático”. Conforme as pesquisadoras, autores indicam as diferentes gerações de direitos, por meio da passagem dos direitos individuais aos coletivos (mulheres, homossexuais, jovens, idosos, povos e etnias) e ressaltam o surgimento de uma nova geração de direitos, os chamados direitos de quinta geração relacionados ao acesso e empoderamento popular da comunicação, como um direito humano. “Esses direitos comunicacionais, além de ampliar o conceito de cidadania, abrem espaço para a inclusão dos ‘direitos do universo da cultura’ na pauta de discussões e de lutas para a inclusão social efetiva tanto na esfera material quanto na simbólica, apontando que a igualdade e a diferença não podem ser reduzidas ao universo econômico ou material. Isso significa também a ampliação das demandas por uma maior horizontalidade na comunicação, ao protagonismo dos indivíduos e o acesso à produção de conteúdos próprios que possibilitem o rompimento com as hierarquias e formas cristalizadas e estereotipadas de representação”, comentam.

Cláudia Regina Lahni e Daniela Auad destacam a importância e necessidade dos trabalhos sobre relações de gênero e que sua pequena presença numérica no GP “pode não ser suficiente tendo em vista que o respeito aos direitos humanos só se completa com o respeito aos direitos das mulheres, algo ainda distante para o que concorre a influência da mídia”. Com tal menção, apontamos a variada existência de pesquisas sobre minorias (simbólicas, mesmo que não numéricas, como mulheres, negros e negras) no GP Comunicação para a Cidadania.

O debate sobre a situação de minorias e a possível contribuição da comunicação para a obtenção de respeito por parte dessas são constantes nas pesquisas do GP. Isso vai levar a conceitos de cidadania que ampliam e caracterizam o clássico mencionado anteriormente. A respeito disso, Lacerda, Dantas e Maia – os quais trabalham com o conceito de cidadania cultural –, em seu capítulo neste livro, escrevem que “é interessante que, passados dez anos [de formação do GP], vemos hoje nos debates e reuniões do GP Comunicação para a Cidadania a problematização do tema cidadania, a busca por sua definição e caracterização, de forma que começam a surgir artigos centrados em discutir cidadania comunicacional, cidadania comunicativa, cidadania científica, cidadania cultural”. Berti ressalta, no capítulo 8, que a interface comunicação/cidadania está consolidada como tema de investigação em todos os congressos e redes científicas do país.

Entendemos que é possível sintetizar o entendimento de cidadania do GP, a partir do que Mendonça e Ribeiro escrevem sobre as pesquisas em 2011: “em trabalhos cujos temas versam sobre juventude, memória, comunicação alternativa, quilombolas, comunicação no âmbito das práticas religiosas, dos sindicatos, cidadania e portadores de necessidades especiais, relações de gênero, entre outros, foi possível identificar categorias mais amplas de análise tais como participação, protagonismo social,

comunicação comunitária/local, horizontalidades, representações sociais e outras [...]. Com isso queremos dizer que o conceito formal de cidadania, como aparece em alguns textos, foi aprimorado e estendido a outras esferas da experiência humana.” Vale mencionar que, de um modo geral, questões sobre identidades, rádio comunitária e internet estão entre as mais debatidas nos trabalhos do GP, sob angulações que problematizam resistências, apropriações, processos, astúcias e insatisfações com a ordem das coisas e com a naturalização das práticas sociais de comunicação. Os trabalhos também trazem à tona o envolvimento direto do pesquisador com grupos sociais, culturais ou minorias numa militância reflexiva, com o intuito de produzir conhecimento para o próprio exercício da autocrítica. O que é importante notar, como afirmam Peruzzo e Otre, é que transformações de perspectiva e nomenclatura não modificaram “a proposta do grupo que desde sua origem agrega pesquisadores dedicados às temáticas relacionadas à comunicação no âmbito das classes subalternas e voltada à transformação social, e de suas intersecções com a cultura e a cidadania”.

Ao historicizar o conceito de cidadania, no capítulo 9, Silva retoma os gregos, passa pela Idade Média, pelo Iluminismo e pela Revolução Industrial, situando o Brasil nesse processo. O balanço que faz das pesquisas apresentadas em 2009 aponta o sujeito comum, ordinário, que em seu cotidiano se organiza em torno da comunicação comunitária como lugar de manifestação da cidadania, numa tentativa de fazer ouvir sua voz, negada pelas mídias tradicionais. Ou seja, é um processo que se recupera a cada inovação tecnológica, quando materializamos nos novos dispositivos de comunicação a utopia de uma outra comunicação possível e necessária para o processo de democratização da cultura, da política, da sociedade. Também é possível destacar que os trabalhos apresentados no GP, a partir de uma estratégia metodológica focada no trabalho de campo, que perpassa a

maioria das pesquisas, são capazes de fazer ouvir a voz e o protagonismo daqueles que são costumeiramente silenciados. Assim, uma das formas como a cidadania se apresenta, segundo Barbalho e Campos, no capítulo 10, “é como afirmação das vozes minoritárias”.

Avanços e perspectivas

A leitura desses textos apresentados ao longo dos onze primeiros anos do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom, através dos artigos que os refletem, feitos por pesquisadores e pesquisadoras que constroem a história do GP, nos mostra um processo de consolidação do mesmo, em termos teóricos – conceitos, objetos e referências – e de continuidade. Pelos textos, percebemos o entendimento e a preocupação com a cidadania democrática, ativa, participativa e cultural. Percebemos uma crescente presença de reflexões sobre comunicação e relações de gênero, buscando contribuir com a constituição de uma sociedade igualitária. Sim, tal construção se dá não apenas por colocar o tema em pauta e refleti-lo, mas também pelo desenvolvimento de pesquisas de intervenção social junto a comunidades e grupos diversos do movimento social. As propostas metodológicas voltadas para a pesquisa-ação ou de caráter etnográfico, com observação participante e realização de entrevistas em profundidade ou pelo desenvolvimento de histórias de vida tem garantido essa perspectiva.

Nota-se também uma consolidação sobre o foco, sobre o que queremos saber. Se em um determinado momento, mais inicial, vimos até mesmo trabalhos sobre corporações, empresas e suas estratégias de comunicação, com o tempo, os textos passam a dar espaço aos processos de comunicação em que as ações e práticas sociodiscursivas de moradores e moradoras de

periferias, de jovens, de mulheres, de homossexuais, de indígenas, de imigrantes e outros grupos minoritários, movimentos sindicais e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. As pesquisas procuram problematizar e refletir sobre a presença desses sujeitos e sujeitas na grande imprensa e meios massivos, mas principalmente sobre a sua própria comunicação, o que se soma a análises e conceituações da Comunicação Comunitária. Mais uma vez, com vistas a contribuir para o empoderamento das classes populares e grupos minoritários em geral e para a constituição de uma sociedade igualitária.

Nesse sentido, em prol da democratização da comunicação, temos no GP relatos e avaliações de projetos e ações de leitura crítica da mídia. Aqui, vemos crescer a preocupação com o trabalho conjunto da Comunicação com a Educação, atuando na contribuição do fortalecimento de pessoas e grupos visando a suas próprias críticas sobre a comunicação e a sociedade, seu poder de fala e exercício da cidadania. **Rádio comunitária e internet – blogs e mídias sociais – são objetos mais focados e buscados para o desenvolvimento** de tais projetos e pesquisas, em que a grande preocupação não está nos dispositivos, mas na capacidade de vincular, de por em contato, de mobilizar, de possibilitar agir e interagir pessoas.

Catarina Oliveira e Márcia Vidal Nunes, no capítulo 7, escrevem que “a análise de apenas um ano de produção do GP não nos permite fazer comentários mais avançados sobre esta opção. Mas nos suscita a curiosidade de refletir por que um GP que se detém a problematizar, dentre muitas formas, como a cidadania é vivenciada em seus aspectos participativos e contra-hegemônicos pelos movimentos populares, Terceiro Setor e minorias ou, ainda, a denunciar as diversas formas como os setores hegemônicos, principalmente, a indústria cultural e o Estado, propõem a consolidação de valores e mentalidades para promover uma cidadania também dominante, teve, durante este ano, um

maior peso em pesquisas de caráter teórico?” A partir de tal reflexão, as pesquisadoras defendem a pesquisa-ação a ser feita em investigações pelo GP, como forma de melhor contribuir para a organização de grupos minoritários em seu questionamento e luta contra-hegemônica, o que pode nos ficar como indicação para as perspectivas do Comunicação para a Cidadania. Nessa perspectiva, a epistemologia da Comunicação para a Cidadania aponta para uma emergência de uma cidadania científica em que as estratégias de produção de conhecimento, os insumos financeiros e valores humanos sejam colocados à serviço da sociedade e daqueles que ficam à margem das políticas públicas.

Por último, é importante destacar que, ao fazermos a proposta da presente pesquisa para o GP Comunicação para a Cidadania, fizemos as perguntas norteadoras, mas não propomos e definimos um procedimento detalhado comum de pesquisa a todas as pessoas envolvidas neste trabalho. Tivemos distintos olhares com distintos critérios e estratégias de abordagem, classificação e análise dos artigos de cada ano do GP. Essa liberdade epistemológica pode parecer caótica, ao primeiro olhar, mas significou um exercício de pluralidade e diversidade, respeitando a forma de problematizar de cada pesquisador que assumiu essa empreitada. Assim, ainda mais do que sempre, lembramos que outras pesquisadoras e outros pesquisadores, com outros métodos, podem chegar a resultados diferentes dos apresentados neste livro. Seja como for, nossa expectativa é sempre contribuir para o conhecimento acumulado sobre comunicação e cidadania e para a busca por uma sociedade mais igualitária, para o que sempre concorrem o ensino, a pesquisa e a extensão em comunicação para a cidadania.